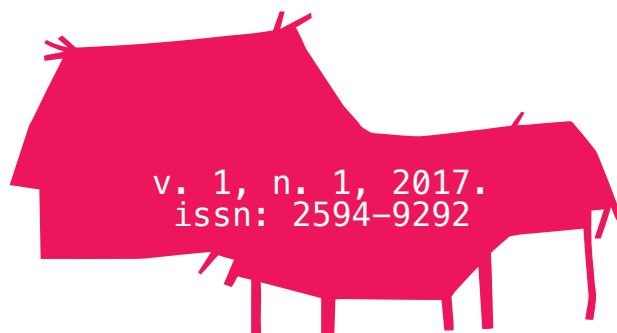




**ANAIS ELETRÔNICOS DO ENCONTRO
INTERNACIONAL DO GRUPO DE ESTUDOS
MULTIDISCIPLINARES EM ARQUITETURAS E
URBANISMOS DO SUL – MALOCA**

Andréia Moassab (org.)



Realização

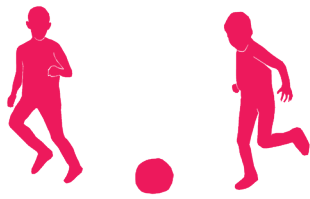


Patrocínio



Parcerias





SUMÁRIO

04	Apresentação
11	MALOCA: Grupo De Estudos Multidisciplinares Em Urbanismos E Arquiteturas Do Sul
13	Carta Da Fronteira
13	Comissão Científica
13	Comissão Executiva
17	Programação
24	GT Políticas Públicas, Território, Direitos Humanos E Sociais Na América Latina
101	GT Hábitos De Morar E De Construir No Contexto Latino-Americano

APRESENTAÇÃO

O I Encontro Internacional do **MALOCA** Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul teve por objetivo apresentar os resultados do seu primeiro triênio (2014-2016) e debater os rumos das pesquisas do grupo para o triênio 2017-2019. Reconhecido pela UNILA e registrado no CNPq desde 2013, o grupo de pesquisa **MALOCA** tem atuado a partir das necessidades prementes de buscar respostas a questões na área voltadas para o contexto de ensino, hábitos de morar e construir, políticas públicas e direitos humanos, sob uma perspectiva decolonial, com ênfase na América Latina e no Sul global. Com vistas a uma arquitetura da autonomia ou uma arquitetura cidadã no Brasil e na América Latina, o **MALOCA** possui três linhas de pesquisa: (1) Ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina; (2) Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano e (3) Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais. O grupo de pesquisa forma uma rede internacional de aproximadamente 20 pesquisadores/as de instituições em diversas regiões do Brasil: UFC, UFBA, UFMG, UFOP, UFSJ, UTFPR, UNIFESP, e ainda pesquisadoras da Bolívia e de Cabo Verde, consolidando o diálogo de saberes a partir do Sul. Originário do quadro docente do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA, atualmente está vinculado também com o programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento na mesma instituição.

Desde 2014, diversos projetos do **MALOCA** têm sido desenvolvidos em parceria com o **Afoxé Ogún Fúnmilaiyó**, com especial atenção para a valorização da cultura afrobrasileira na região trinacional, numa valorosa ponte entre a comunidade e a universidade, que ora se consolidou na proposição conjunta deste encontro científico. Esta parceria aponta caminhos importantes e estratégicos inseridos na *Década Internacional de Afrodescendentes*, declarada pelas Nações Unidas para o decênio 2015-2024.

Em finais de 2015, o **MALOCA** promoveu a **Jornada Sociedade e Tecnologia**, no âmbito do projeto “Habitação, desenvolvimento territorial e tecnologia social na região transnacional”, fomentado pela Fundação Araucária e Fundação Parque Tecnológico Itaipu. A jornada incluiu dois painéis científicos e um curso de capacitação docente, iniciando na Universidade reflexões sobre as tecnologias e suas possibilidades para a integração regional ambicionada pela instituição. Na ocasião recebemos pesquisadores da UFABC, UFSCar, UnB, Universidade Nacional de Quilmes (Argentina). A partir de então, o **MALOCA** se aproximou do Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina e da ESOCITE - Associação Brasileira de Estudos Sociais das Ciências e Tecnologias.

No sentido de aprofundar aquele debate e ampliá-lo transversalmente às demais linhas de pesquisa do **MALOCA**, nos pareceu pertinente propor a realização desse

primeiro encontro internacional do grupo, que contou com o apoio do programa de pós-graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da UNILA e com o patrocínio da Itaipu Binacional. Buscamos reunir, em Foz do Iguaçu, pesquisadores/as e pensadores/as de destaque nas diversas áreas de conhecimento que tratam tecnologias, políticas públicas e direitos humanos, junto a integrantes do grupo de pesquisa não sediados na região, para um balanço do triênio e formulação de uma nova agenda de pesquisa e reflexão para os próximos três anos. A reunião, realizada em 11/10/17, contou com mais de vinte pesquisadores/as, vindo de 14 instituições de diversas regiões do país e do exterior. Além de consolidar o grupo de estudos, esta foi uma oportunidade de ampliar os laços colaborativos e vislumbrar parcerias futuras. Todos/as participantes redigiram e assinaram a “Carta da Fronteira: Manifesto MALOCA em defesa da UNILA”, aprovada ao final da reunião e lida publicamente na mesa de encerramento do Encontro. A Carta, publicada na íntegra nos Anais do Encontro, manifesta o repúdio dos/as pesquisadores/as aos ataques reiterados à educação pública e à pesquisa no país, em especial, às campanhas de calúnias contra a UNILA, nos últimos meses.

Ressalte-se que o MALOCA faz cumprir a função social da Universidade, consolidando a tríade ensino/pesquisa/extensão, conforme pôde ser conferido na extensa programação e trabalhos ora registrados nos Anais do **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul**. Importa destacar que o Encontro foi aberto à comunidade, seja por meio de chamada de trabalhos ou com a participação totalmente gratuita, como ouvintes, com o principal intuito de reconhecer e aprofundar parcerias locais de pesquisa e atuação social. Foram cerca de 150 inscritos e participantes do Encontro e das oficinas preparatórias, vindos/as das mais diversas partes do país e do exterior, com a apresentação de 18 comunicações orais e 09 pôsteres científicos.

Recebemos, ainda, diversos convidados/as para a conferência de abertura e mesas-redondas, de temas diversos e atuais, todos vinculados às áreas de pesquisa do MALOCA. As conferências marcaram o perfil epistemológico do **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul** e guiaram os debates.

A conferência de abertura “Desafios tecnológicos para a arquitetura contemporânea em África”, proferida pela premiada arquiteta africana **Patrícia Anahory**, teve por objetivo ampliar o diálogo entre os continentes a partir da tecnologia e seus desafios comuns: a escassez econômica e material e a invisibilidade de sua produção arquitetônica. A arquiteta focou sua apresentação nas questões emergentes do júri do *Africa Architectural Awards 2017*, o maior prêmio de arquitetura africana na atualidade, do qual fez parte, na África do Sul, nas semanas anteriores ao Encontro em Foz do Iguaçu.

A primeira mesa, “A invisibilidade das práticas espaciais e da arquitetura do povo negro e afrodescendente na América Latina” contou com **Daniel Schavelzon** (Argentina), **Miriam Chugar** (Bolívia/MALOCA) e **Estela Ramos**(UNIME/ETNICIDADES/MALOCA), com mediação da professora **Angela Souza**, coordenadora do Núcleo de Estudos Afrolatinos da UNILA. O arquiteto e arqueólogo argentino, **Daniel Schavelzon** centrou sua apresentação no livro de sua autoria “Buenos Aires Negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada”, no qual trata da presença da população negra e sua importância na composição do quadro social no país, e sobretudo, na história da capital. A arquiteta e pesquisadora da Universidade Católica Boliviana San Pablo, **Miriam Chugar**, apresentou a pesquisa “la representación social del afro-boliviano desde la percepción de la población cruceña en Bolívia”, que coordena no âmbito do MALOCA, a respeito dos/as afrobolivianos/as. Fechou a mesa a professora **Estela Ramos**, pesquisadora da temática de espacialidades urbanas na formação de bairros negros, com estudos de campo em Salvador, Luanda e Maputo, e de patrimônios culturais em comunidades negras rurais.

Em outras palavras, esteve em foco na primeira mesa, o debate sobre raça, arquitetura e território, em absoluta consonância com a *Década Internacional de Afrodescendentes*, decretada pelas Nações Unidas para o decênio 2015-2024. Existem aproximadamente 200 milhões de pessoas vivendo nas Américas que se identificam como afrodescendentes. Em muitos casos, a situação permanece praticamente invisível, e pouco reconhecimento e respeito são dados aos esforços das pessoas de ascendência africana para buscar compensação por sua condição atual. Ao abrirmos o Encontro com este tema, nos propomos perguntar qual é o papel da arquitetura, paisagem, urbanismo e dos estudos em tecnologia no debate racial e de gênero. Entendendo que a suposta neutralidade da ciência, sob os auspícios da modernidade, tem sido amplamente questionada, como pensar o ensino, a produção científica, a prática profissional e as políticas públicas na área em colaboração com a plena inclusão dos povos subalternos, e com o combate ao racismo, à discriminação racial, de gênero, à xenofobia e à intolerância.

Em diálogo com esta questão central, foram organizadas as duas outras mesas do **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul**: “Reflexões Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul” e “A Inserção Social da Tecnologia”.

Para as reflexões multidisciplinares estavam presentes conferencistas de distintos grupos de pesquisa: o MALOCA, representado pela professora **Andréia Moassab**; o Grupo de Estudos da Teoria da Dependência, da UNILA, com a professora **Marina Gouvea** e o Grupo de Pesquisa em Arquitetura Contemporânea, da Universidade Federal de Tocantins, com o professor **Marcos dos Santos**. Esta mesa contou com a mediação do professor **André Luis André** do programa de mestrado em Integração Contemporânea na América Latina, da UNILA. Se por um lado foi apresentada a

produção do MALOCA no último triênio, com destaque para os seus projetos de ensino, pesquisa e extensão, por outro o diálogo foi enriquecido pela perspectiva marxista do GETD no que tange à compreensão de desenvolvimento, inserido no modelo civilizatório da modernidade ocidental, necessariamente pautado pela divisão de classes e pelo debate sobre patrimônio arquitetônico a partir de experiências e práticas fora dos grandes centros e das obras monumentais.

A mesa de encerramento, em diálogo com as anteriores, buscou aprofundar o debate sobre a inserção social da tecnologia, isto é, a impossibilidade de qualquer neutralidade nas escolhas tecnológicas e o seu impacto na sociedade. **Pedro Arantes** (UNIFESP), com vasta pesquisa sobre as transformações na forma e nos processos produtivos na arquitetura contemporânea, trouxe para o debate as práticas participativas em arquitetura e urbanismo, a partir da experiência do grupo Usina, entidade sem fins lucrativos que presta assessoria técnica a movimentos populares na área de habitação e reforma urbana, da qual foi coordenador por seis anos. Na mesma direção, o professor **Gabriel Cunha** (UNILA/MALOCA), abordou alguns conceitos chave que envolvem a noção de tecnociência. A apresentação procurou mostrar a importância de repensar o papel da tecnologia na sociedade atual, a sua democratização e a necessidade de redefinir os rumos das decisões técnicas como indispensáveis para traçar alternativas ao capitalismo. Por sua vez, **José Afonso Portocarrero** tem se destacado com um dos raros arquitetos no país a pesquisar tecnologia indígena, trazendo aportes inovadores em seus projetos de arquitetura, voltados, entre outros, para a eficiência energética. No seu premiado projeto o Espaço de Conhecimento do SEBRAE/MT, o arquiteto escolheu como modelo as casas xinguanas para idealizar o espaço, resultando em um edifício em forma ogival, com as proporções baseadas nas ocas Yawalapiti e Kamairurá. Sem paredes, a proposta arquitetônica visa a incentivar o uso comunitário do espaço, seguindo a tradição indígena. O trabalho do arquiteto demonstra claramente como pesquisar tecnologia dos povos tradicionais é uma ferramenta fundamental para apontar rumos inovadores em tecnologia, alinhados com a preservação ambiental. A mediação, por conta de **Marcos de Jesus**, do grupo de pesquisa Epistemologias do Sul, da UNILA, enriqueceu os debates sobre tecnologia com os aportes do pensamento decolonial.

Ainda, integraram a programação três exposições de trabalhos acadêmicos e uma mostra de vídeo. As exposições resultam de trabalhos dos e das discentes do curso de arquitetura e urbanismo da UNILA, cuja temática colaboram para demonstrar a relação indiscernível entre as pesquisas do MALOCA e ensino: *Mulheres na Arquitetura Latino-Americana*; *Arquitetura da Revolução: 100 da Revolução Russa* e *Abril pra Cor*. A mostra de vídeo MALOCA em Diálogo, exibida na última manhã do encontro, apontou para as diversas possibilidades de popularização da ciência, isto é, traduzir em linguagem contemporânea temas relevantes e atuais das pesquisas científicas, como foi o caso dos trabalhos exibidos. O documentário *Terreiros*, dirigido por **Maurício dos**

Santos e Felipe Lovo, resulta da pesquisa com terreiros de candomblé em Foz do Iguaçu e foi contemplado pelo edital de Curtas Universitários do Canal Futura 2016/2017. O documentário “Taller Total: Año 1970 al 1975” mostra a única experiência pedagógica, interdisciplinar, coletiva, desenvolvida como plano de estudos para um curso de graduação na história da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina. Por sua vez, o vídeo “Arquiteturas Afrolatinas”, resulta de projeto de pesquisa de Iniciação Científica na UNILA “Arquitetura Afro-Latina: uma análise crítica e histórica do patrimônio arquitetônico de influência africana na América Latina e no Caribe” em curso, coordenado por Céline Veríssimo e co-coordenado por Andréia Moassab, em diálogo com os projetos de extensão “Cartografias do Devir no Quilombo Apepu” (coordenação de Andréia Moassab e Tiago Bastos) e “Os Orixás em Terras de M’Boi” (coordenação de Andréia Moassab), todos realizados no âmbito do MALOCA. Esse vídeo foi preparado para ser exibido na *XX Bienal de Arquitectura de Chile*, realizada em outubro e novembro de 2017, na cidade de Valparaíso/Chile, cujo tema se intitula “Diálogos Impostergables”. Anteriormente, esse trabalho foi considerado um dos vinte mais relevantes da bienal para ser levado à **XXVI Asamblea de Ministros y Máximas Autoridades de Vivienda y Urbanismo de América Latina y el Caribe - MINURVI**, que aconteceu em Buenos Aires, em junho do mesmo ano. A mostra Maloca em Diálogo deve como debatedores **Maurício Santos**, realizador do curta “Terreiro” e **Geovanny Flores**, participante da pesquisa e do vídeo “Arquiteturas Afrolatinas”.

Vale registrar que antecederam o **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul**, sete oficinas destinadas à preparação de público e aprofundamento das temáticas debatidas durante o evento. Foram as oficinas: *Espaços de Acolhida e Diversidade* (Bruno Oliveira/CASA1/MALOCA); *Esto es Arte Porque lo Dijo un Europeo* (Bruno Oliveira/CASA1/MALOCA); *Etnografía de Accesibilidad na Tríplice Fronteira* (Karine Queiroz/UNILA/MALOCA); *Mulheres Negras, Arquitetura e Espaços Sagrados* (Marina Galdino/Ile Ase Ogún Fúnmilaiyó, Estela Ramos/UNIME/ ETNICIDADES/MALOCA e Joice Berth/MALOCA); *Tecnologias Sociais* (José Afonso Portocarrero/UFMT), Gabriel Cunha/UNILA/MALOCA e Marcos dos Santos/UFT); e *Tecnologias Sociais: Mapeamentos Culturais* (Ana Paula do Val/MALOCA) e Thiago Hoshino/MALOCA/ RENAFRO/PPGD-UFPR).

Também fez parte das atividades preparatórias, a mostra de cinema *Territórios, Corpos e Narrativas em Disputa*, a qual contou com a apresentação de 04 curtas-metragens brasileiros (Vando Vulgo Vedita; C(elas); Chico; e Maria) e uma mesa de debate composta por **Joice Berth**, arquiteta, feminista negra interseccional e pesquisadora do MALOCA; **Isadora de Assis**, antropóloga, pesquisadora na área de gênero, diversidade sexual, raça e encarceramento, e **Felipe Lovo**, produtor e realizador audiovisual, graduando em Cinema e Audiovisual pela UNILA.

Finalmente, o **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul** foi organizado em Grupos de Trabalho, em acordo com as linhas de pesquisa do grupo. Neste sentido, foram realizados dois grupos de trabalho nas tardes dos dias 10 e 11 de outubro: *Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais*, com a apresentação de 10 trabalhos e *Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano*, com 08 trabalhos, publicados em sua versão completa nestes Anais¹.

O **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul** encerrou com a festa de confraternização *Saudosa Maloca*, realizada no Ilê Axé Oju Ogún Fúnmilaiyó, importante parceiro local do grupo de estudos nos últimos anos. O nome da festa não é casual. A partir da música de Adoniran Barbosa, escrita nos anos 1950, a referência à *Saudosa Maloca* exprime os preceitos do grupo com a responsabilidade social do ensino, pesquisa, extensão e atuação profissional na área, em defesa do direito à moradia e contra os despejos forçados.

Com esta vasta programação e intenso debate, os/as integrantes do **MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul**, reunidos/as em Foz do Iguaçu, reforçaram seus laços, ampliaram suas parcerias e definiram a agenda do grupo para o próximo triênio, que segue fortemente focada no debate étnico-racial em arquitetura e urbanismo e nas questões de ensino na área, com prioridade, para o triênio, no debate sobre a relação entre formação e egressos/as, isto é, o exercício profissional e o papel social do/a arquiteto/a e urbanista no Brasil e na América Latina.

Foz do Iguaçu, Outubro de 2017,

Andréia Moassab

líder do MALOCA e coordenação geral do encontro

Celine Veríssimo

vice-líder do MALOCA e coordenação geral do evento

Gabriel Cunha

pesquisador do MALOCA e coordenação geral do evento

¹ A Coordenação Geral do **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul** optou por publicar nos Anais os resumos dos trabalhos que não foram enviados em sua versão completa, quando devidamente autorizados pelos/as autores/as.]

MALOCA: GRUPO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM URBANISMOS E ARQUITETURAS DO SUL

O grupo de estudos multidisciplinares em urbanismo e arquitetura latino-americanas – MALOCA, sob liderança de Andréia Moassab e vice-liderança de Celine Veríssimo, tem atuado desde 2013 a partir das necessidades prementes de buscar respostas a questões na área, voltadas para o contexto de ensino, hábitos de morar e construir, políticas públicas e direitos humanos, sob uma perspectiva decolonial, com ênfase na América Latina e no Sul global. São três as linhas de pesquisa do grupo:

Ensino de Arquitetura e Urbanismo na América Latina: As perguntas centrais a responder são: qual o projeto para a arquitetura e urbanismo deste século? Quais as diferenças, semelhanças, continuidades e rupturas com o modelo anterior? Como a arquitetura moderna lidou com os desafios e contradições de seu tempo? Propomos uma reflexão sobre como contexto histórico-político contemporâneo, a partir da América Latina, em diálogo com o Sul, pode colaborar para uma gama diversa de desafios e, portanto, capaz de arejar o campo disciplinar e seu ensino.

Hábitos de Morar e de Construir no Contexto Latino-Americano: Identificar a diversidade de hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano, com ênfase nas tecnologias sociais e, num primeiro momento, nos territórios e arquiteturas afro-latinas. Trata-se de fazer emergir, valorizar e registrar como saber arquitetônico, as ocas indígenas, as casas quilombolas, as flutuantes ribeirinhas, as vilas de pescadores, as casas caiçaras e todo o vasto leque de tipologias construtivas no sub-continente.

Políticas Públicas, Território, Direitos Humanos e Sociais: Trata-se de verificar a produção do espaço e do territórios do Sul, a partir uma perspectiva alargada dos direitos humanos. Com ênfase na América Latina, direito ao território, moradia, educação, saúde, alimentação e soberania alimentar. O modelo colonial de ocupação do território é historicamente masculino, branco e metropolitano, excluindo e subalternizando mulheres, negros/as e indígenas, os/as quais vivenciam distintamente o território, o acesso a políticas públicas e aos direitos.

Atualmente, integram o grupo pesquisadores/as de diversas regiões do Brasil e de outros países: Adriana Nascimento (UFSJ); Ana Paula do Val (arquiteta/SP); Andreia Moassab (UNILA); Bruno Oliveira (CASA 1/SP); Celine Veríssimo (UNILA); Daniel Cardoso (UFC); Fabio Velame (UFBA); Gabriel Cunha (UNILA); Isabel Borba (UTFPR); Joice [Berth] Aparecida da Silva (CMSP); Karine Queiroz (UNILA); Leonardo Name (UNILA); Maria Estela Ramos (UNIME); Miriam Chugar (UEB/Bolívia); Natacha Rena

(UFMG); Patricia Anahory (Studio Anahory/Cabo Verde); Pedro Arantes (UNIFESP); Renata Machado (UNILA); Rodrigo Nogueira (UFOP); Thiago Hoshino (RENAFRO/PPGD-UFPR) e Tiago Bastos (UNILA). Em 2017, fazem parte do MALOCA, os/as estudantes de graduação e pós-graduação: Ariana Mara Silva (UFBA); Cynthia Luna (UNILA); Geovanny Flores (UNILA); Lucca Grzeczeczen (UNILA); Maurício dos Santos (UNILA); Oswaldo Freitez (UNILA); Raimundo Soares (UNILA); Raquel Santos (UNILA); Sergio Bellino (UNILA) e Vanessa Quiñones (UNILA).

Com a realização do **I Encontro Internacional do Maloca**, passam a integrar o Maloca, os/as seguintes pesquisadores/as: André Luis André (UNILA); Claudio Ribeiro (UFRJ); Gabriela Pereira (UFBA) e Sylvia Dobry (FIAM/FAAM).

As atualizações do grupo podem ser acompanhadas pelo Diretório de Pesquisas do CNPq (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5367422623708953).

CARTA DA FRONTEIRA: MANIFESTO MALOCA EM DEFESA DA UNILA

Como grupo de pesquisa que nasce no seio da UNILA, mais especificamente do curso de arquitetura e urbanismo e do programa de pós-graduação em políticas públicas e desenvolvimento, reunidos com diversas/os pesquisadoras/es em Foz do Iguaçu para o I Encontro Internacional do Maloca, repudiamos veementemente os ataques reiterados à educação pública e à pesquisa no país e repudiamos as campanhas de calúnias contra a UNILA, imersas em manifestações dissimuladas de racismo e xenofobia.

O que se tem visto no Brasil, nos últimos anos, é um ataque contínuo e permanente à educação. Os tímidos avanços duramente conquistados nas últimas décadas, resultados de lutas históricas travadas pelo povo brasileiro, têm sido sistematicamente desmontados. O projeto de lei intitulado “Escola sem partido”, a retirada das referências à gênero e sexualidade dos Planos Nacionais de Educação com efeito cascata nos planos estaduais e municipais, os contínuos cortes de verba que inviabilizam a manutenção dos projetos existentes e a expansão e democratização do ensino superior público e gratuito, a contrarreforma do ensino médio, para citar alguns destes ataques, são as manifestações mais evidentes de uma repulsa generalizada à educação nos últimos tempos. Na escalada do ódio, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, a UNILA e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, a UNILAB, se tornaram os alvos preferidos do ataque do capital, do racismo e da xenofobia por parte da elite brasileira.

Num cenário como esse, é preciso afirmar o óbvio: a educação não é mercadoria, mas um direito humano fundamental. Por isso, educadoras e educadores que somos defendemos historicamente a educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada. Os cortes financeiros às universidades são um ataque ao direito à educação e uma afronta aos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Frente a um mundo onde se amplia o cenário de pobreza e desigualdade social, os Direitos Humanos devem ser buscados a todo instante, sendo inadmissível a sua não efetividade. A situação de miséria e de violência que assola o mundo exige cada vez mais investimentos em educação e não o seu contrário. Este é o caso do direito à moradia adequada e do direito à cidade, eixos centrais das pesquisas, projetos e ações do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul.

A autonomia universitária na produção de conhecimento sempre incomoda aqueles interessados na manutenção das estruturas de poder. O pensamento crítico nunca é bem-vindo quando privilégios de uma elite são questionados. A extinção de universidades como a UNILA representa uma afronta aos avanços nos debates internacionais sobre direitos, autonomia e autodeterminação dos povos, respeito à

diversidade, justiça social e radicalização da democracia. É um silenciamento brutal da luta por um mundo melhor.

Produzindo nessa direção, em apenas 03 anos de existência o MALOCA já envolveu dezenas de estudantes e pesquisadoras/es nos seus mais distintos projetos; já realizou uma série de oficinas dentro e fora da universidade, já produziu 2 cartilhas para popularização do conhecimento, está em vias de publicar um livro sobre ensino de arquitetura e urbanismo. Por meio de seus projetos socialmente engajados já facilitou a ponte entre sociedade e universidade, respondendo, muitas vezes, a demandas da comunidade local, como o desenvolvimento de projeto de prevenção e combate à incêndio de um terreiro de candomblé, o levantamento topográfico de um quilombo na região, ou, ainda, ministrando cursos de construção civil para população pobre de Foz do Iguaçu - todos atores sociais que não têm acesso a serviços profissionais da área. O Maloca faz cumprir a função social da Universidade, consolidando a tríade ensino/pesquisa/extensão. Vale mencionar que os trabalhos do Maloca já receberam prêmios e já foram selecionados eventos internacionais do porte da Bienal de Arquitetura do Chile, ou ainda, foram expostos perante os ministros de Habitat e Habitação da América Latina na XXVI Asamblea General de Ministros y Máximas Autoridades de Vivienda y Urbanismo de América Latina y el Caribe. As linhas gerais do Maloca já subsidiaram documento para a Assembleia Geral das Nações Unidas sobre sustentabilidade e desenvolvimento, a partir de uma perspectiva própria e crítica. Em outras palavras, o trabalho do Maloca está presente desde o atendimento da comunidade local até a inserção em grandes órgãos decisórios internacionais, sempre pautado pela garantia de direitos humanos e sociais, pela autodeterminação, autonomia e emancipação dos povos.

Toda esta atividade tão intensa foi possível pela existência de docentes em regime de dedicação exclusiva - modalidade de contratação que vem sendo ameaçada no país - e por recursos federais destinados à pesquisa e à extensão, igualmente sob risco de fencimento no atual cenário nacional. Também, foi possível pelo engajamento de alunas e alunos, que vindos de contextos plurais - inclusive aqueles historicamente ausentes das universidades - puderam desenvolver e colaborar com reflexões e práticas em diferentes projetos de pesquisa e extensão.

O Grupo de Estudos Multidisciplinares em Arquiteturas e Urbanismos do Sul acredita no projeto latinoamericanista da UNILA, voltado para a integração solidária dos povos do continente, na celebração da sua riqueza e diversidade, e luta pela igualdade, justiça e bem-estar. O Maloca tem demonstrado na prática e no reconhecimento público e científico de seu trabalho, a importância da UNILA.

Às vésperas da comemoração de cem anos da Reforma Universitária de Córdoba, após cem anos da primeira greve geral no Brasil, após cem anos da Revolução Russa, a luta

em defesa da autonomia universitária, a luta por direitos sociais básicos e a resistência contra os avanços do capital, do racismo, do sexismo e da xenofobia se fazem cada vez mais urgentes. Uma revolução despoletada por uma greve de operárias em fevereiro de 1917 continua atual e necessária quando são retirados direitos da classe trabalhadora, com especial agravo às mulheres, às mulheres negras, à juventude negra, à população LGBT, aos povos indígenas e camponeses sem terra. É neste cenário de retirada de direitos, avanço do capital, do racismo e da xenofobia, que se insere as ameaças à UNILA.

Pelos motivos expostos acima, nós, abaixo assinadas/os, manifestamos publicamente nossos votos e luta em favor da UNILA, da autonomia universitária, do ensino público, gratuito, de qualidade e socialmente referenciado. VIDA LONGA À UNILA E À INTEGRAÇÃO SOLIDÁRIA DOS POVOS!

Foz do Iguaçu, 11 de Outubro de 2017.

Adriana Nascimento (UFSJ)*
Ana Paula do Val (MALOCA)
Andreia Moassab (UNILA)
André Luis Andre (UNILA)
Ariana Silva (UFBA)
Bruno Oliveira (CASA 1/MALOCA)
Celine Veríssimo (UNILA)
Claudio Ribeiro (UFRJ)
Daniel Cardoso (UFC)*
Gabriel R. Cunha (UNILA)
Gabriela L. Pereira (UFBA)
Joice Berth (CMSP)
José Afonso Portocarreo (UFMT)
Karine Queiroz (UNILA)
Maria Estela Ramos (UNIME)
Maurício Santos (UNILA)
Miriam Chugar (UEB/Bolívia)
Patti Anahory (Studio Anahory/Cabo Verde)
Pedro Arantes (UNIFESP)
Rodrigo Nogueira (UFOP)
Sylvia A. Dobry (FIAM/FAAM)
Thiago Hoshino (RENAFRO/PPGD-UFPR)
Tiago Bastos (UNILA)

* ausente do Encontro, manifestando por email interesse em assinar o documento, como integrante do MALOCA.

COMISSÃO CIENTÍFICA

A Comissão Científica do **I Encontro Internacional do MALOCA Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul** é altamente qualificada, composta por pesquisadores/as doutores/as oriundo/as de instituições conceituadas em diversos países, como é o caso da Universidade de Coimbra, em Portugal, da University of Johannesburg, na África do Sul, da University College London, em Inglaterra ou da Universidad Católica Boliviana, na Bolívia. No Brasil, a comissão científica observa ampla distribuição geográfica - desde a Universidade Federal de Goiás e Universidade de Brasília, no Centro-Oeste à Universidade Federal de São João del Rei, em Minas Gerais, atendendo a critérios de ampla diversidade, para garantir distintos aportes teórico-metodológicos ao Encontro. Igualmente relevante é a diversidade de áreas do saber, cujas contribuições são fundamentais para o aprofundamento pretendido no Encontro. São os/as integrantes da Comissão Científica: Adriana Nascimento (UFSJ/Brasil); André Luis André (UNILA/Brasil); Andréia Moassab (UNILA/Brasil); Céline Veríssimo (UNILA/Brasil); César Baldi (UnB/Brasil); Fernando Dantas (UFG/Brasil); Gabriel Cunha (UNILA/Brasil); Giovanni Allegretti (Universidade de Coimbra/Portugal); Karine Queiroz (UNILA/Brasil); Mpho Matsipa (University of Witwatersrand/África do Sul); Leonardo Name (UNILA/Brasil); Marcos de Jesus (UNILA/Brasil); Miriam Chugar (Universidad Católica Boliviana/Bolívia); Pedro Arantes (UNIFESP/Brasil); Sylvia Dobry (Taller Total/Argentina).

COMISSÃO EXECUTIVA

Coordenação Geral: Andréia Moassab, Celine Veríssimo e Gabriel Cunha

Equipe: Ana Fonseca, Bruno Oliveira, Dinora Rodriguez, Karine Queiroz, Leonardo Name e Maurício Santos.

Equipe de apoio: Claudio Monteiro e Geovanny Flores.

Monitores/as: Ana Letícia Nanuncio, Carla Sanchez, Clerdine Luberisse, Cristiano Soares, Edinson Jhoan Guerrero, Gabriele Batista, Geovanny Flores, Ingrid Jiménez, Julia Lima, Karine Maciel, Maite Tejada, Mercedes Ibáñez, Nicole Garay, Raimundo Christian Soares, Vanessa Quiñones, Yuri Yang.

PROGRAMAÇÃO

Dia 09/10/17 | segunda-feira

Oficinas pré-encontro: Tecnologias Sociais: Mapeamentos Culturais, com **Ana Paula do Val** (MALOCA) e **Thiago Hoshino** (MALOCA/RENAFRO/PPGD-UFPR); Etnografia de Acessibilidade na Tríplice Fronteira, com **Karine Queiroz** (MALOCA); Espaços de Acolhida e Diversidade, com **Bruno Oliveira**(CASA1/MALOCA); Esto es arte porque lo dijo un europeo, com **Bruno Oliveira** (CASA 1/MALOCA); Mulheres Negras, Arquitetura e Espaços Sagrados, com **Marina Galdino** (Ile Ase Ogún Fúnmilaiyó), **Estela Ramos**(UNIME/ETNICIDADES/MALOCA) e **Joice Berth** (MALOCA); Tecnologias Sociais, com **José Afonso Portocarrero** (UFMT), **Gabriel Cunha**(MALOCA) e **Marcos dos Santos** (UFT)

Mostra de Cinema Territórios, Corpos e Narrativas em Disputa: Vando Vulgo Vedita (Brasil, 2017), C(elas) (Brasil, 2017), Chico (Brasil, 2016) e Maria (Brasil, 2017). Debatedor/as: **Felipe Lovo** (3 Margens), **Isadora de Assis** (UNIOESTE) e **Joice Berth** (MALOCA)

Dia 10/10/17 | terça-feira

Conferência de abertura: “Desafios tecnológicos para a arquitetura contemporânea em África” **Patti Anahory** (Cabo Verde/MALOCA)

Mesas-redondas: A invisibilidade das práticas espaciais e da arquitetura do povo negro e afrodescendente na América Latina, com **Daniel Schavelzon** (Argentina), **Miriam Chugar** (Bolívia/MALOCA) e **Estela Ramos**(UNIME/ETNICIDADES/MALOCA). Mediação: **Angela Souza** (UNILA/NEALA) e Reflexões Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, com com **Andréia Moassab** (UNILA/MALOCA), **Marina Gouvea** (UNILA/GETD) e **Marcos dos Santos** (UFT/GPAC). Mediação: **André Luis André** (UNILA/ICAL)

Abertura das exposições: As Mulheres na Arquitetura e Arquitetura da Revolução. Orientação: **Andréia Moassab** (UNILA/MALOCA). Montagem: **Gabriele Batista**, **Nicole Garay** e **Yuri Yang**

Grupo de Trabalho: Políticas públicas, território, direitos humanos e sociais na América Latina. Relatoria: **Ana Paula do Val** (MALOCA) e **Dinora Rodríguez** (UNILA/MALOCA)

Dia 11/10/17 | quarta-feira

Reunião Fechada do Grupo de Estudos Multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul

Mostra de vídeos MALOCA em diálogo: Terreiros (3margens, 2017), Arquiteturas Afrolatinas (Maloca, 2017), “Taller Total Año 1970 AL 1975” (Épica Vista, 2015). Debatedores: **Maurício Santos** (UNILA/MALOCA) e **Geovanny Flores** (UNILA/MALOCA)

Mesa-redonda: A Inserção Social da Tecnologia, com **José Afonso Portocarrero**(UFMT), **Pedro Arantes** (UNIFESP/MALOCA) e **Gabriel Cunha** (UNILA/MALOCA). Mediação: **Marcos de Jesus** (UNILA/Epistemologias do Sul)

Abertura da exposição Abril pra Cor. Orientação: **Karine Queiroz** (UNILA/MALOCA). Montagem: equipe de monitoria.

Grupo de Trabalho: Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano. Relatoria: **Celine Verissimo** (UNILA/MALOCA) e **Miriam Chugar** (UCSP olívia/MALOCA).

Encerramento: Saudosa Maloca: apresentação cultural e confraternização no Ile Ase Ogún Fúnmilaiyó.

Informações completas sobre o encontro estão disponíveis no site <https://encontromaloca.wordpress.com>

Oficinas

Espaços de Acolhida e Diversidade (Bruno Oliveira/CASA1/MALOCA): A proposta dessa oficina foi debater a importância de pensar, projetar e viabilizar espaços que garantam a segurança de corpos dissidentes na cidade, articulado com a infraestrutura urbana e políticas de assistência social e saúde, já existentes. A oficina partiu da experiência da Casa 1, um centro cultural e república de acolhida de jovens LGBT expulsos de casa por suas orientações afetivo-sexuais e identidade de gênero, em funcionamento em São Paulo desde janeiro de 2016 por iniciativa militante e financiamento coletivo.

Esto es Arte Porque lo Dijo un Europeo (Bruno Oliveira/CASA1/MALOCA): Essa oficina teve por objetivo reconhecer e questionar a origem de paradigmas da visualidade moderno/coloniais na América Latina e identificar suas reverberações em experiências artísticas contemporâneas. Neste sentido, visa rastrear processos de inclusão subordinada de visualidades latino-americanas no cânone artístico, bem como o condicionamento dessas práticas a categorias eurocentradas de entendimento da arte. Em contrapartida, foram exploradas possibilidades dissidentes de construção estético-políticas a partir de produções artísticas contemporâneas.

Etnografia de Acessibilidade na Tríplice Fronteira (Karine Queiroz/UNILA/MALOCA):

Essa oficina já teve várias edições desde 2014, realizadas em diversos espaços públicos da fronteira: Bosque Guarani, Polo Astronômico, Ecomuseu, Refúgio Biológico e Conselho Comunitário da Vila C. Para essa edição foi feita uma incursão pela sede da UNILA no Jardim Universitário, com vistas a analisar os elementos construtivos de acessibilidade, de sinalização e o atendimento às normas de acessibilidade brasileira (ABNT9050) em uma atividade de aproximação às normas dos demais países da América Latina, colocando foco na necessidade de desenvolver a empatia entre o/a projetista e as necessidades de pensar a acessibilidade/mobilidade como um direito essencial.

Mulheres Negras, Arquitetura e Espaços Sagrados (Marina Galdino/Ile Ase Ogún

Fúnmilaiyó, Estela Ramos/UNIME/ETNICIDADES/MALOCA e Joice Berth/MALOCA): A oficina tratou do protagonismo da mulher negra e da valorização do legado cultural africano a partir da análise dos espaços físicos dos terreiros no Brasil e em no continente africanos onde o culto nasceu, traçando um histórico de sua formação, a sua ligação com o espaço físico das Senzalas e dos Quilombos e a influência do culto aos Orixás na configuração desses espaços. Foram abordadas também algumas outras configurações físicas de espaços religiosos e para que no final da oficina entendêssemos as especificidades contidas nos espaços sagrados de matriz africana. Na segunda parte, foi evidenciada a atuação das mulheres negras e seu relativo protagonismo no espaço urbano, tanto na apropriação quanto na produção da cidade, ao constituir um resistir (e re-existir) a partir das peculiaridades das maneiras de habitar segundo suas visões de mundo. Tomando como pano de fundo a cidade de Salvador, mulheres negras contribuíram efetivamente, pautadas por referências civilizatórias e concepções filosóficas de terreiros, para a constituição de bairros negros, como partes da cidade. O objetivo era levantar o debate pela perspectiva de mulheres negras acerca dos processos de formação da cidade nas referências culturais e ancestrais e discutir o tema, ainda ausente nos cursos de arquitetura e urbanismo. Buscou-se identificar também outras formas culturais de produção de cidade, segundo realidades latino-americanas.

Tecnologias Sociais (José Afonso Portocarrero/UFMT), Gabriel Cunha/UNILA/MALOCA

e Marcos dos Santos/UFT): Esta oficina propôs-se a executar com os/as participantes uma parede em taipa de pilão, técnica milenar de construção com terra crua. No âmbito das pesquisas e ações extensionistas do grupo de estudos multidisciplinares em Urbanismos e Arquiteturas do Sul, esta técnica muito utilizada por diversos povos, foi reinterpretada como uma possibilidade de desenvolvimento de tecnologia social junto às comunidades rurais e urbanas, devido ao seu baixo custo e autonomia construtiva. A oficina cumpriu o objetivo de resgatar e socializar esta técnica,

oferecendo um contraponto aos materiais e técnicas construtivas “convencionais”, cuja programação tecnológica fica a cargo da indústria da construção civil, com alto impacto ambiental e social. Na oficina, a execução prática da técnica serviu como mote para incentivar a reflexão dos/as participantes acerca da necessidade de democratização tecnológica, como etapa indispensável na busca da transformação da realidade social.

Tecnologias Sociais: Mapeamentos Culturais (Ana Paula do Val/MALOCA) e Thiago Hoshino/MALOCA/RENAFRO/PPGD-UFPR): Os mapeamentos culturais têm sido objeto e instrumento de diversas iniciativas na gestão pública e privada da cultura, no que diz respeito à implantação de experiências na área cultural. A maioria destas experiências de mapeamento têm utilizado o meio digital e hiperconectado como meio para mapear agentes, artistas, produtores/as, dentre outros/as protagonistas. Ainda, em menor proporção, encontramos experiências de mapeamentos culturais mais empíricos. Estar no campo e conhecer o território e as interações sociais faz parte do processo de cartografar modos de viver e de compreender a diversidade cultural destas territorialidades. A experiência empírica e a virtual podem ser complementares. A oficina buscou, deste modo, apresentar esses contextos, por meio de um arcabouço conceitual e prático, trazendo estudos de casos que pudessem colaborar para reflexões sobre mapeamentos no contexto da diversidade cultural, das novas tecnologias, métodos, recortes para as políticas públicas e transversalidades com outras áreas. Ainda, pretendeu-se fazer uma reflexão crítica sobre experiências de mapeamentos realizados com softwares livres e geolocalizados. Finalmente, a partir da experiência de inventariamento de espaços sagrados afro-brasileiros em Curitiba e Região Metropolitana, realizada no projeto “Lugares de Axé”, foram debatidos os (contra)usos possíveis da cartografia e das políticas culturais para o combate ao racismo e a proteção dos povos tradicionais de terreiro.

Exposições

Abril pra Cor (orientação: Karine Queiroz; montagem: equipe de monitoria; participantes: Carla Sánchez, Geovanny Flores, Karine Maciel, Maitê Tejada).

Arquitetura da Revolução (orientação: Andréia Moassab; montagem: Nicole Garay e Yuri Yang; participantes: Allan Moreira, Ana Nanuncio, Bástian Guerrero, Douglas Farias, Gabriele Batista, Geovanny Flores, Lilian Escobar, Nicole Garay, Victor Quispe e Yuri Yang): A exposição resultou dos trabalhos apresentados na disciplina Crítica e História da Arquitetura e da Cidade III, do curso de Arquitetura e Urbanismo da UNILA, ministrada pela professora Andréia Moassab, em virtude dos 100 anos de Revolução Russa. Num primeiro momento buscou-se aprender com os/as arquitetos/as empenhados/as em construir uma sociedade pautada pelo bem comum. Ao expor os

trabalhos, partilhamos raro material sobre projetos arquitetônicos tão importantes, porém tão pouco documentados e lembrados. São todos projetos habitacionais preocupados em apresentar soluções para as mais diversas demandas do período, colaborando para questionar a noção tradicional de família e moradia. São demonstradas, na prática construtiva e espacial, possibilidades múltiplas de organização familiar e social, alojamento estudantil ou moradia para trabalhadores/as. A experiência soviética consolida definitivamente a necessidade de equipamentos coletivos para desonerar o trabalho doméstico, sobretudo das mulheres – com inegável impacto nos projetos de moradia. As respostas arquitetônicas exploram cozinhas e lavanderias coletivas, creches, salas de estar e quartos de hóspedes comuns, entre outros. Com a intenção de cobrir esse amplo leque de tipologias habitacionais, a exposição traz a público quatro obras construídas na URSS nos anos 20 e uma, nos anos 40, na Europa, com clara influência do debate soviético: Gosstrakh (Moisei Ginzburg, 1926); Narkomfin (Moisei Ginzburg, 1928); Casa Melnikov (Konstantin Melnikov, 1929); Dom Kommuna (Ivan Nikolaev, 1931) e Unité d’Habitation (Le Corbusier, França, 1947).

As Mulheres na Arquitetura (orientação: Andréia Moassab; montagem: Gabriele Batista; participantes: Ana Nanuncio, Antonio Garcia, Bástian Guerrero, Clerdine Luberisse, Gabriele Batista, Geovanny Flores, Ingrid Molina, Pedro Menozzi e Yuri Yang): Essa exposição nasceu a partir de diversas atividades de ensino sob orientação da professora Andréia Moassab, com a intenção de problematizar a permanente ausência das mulheres arquitetas da história da arquitetura. Não apenas a invisibilidade da produção arquitetônica das mulheres é um fato no sistema de valoração na área, profundamente androcêntrico, eurocêntrico e racista, mas também muito pouco tem sido feito em termos de pesquisa, as quais em grande parte reproduzem esse sistema. Ou seja, é um imenso desafio trabalhar a categoria gênero de forma transversal no ensino de arquitetura e urbanismo. Toda essa experiência pedagógica só tem sido possível com a colaboração dos/as alunos/as que acolhem os trabalhos propostos, cientes das dificuldades que fazem parte de todo um sistema de invisibilização de gênero socialmente naturalizado. A seleção apresentada teve por foco a produção modernista, incorporando a perspectiva de gênero e território: mulheres na América Latina. Não apenas é extremamente difícil conseguir material sobre essa produção, nos obrigando a realizar uma “sociologia das ausências”, como muitos dos trabalhos realizados pelas arquitetas foram ocultados dos créditos finais, concedido aos seus pares homens ou elas foram deliberadamente subalternizadas, aparecendo apenas como desenhistas. Todas as arquitetas aqui expostas foram importantes no seu tempo, tendo sido pioneiras em seus países no debate sobre arquitetura moderna: Alicia Alamo (Venezuela); Carmem Córdova (Argentina); Lina Bo Bardi (Brasil); Maria Luisa Dehesa (México) e Mina Klabin (Brasil).

Pôsteres

Afrovenezolanxs. Espacialidades, sociedad y luchadoras y luchadores Sergio Bellino.
Orientação: Celine Veríssimo / Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Casas Prometidas: Ocupação da T-23, Taquari, Palmas/TO Ana Carla de Lira Bottura/Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos, Olivia Campos Maia Pereira, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e João Aparecido Bazolli / Universidade Federal do Tocantins

Charrete Lago Norte: Luta pelo Direito à moradia Haroldo Pereira, Laryssa Simão, Máira Silva. Orientação: Ana Carla Bottura / Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos; João Bazolli, Olivia de Campos Maia Pereira e Tânia Lemos / Universidade Federal do Tocantins

Novxs arquitetxs e seus Interesses: os TCCs/TFGs produzidos por egressos da UNILA, da UFFS e da URFJ Lucca Grzeczeczen. Orientação: Andréia Moassab / Universidade Federal da Integração Latino-Americana

O reconhecimento, a reintegração e a reapropriação dos rios à paisagem urbana Matheus Rodrigues, Rafaela Lessa, Rodrigo Delfino, Mariana Valicente, Alain Flandes. Orientação: Vera Tangari / Universidade Federal do Rio de Janeiro

Palmas irregular, pelo direito à cidade. Panorama dos assentamentos irregulares. A contribuição da Universidade Olivia de Campos Maia Pereira, Mariela Cristina Ayres de Oliveira e João Aparecido Bazolli / Universidade Federal do Tocantins

Políticas de Género y Combate a la Violencia contra la Mujer: Estudio de Caso Casa da Mulher Brasileira y Ciudad Mujer (El Salvador) Dinora B. Rodríguez Rivera. Orientação: Andréia Moassab / Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Projeto Raios de Sol Desenvolvimento orgânico, solidário e autogestionário Édi Augusto Benini, Marcos Antonio dos Santos e Olivia de Campos Maia Pereira / Universidade Federal do Tocantins

Zonzo – investigadores urbanos: um dispositivo de apreensão urbana construído em parceria com crianças residentes no Morro da Babilônia, Rio de Janeiro Carolina Azevedo Movilla e Julia Sant’Anna Gomes de Rezende / Universidade Federal do Rio de Janeiro

POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITÓRIO, DIREITOS HUMANOS E SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

1. Texto da Relatoria
2. **Comunidade Kamba Cúa (PY), Palenque San Basílio (CO) e Quilombo Apepur (BR): Espaços de resistências afro latina.** Raquel Souza
3. **La Vivienda Social Producida por el Estado VS el Vivir Bien en Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.** Carlos López e Miriam Chugar
4. **Kuña Paraguai Roga.** Ruth Cañete
5. **Raperas sudacas e o espaço urbano.** Ariana Mara da Silva e Laila Rosa
6. **Reflexões sobre a questão urbana na tríplice fronteira: globalização, fragmentação e militarização.** André Luis André

7. **Os circuitos superiores e inferiores da economia urbana na Tríplice Fronteira.** Gilmar Almeida
8. **Relações entre política, violência e planejamento urbano.** Juliana Marques e João Paulodos Santos
9. **Uma Experiência de Ensino de Arquitetura e Urbanismo em Córdoba, Argentina: o Taller Total.** Sylvia Dobry-Pronsato e Nora Zoila Lamfri
10. **Enseñaza del paisajismo en Brasil.** Mariela Peña/
11. **Arquitectura, diseño y representaciones espaciales.** Oswaldo Freitez

HÁBITOS DE MORAR E DE CONSTRUIR NO CONTEXTO LATINO-AMERICANO. Relatoria de Céline Veríssimo e Miriam Chugar.

1. Texto da Relatoria/em espanhol e português
2. **Modernidade, Espaço Rural, Arquitetura e suas Relações de Gênero.** Maicon Rugeri
3. **Arquitetura Tradicional de Ouro Preto: preciosa por ser negra.** Rodrigo Nogueira e Flora Passos
4. **Arquitetura em transe: A obra incompleta afro brasileira.** Maurício dos Santos
5. **Assessoria Técnica na Tríplice Fronteira e a Atuação Universitária.** Tiago Bastos e Gabriel da Cunha.
6. **Hábitos de Vivir y Construir del Pueblo Indígena Chiquitano del Departamento de Santa Cruz, Bolívia.** Roger Hoyos e Miriam Chugar
7. **La casa indígena de los Uru Chipayas.** Victor Quispe
8. **El pueblo Uru-Chipaya en Oruro, Bolivia: convivencia de dos realidades urbanas.** Álvaro Balderrama
9. **Arquitectura Amerindia.** Nicole Garay
10. **Urbanização periférica como produtora de novos lugares pedagógicos** Cláudio Ribeiro, Rosângela Cavallazzi, Lígia Ferreira, Giulia Panno, Paula e Souza, Lucas Fontes

POLÍTICAS PÚBLICAS, TERRITORIO, DERECHOS HUMANOS Y SOCIALES EN AMÉRICA LATINA²

Por Ana Paula do Val³ y Dinora Beatriz Rodríguez⁴

Dentro de los objetivos propuestos en el I Encuentro Internacional del grupo de Estudios Multidisciplinares en Urbanismo y Arquitecturas del Sur se encuentra la profundización en el debate e intercambio de artículos y pesquisas entre estudiantes, profesores, e investigadores nacionales de diferentes instituciones como: UFC, UFBA, UFMG, UFOP, UFSJ, UTFPR, UNIFESP e internacionales como: Argentina, Bolivia, Cabo Verde; Paraguay; Venezuela; cada presentación aportando en el intercambio también de experiencias del sur y contribuyendo en al debate de éste GT.

A continuación, se abordan puntos centrales dentro de los trabajos presentados en el Grupo de Trabajo sobre “Políticas Públicas, Territorio, Derechos Humanos y Sociales en América Latina”, el cual contó con la presentación de diez investigaciones.

“Comentarios sobre la cuestión urbana en ciudades transfronterizas”, el objetivo del trabajo es investigar las dimensiones de producción y reproducción del espacio urbano en la triple frontera entre Brasil, Paraguay y Argentina; focalizando las ciudades fronterizas de Foz do Iguazu, Ciudad del Este y Puerto Iguazú. Se considera el contexto urbano de la Triple Frontera, la globalización y el proceso de internacionalización de los negocios paralelo a la planeación de estas ciudades para la realización del lobby del turismo, operadores y especuladores inmobiliarios, inversionistas en agronegocios; la abertura de lo lícito e ilícito también destacando el multiculturalismo y la fragmentación y segregación cultural que se refleja en ésta triple frontera.

El artículo sobre “Raperas sudacas y el espacio urbano” tratando sobre la interseccionalidad entre rap y ciudad, la importancia de la ruptura con el colonialismo en América Latina y el aporte que el Hip Hop en ese proceso. Tratando también aportes y críticas de la autora Maria Lugones sobre colonialidad, racismo, la dominación de la élite blanca. Relacionando además el proceso de conformación de las ciudades y con ello la segregación, el tema de la industrialización, las migraciones y la acumulación del capital.

El trabajo sobre “la producción habitual del Estado vs. el Buen Vivir en Santa Cruz de la Sierra” tiene como objetivo comprobar si los nuevos proyectos habitacionales responden al contexto cultural y medioambiental, para el buen vivir de la población, en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra. El trabajo apoyado con el estudio de campo realizado en la Urbanización Vallecito II, a 10 kilómetros de la ciudad. Y analiza el Primer Plan de Desarrollo en Santa Cruz de la Sierra, el Programa Nacional de Habitación y el Programa Nacional de Habitación Solidaria.

La investigación “Los circuitos superiores e inferiores de la economía urbana en la Triple Frontera” tiene como objetivo el análisis de las movilidades e inmovilidades en la Triple

² Relatorio GT: Políticas Públicas, Territorio, Derechos Humanos y Sociales en América Latina.

³ Maestra en Estudios Culturales por la EACH-USP. Email: anap.doval@gmail.com

⁴ Estudiante de Maestría en Políticas Públicas y Desarrollo. Universidad Federal de la Integración Latino Americana (UNILA). Email: dinorabrodriguez@gmail.com

Frontera pactadas por el Nex Molilities Paradigm además de la elaboración de cartografías que representen los circuitos superiores (bancos, comercios, servicios, etc.) e inferiores (servicios y comercios precarizados) de la economía urbana. Presentando un circuito de imágenes sobre la Triple Frontera paralelo a los paisajes en las zonas periféricas.

El trabajo presentado sobre las “relaciones entre política, violencia y planeamiento urbano”, se propone el análisis del planeamiento urbano como instrumento estatal que actúa como dispositivo entre interlocución entre el estado y los movimientos sociales, y como parte de la violencia del estado que permite la manutención de privilegios y concentración de poder. Tratando el pensamiento y la producción del espacio versus el derecho urbanístico dentro del alcance técnico de normalización de lo cotidiano.

En el artículo sobre “enseñanzas del paisajismo en Brasil” se analizaron 26 revistas en línea más 11 revistas físicas, donde se analiza la presencia de las mujeres en el área, con el objetivo de relacionar la temática del paisajismo con la enseñanza de la disciplina de Proyecto de Paisajismo a los debates sobre género y espacio.

El trabajo "arquitectura, diseño y representaciones espaciales: una comparación entre mapas y otros dibujos" donde se propone ver el mundo desde una óptica decolonial y no reproducir las representaciones espaciales en la arquitectura y el urbanismo sino hacer un cuestionamiento de esas reproducciones desde la colonialidad del saber/poder por medio de sus diferentes gráficas, plantas, cortes, fachadas.

El artículo "comunidad kamba cúa (Py), Palenque San Basilio (Co) y Quilombo Apepu (Br)" tiene por objetivo presentar los territorios afrolatinos en cuanto al espacio de resistencia frente a las investidas neoliberales; abordando conceptos como estigmas sociales sobre las comunidades negras e indígenas además de analizar los distintos contextos históricos-culturales en los que estas comunidades se conformaron.

El trabajo “Kuña Paraguay Roga”, tiene como objetivo general visualizar y fortalecer el debate sobre la dificultad que enfrentan las madres solteras dentro del espacio universitario y como puede la arquitectura y el paisajismo aportar en la promoción de la igualdad de género y los derechos de la mujer y del niño/a, visando la existencia de espacios de apoyo para el desarrollo de la autonomía de las madres solteras y sus hijos/as, disminuyendo su situación de vulnerabilidad social.

Finalmente, el trabajo “una experiencia de enseñanza de Arquitectura y Urbanismo: el Taller Total”, tiene como objetivo la presentación del Taller Total de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad de Córdoba, haciendo una discusión sobre la enseñanza de la Arquitectura y Urbanismo y la importancia del análisis de esas áreas desde la sociedad y sus necesidades.

COMUNIDADE KAMBA CÚA (PY), PALENQUE SAN BASÍLIO (CO) E QUILOMBO APEPU (BR) - Espaços de resistências afro latina⁵

Por Raquel Santos Souza

Este trabalho tem por objetivo apresentar os territórios afro latinos em Palenque San Basílio na Colômbia, do Quilombo do Apepu no Brasil, e, da Comunidade Kamba Cúa no Paraguai como espaços de resistências. Ao partir do contexto de formação de tais espaços, pretendeu situar o leitor e leitora quanto as particularidades de cada território.

O contato com essas comunidades se realizou por meio de visitas locais, nas quais inferiu-se que a relação – comunidade/ território é parte fundamental de tais ambiências.

Entendeu-se a exigência por reconhecimento e proteção estatal como parte do processo de reparação histórica em respeito à memória de resistência dessas comunidades, nos quais, tais exigências tornaram-se parte da dinâmica local.

Observou-se que a defesa territorial atua como importante forma de resistência, porque para esses, o espaço físico é parte vital no processo de vir-a-ser dessas comunidades.

Introdução

O período pós-abolição da escravatura nas Américas a partir do ano de 1791, não implicou a liberação dos espaços subalternizados antes ocupados. As favelas sucederam às senzalas, e sempre nas margens, ou em regiões periféricas do centro, lá estão os “negros e seus locais” no espaço urbano. O “lugar de negro” no tempo colonial correspondia ao não lugar do *senhor* – ou seja, à senzala, à cozinha ou o local de produção.

Nas sociedades atuais esses espaços se converteram nas cidades dormitórios, favelas, fábricas escuras, mas é dentro das prisões, hospícios e cemitérios que a exclusão nega a esses sujeitos suas faculdades políticas (Gonzalez, L; Hasenbald, C. 1982 P15-16). Contudo, pensar o “lugar de negro” é também, visibilizar as conquistas territoriais oriundas das formações palenqueiras, quilombolas e comunidades negras.

As perguntas *onde* e *como vivem* essas populações negras são cruciais para entender este trabalho, principalmente porque os estigmas sociais em torno das comunidades negras, quilombolas ou palenqueiras, para o caso colombiano, se mantiveram para além dos séculos XVI-XIX- auge de sua opressão.

A existência da população negra ainda hoje se contrapõe com os interesses das elites, afinal, como bem disse o rapper Sabotage, “a maior malandragem do mundo é viver”. Esses espaços se materializam em espaços de preservação cultural sem os quais as ambiências das populações seriam impossíveis.

⁵ Este trabalho foi realizado no contexto do projeto de extensão Cartografias do Devir no Quilombo Apepu, coordenado por Andréia Moassab e Tiago Bastos, com o apoio da PROEX/UNILA

É em meio a criação-de-animais domésticos, fornos externos, rodas na varanda que compõem esses espaços, que a vida acontece. Nas cozinhas externas é onde se prepara a *enyucada*², prato típico da culinária palenquera; no *monte*³, local de trabalho de homens e mulheres nos relevos de Kamba Cua e Palenque San Basílio. Nesses locais as crianças brincam, ao passo que aprendem os ofícios com os pais e transitam em meio as práticas culturais ancestrais.

² *Enyucada* prato típico de Palenque, consiste em um doce a base de mandioca e coco, podendo conter queijo.

³ *Monte* assim chamado por seu relevo, local de plantio dos alimentos como mandioca, milho, abóbora.

Objetivos

O objetivo geral é destacar porque a luta pelas terras é primordial para o devir das comunidades afrolatinas de *Kamba Cúa (PY)*, *Palenque de San Basílio (CO)*, e o *Quilombo Apepu (BR)*.

Os objetivos específicos são apontar como tais espaços corroboram para desenvolvimento dessas ambiências e descrever os elementos que se contrapõem ao modelo de modernidade imposta.

Metodologia

Para este estudo foram realizadas visitas locais à Comunidade de Kamba Cúa (Py), ao Palenque San Basílio (Co) e ao Quilombo do Apepu (Br) com o objetivo de conhecer suas vivência. Ao observar-se as estruturas espaciais que sitiam as regiões buscou-se as interações sociais promovidas por ele.

O uso dos escritos de Boaventura (2007) e Escobar (2015) nos permitem entender os aspectos socioculturais e econômicos que possibilitam observar tais espaços como vias alternativas ao sistema capitalista vigente.

Para Boaventura (2007), os saberes subalternizados, assim como; a prática do *Bien vivir* para as populações andinas no Sul de América, expressam-se como contraponto a hegemonia ocidental.

Assim como, na obra de Quijano (2011) a experiência social alternativa proposta por tais comunidades, apenas tem sentido se forem entendidas como algo primordial para Des/colonialidad do Poder.

Resultados

Os quilombos e palenques representam as primeiras experiências de liberdades vivenciada pelos negros na América por Abdias do Nascimento (1980).

A relação estabelecida entre os territórios e essas comunidades se descreve no que ponderou Arturo Escobar (2015), no *sentir-pensar com a terra*:

La perseverancia de las comunidades y movimientos de base étnico-territorial involucran resistencia, oposición, defensa, y afirmación de los territorios, pero con frecuencia puede ser descrita de forma más radical como ontológica. Igualmente, aunque la ocupación de territorios colectivos usualmente involucra aspectos armados, económicos, territoriales, tecnológicos, culturales, ecológicos, su dimensión más importante es la ontológica (ESCOBAR, 2015)

Kamba Cúa que pode ser traduzido do Guaraní por “Terra de Negro” está localizada a 24 quilômetros da capital do Paraguai. A arquitetura predominante no local é constituída por casas de alvenarias, mais ocidentalizada do que aquelas encontradas nas demais comunidades estudadas.

A cientista social Mariana Leguizamón Peralta em seu texto “Por la defensa territorial: comunidad, territorio y patriarcado”, contextualiza a formação da comunidade de Kamba Cúa em contraposição à invisibilidade historiográfica a respeito dos e das afrodescendentes no Paraguai.

O fato da comunidade ter sido formada a partir da chegada de Artigas e 200 ex-escravizados saídos do Uruguai no ano de 1820, fez do local refúgio político do militar, cultural e ideológico dos ex-escravos. O território por estar próximo a capital do país, já se encontra sitiado por muitas pessoas que chegaram depois.

A capela dedicada a San Baltasar, ou o santo Camba; também é um importante referencial em Kamba Cua. Mas é, com as palavras de Lourdes Díaz; afroparaguaia, para quem o discurso em torno da identidade está *mas allá de las polleras y los tambores*; por fazer parte de um conjunto de práticas e saberes ancestrais.

Percorrendo a região encontrou-se algumas casas mais antigas como a do morador Luciano Gonçalves, 62 anos. A casa em tijolo adobe, de barro e madeira, telhado em telha de alumínio. A estrutura física contrasta bastante com as casas vizinhas.

Na casa existem duas cozinhas: uma interna que serve de depósito de alimentos e utensílios e outra no exterior com forno e geladeira em uma parte coberta. No espaço exterior existe um barril com água parada para uso da cozinha e do banheiro, este dividido em duas partes, uma usada para o vaso sanitário e outra para o banho.

Os afro paraguaios enfrentam hoje os desafios de manutenção de suas práticas, a mais comum delas as danças tradicionais e o uso de tambores.

A comunidade de Kamba Cúa e San Basílio Palenque diferem em si tanto em sua formação social quanto espacial. Palenque San Basílio está localizado no município de Mahates-Bolívar a 50 quilômetros ao sul da cidade de Cartagena. Sua população é

constituída majoritariamente de descendente de escravizados/as, fugitivos/as do regime escravocrata espanhol, sob a liderança de Benkos Biohó no século XVII.

Para o pesquisador colombiano Luiz Ricardo Navarro Diaz a sociedade palenqueira não está caracterizada por um aglomerado de gente dentro de uma estrutura organizada. E que, menos ainda mantenha suas relações de poder de maneira vertical, como visivelmente vemos nos espaços vizinhos:

A sociedade de Palenque está caracterizada por estruturas que definem relações de poder, que não se exerce com palavras, se não que implica uns modelos materiais. Mas ademas das estruturas estão as agências, é dizer, reconhecer o rol de indivíduos e o rol das relações humanas: relação indivíduo - indivíduo, relação indivíduo- sociedade. A sociedade não é apenas individuo e não é apenas estrutura, se não que a sociedade é individuo e é estrutura. E, tal como expliquei anteriormente, essa sociedade põem limitações aos agentes. Logo, existe uma interação casual entre estruturas e agentes que, simultaneamente decidem quais são as instituições.(NAVARRO DIAZ 2012, tradução nossa)

Que permite inferir que as instituições presentes em Palenque, mesmo que Diaz não as definas, se tratam de estruturas como processos formação contínua e plural dos seus sujeitos. Algo não restrito apenas as agências estabelecidas, mas que seus habitantes também participam da formação dessas instituições.

Refletir sobre os saberes palenqueiros, e ponderar suas múltiplas formas de articulações, seja através do dialeto local, dos rituais fúnebres nos permite perceber que a interação das praticas e do espaço físico é algo crucial para seus praticantes. Para sociedades como Palenque San Basílio; o discurso em torno do nacional não possui tanta influência quanto o discurso em torno do local.

Algo que poderia ser explicado por Foucault (2008, p. 105- 106) em, *O Estado não é um universal, o Estado não é em si uma fonte autônoma de poder, (...) não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas (p105-106 grifo nosso)*. Porque segundo ele, ao Estado lhe falta *essência*, e isso, por não haver interior, ou o que Foucault chamou de entranhas.

Sobre arquitetura local de Palenque destacou-se as casas tradicionais feitas com bejuco Malibú (madeira local), barro misturado ao esterco, a adição do esterco ao barro, conhecimento milenar, garante maior resistência e durabilidade do barro para a construção civil, e depois são cobertas com folha de palmas. O interior é composto por cozinha, alguns dormitórios e uma pequena sala o que sugere um ambiente mais reservado e íntimo aos domésticos.

Em seu exterior encontramos a cozinha (principal), um banheiro com duas divisórias e o quintal. No quintal vivem as criações de porco ou galinha, é também o local do plantio de ervas medicinais tais como boldo, camomila, erva cidreira é realizado. Ainda no exterior encontra-se o tanque com água que serve à lavagem dos utensílios domésticos e o forno aonde se cozinha.

Deve-se observar que as novas casas construídas pelo governo no local em alvenaria com cozinha e banheiro no interior, representam uma diferença significativa de temperatura entre as duas tipologias. Não se trata apenas uma mudança na sensação térmica, ela reflete uma mudança significativa na interação familiar-social dessa comunidade no que diz respeito interação espacial. Algo que abordei melhor no próximo caso, no território do Quilombo do Apepu.

O quilombo Apepu na região Oeste do Paraná também sofre hoje com as implementações estatais. O quilombo se estabeleceu depois da chegada da família Correia à região. De acordo com as entrevistas realizadas com a moradora, matriarca Dona Auroura Correia, pelas educadoras Solange Portz e Valdirene Reimann Decurgez (2015), o local foi entregue à família como forma de pagamento aos serviços prestados pelo avô, que havia sido sargento do Exército:

[D. Aurora] conta em entrevista, que seu avô, sargento do Exército, veio transferido de Curitiba no ano de 1905, com o objetivo de trabalhar na instalação da linha telegráfica que chegaria até Foz do Iguaçu. Ao término da obra, teria recebido oitenta alqueires de terra, dos quais restaram apenas vinte alqueires, onde, atualmente, encontra-se a comunidade Apepu (PORTZ,S.DECURGEZ,V. 2015, p.3)

A criação do Parque Iguaçu na região também resultou na diminuição das terras quilombolas:

Quando a propriedade foi adquirida pelo avô de Dona Aurora, localizava-se onde hoje encontra-se a área pertencente ao Parque Nacional do Iguaçu, criado em 1939. Devido a esse fato, as famílias da comunidade tiveram que se deslocar para uma área próxima ao parque.(PORTZ,S. ET al,V. 2015 P3)

Hoje que a interferência ocasionada pela construção do Parque de Itaipu e as plantações que rodeiam o quilombo acabaram por reduzir o espaço do quilombola. A comunidade se encontra pressionada pelas demarcações do Parque de Itaipu, e ainda enfrenta o descaso estatal frente as suas demandas.

A implementação dos modelos governamentais dentro de tais sociedades, sem o devido acompanhamento tendem a descaracterizar a formação espaciais tradicionais. Sobre essas intervenções Boaventura (2007) adverte que precisamos refleti-las sob contexto da ecologia de saberes:

Sempre que há intervenções no real que podem, em teoria, ser levadas a cabo por diferentes sistemas de conhecimento, as escolhas concretas das formas de conhecimento a privilegiar devem ser informadas pelo princípio de precaução, que, no contexto da ecologia de saberes, deve formular-se assim: deve dar-se preferência às formas de conhecimento que garantam a maior participação dos grupos sociais envolvidos na concepção, na execução, no controle e na fruição da intervenção. (SANTOS, 2007 P.31)

E pensá-los dentro da ecologia de saberes, seria pensá-las dentro dos conjuntos culturais e sociais ocidentais e não ocidentalizados. É preciso perceber que a prática sociocultural esta interligada ao território. Sendo assim, a observância de fatores internos

antes de qualquer implementação é fundamental, já que podem comprometer tais ambiências. Vale pensar também que

a coexistência de diferentes temporalidades ou durações em diferentes práticas de conhecimento requer uma expansão da moldura temporal. Enquanto as modernas tecnologias tendem a favorecer a moldura temporal e a duração da ação estatal, tanto na administração pública como na política (o ciclo eleitoral, por exemplo), as experiências subalternas do Sul global têm sido forçadas a responder tanto à curta duração das necessidades imediatas de sobrevivência como à longa duração do capitalismo e do colonialismo. (SANTOS, 2007 P. 31)

Assim, a resistência diária das comunidades de Kamba Cua, Quilombo do Apepu ou Palenque San Basílio se contrapõem aos modelos vigentes de capitalismo, porque suas vidas se voltam a não colonialidade de seus seres (Quijano 2008).

Assim como tantas praticas decoloniais, o uso da língua palenqueira, a utilidade das varandas, o preparo dos doces, a manutenção-preservação dos espaços e arquiteturas significam hoje um desafio a seus habitantes, e um empecilho aos ditos estados-nações. Porque tais praticas não condizem ao que se espera do civil ocidentalizado.

Referências

ESCOBAR, A. Territorios de diferencia: la ontologia política de “los derechos al territorio”. 2015. ed. [S.l]: **Revista da UFPR**, V.35,2015.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos Alfredo. **Lugar de Negro**. Editora Marco Zero, 1982.

LEGUIZAMÓN PERALTA, Mariana Isabel. **Por la defensa territorial: Comunidad, territorio y patriarcado**. Un estudio de caso de la comunidad afroparaguaya Kamba Cúa de loma campamento. 2016. 78.

NAVARRO DIAZ, Luis Ricardo. Una mirada a las instituciones de San Basilio de Palenque (Colombia) a través de los postulados de Douglass C. North y Thorstein Veblen. **Revista de Economía del Caribe**, n. 9, p.162-200, 2012.

PORTZ, Solange; DECURGEZ, Valdirene Relmann. O QUILOMBO APEPU- MEMÓRIA E REPRESENTAÇÃO DE UMA COMUNIDADE.2015.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. 2000.

QUIJANO, Aníbal. " Bien vivir": entre el" desarrollo" y la des/colonialidad del poder (Tema Central). 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estudos-CEBRAP**, n. 79, p. 71-94, 2007.

LA VIVIENDA SOCIAL PRODUCIDA POR EL ESTADO VS. EL VIVIR BIEN EN SANTA CRUZ DE LA SIERRA, BOLIVIA

Carlos Alberto López Guevara⁶ y Irma Miriam Chugar Zubieta⁷

1. Introducción

El concepto de “vida digna” para las personas engloba aspectos que tienen que ver con la cultura, seguridad alimentaria, afectividad, participación, etc., pero fundamentalmente, la dignidad de una persona, tiene como base una vivienda adecuada a las exigencias de la vida en sociedad, a partir del núcleo familiar. Por tanto, el Estado a través de sus instancias gubernamentales, debe garantizar el acceso a la vivienda digna a todos los sectores de la población, especialmente a los más vulnerables.

Según Álvaro Gutiérrez Vacaflores (2013), “el déficit habitacional en Bolivia aproximadamente llega a un millón de viviendas, demandando por año 100.000 unidades de viviendas nuevas”. En el departamento de Santa Cruz el déficit llega alrededor de 100 mil viviendas, exigiendo aproximadamente 8.000 viviendas nuevas por año. En términos cualitativos el déficit aún es mayor. Los programas de vivienda social del Estado, desde su constitución hasta fines del siglo XX, no consiguieron cubrir el déficit cuantitativo, mucho menos el déficit cualitativos, que hasta fines del siglo pasado los proyectos de vivienda social eran diseñados en la sede de gobierno para todo el país, sin considerar las características de la región.

En el presente siglo XXI, si bien los programas de vivienda social del Estado continúan produciendo con el fin de resolver el déficit habitacional, aun no consiguieron cubrir la demanda. El cuadro a seguir presenta el resumen de la gestión de cada programa hasta la fecha.

Cuadro 01: Programas de Vivienda Social en Bolivia - Siglo XXI

PERIODO	D.S	DESCRIPCIÓN	Nº VIVIENDAS
1998-2001	Nº 24935	Programa Nacional de Subsidio a la Vivienda (PNSV)	12.808
2001-2006	Nº 27333	Programa de Financiamiento de Vivienda (PFV)	7.998
2006-2013	Nº 28794	Programa de Vivienda Social y Solidaridad (PVS)	53.227
2013-A la fecha	Nº 0986	Agencia Estatal de Vivienda (AEVIVIENDA)	46.923

Fuente: Elaboración propia en base a datos del MOPSV⁸, 2017.

⁶ Integrante de la Sociedad de Investigación Científica Estudiantil de Arquitectura – SICEA, de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, regional Santa Cruz. Carlitos60lopez@gmail.com

⁷ Profa. Dra. Orientadora y Coordinadora de la SICEA, de la Universidad Católica Boliviana, “San Pablo”, regional Santa Cruz. Imchz.ufrrj@gmail.com

⁸ Ministerio de Obras Públicas, Servicios y Vivienda.

En 2007, mediante Decreto Supremo Nº 29272 se aprueba el “Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien”. A partir del cual,

El estado en todos sus niveles de gobierno, promoverá planes de vivienda de interés social, mediante sistemas adecuados de financiamiento basándose en los principios de solidaridad y equidad, estos planes se destinarán preferentemente a familias de escasos recursos, a grupos menos favorecidos y al área rural. (AEVIVIENDA, 2017).

La ciudad de Santa Cruz de la Sierra en las últimas décadas ha sido receptora de la población migrante tanto de áreas rurales, del interior del país como del exterior. Por un lado el crecimiento demográfico y por otro, las continuas migraciones fueron originando la expansión urbana de la ciudad, y en consecuencia generando la falta de infraestructura de servicios y vivienda, como indica el PDES 2006/2020, solo el 60% de las familias cuenta con vivienda propia, el resto de las familias viven de alquiler, contrato anticrítico, cedida o en casa de parientes.

Si bien la oferta de lotes es extensa, no existen alternativas de crédito para la construcción de viviendas, debido a que las ofertas de financiamiento requieren de muchas exigencias, que en la mayoría de los casos son inaccesibles para la población de bajos recursos.

Con relación al “Vivir bien” pregonada por el actual gobierno, la Fundación Abril (2013)⁹, describe al respecto que el termino remite a un modo de vida basado en principios de reciprocidad, complementariedad y equilibrio, que se construye a partir de la economía plural, el Estado Plurinacional, una sociedad sin clases sociales, solidaria y participativa, fruto de un proceso histórico de construcción social.

Para entender la relación de la “Vivienda Adecuada” en el ámbito internacional, Vs. el “Vivir Bien” en Bolivia, fue realizado el siguiente cuadro.

Cuadro 02: La “Vivienda adecuada” Vs. El “Vivir Bien”

VIVIENDA ADECUADA	VIVIR BIEN
Seguridad Jurídica de la Propiedad contra el desalojo, el hostigamiento y otras amenazas.	Modo de vida basado en principios de reciprocidad, complementariedad y equilibrio.
Accesibilidad a los grupos sociales en desventaja o desfavorecidos a los recursos adecuados para conseguir una vivienda.	Satisfacción plena de necesidades materiales.
Localización de la vivienda en lugares que faciliten el acceso a opciones de empleo y servicios sociales.	Realización espiritual y afectiva plena.

⁹ Fundación Abril (22 de marzo de 2013). Escuela del pueblo- el concepto de vivienda social para vivir bien [mensaje en un blog]. Recuperado de <http://www.fundacionabril.org/areas-de-trabajo/escuela-del-pueblo/el-concepto-de-vivienda-social-para-vivir-bien-2/>

Habitabilidad, ofreciendo un espacio adecuado que proporcione protección frente a las variaciones climáticas y otras amenazas para la salud.	Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad entre el individuo, la familia y la comunidad.
Disponibilidad de servicios básicos, materiales de construcción e infraestructura.	Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad entre el ser humano y la madre tierra.
Adecuación cultural del proyecto de vivienda incorporando en la construcción el acceso a los servicios tecnológicos modernos sin interferir en la dimensión cultural.	Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad, en la construcción de las identidades.

Fuente: Elaboración propia en base a datos de PIDESC¹⁰, 1966 y CPEP¹¹, 2009

2. Objetivo

La presente investigación analiza la producción habitacional del Estado durante el siglo XXI, versus el “vivir bien” pregonado por el actual gobierno en Bolivia. El objetivo es verificar si los nuevos proyectos de habitación social construidas por el Estado además de satisfacer las necesidades de los usuarios, responden al contexto cultural y medioambiental, para el “buen vivir” en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra, Bolivia.

3. Metodología

La metodología empleado fue de Análisis Post-Ocupación (APO), como un instrumento que retroalimenta el proceso de proyecto, a partir del reconocimiento de aspectos positivos y negativos del ambiente construido. Es un método que se adapta a cualquier contexto, identificando además de los aspectos técnico-constructivos, funcionales y de confort ambiental, aspectos comportamentales relacionados con la satisfacción del usuario.

Por tanto, el APO es una metodología eficaz para la elaboración de diagnósticos que favorecen las recomendaciones y directrices basadas en las necesidades afectivas de los usuarios. Para el análisis adopta métodos¹² y técnicas¹³ que generan resultados tanto cualitativos, como cuantitativos, los cuales comparados entre ellos aumenta la confiabilidad de los diagnósticos finales. (ORNSTEIN, BRUNA Y ROMERO, 1992).

La presente investigación fue realizada a partir del levantamiento de campo¹⁴ de dos estudios de caso, aplicando los siguientes métodos y técnicas: Visitas de observación al lugar,

¹⁰ Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales - PIDESC.

¹¹ Constitución Política del Estado Plurinacional - CPEP.

¹² En el contexto de las ciencias, el método constituye el camino para aproximarse a algún objeto de estudio, siendo que los métodos múltiples implican en caminos distintos para llegar a un mismo objeto de estudio. (GUNTHER, ELALI Y PINHEIRO, 2008).

¹³ Procedimientos adoptados para implementar los métodos. Por ejemplo, en estudios de APO, se adoptan métodos de observación. Se puede utilizar para tanto técnicas de registro como los mapas de comportamiento, video, fotografía, croquis, diario de campo, es decir, método y técnica son conceptos distintos, aunque a menudo se emplean como si fueran sinónimos, sobre todo por los investigadores en arquitectura y Urbanismo. (Ornstein; Bruna y Romero, 1995).

¹⁴ Procedimiento para el estudio del comportamiento fuera de laboratorio.

entrevistas a personas claves, registro fotográfico, levantamiento físico y la aplicación de un cuestionario¹⁵.

El cuestionario fue estructurado en 5 partes, “con diferentes formas de preguntas para establecer un sistema complementario y así facilitar las interpretaciones de los resultados con mayor seguridad” (CHUGAR, 2006, p.110). La primera y segunda parte del cuestionario fue, realizada a partir de la observación; la tercera parte compuesta de 6 preguntas abiertas, para evaluar los espacios físicos y funcionales de la vivienda; 2 preguntas relacionadas con el ‘*vivir bien*’, con la intención de comprobar la hipótesis planteada, y la cuarta parte, para conocer el perfil de los usuarios.

Posteriormente fueron realizadas la sistematización y análisis de las informaciones obtenidas. Es importante resaltar que la triangulación de los diferentes procedimientos metodológicos fue importante para obtener los resultados.

4. Estudios de Casos:

Considerando que la delimitación temporal del presente estudio comprende el siglo XXI, (2000 a 2016), para el desarrollo del levantamiento de campo fueron seleccionados dos estudios de caso: la Urbanización Vallecito II, proyecto del Programa de Vivienda Social y Solidaria (PVS), que gestiona en el periodo de 2006 a 2013; y el Barrio San Jorge, proyecto desarrollado por la Agencia Estatal de Vivienda (AEVIVIENDA), que gestiona desde 2013 y a la fecha continúa gestionando. Ambos conjuntos habitacionales se encuentran localizados en la periferia de la ciudad de Santa Cruz de la Sierra (Fig. 01).

¹⁵ la aplicación de cuestionarios ha sido uno de los procedimientos más comunes para la recolección de informaciones sobre el grado de satisfacción de los usuarios con su entorno habitacional, debido a su adecuación para recoger una cantidad significativa de datos, que pueden ser comparados y analizados de forma cualitativa y cuantitativa.

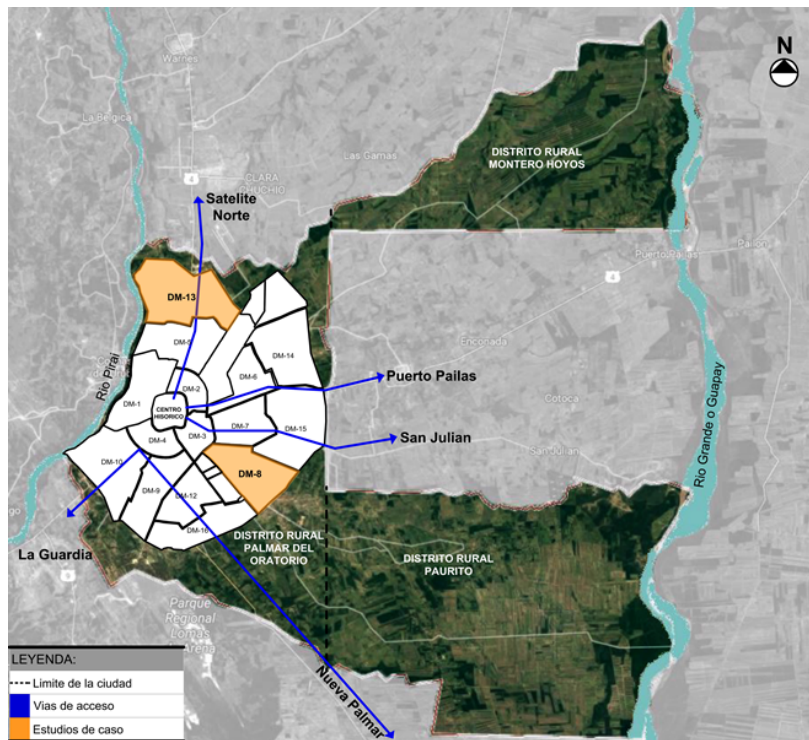
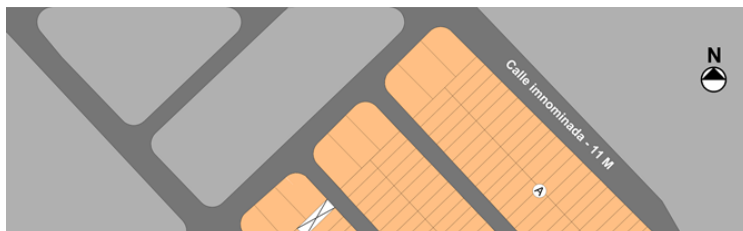


Figura 01: Localización de Vallecito II y Barrio San Jorge en la ciudad de Santa Cruz
Fuente: Elaboración propia en base a GOOGLE MAPS

4.1 ESTUDIO DE CASO 1: Urbanización Vallecito II (PVS)

La elección del estudio de caso fue definida de acuerdo a los siguientes criterios: gestionado por el Programa de Vivienda Social y Solidaria (PVS); implantado hace más de 10 años; el perfil de los moradores es diverso; y se encuentra localizado próximo a la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”. La Urbanización Vallecito II está implantada en el Distrito 13¹⁶, zona noreste; conectada con el centro de la ciudad por una vía asfaltada de alto tráfico vehicular, conocida como “la carretera al norte” vinculada a una vía secundaria, Av. G77. El acceso al conjunto habitacional se realiza mediante transporte público de dos líneas de micros (22 y 71) y taxi-trufi. Presenta una población aproximada de 25.000 habitantes.



¹⁶ Conformado por 32 barrios y 8 comunidades, es uno de los distritos con participación municipal más residente.



Figura 02: Planta general de implantación – Urbanización Vallecito II
Fuente: Elaboración propia

La urbanización presenta vías secundarias de tierra y calles internas de 6m de ancho, las cuales en épocas de lluvia se tornan inaccesibles. Está conformado por 4 manzanos y 110 unidades de vivienda de interés social, implantados en lotes de aproximadamente 224m², (88x28m²). Cuenta apenas con un pequeño parque infantil, autoconstruido con materiales reciclados por los propios moradores y espacios libres sin uso.

Actualmente presenta dos tipologías de vivienda, para un mejor estudio fueron clasificadas en tipo A y B. La tipología “A” (Fig. 03), mantiene el proyecto original, mientras que la tipología “B” (Fig. 04), presenta alteraciones diversas, desde la ampliación de cubierta, tipo galería, o cerramiento completo.

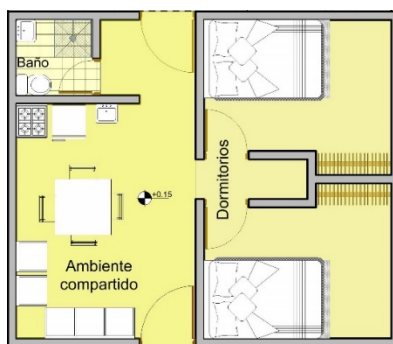


Fig. 03: Vivienda “A” - Planta
Fuente: Elaboración propia



Fig. 04: Vivienda “A” - Vista
Fuente: Foto del autor

Cabe resaltar que la variedad tipológica es resultado del abandono de obras por la empresa ejecutora, obligando a los adjudicatarios concluir de acuerdo a sus posibilidades.



Fig. 03: Vivienda "B" - Planta
Fuente: Elaboración propia



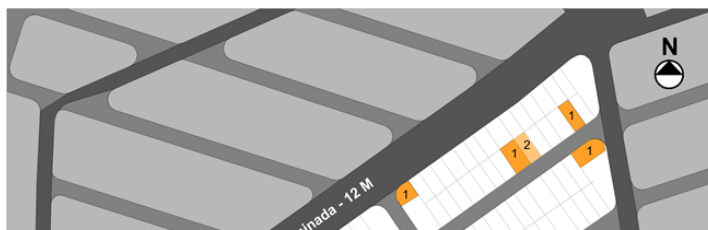
Fig. 04: Vivienda "B" - Vista
Fuente: Foto del autor

Fueron realizadas 46 entrevistas, a un representante por familia. Se puede definir a los usuarios entrevistados como una muestra heterogénea; este aspecto conforme muestran las figuras son reflejo en sus viviendas.

4.2 ESTUDIO DE CASO 2: Barrió San Jorge (AEVIVIENDA)

La elección del estudio de caso fue definida de acuerdo a los siguientes criterios: Proyecto de la Agencia Estatal de Vivienda (AEVIVIENDA); tipo subsidio (El programa dispone el 50% del costo de construcción y el beneficiario contribuye con la mano de obra); presenta dos modalidades: vivienda nueva y mejoramiento y/o ampliación de vivienda; es una implantación residente y de forma puntual dentro un mismo barrio; y al igual que el caso 1, el perfil de los moradores es diverso.

El Barrió San Jorge está implantado en el Distrito 8¹⁷, zona sureste; conectada con el centro de la ciudad por vías asfaltadas, cuenta con transporte público diverso. Ocupa una extensión territorial de 2.637 hectáreas, dividido en 32 barrios y 8 comunidades, con una población aproximada de 300.000 habitantes.



¹⁷ Conformado por 32 barrios y 8 comunidades, es uno de los distritos con participación municipal más residente.



Figura 05: Planta general de implantación – Barrió San Jorge

Fuente: Adaptada en base a planta de AEVIVIENDA

La urbanización está conformado por 13 manzanos, subdivididos en lotes de aproximadamente 360m², (12x30m²). Presenta en su entorno vías asfaltadas, no obstante el acceso al interior es de tierra (vías terciarias), cuenta con un colegio “San Jorge”, área deportiva, localizada próximo al comedor social y una iglesia evangélica.

Fueron construidas 25 unidades habitacionales, distribuidos de forma puntual en el barrio, de ese total, 21 corresponden a la modalidad de vivienda nueva y 4 a la modalidad de mejoramiento de vivienda. Cabe resaltar que la construcción de vivienda fue en terrenos de propiedad de los beneficiarios, por otro lado, cada lote ya contaba con pequeñas construcciones o ambientes en estado precario.

La Modalidad “Vivienda Nueva” comprende el modulo básico, implantados en el terreno de forma aislada, consta de tres ambiente, un dormitorio, baño y un ambiente de actividades múltiples (cocina/comedor/sala). Esta tipología presenta cubierta a dos aguas, con caídas en las fachadas laterales. (Fig. 06 y 07).

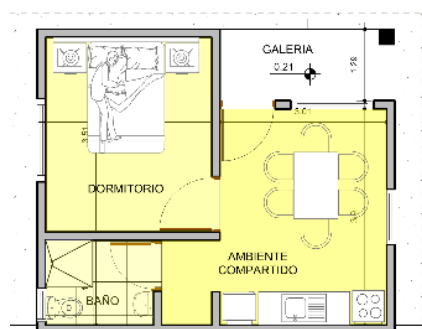


Fig. 06: Vivienda Nueva - Planta

Fuente: Elaboración propia



Fig. 07: Vivienda Nueva - Vista

Fuente: Foto del autor

La Modalidad Mejoramiento de Vivienda, consta de tres ambientes: un dormitorio, baño y un ambiente múltiple (cocina/comedor/sala). Fueron construidas de acuerdo a la disponibilidad de espacio en el terreno, generalmente en filera, con galería y cubierta a medias aguas o loza, por tanto presenta tipologías diversas.

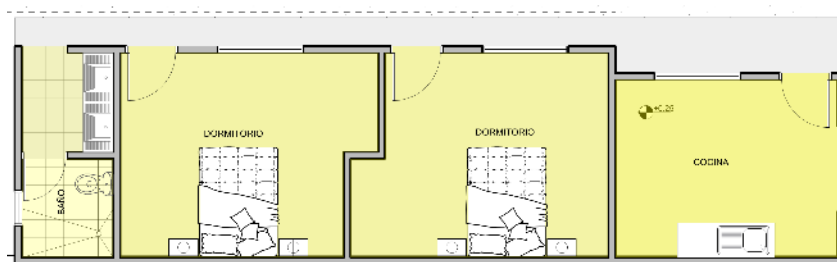


Fig. 08: Vivienda "Modalidad mejoramiento" - Planta
Fuente: Elaboración propia



Fig. 09: Vivienda "Modalidad mejoramiento" - Vista
Fuente: Foto del autor

En el Barrio San Jorge fueron aplicados 25 entrevistas, a un representante por familia. Al igual que en el caso 1 se puede definir a los usuarios entrevistados como una muestra heterogénea.

5. Presentación de resultados

5.1 Perfil de los usuarios

Con referencia al perfil de los usuarios los resultados nos muestran algunas semejanzas, por ejemplo según su procedencia del 30 al 38% provienen de zonas rojas; entre 25 y 28% provienen del centro de la ciudad o próximos al centro; del 4 al 18% provienen de otros municipios; el 11% proviene del área rural y solo el 4% proviene de otros departamentos. Con relación al tiempo que vive en el lugar en el caso 1 el 70% de las familias viven entre 4 a 7 años, el resto de la población vive de 1 a 3 años; en el caso 2, el 50% de las familias vive entre 15 a 25 años; 34% de 10 a 15 años, y el 19% de 1 a 5 años. Con relación a la composición familiar en el caso 1, el 74% de las familias está compuesta de 2 a 4 personas, el resto de las familias está compuesta de 5 a 7 personas; En el caso 2, las familias son más numerosas, el 85% de las familias está compuesta de 4 a 7 personas, 15% restante de las familias está compuesta por 8 o más personas. Con referencia a la actividad laboral, la mayoría de las familias se dedica a actividades terciarias y 38% de las mujeres a labores de casa.

5.2 Características de la vivienda

En este ítem fueron considerados el número de dormitorios, donde se pudo observar un mayor número de ambientes en las viviendas que sufrieron alteraciones. Con referencia a los materiales utilizados en la construcción, en Vallecito II, se observa ladrillo macizo y ladrillo hueco, en el techo y pisos hasta existen hasta 3 tipos de materiales, por otro lado, el 45% de las viviendas no tienen revestimiento en sus paredes. En el caso del barrio San Jorge, todas las viviendas nuevas presentan el mismo material. El cuadro a seguir presenta los resultados de los mismos.

Cuadro 04: Características de la vivienda

DESCRIPCIÓN		Urb. Vallecito II	Barrió San Jorge
N° DE DORMITORIOS		14% - 1 Dormitorio 84% - 2 Dormitorio 6% - 3 Dormitorio 5% - Más de 3 Dormitorios	73% - 1 Dormitorio 15% - 2 Dormitorios 12% - 3 Dormitorios
MATERIALES UTILIZADOS	PAREDES	96% - Ladrillo hueco 4% - Ladrillo adobito	100% - Ladrillo hueco
	TECHO	76% - Teja de arcilla 22% - Fibrocemento 2% - Calamina	100% - Fibrocemento
	PISO	47% - Cemento 33% - Ladrillo 20% - Cerámica	100% - Cerámica
	REVESTIMIENTO	55% - Si 45% - No	100% - Si

Fuente: Elaboración propia en base a la sistematización de los resultado

5.3 Evaluación espacial y funcional

Para evaluar la satisfacción del usuario en relación a las características espaciales y funcionales de la vivienda fueron realizadas 6 preguntas abiertas, enseguida se pedía que indiquen el porqué de su preferencia para, con el propósito de validar las respuestas.

Cuadro 05: Evaluación Espacial

PREGUNTAS	CASO 1: Urb. Vallecito II	CASO 2: Barrió San Jorge
Lugar de la casa que le gusta mas	33% - Todos los ambientes; 23% - Dormitorio; 20% - Sala; 10% - Patios; 4% - No le gusta nada.	67% - Todos los ambientes; 36% - Dormitorio.
Lugar de la casa que menos le gusta	28% - Patios; 4% - Todos los ambientes; 8% - Conforme	7% - Patios; 4% - Comedor; 88% - Conforme.
Ambiente donde permanecen más tiempo	53% - Sala; 21% - Dormitorio; 6% - Todos los ambientes.	20% - Sala; 20% - Dormitorio; 8% - Patios; 4% - Comedor y cocina; 20% - Todos los ambientes.
Espacialmente los ambientes son:	53% - Inadecuados; 43% - Adecuados.	20% - Inadecuados; 80% - Adecuados;
Que le gustaría mejorar en su vivienda	26% - Todo y acabado fino; 27% - Dormitorio; 7% - Expandir.	84% - Conforme, solo mejorar el resto; 15% - Cerramientos.
Que le gustaría mejorar en el Barrio	78% - Calles; 12% - Servicios básicos; 7% - Equipamientos.	82% - Calles; 20% - Alcantarillado; 4% - Transporte; 17% - Equipamientos.

Fuente: Elaboración propia en base a la sistematización de los resultados

Con referencia a la primera pregunta, la mayoría de las personas respondieron que les gusta todo los ambientes, validando con algunas expresiones como indica un morador: “(...), *todo me gusta como no me va a gustar yo lo he hecho con mi esfuerzo aunque tenga defectos, es mi casa*”. (M1, 2017). Otro expresaba lo siguiente: “*Tener una vivienda aunque con defectos es ya un logro obtenida mediante esfuerzo y por ello es cómodo porque lo han proyectado a su gusto*” (M2).

5.4El “vivir bien” a partir de los usuarios

Con el fin de comprobar la hipótesis planteada, fueron solicitadas 2 preguntas abiertas: En su opinión que es Vivir bien?, al respecto los usuarios respondieron con respuestas objetivas y subjetivas. Así, para los usuarios “vivir bien” es tener todos los servicios básicos; en el caso 1 también indican tener una vivienda adecuada, se atribuye que sea porque muchas viviendas aún se encuentran en obra gruesa, o porque no tiene los espacios suficientes; ya en el caso 2, indicaron vivir dignamente; Las respuestas subjetivas fueron, “vivir bien” es estar en familia, en armonía y estar feliz, son convicciones espirituales hacia los que habitan la vivienda. A la pregunta que es vivir con tranquilidad? dieron respuestas más subjetivas en ambos casos, como “vivir con tranquilidad” es tener tranquilidad, tener seguridad, buena salud y buena alimentación.

Cuadro 06: Vivir Bien

DESCRIPCIÓN	Urb. Vallecito II	Barrió San Jorge
Modo de vida basado en principios de reciprocidad, complementariedad y equilibrio.	12% - Tener servicios básicos; 27% - Vivir en comodidad; 1% - Tener lo propio.	14% - Tener servicios básicos; 24% - Vivir en comodidad.
Satisfacción plena de necesidades materiales.	6% - Vivienda adecuada; 8% - Condiciones adecuadas.	6% - Vivienda digna.
Realización espiritual y afectiva plena.		
Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad entre individuo, la familia y la comunidad.	11% - Estar en familia; 21% - Tener tranquilidad;	27% - Estar en familia;
Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad entre el ser humano madre tierra.	8% - Tener buena salud; 6% - Tener Seguridad.	24% - Tener tranquilidad; 5% - Tener buena salud.
Relaciones de equilibrio, reciprocidad y complementariedad, en la construcción de las identidades.		

Fuente: Elaboración propia en base a la sistematización de los resultados

6. Conclusiones

De acuerdo al análisis comparativo realizado de las expresiones “vivienda adecuada” en el ámbito internacional y el “vivir bien” en el ámbito nacional, la primera tiene relación directa con el espacio construido vivienda, complementando con algunos elementos subjetivos, la segunda frase, hace mención a aspectos específicamente subjetivos. Sin embargo, algunos principios subjetivos se complementan entre sí, o emiten un mismo significado, por ejemplo

cuando mencionan que “toda persona tiene derecho a un nivel de vida adecuado para sí misma y para su familia (...)”, y el “vivir bien” menciona los valores éticos morales, como el nivel de vida que toda persona merece, basado en principios de reciprocidad, complementariedad y equilibrio. Por tanto, concluimos que, el “Vivir bien” pregonado por el gobierno no hace mención específica al derecho a la vivienda adecuada.

7. Referencias bibliográficas:

AGENCIA ESTATAL DE VIVIENDA. *Datos estadísticos de vivienda Social en Bolivia*. Bolivia: AEVIVIENDA, 2017.

BALLIVIAN, Walter. *Migración y Crecimiento Urbano en Santa Cruz, Bolivia 1950 – 1992*. Programa global de formación en población y desarrollo curso de postgrado en población y desarrollo. Bolivia: CEPAL/CELADE, 1992.

BOLIVIA. *Nueva Constitución Política del Estado Plurinacional de Bolivia*. Edición Actualizada. Bolivia: Edit. CJ Ibáñez, 2009.

CHUGAR, Miriam. *Génesis y transformaciones de la Vivienda Social en Cochabamba, Bolivia*. (Tesis de doctorado) PROARQ/FAU, Universidad Federal de Rio de Janeiro. Brasil, 2012.

CHUGAR, Miriam. *La representación social de la vivienda, estudio de caso: comunidad “María Auxiliadora”*. (Tesis de maestría) PROARQ/FAU, Universidad Federal de Rio de Janeiro. Brasil, 2007.

GUTIERREZ, Álvaro. *Déficit habitacional*. Santa Cruz de la Sierra, Bolivia: EL DIA, 2013.

LIZÁRRAGA, Gloria; SANZ, Teresa. *Las políticas de vivienda en Bolivia*. Informe del Centro Latinoamericano de Trabajo Social y de la Asociación Latinoamericana de Escuelas de Trabajo Social (Informe N°13). Lima, Perú: Revista de acción crítica, 1983.

VASCONCELOS, Dos Santos Laura. *Evaluación Post-Ocupación de la habitación de interés social en Brasil: una revisión sistemática de la literatura*. (Tesis de maestría), PPSS/ICSA, Universidad Federal de Rio de Janeiro, Brasil, 2015.

KUÑA PARAGUAI ROGA - Casa de la mujer paraguaya

por Ruth Cañete ¹⁸

INTRODUCCIÓN

El presente trabajo en proceso de construcción, trata de una propuesta arquitectónica de una “Residencia estudiantil para la Universidad Nacional del Este con espacios adaptados para la recepción de madres solteras”, en el distrito de Ciudad del Este, departamento de Alto Paraná, Paraguay. Se llevó a cabo un análisis de la relación entre la realidad de las familias monoparentales y la dificultad de concluir una formación profesional, con miras a posibilitar a las madres a acceder a un mejor empleo visando su estabilidad económica futura.

Considerando los datos del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, hay en Paraguay el 6,6 % de desempleo masculino y el 10,1 % femenino en el año 2016 – en el último porcentaje se incluye a las madres solteras, quienes se encuentran limitadas a resolver su situación financiera cuando no hay espacios que atiendan las necesidades del cuidado infantil.

En Ciudad del Este existen programas direccionados a las mujeres, tales como el Centro Regional de la Mujer,¹⁹ inaugurado por la Secretaría de la Mujer el 9 de marzo de 2012 y direccionado a la atención especializada en el aspecto psicológico, jurídico y social de las mujeres en situación de violencia. A esto también se suma el proyecto Ciudad Mujer²⁰ – que tiene previsto su inicio en el mes de abril de 2017 y se presume su habilitación el mismo año de inicio –, también direccionado a mujeres que se encuentran en la misma situación de violencia. El proyecto Ciudad Mujer también es direccionada a las atenciones mencionadas en el proyecto del Centro Regional, pero con el agregado de atención médica y área de guarderías, pero ambos programas no cuentan con alojamiento. Ello puede ser un problema cuando mujeres en situación de violencia se sienten obligadas a volver a un hogar donde viven hombres agresores, o cuando una joven embarazada es expulsada de casa por su familia.

Por tal motivo, teniendo como principal objetivo el atendimento de jóvenes madres solteras y como referencias estos proyectos del distrito de Ciudad del Este direccionados a las mujeres, se pretende con esta propuesta presentar insumos para un futuro proyecto arquitectónico y paisajístico orientado a una atención más direccionada al área de

¹⁸ Universidad Federal de Integración Latinoamericana y del Caribe-uniruthla@gmail.com

¹⁹ Ministerio de la Mujer. Centro Regional de la mujer realiza grupo de autoayuda a mujeres víctima de violencia, la atención especializada consiste en atención jurídica, psicológica y social. disponible en:

>> <http://www.mujer.gov.py/index.php/centrosregionales><< Acceso en: 03 ABRIL.2017

²⁰ Ciudad Mujer es un programa que proporcionarán múltiples servicios a las mujeres, como atención a la salud y estudios preventivos, empoderamiento económico a través de capacitaciones, asistencia a víctimas de violencia intrafamiliar, así como apoyo educativo. disponible en:

>> <http://www.mujer.gov.py/index.php/noticias/gobierno-pondra-en-marcha-ciudad-mujer-en-villa-elisa><< Acceso en: 16 JUNIO.2017

aprendizaje proponiendo una biblioteca comunitaria considerando la presencia de la Universidad, más dos colegios en las proximidades del proyecto y alojamiento provisorio – y lo más importante, siempre integrado con áreas adecuadas para el cuidado de los/as niños/as. El objetivo que se quiere atingir con la propuesta de la Residencia estudiantil es visibilizar la realidad de las familias monoparentales y la dificultad que enfrentan al encontrarse en la etapa de la formación profesional a la par que debe enfrentar la realidad del sustento y cuidado propio y de un/a hijo/a, también se pretende incentivar a las mujeres a la autonomía mediante la educación universitaria considerando el alto índice de desempleo de mujeres, ofreciéndoles herramientas para sobresalir, en un espacio que integra las necesidades de las madres y de los/as hijos/as, buscando no generar exclusión de ninguna de las partes, visando de esta manera fortalecer el lazo madre e hijo.

TEMA

Alojamiento estudiantil destinado a alumnos/as de la Universidad Nacional del Este, con espacios adaptados para recibir a madres solteras y sus hijos/as. Se pretende que los espacios que se van diseñar puedan ser reproducidos como solución proyectual en otros espacios de la ciudad.

PROBLEMA:

Como romper el esquema de separación de los espacios adultos e infantiles, en los ambientes de alojamiento estudiantil, de modo a generar una integración entre los residentes que son adultos en etapa de formación y los/las niños/as y fortalecer la relación de madre e hijo/a sin generar conflictos espaciales.

OBJETIVO GENERAL

Fortalecer el debate acerca del rol de la arquitectura y del paisajismo en la promoción de la igualdad de género y los derechos de la mujer, teniendo en cuenta las dimensiones espaciales concernientes al género, especialmente la existencia de espacios de apoyo para el desarrollo de la autonomía de las madres solteras y sus hijos/as, en un ambiente donde residen mujeres, niños/as y hombres, disminuyendo su situación de vulnerabilidad social.

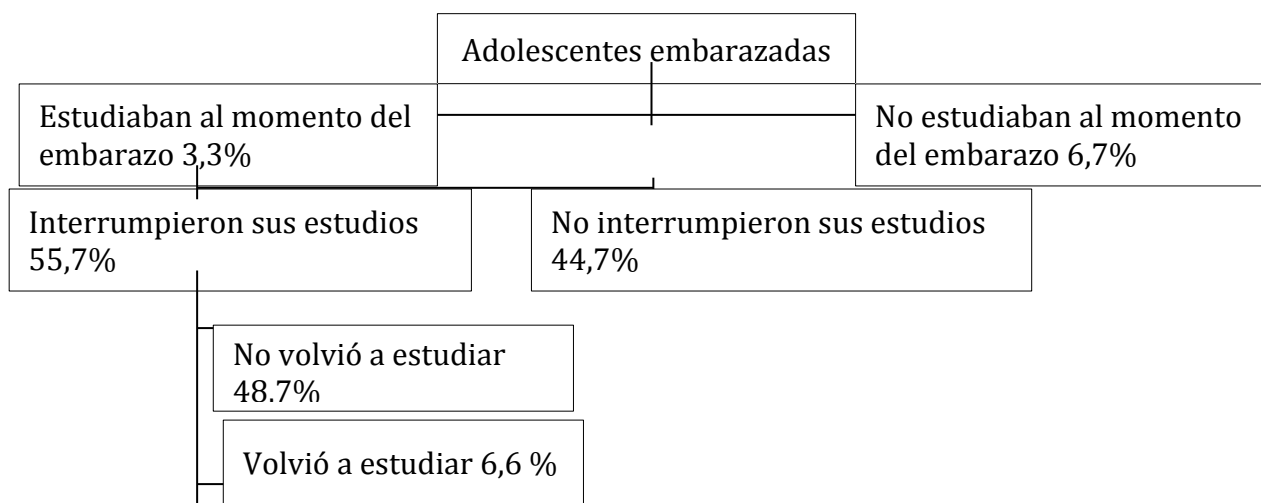
OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Crear una propuesta arquitectónica y paisajística basada en modelos de espacios colectivos como medio de apoyo a estudiantes universitarios principalmente madres solteras, ofreciendo alojamiento provisorio sin interferir en la relación madre e hijo/a.
- Respaldar la demanda de las madres solteras y sus derechos a través de espacios de atención e información dentro de la propuesta arquitectónica y paisajística.
- Proponer un paisajismo que fortalezca la cultura paraguaya por medio de espacios colectivos y que integren a los miembros de la comunidad con los futuros usuarios de la residencia universitaria.

JUSTIFICATIVA

La situación de desventaja que enfrentan las mujeres es considerable. Al final, su inserción al mundo laboral se da en condiciones de desigualdad: hay diferencia salarial entre los géneros,²¹ ganando las mujeres menores ingresos para el mismo trabajo. De entre los problemas que agravan esta situación, está la condición de madres jóvenes y solteras, que han abandonado sus estudios (ver esquema 1) – realidad que afecta a mujeres de todo el Paraguay.

Esquema 1 Embarazo adolescente, incidencia en los estudios %



Fuente: Ministerio de la Mujer

Por tal motivo, la importancia de la propuesta recayó en ofrecer espacios de alojamiento estudiantil donde puedan desenvolverse tanto mujeres, hombres y niños/as, dentro de un espacio adaptado para dar soporte a las necesidades de las madres en etapa de formación profesional, que se encuentran desamparadas, y de esta forma buscar visibilizar que existe una demanda de la sociedad formada por diferentes modelos familiares y que la arquitectura y el paisajismo y las políticas públicas debe atender a la misma.

Se consideró dentro de la propuesta promover la ayuda colectiva entre los usuarios y una mayor integración con la comunidad, por medio de espacios adaptables dentro de la residencia de acuerdo a las necesidades de los usuarios y espacios de convivio en el paisajismo que también fortalezca la cultura paraguaya que se caracteriza por ser en gran parte colectiva.

METODOLOGÍA

La metodología tuvo como foco principal a la mujer-sujeto-madre-estudiante y niño-sujeto-hijo, buscando otorgarles su protagonismo y participación en el lugar y espacio, reflexionando su posición y actuación dentro del espacio en la

²¹ Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo. La pobreza a nivel nacional medida por el ingreso salarial señala que el 24,5% de las mujeres se encuentra en esta situación frente al 23,2% de los hombres. disponible en: <http://www.py.undp.org/content/dam/paraguay/docs/documento%20de%20trabajo%20COMPLETO.pdf>. Acceso en: 03 de abril de 2017.

actualidad. Se busca, por una parte, incluir a las madres en espacios de apoyo y modelos comunales y solidarios que les posibilite enfrentar la sociedad patriarcal, capitalista y androcéntrica; por otra parte, posibilitar la inclusión de los/as niños/as en los espacios, contrarrestando la configuración territorial impuesta por el patriarcado, es decir, su segregación en áreas apartadas bajo un discurso acerca de su protección.

Primeramente, se llevó a cabo una investigación teórica, por medio de levantamiento bibliográfico, el levantamiento de campo se dio desde una visión macroescalar del lugar, mapeando espacios y equipamientos en Ciudad del Este, de modo a estimar cuanto de espacio está destinado a la apropiación de la mujer-madre para desenvolver su autonomía. También se realizó un análisis microescalar del área de estudio, mapeando todos los equipamientos y servicios que se encuentran en el lugar y analizando la dinámica de la sociedad en ese espacio específico. De manera a entender las demandas de la comunidad y buscar atenderlas dentro de la propuesta y con esto buscar la integración de los usuarios con las personas del barrio a través del proyecto paisajístico.

REFERENCIAS TEÓRICAS

La elaboración de este trabajo tuvo en cuenta los conceptos de género, espacio e infancia, así como sus correlaciones. Con relación al género, se tuvo en cuenta la carencia de espacios y políticas públicas destinadas a la atención de las demandas de las familias monoparentales, formadas por una madre y su hijo/a. Considerando que en la sociedad el modelo familiar aprobado es la tradicional formada por una madre el padre y los/las hijos/as.

Si bien la mujer por imposiciones de género no posee una apropiación del espacio, esto también se le negara al niño como lo dice la pedagoga Renata Flores y el arquitecto Cláudio Ribeiro:

A cidade não é produzida de modo a favorecer a troca entre os adultos, idosos ou crianças; segue a lógica funcionalista da separação, restando aos “homúnculos”, quando muito, apenas lugares de exceção como “parquinhos”, “cantinhos” e outras configurações mais que se encontram invariavelmente no diminutivo, reforçando a relação de inferioridade a partir da proximidade cordial. As escolas e creches, por outro lado, são pensadas como depositórios dos filhotes que atrapalham o ritmo acelerado da reprodução social, mas isto, por si só, remete a toda uma outra discussão. Por ora, vale destacar que o espaço urbano não cria condições de autonomia da criança e reforça a separação inferiorizante do discurso criador da infância (Flores y Ribeiro, 2009, p. 6)

Si bien en Ciudad del Este no existe un alto número de guarderías, recrear espacios como depósito de niños es un punto que podría ser cuestionado. Es necesario pensar que los espacios como normalmente diseñados, bajo el discurso a cerca de la protección que se debe brindar a los/as niños/as – que perceptible o imperceptiblemente segregan cada faja etaria en un o más espacios, dificultando la interrelación entre las mismas –, no sólo los/as excluyen del

resto de la sociedad sino también generan a muy temprana edad su separación de sus madres y padres. En otras palabras, generan diferentes formas de opresión.

Estos conceptos fueron estudiados a la hora de elaborar la propuesta de la Residencia estudiantil y así considerar espacios que integren áreas de estudio con áreas destinadas a niños sin generar conflictos, para que de esta manera se pueda fortalecer el lazo familiar e incentivar la interacción social entre niños/as y madres.

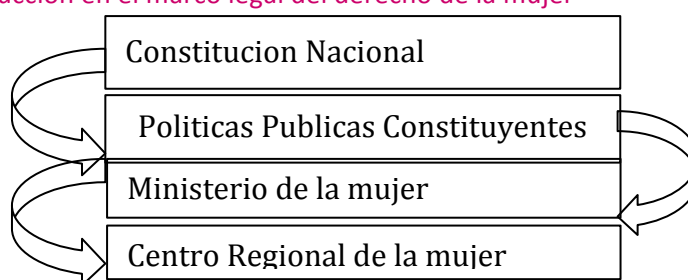
Cuadro 1. Referencial teórico

REFERENCIAL TEÓRICO		
GÉNERO Y ESPACIO	INFANCIA Y ESPACIO	PAISAJISMO COMESTIBLE
Mónica Cevedio. <i>Arquitectura y Género: Espacio público/ espacio privado.</i>	Renata Flores y Cláudio Ribeiro. <i>Definindo o espaço da infância.</i>	Leonardo Name. <i>Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça alimentar.</i>
Mino Vianello y Elena Caramazza. <i>Género, espacio y poder: Para una crítica de las Ciencias Políticas.</i>	Samy Lansky. <i>Na cidade com crianças: uma etno-grafia especializada.</i>	Céline Veríssimo. <i>A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique</i>
Joseli Silva, Marcio Ornat, Alides Baptista. <i>Espaco e Gênero: feminilidades ibero-americanas</i>	Anelise Monteiro do Nascimento. <i>Infância e cidade: crianças e adultos em um espaço público</i>	Maria Thereza Lemos de Arruda Camargo. <i>As plantas medicinais e o sagrado: a etnofarmacobotânica em uma revisão historiográfica da medicina popular no Brasil.</i>
José Cortés. <i>Políticas do Espaço: Arquitetura, gênero e controle social.</i>	Marcos Pinheiro de Almeida. <i>O brincar das crianças em espaços públicos.</i>	
Maria Novas. <i>Arquitectura y género: una reflexión teórica</i>	Giordana Machado da Luz; Ariane Kuhnen, <i>O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas</i>	
Yuderkys Espinosa-Miñoso. <i>Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica.</i>		
María Lugones. <i>Hacia un feminismo descolonial; Colonialidad y Género</i>		

También se realizó un levantamiento documental de legislaciones y políticas públicas de manera a entender cómo se aborda la cuestión de género en el país.

Paraguay es regido por la Constitución Nacional del año 1992, la cuarta desde su independencia de España en 1811. El análisis de cómo se aborda el género en Paraguay está planteado desde el marco legal. En la Constitución Nacional están previstos instrumentos legales a favor de la mujer, que se han utilizado para implementación de políticas públicas en el ámbito espacial de instituciones, ministerios y secretarías. El lugar de la mujer resguardado por la ley suprema se encuentra plasmado en los artículos generales 46,47 y 48, los artículos específicos direccionados a la mujer son 60, 89, 115, 117.

Figura 2. Construcción en el marco legal del derecho de la mujer



Fuente: el autor 2017

Cuadro 1 Artículos en la Constitución Nacional mencionados anteriormente y las políticas públicas sustentadas por la misma.

ARTÍCULO CONSTITUCIONAL
<p>Artículo 46- De la Igualdad de las personas Todos los habitantes de la República son iguales en dignidad y derechos. No se admiten discriminaciones. El estado removerá los obstáculos e impedirá los factores que las mantengan o las propicien. Las protecciones que se establezcan sobre desigualdades injustas no serán consideradas como factores discriminatorios sino igualitarios</p>
<p>Artículo 48- De la igualdad de derechos del hombre y de la mujer. El hombre y la mujer tienen iguales derechos civiles, políticos, sociales, económicos y culturales. El estado promoverá las condiciones y creará los mecanismos adecuados para que la igualdad sea real y efectiva, allanando los obstáculos que impidan o dificulten su ejercicio y facilitando la participación de la mujer en todos los ámbitos de la vida nacional.</p>
<p>Artículo 60- Protección contra la violencia. El Estado promoverá políticas que tengan por objeto evitar la violencia en el ámbito familiar y otras causas destructoras de su solidaridad</p>
<p>Artículo 61- De la planificación familiar y de la salud materno infantil. El Estado reconoce el derecho de las personas a decidir libre y responsablemente el número y la frecuencia del nacimiento de sus hijos, así como a recibir, en coordinación con los</p>

organismos pertinentes educación, orientación científica y servicios adecuados, en la materia. Se establecerán planes especiales de salud reproductiva y salud materno- infantil para la población de escasos recursos

Artículo 89- Del trabajo de las mujeres.

Los trabajadores de uno y otro sexo tienen los mismos derechos y obligaciones laborales, pero la maternidad será objeto de especial protección, que comprenderá los servicios asistenciales y los descansos correspondientes, los cuales no serán inferiores a doce semanas. La mujer no será despedida durante el embarazo, y tampoco mientras duren los descansos por maternidad.

Artículo 115- De las bases de la reforma agraria y del desarrollo rural.

La reforma agraria y el desarrollo rural se efectuarán de acuerdo con las siguientes bases:
Inciso 9: el apoyo a la mujer campesina, en especial a quien sea cabeza de familia

Artículo 117- de los derechos políticos.

Los ciudadanos, sin distinción de sexo, tienen el derecho a participar en los asuntos públicos, directamente o por medio de sus representantes, en la forma que determine esta constitución y las leyes.

Se promoverá el acceso de la mujer a las funciones públicas.

Fuente: Constitución Nacional

Es importante mencionar, sobre el cuadro anterior, que el derecho de la mujer, de manera general, es separado de la situación de las mujeres indígenas. Ello es debido al hecho del documento generalizar a la comunidad indígena: en el Capítulo V de la Constitución, sobre los pueblos indígenas, se encuentran los artículos del 62 al 67 los cuales mencionan los derechos de la comunidad en general, pero no analizan los derechos de las mujeres dentro de la comunidad, lo que produce una brecha que fortalece aún más la división de géneros en la sociedad y de grupos dentro de un mismo género.

(...)El problema es doble, pues siguen pensando compartimentada e independientemente las opresiones de género, raza y clase, como si la raza y la clase fueran de orden distinto y actuarán paralelamente afectando sólo de forma específica y sumativa a un grupo de las mujeres. (Espinosa-Miñoso, 2008, p. 11)

Según el informe de las Naciones Unidas²² presentado en la Asamblea General del Consejo de Derechos Humanos, sobre la situación de los pueblos indígenas en Paraguay se informa que las mujeres exponen los problemas de discriminación que sufren no solo por parte de la sociedad en general, también por parte de los hombres de su comunidad.

Expusieron los problemas en el goce del derecho a la salud arriba mencionado y los diversos tipos de discriminación que sufren tanto por parte de los no indígenas como de los hombres indígenas, la discriminación en la función pública y la discriminación por parte de la policía, que dificulta la denuncia de los delitos de los que son víctimas o testigos, incluidas

²² >>[<<http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/84-report-paraguay](http://unsr.vtaulicorpuz.org/site/index.php/es/documentos/country-reports/84-report-paraguay)<<
Acceso en: 16 JUNIO.2017

actividades de narcotráfico y de trata de personas. (Informe de las Naciones unidas)

Cuadro 3. Artículos de la constitución Nacional, Capitulo V

ARTÍCULO CONSTITUCIONAL, CAPÍTULO V
Artículo 62.- De los pueblos indígenas y grupos étnicos Esta Constitución reconoce la existencia de los pueblos indígenas, definidos como grupos de cultura anteriores a la formación y a la organización del Estado paraguayo.
Artículo 63.- De la identidad étnica Queda reconocido y garantizado el derecho de los pueblos indígenas a preservar y a desarrollar su identidad étnica en el respectivo hábitat. Tienen derecho, asimismo, a aplicar libremente sus sistemas de organización política, social, económica, cultural y religiosa, al igual que la voluntaria sujeción a sus normas consuetudinarias para la regulación de la convivencia interna, siempre que ellas no atenten contra los derechos fundamentales establecidos en esta Constitución. En los conflictos jurisdiccionales se tendrá en cuenta el derecho consuetudinario indígena.
Artículo 64.- De la propiedad comunitaria Los pueblos indígenas tienen derecho a la propiedad comunitaria de la tierra, en extensión y calidad suficientes para la conservación y el desarrollo de sus formas peculiares de vida. El Estado les proveerá gratuitamente de estas tierras, las cuales serán inembargables, indivisibles, intransferibles, imprescriptibles, no susceptibles de garantizar obligaciones contractuales ni de ser arrendadas; asimismo, estarán exentas de tributo. Se prohíbe la remoción o el traslado de su hábitat sin el expreso consentimiento de los mismos.
Artículo 65.- Del derecho a la participación Se garantiza a los pueblos indígenas el derecho a participar en la vida económica, social, política y cultural del país, de acuerdo con sus usos consuetudinarios, esta Constitución y las leyes nacionales.
Artículo 66.- De la educación y de la asistencia El Estado respetará las peculiaridades culturales de los pueblos indígenas, especialmente en lo relativo a la educación formal. Se atenderá, además, a su defensa contra la regresión demográfica, la depredación de su hábitat, la contaminación ambiental, la explotación económica y la alienación cultural.
Artículo 67.- De la exoneración Los miembros de los pueblos indígenas están exonerados de prestar servicios sociales, civiles o militares, así como de las cargas públicas que establezca la ley.

ÁREA DE ESTUDIO

El área de estudio está ubicada en el barrio San Juan en el distrito de Ciudad del Este, departamento de Alto Paraná-PY. Zona conformada por la triple frontera entre Paraguay, Brasil y Argentina, tiene una población de 293 817 habitantes datos estimados del año 2011.

El terreno en específico está localizado en un área mixta residencial-comercial, cuenta con infraestructura en buenas condiciones, acceso automovilístico, punto de ómnibus, se

encuentra frente a la Universidad Nacional del Este (UNE), punto importante debido a que la propuesta es un alojamiento estudiantil principalmente enfocado para madres solteras de la UNE, considerando la distancia de traslado del alojamiento a la universidad se puede generar un ahorro en el aspecto de movilidad, y la madre no estaría lejos de su hijo, caso el niño permanezca en el alojamiento bajo el cuidado de otra estudiante.

Otro factor importante es que cerca del área de estudio se encuentra una escuela y un colegio técnico, que podrían ser considerados por las madres en el momento de inserción de los niños al mundo educativo, si se tiene en cuenta la distancia en que se encuentran estos equipamientos, la madre seguiría cerca de su hijo/a por lo cual no encontraría mayor dificultad de trasladarse lejos tanto del alojamiento como de la universidad en los momentos de llevar y buscar a su hijo/a de la escuela.

En la proximidad del terreno se encuentran equipamientos religiosos y educativos como se mencionó anteriormente, comercios tales como panaderías, mini mercado, librerías entre otros, también se encuentra en el barrio la plaza Jardín del Este como espacio de ocio y recreación.

El área de estudio fue electo principalmente por tratarse la propuesta de un alojamiento estudiantil, ya que el área cuenta con equipamientos e infraestructura para recibir a las madres y a sus hijos/as, si se tiene en cuenta el periodo de permanencia del usuario en el alojamiento, es de vital importancia que el mismo este inserido dentro de un área que les facilite la movilidad y el acceso a sus necesidades básicas, y por tratarse de un barrio mixto cuenta con la tranquilidad que poseen los espacios residenciales, lo cual es ideal para propiciar un ambiente de estudio.

Finalmente la inserción del centro integral para madres solteras en esta región específica de la ciudad, no solo está pensado para el bienestar de las madres y sus hijos a través del fácil acceso a lo anteriormente mencionado, también es un punto importante para el acceso a la información sobre los derechos de la mujer, por parte de las familias que se encuentran en el lugar. Generando también así la sensibilización de la ciudadanía a la situación de este grupo vulnerable y resaltar la importancia de la implementación de proyectos destinados a situaciones específicas de manera a preparar a la ciudad para brindar apoyo como en este caso a las familias monoparentales.

CONCLUSION.

Si bien el modelo de familia se ha modificado a lo largo del tiempo, la familia monoparental, encabezada por una mujer que es madre soltera, es una realidad muy visible en los diferentes países de América Latina. Así se busca incentivar el debate sobre la situación que deben enfrentar los componentes de este modelo familiar, y demostrar cómo el planeamiento, diseños y políticas públicas habitacionales son insuficientes para dar soporte a las necesidades diferenciadas de estas mujeres.

En la medida en que el punto central de este trabajo se basa en hacer con que la ausencia de espacios de apoyo o la discriminación que sufren las madres solteras sean barreras superadas por medio de una propuesta arquitectónica y paisajística, es importante decir, por una parte, que un espacio físico no hará con que la sociedad asuma una cultura

diferente a la actual cultura dominante; pero por otra parte, puede ser un instrumento de empoderamiento de la mujer-sujeto-madre-estudiante.

Referências:

CEVEDIO, Mónica. *Arquitectura y género: espacio público/ espacio privado*. 2.ed. Barcelona: Icaria, 2010.

VIANELLO, M.; CARAMAZZA, E. *Género, espacio y poder: para una crítica de las Ciencias Políticas*. Madrid: Cátedra, 2002.

ESPINOSA, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, núm. 184, mar-abr, p. 7-12, 2014. Disponible en: <<http://artificialwww.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724004>>. Acceso en: 7 de jun. 2017

LUGONES, Maria. *Colonialidad y género*. *Tabula Rasa*, num. 9. Jul-Dic, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, vol. 22, núm. 3, sep-dic, p. 935-952, 2014. Disponible en: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38132698013>> . Acceso: 7 de jun. 2017.

NOVAS, M. *Arquitectura y género: una reflexión teórica*. 2004. 80 f. Tese (Máster Universitario en Investigación Aplicada en Estudios Feministas, de Género y Ciudadanía) –Instituto Universitario de Estudios Feministas y de Género, Universitat Jaume I, Valencia. 2004.

NAME, L. Paisagens para a América Latina e o Caribe famintos: paisagismo comestível com base nos direitos humanos e voltado à justiça. In: *Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil*, 13. Anais... Salvador, 2016.

VERÍSSIMO, C. A importância do espaço doméstico exterior para um modelo de eco desenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 100, p. 177-212, 2013.

FLORES, R.L.B.; RIBEIRO, C.R. (In)definindo o espaço da infância. *Revista Teias*, v. 10, n. 20, p. 1-16, 2009.

MEC, Paraguay. *Informe nacional sobre educación superior en Paraguay*. Asunción, 2002, p. 112

SOTO, Lilian. *Guía para la igualdad de género en las políticas públicas municipales del Paraguay*. Asunción: Red de Mujeres Múncipes del Paraguay, 2015.

RAPERAS SUDACAS E ESPAÇO URBANO

A interseccionalidade, o rap e a cidade

por Ariana Mara da Silva²³ e Laila Rosa²⁴

O Movimento *Hip Hop*, nascido nos bairros negros das grandes cidades estadunidenses, como Nova Iorque, Chicago e Los Angeles nas décadas de 1960 e 1970, constitui uma resposta a violência urbana a qual foram submetidas às populações afrodescendentes e hispânicas. O movimento se tornou uma forma de contestação das desigualdades sociais e se espalhou “pelas periferias do mundo, numa relação estreita e essencial com cada lugar no qual se desenvolveu” (MOASSAB, 2011: 48). Dentre essas periferias encontram-se as cidades latino-americanas, resultantes do domínio colonial racista, machista, classista e heterocentrado europeu, espaços que produzem e reproduzem relações de poder e processos que deveriam ter sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade (QUIJANO, 2005; BALLESTRIN, 2013a).

Essa modernidade, inaugurada a partir do advento do colonialismo “operado e reproduzido junto à constituição de outros processos históricos, tais como capitalismo, racismo, imperialismo, ocidentalismo e epistemicídio” (BALLESTRIN, 2013b), transforma raça em instrumento chave de controle e dominação (QUIJANO, 2005) no “sistema mundo moderno colonial de gênero” (LUGONES, 2008), enquanto a colonialidade do poder, uma ideologia de classificação social baseada em critérios raciais e sexuais, derivada desse processo colonial posiciona as identidades masculinas brancas como superiores a quaisquer outras. Nesse sentido, todas as identidades que se encontram fora dessa idealização promovida pela colonialidade do poder são subalternizadas e marginalizadas.

Podemos pensar essa questão através do conceito das espacialidades (SKLIAR, 2002): 1) espacialidade colonial, o espaço da eterna negação do outro incapaz de governar a si mesmo; 2) a espacialidade multicultural, o espaço da negociação entre nós/ eles; e 3) a espacialidade das diferenças, onde se fixa as identidades através do afastamento e marcação das diferenças. Assim, a espacialidade colonial, além do espaço de apagamento sumário dos sujeitos das periferias é também o condutor das estruturas sociais, religiosas, culturais e, principalmente, econômicas. O *Hip Hop* se apresenta então como uma das resistências necessárias para a manutenção da existência dos indivíduos subalternizados.

²³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação do Núcleo em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia – PPGNEIM/UFBA – ariannacortes@hotmail.com.

Esse trabalho é parte da minha pesquisa de mestrado em andamento intitulada *Raperas Sudacas: a poética lésbica negra na América Latina*, financiada pela CAPES/CNPQ.

²⁴ Coordenadora do Programa de Pós Graduação da Escola de Música da Universidade Federal da Bahia (PPGEMUS/UFBA) e pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Mulher (NEIM/UFBA) – lailarosamusica@gmail.com.

No próprio Movimento *Hip Hop*, muitas vezes em embate direto com os grandes veículos de mídia e com a polícia devido o forte tom de protesto das suas diversas manifestações, algumas vertentes acabam por reproduzir parte do discurso colonial, quando se trata de gênero e/ou sexualidade. Especificamente os *gangsta rappers*, vertente que ganha força a partir da década de 1980, inicialmente marcada pelas letras duras e forte denúncia contra a violência policial, cantavam e ainda cantam uma estética de violência absorvida e vinculada a sociedade de consumo (MOASSAB, 2011) onde mulheres são descritas a partir de dois estereótipos opostos: a puta, interesseira, traidora e objeto sexual; e a santa, aquela mãe que abdica da própria vida para cuidar dos filhos.

Em relação à homossexualidade, os *gangsta rappers* reproduzem o discurso da representação socialmente construída sobre homossexuais enquanto criminosos, pecadores e/ou doentes (FIUZA et. al, 2014), patologias do comportamento desviante de acordo com MOASSAB (2011). São qualidades onde os sujeitos são localizados enquanto “anormais” e, nessa posição inferiorizada nas relações sociais é possível garantir e manter a subalternidade da homossexualidade.

Nesse contexto colonial de segregação das subalternidades são erguidas as cidades latino-americanas e, a partir do século XX passam a contar com grande aglomeração de pessoas nas áreas urbanas. Essa aglomeração é consequência dos avanços tecnológicos promovidos pela dita revolução industrial, onde áreas urbanas passam a exigir cada vez mais dessa produção industrial e as áreas rurais têm sua população diminuída por diversos fatores influenciados pela industrialização. Dentre esses fatores a substituição da mão de obra por máquinas e técnicos qualificados para operá-las, o aumento da oferta de trabalho fabril nas áreas urbanas e o aumento da demanda por comércio e serviços.

Essa migração interna do espaço rural para o espaço urbano realizada em grande medida por populações pobres em busca de trabalho, que devido ao contexto colonial racista latino-americano são majoritariamente negras e indígenas, não possibilita o acesso a “terrenos urbanos atendidos por infraestrutura” (MOASSAB, 2011: 82) cabendo a estes

as áreas fora dos padrão legal, irregulares, assentes em zonas de risco ambiental, longínquas, de difícil acessibilidade, carentes de infraestrutura e equipamentos e com parca presença do Estado (MOASSAB, 2011: 85).

Logo, o espaço urbano é estruturalmente organizado de maneira desigual e dividido em dois: a “cidade”, onde a hegemonia da classe dominante é regida e garantida pela lei de mercado com a conivência do Estado; e a periferia, ora punida ora estimulada pelas forças dominantes dependendo dos interesses envolvidos nessa relação (SILVA, 2011; MOASSAB, 2011). Assim, as cidades como conhecemos hoje são produtos históricos e culturais fundamentados na acumulação de capital (SILVA, 2011: 51) e, conseqüentemente reproduzem toda a exclusão promovida pela colonialidade, sendo que “a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica, e política por meio do espaço” (VILLAÇA, 2001:150 apud MOASSAB, 2011:81).

O Movimento Hip Hop amplia essa espacialidade, especificamente o elemento aqui tratado é o Rap, e rompe com o silêncio colonial camuflado pela colonialidade de poder, com suas

constantes disputas das narrativas contando histórias através da oralidade, como diria Ana Maria Gonçalves

Eu acredito que se a gente for pensar, por exemplo, em Rap, Hip Hop, nessas formas de manifestações artísticas que nasceram à margem do que a gente poderia chamar de uma cultura erudita, dita erudita ou dita de elite, talvez seja um pouco de uma retomada dessa questão dos Griôs²⁵ né?! Eu vejo esses rappers como Griôs, sabe?! Como detentores de uma história de uma comunidade, e de um local onde eles vivem, de um povo onde eles vivem, que não se sentiram representados por uma...que seja dentro da música, que seja dentro da literatura e acharam essas novas formas de apresentação ou de representação artística que tem muito mais a ver com um público ao qual a literatura impressa né, e principalmente essa impressa literatura disgrada [sic] e meio canônica né, não atinge (GONÇALVES, 2016).

A ampliação de espaço promovida pelo Movimento Hip Hop combate a espacialidade colonial, mas acaba por reforçar a espacialidade das diferenças, onde o distanciamento do outro, no caso mulheres e homossexuais, é marcadamente para confirmar a inferioridade do diferente. Cabe ressaltar que o poder de fala e de denominar a significação das coisas historicamente foi designado aos homens brancos e heterossexuais e, apesar da singularidade da música frente a outras expressões o privilégio da produção e construção de discursos também é dos homens.

O compositor e locutor geralmente é masculino, a mulher se apresenta como objeto de sua atenção, amor e desejo. E até mesmo nas últimas décadas onde as mulheres passaram a atuar em espaços sociais, onde até então a sua presença não seria bem vista, como na música, o discurso e a perspectiva masculina ainda prevalecem, a mulher ainda representa o objeto de desejo, raramente está na posição de sujeito. Exemplo disto são as intérpretes que não alteram o gênero das letras em suas performances ou gravam músicas com teor ofensivo às mulheres (SANTOS, 2011: 4).

A diferenciação entre sexo/gênero é construção social, ideológica e política que desde a década de 1970, período da segunda onda feminista, vem sendo questionada por diversas vertentes do feminismo. Dentre essas vertentes é possível encontrar as feministas negras, pautando também a desuniversalização da categoria mulher a partir do entendimento que o grupo de mulheres é diverso de acordo com os contextos em que estão inseridas. As feministas decoloniais concordam e respaldam esses apontamentos das feministas negras ao destacar o contexto das mulheres latino-americanas indígenas, negras e/ou racializadas enquanto vivências e experiências atravessadas por outras relações de poder, como raça e sexualidade, colocando em evidência que uma maneira concreta de ser mulher não existe, é um mito também eurocentrado (CURIEL, 2007).

²⁵ O termo Griô é um abasileiramento do termo Griot definido como o arcabouço do universo da tradição oral africana. "O termo tem origem nos músicos genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país" (LEI GRIÔ NACIONAL, s/d). Vide bibliografia.

A genealogia de pensamento do feminismo decolonial advém das margens e tem como atrizes as feministas, as mulheres, as lésbicas e as pessoas racializadas como um todo, ou seja, intelectuais e ativistas com o objetivo de dismantelar a matriz das múltiplas opressões (ESPINOSA, 2014) instauradas na América Latina a partir do advento do colonialismo.

Desconstruir os estereótipos misóginos e violentos ostentados em letras de *Rap*, que fazem ponte direta com o eurocentrismo androheteronormativo vigente nas representações sobre a América Latina desde o período colonial, é também “radicalizar a crítica ao universalismo” (ESPINOSA, 2014) do ser mulher, assim como as feministas decoloniais antirracistas fazem na produção teórica, como continuidade da movimentação anteriormente iniciada pelo feminismo negro e pelas feministas afrodescendentes e indígenas latino-americanas, mostrando “con su crítica a la teoría clásica la forma como estas teorías no sirven para interpretar la realidad y la opresión de las mujeres racializadas y cuyos orígenes son provenientes de territorios colonizados” (ESPINOSA, 2014: p.8).

As raperas lésbicas negras latino-americanas demonstram que ser mulher não é universal, em consonância com os apontamentos das feministas decoloniais antirracistas através de suas músicas e trajetórias. Os espaços por elas conquistados não são os mesmos tradicionalmente ocupados pelos *rappers*. Enquanto eles estão habitualmente nas mídias²⁶ impressas, virtuais e, algumas vezes, televisivas, elas ainda são muito reivindicadas por movimentos sociais: de mulheres e de lésbicas. Isso não seria um problema, de maneira alguma, não fosse o fato dessas reivindicações serem sem cachês ou com um pagamento mínimo, colaborando para a desestabilização financeira dessas raperas em um contexto social onde o racismo, o machismo e a lesbofobia já fazem esse papel. Entretanto, o foco aqui é demonstrar quais espaços as raperas lésbicas latino-americanas ocupam.

Luana Hansen, por exemplo, rapera brasileira de Pirituba, São Paulo e ganhadora do prêmio Maria da Penha, promovido pelo Congresso Nacional em 2016. Suas letras versam sobre lesbianidade, aborto, empoderamento de mulheres negras, violência contra mulheres. Luana traz em suas letras e clipes essa periferia da qual é parte. A cidade de São Paulo é cenário frequente, os viadutos, as vielas, o concreto, os pichos dos muros, os pontos de ônibus, os parques e os lugares fechados aparecem em clipes como *Flor de Mulher*, *Negras em Marcha*, *Samba Brasil*, *Ventre Livre de Fato* e *Minha Xota Te Ama*, versão lésbica de *Meu Pau Te Ama* do Mc G15. Na música/clipe mais recente, lançada no dia 03 de agosto de 2017, Luana relata sua trajetória de vida, da infância jogando futebol passando pelo envolvimento com o tráfico de drogas, até chegar nos dias atuais.

Na caminhada, eu conheci o rap. A caixa, o bumbo, timbal, os claps. Deixei o crime, deixei o tráfico. Criei meu próprio estúdio pra lutar por mais espaço. E

²⁶ Apesar da discussão sobre o assunto ter aumentado nos meios virtuais, com listas intermináveis de “tantas rappers mulheres que você precisa conhecer”, não há um debate sobre o assunto. É apenas uma espécie de vitrine em torno do gênero dessas raperas. É possível perceber também um aumento dos trabalhos acadêmicos em repositórios de diversas universidades, mas a sexualidade e a raça também não são a pauta principal. Quando o assunto é televisão, a aparição dos rappers homens atropela as raperas independente de raça e sexualidade.

dar uma ideia em quem desacredita, não to aqui por likes, to pela minha vida. (Era Uma Vez – Luana Hansen)

Miss Bolívia, rapera Argentina, bissexual assumida e militante das causas dos Direitos Humanos como a questão mapuche e a liberação da maconha. Misturando cumbia, reggaeton e dance, “sonidos de barrio”, com Hip Hop suas letras e clipes são repletos de denúncias sempre com um toque de comédia. Cabe ressaltar que Miss Bolívia atualmente é contratada da Sony Music e seus clipes beiram as superproduções. Vinda de *La Paternal*, um bairro *obrero* central da cidade de Buenos Aires, e formada em psicologia pela Universidade de Buenos Aires – UBA foi professora de Problemas Antropológicos de Psicologia até o ano de 2001 quando se deu a crise econômica na Argentina e mediante o estabelecimento do *corralito* pelo Ministério da Economia abandonou a carreira como professora e psicóloga e foi trabalhar de outras coisas (camareira, garçonzete, recepcionista) até 2008, quando lançou oficialmente sua carreira como rapera.

Músicas/clipes como *María José, Menea, Tomate el Palo, Jálame la Tanga* e *Loca* versam sobre mulheres fortes e livres, algumas em finais de relacionamentos, com ritmos sempre dançantes. Os ambientes variam de fábricas abandonadas, lajes de prédios, grandes avenidas e até uma plantação de maconha. *Bien Warrior*, lançado em 2015, é todo gravado em estúdio fechado simulando uma fábrica, traz uma *huelga obrera* de mulheres para a tela. Enquanto seu clipe mais recente, *El Paso* trata de uma consulta a uma maga negra, muito próxima ao que no Brasil entendemos como mãe de santo das religiões de matriz africana, que receita um passo mágico para sobrepor as dificuldades da vida e trabalhadores de diversas carreiras aderem *el paso*.

Uma parceira musical frequente de Miss Bolívia é Rebeca Lane, rapera da Guatemala. O discurso de Rebeca é facilmente identificado como feminista e sua militância também. Suas letras versam sobre guerrilheiras, raperas, sobre amor entre mulheres, sangue menstrual, liberdade, *body positive* e direito ao próprio corpo. Sobrinha de uma guerrilheira desaparecida durante a ditadura guatemalteca em 1981 e formada em sociologia pela Universidade da Guatemala, sua formação feminista e anarquista aparece de maneira recorrente não somente em suas letras e poesias, mas também em seus clipes e parcerias musicais. Rebeca reivindica uma identidade *mestiza* muito próxima ao que Glória Anzaldúa (2005) denomina enquanto “*la conciencia de la mestiza*, uma nova consciência”, pautada na ancestralidade e certa da posição de fronteira que lhe fornece uma visão mais ampla do todo. *Mujer Lunar, Corazón Nómada, Poesia Venenosa, Bandera Negra* têm como cenários prédios, casas, avenidas, palcos, barcos, uma maquete. Uma diversidade que versa muito sobre a noção de pertencimento de Rebeca como a *Reina Del Caos*, clipe lançado em 13 de agosto de 2017, onde denuncia desde o governo até os organismos internacionais e declara

Ni perdón ni olvido aún que la llaga me duela, la llama en el alma me consuela. No busco un escenario para amenizar tu fiesta, cada una de mis letras una falla en el sistema. Los dinosaurios duermen con el arte sin protesta, que se extingan de una vez en el planeta.

Limblack Mc da Venezuela ocupa um espaço diferente das outras raperas citadas até agora. A rapera é de Barcelona, capital do estado de Anzoátegui, mas se tornou conhecida através do

coletivo Movimiento Que’Paow da cidade de Cumaná, capital e sede dos poderes públicos do estado de Sucre, que faz parte de uma conurbação urbana com mais de seiscentos mil habitantes. Com apenas um cd de seis músicas, lançado no final de 2015, *La Dama Negra*, versa sobre a inserção das mulheres no rap, como constrói suas músicas, o combate à pobreza, afirmação racial. Não há clipes, letras, matérias ou biografias disponíveis em sites da internet. Antes de lançar o cd *Diversidad*, Limblack Mc lançou *Me da igual*, uma música que faz parte do cd e anuncia o que vem pela frente, “*Me da igual se no te gusta ló que cante. Me da igual se mi rap es pa maliantes. Me da igual se apoyaste o criticaste. Para mi es importante enviar a mi mensaje.*”

Tocando Fondo mistura salsa com hip hop de maneira dançante e *Ritmo Elegante* com seus bits acelerados tratam sobre mulheres fazendo rap enquanto “outros” discriminam. *Rap Pesão* traz um rap visceral no ritmo e na letra, como um vício, enquanto *Este Es Mi Rap* versa sobre o rap que faz parte dos cinco elementos do Movimento Hip Hop, movimentando realidades e carregando o sentido de sobrevivência. *Diversidad*, última música e título do cd, é sobre diversidade cultural e um sistema que divide para massacrar.

Yo no pretendo cambiar el pensamiento. Solo respeto y tolerancia entre culturas y razas. No discriminación, mas paz y mas unión. Yo quiero paz y tranquilidad. Yo quiero amor, una hermandad. Yo quiero hacer que nuestras voces se le van a escuchar. Combatir a la pobreza, la injusticia no correcta, a las drogas, a las armas, a las violencias que reflejan.

Se assumir como mulher negra lésbica e latino-americana é ter consciência do quanto é preciso resistir em uma sociedade estruturada a partir do patriarcado, que elegeu a identidade masculina, branca e heterossexual como modelo a ser seguido, sendo o poder e a alteridade protagonistas no processo de construção da identidade. Isso reflete diretamente nas músicas compostas pela *raperas* lésbicas negras da América Latina, permitindo uma rica reflexão sobre a espacialidade colonial na qual fomos inseridas a partir da colonialidade do poder.

Ainda que inseridas em um contexto colonial comum, as maneiras de ocupar os espaços são diferentes, inclusive no discurso, porque a forma como se deu para cada uma a ocupação desses espaços foi diferente ou em momentos diferentes. Enquanto algumas tiveram acesso a universidade e ao campo do trabalho outras buscam caminhos alternativos, fora da lógica institucional. A questão maior é pensarmos essas alternativas também como resistência e ocupação, principalmente por gênero, raça, classe e sexualidade não serem estanques nos corpos e contextos. Logo, a espacialidade das *raperas* lésbicas negras da América Latina é única, por ser sempre um local de resistência, ação e ativismo²⁷. Será sempre uma ocupação sapatão das cidades latino-americanas, tanto do espaço físico quanto simbólico.

Referências:

²⁷ Ativismo é o nome dado as ações sociais e políticas, produzidas por pessoas ou coletivos, que se valem de estratégias artísticas, estéticas ou simbólicas para amplificar, sensibilizar e problematizar, para a sociedade, causas e reivindicações sociais.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n.11, p.89-117, 2013.

_____. Para transcender a colonialidade. Depoiment. 04/11/2013. São Leopoldo, RS: *Revista do Instituto Humanitas Unisinos*. Entrevista concedida a Luciano Gallas e Ricardo Machado.

FIUZA, Ana P.; FREIRE, Rebeca S.; ROSA, Laila A.C.; FERNANDES, Felipe B.M. A celebração da diversidade sexual e o combate às lesbo-homo-transfobias no dia 17 de maio: relatos poético-musicais de uma intervenção feminista, anti-racista e pró-LGBT na UFBA. In: *XVIII Redor*. UFRPE: Recife, 2014.

GONÇALVES, Ana Maria. *Entrevistas – Ana Maria Gonçalves*. Rio de Janeiro - RJ, 21 ago. 2016. Entrevista concedida a Vinicius Portella. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OVBdt6aFT1Q>. Acesso em: 10 mai. 2017.

LUGONES, María. Colonialidad y Género: hacia un feminismo descolonial. In: *Género y Descolonialidad*. MIGNOLO, Walter (ORG). Buenos Aires: Del signo, 2008.

MOASSAB, Andreia. *Brasil periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop*. São Paulo: EDUC, 2011, 338p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo(Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, p. 227-278, 2005.

SANTOS, Giselle dos Anjos. *As representações sociais sobre as mulheres negras na música*. [S.l.: s.n.], 2011.

SKLIAR, Carlos. Alteridades e pedagogias. O...Y sí el otro no estuviéera ahí? *Educação & Sociedade*. Campinas: Cedes, ano XXIII, n. 79, p.85-123, 2002.

SILVA, Fabiana Félix do Amaral. *Novas subjetividades subalternas na cidade: cultura, comunicação e espacialidade*. 2011, 166f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

REFLEXÕES SOBRE A QUESTÃO URBANA NA TRÍPLICE FRONTEIRA – BRASIL, PARAGUAI E ARGENTINA

Globalização, Fragmentação e Militarização

André Luís André²⁸

Introdução

No mundo contemporâneo a questão urbana atingiu múltiplas dimensões na perspectiva da produção e reprodução do espaço urbano e isto nos coloca o desafio de interpretar os fenômenos da urbanização como processo *mundializado*, que se reafirma a partir da singularidade dos lugares, por meio da vida cotidiana, ainda que verticalizada por processos distantes.

Nesta perspectiva, partindo da experiência urbana desta parte do mundo a que costumamos chamar América Latina, é necessário compreender a urbanização, suas condições e contradições, dentre das dinâmicas de cada período histórico, ou melhor, de cada período geopolítico pelos quais passaram os diversos territórios latino-americanos. São com estes dois olhares que queremos aqui apresentar um debate sobre a produção e reprodução do espaço urbano da Tríplice Fronteira - Brasil, Paraguai e Argentina -, na qual há uma relação transfronteiriça (CARNEIRO, 2013) entre as cidades de Foz do Iguaçu, Ciudad del Leste e Puerto Iguazú, onde residem de forma fragmentada da perspectiva do tecido socioespacial, aproximadamente 700 mil habitantes, e na qual há dinâmicas geográficas que não podem ser desvinculadas dos processos de globalização – seja como novo período da história, seja como etapa ulterior do capitalismo (SANTOS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2006); dos processos de regionalização – como arte-fato como discutiu haesbart (2010) ou visto na perspectiva da questão local, como discutiu Benko (1996) e Thrift (1996); dos processos de militarização (SOUZA, 2002); e, dentro outros, dos processos de fragmentação (ELIAS, 2002).

Vale expor que esta é a Tríplice Fronteira demograficamente mais ocupada de toda América do Sul (CARNEIRO, 2013). Sua formação, considerando os processos de formação socioespacial de cada um dos países, se inicia basicamente no final do século XIX e início do século XX, num período de formação dos Estados Nacionais e suas fronteiras em toda América Latina. Não obstante, num período em que geopoliticamente os territórios na região foram

²⁸ Professor de Geografia Humana do curso de Geografia e atual Chefe do Departamento de Pesquisa da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA -, lotado no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território. Doutor Direto pela Universidade Estadual Paulista – UNESP. Correio Eletrônico Institucional: andre.luis@unila.edu.br.

organizados em grande medida como complexos agroexportadores para atender demandas do mercado internacional (CHONCHOL, 1994).

Ao longo do século XX, no auge do nacional-desenvolvimentismo dos grandes países periféricos como Brasil e Argentina, e da bipolaridade na geopolítica internacional, esta extensão também se estruturou como fronteira demográfica, principalmente para brasileiros e paraguaios com a construção da hidrelétrica binacional de Itaipu e a constituição da fronteira agrícola com a expansão da rede sulista de migração. Hoje os principais operadores do agronegócio na parte oriental do Paraguai, com os “brasiguaios” e os principais operadores do agronegócio em boa parte do território brasileiro, produzindo o que Haesbaert (2007) chamou de território em rede.

Sendo assim, Ciudad del Leste, antes Presidente Strossner, Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, surgem no esforço de ocupação das fronteiras dos três países, cada uma a seu tempo, mas dentro do mesmo período geopolítico. Foram dinamizadas pela forte verticalização dos respectivos Estados Nacionais com a construção de Itaipu, Ponte da Amizade e Ponte da Fraternidade. O que gerou, principalmente no caso de Foz do Iguaçu, uma segregação urbana planejada pelo próprio Governo Federal brasileiro para atender segmentos socioprofissionais envolvidos na construção e no início das operações da Usina. É então que surgem os bairros Vila A, Vila B e Vila C, impulsionando ao mesmo tempo um processo de compartimentação fragmentada do espaço urbano.

Com a incorporação de novos sistemas de engenharia: o Aeroporto Internacional das Cataratas e o Aeroporto de Puerto Iguazú, uma série de portos secos e a melhoria do sistema viário, esta Tríplice Fronteira sofreu um processo de transfronteirização (CARNEIRO, 2013), e o espaço urbano das cidades passaram a ter frações conectadas aos fluxos dos negócios globalizados, com destaque para o agronegócio, comércio de mercadorias e serviços – legais e em conflito com a lei - e o turismo internacional.

Enquanto Ciudad del Leste ganhou a condição de terceira maior zona comercial do mundo, apenas atrás de Miami e Hong Kong, Foz do Iguaçu, em virtude de Itaipu e das Cataratas, recebe atualmente cerca de 1,5 milhões de turistas ao ano, sendo em média 25 % vindo de países do MERCOSUL e 25% vindos de fora do continente americano. As três cidades, nesta perspectiva, passaram a organizar parte do seu espaço urbano para atender as demandas dos negócios internacionais, seja oferecendo suporte técnico-financeiro ao agronegócio, consumo de luxo e lazer privado; sendo oferecendo serviços de turismo sofisticados; sendo oferecendo produtos-serviços legais e produtos-serviços em conflito com a lei, como a prostituição de luxo e o tráfico de armas e drogas.

Enquanto as inserções no espaço de fluxos regionais e globais aumentaram de forma violentamente exponencial, em virtude da possibilidade de ubiquação global dos negócios e do processo de regionalização marcado pelo MERCOSUL, a fragmentação vertical da Tríplice

Fronteira se intensificou, uma vez que parte significativa dos habitantes das cidades não tem a mínima condição de definir os rumos de seus entornos, conjugado ao processo de fragmentação horizontal, permeado por nuances de classe, raça, etnia, religião e nacionalidade.

Aqui, como numa distopia do mundo global, é possível encontrar árabes, libaneses, chineses, italianos, coreanos, brasileiros, paraguaios, argentinos, muçumanos, católicos, budistas, pentecostais, pretos, brancos, guaranis, todos convivendo de forma fragmentada e em constante conflito, mais ou menos fazendo valer o fluxo de capitais, associados ao comércio de mercadorias, ao agronegócio e ao turismo, bem como à produção de energia.

Assim, temos um espaço urbano transfronteiriço com características pós-coloniais, moderna e pós-moderna, capaz de oferecer bem-estar aos turistas, aos grupos estabelecidos, aos operadores do comércio e do agronegócio, aos servidores públicos ligados à Itaipu e as demais instituições federais, oferecendo simultaneamente mal-estar aos diferentes grupos socioespaciais em processo de marginalização multicultural-étnica-racial-nacional.

É assim que esta Tríplice Fronteira mantém simultaneamente um dos centros de compras mais dinâmicos do mundo, uma das maiores usinas hidrelétricas do mundo, uma das maravilhas do mundo, um dos principais complexos turísticos de toda América do Sul, com ocupações urbanas, bem na rota das cataratas do Iguaçu, onde pessoas em processo de marginalização lutam pelo direito à moradia; onde centenas de vazios urbanos são utilizados como reserva de valor para processos de especulação imobiliária; onde bairros populares podem estar até à duas horas de ônibus do centro da cidade; onde crianças, quase sempre de origem guarani perambulam como pedintes.

Nesta perspectiva, as cidades em questão experimentam um intenso processo de fragmentação vertical e vulnerabilidade territorial, pela incapacidade da maior parte da população local, ainda que segmentada, de influenciar os Estados Nacionais fronteiriços, nas suas diferentes escalas. Experimentam um processo de fragmentação horizontal decorrente da convivência e da solidariedade mecânica entre os grupos estabelecidos das respectivas cidades e os grupos em processo de marginalização, quase sempre corporificados na pessoa de mulheres, crianças, pretos e nativos guaranis que historicamente habitam a região. Estas cidades reproduzem um urbanismo, dividido, desigual e contraditório, protetor dos negócios e grupos socioespaciais com alto poder, predador e implacável com os pobres de todas as matizes culturais, expressando o que Boaventura (1998) chamou de “fascismo sociais”, dentre eles, o fascismo territorial.

Objetivos

Assim, considerando o contexto urbano da tríplice fronteira, nosso objetivo central é

demonstrar que há, no limite, dois tipos de planejamento e desenvolvimento para estas cidades: um para permitir a realização dos interesses do *lobby* do turismo, dos operadores e especuladores do mercado imobiliário, dos investidores de todo tipo, dos setores ligados ao suporte técnico-financeiro do agronegócio e dos interesses geopolíticos principalmente do Estado brasileiro com a atuação da Itaipu Binacional, e, por outro lado, um planejamento voltado para blindar o espaço urbano que resulta destes interesses anteriores. Nesta perspectiva, queremos demonstrar que estas cidades vivem vulnerabilidades de todo o tipo, possibilitando assim, uma fragmentação vertical, decorrente da incapacidade da maior parte da população local de influenciar os Estados Nacionais fronteiriços, nas suas diferentes escalas, e, portanto, definir os rumos destas cidades em processo de transfronteirização.

Não obstante, queremos demonstrar que ocorrem aqui processos de fragmentação horizontal decorrentes da convivência e da solidariedade mecânica entre os grupos estabelecidos das respectivas cidades e os grupos em processo de marginalização, quase sempre corporificados nos corpos de mulheres, negros e nativos guaranis que historicamente habitam esta extensão de fronteira. As cidades e os espaços urbanos da tríplice fronteira de Brasil, Paraguai e Argentina, a sua maneira, como a maior parte das cidades da América Latina, retroalimentam um urbanismo, dividido, desigual e contraditório, pseudomoderno para os grupos socioespaciais com alto poder e implacável com os pobres.

Metodologia

Para entender a questão urbana na América Latina, suas características, suas particularidades e mesmo suas singularidades, venho atuando na investigação científica com dois pressupostos. Primeiro, é necessário entender como a urbanização latino-americana é impulsionada por cada período geopolítico pelo qual passou a América Latina: Colonização, Formação dos Estados Nacionais, Nacional-Desenvolvimentismo e mais recentemente a mundialização dos negócios, grosseiramente chamada de globalização. Segundo, ainda como questão de método, observamos como os elementos que verticalizam os lugares a partir das relações longínquas de Estados, capitais, investidores e corporações se projetam na vida cotidiana de cada lugar. Neste caso, as cidades transfronteiriças de Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguazú, condicionando formas de estruturação do espaço urbano que comportam diferentes formas de fragmentação horizontal e vertical. A primeira marcada pelos diferentes lugares de moradias dos grupos socioespaciais e a segunda marcada por espaços modernizados colados com espaços precarizados (ANDRÉ, 2016).

Resultados parciais: Reflexões sobre a Globalização, Fragmentação e Militarização na tríplice fronteira

As cidades que forma a tríplice fronteira atualmente experimentam a organização espacial de algumas de suas frações para atender os fluxos da globalização, particularmente com os aeroportos de Foz do Iguaçu e Puerto Iguazú, com as Cataratas da Argentina e do

Brasil, com a usina hidrelétrica binacional de Itaipu e com o centro de compras de Ciudad del Leste, as melhores infraestruturas urbanas das três cidades formam uma malha territorial-urbana para ligar todos estes “fixos” ou “objetos” com alto grau de modernidade e sofisticação, seja na própria materialidade urbana, seja nos lugares que são visitados, seja nas mercadorias que são consumidas pelos turistas, consumidores e/ou operadores varejistas ou atacadistas do centro de compra em Ciudad del Este.

Acontece que há toda uma produção, planejamento e organização urbana para que a tríplice fronteira possa atrair turistas-consumidores de todo o mundo. Por outro lado, a força de trabalho que move este circuito internacional de turismo-consumo é basicamente formada por brasileiros, paraguaios e argentinos pobres, não obstante, os controladores deste circuito internacional no território são geralmente árabes, chineses, libaneses, brasileiros e argentinos integrados e capazes de definir em certa medida a economia política deste território.

Há uma tríplice fronteira preparada e condicionada para todo tipo de negócio, verticalizada de longe, operada por brasileiros, árabes, chineses, libaneses e argentinos, sejam circuitos legais ou circuitos em conflito com a lei dos três países, como os circuitos econômicos das drogas ilícitas, das armas e do contrabando de mercadorias, cuja força de trabalho disposta, às vezes, a dar a própria vida para manter os fluxos fluindo, recebendo assim sua parte, geralmente em forma de salário ou pagamento precário em relações de trabalho não formalizadas pelos respectivos Estados Nacionais fronteiriços, são formadas por brasileiros, paraguaios e argentinos, quase sempre pobres, geralmente de ascendência negra ou guarani, ou remanescentes da fronteira agrícola que se estendeu pela região que não encontram mais emprego no campo.

Os lugares da globalização da tríplice fronteira impõem uma problemática de difícil resolução e em consonância com o atual processo de mercantilização do espaço, do território, dos lugares. Os locais organizados para atender aos fluxos e negócios globalizados, principalmente o turismo e as compras de mercadorias, se não são espaços privados, uma vez que Itaipu e o Parque do Iguaçu, onde se localizam as Cataratas são instituições estatais, são espaços consumidos uma vez que para ter acesso a eles é preciso dispor destes lugares como valor de troca, numa relação de consumidor-usuário. Esta relação impõe não somente a questão do consumo do lugar, mas também a questão do esvaziamento dos lugares como espaços públicos.

Nos lugares da globalização da tríplice fronteira geralmente incluem turistas-consumidores e os endinheirados locais, mas excluem a maior parte dos habitantes, a não ser que estejam dispostos a oferecer sua força de trabalho para fazer fluir turistas e consumidores.

Aqui é preciso lançar duas questões sobre a fragmentação: primeiro, a fragmentação pode ser entendida como a incapacidade dos habitantes locais, os cidadãos entre eles, de

definirem os rumos da economia política local. A fronteira, a tríplice fronteira e o processo de transfronteirização corrente em Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e Puerto Iguaçu, impõe, pela própria natureza das fronteiras a verticalização dos governos nacionais em questão – Brasil, Paraguai e Argentina. Os governos nacionais tem grande influência na organização espacial deste território e do seu processo de urbanização.

Com a globalização dos negócios, as empresas envolvidas nos circuitos econômicos do turismo e da circulação de mercadoria neste lugar, passaram a verticalizar seus planos e interesses corporativos e empresariais tanto quanto os governos nacionais na região. Por outro lado, organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas, armas, pessoas e na prostituição de luxo, também demonstram capacidade de influir na economia política local. Isto foi paulatinamente criando as condições de declínio ou de impossibilidade de controle ou autonomia de gestão deste território, cujos negros, guaranis e refugiados da fronteira agrícola, experimentam um franco processo de marginalização e subordinação que se evidencia no tipo de trabalho que realizam geralmente trabalho precário, e no tipo de moradia de que tem acesso, geralmente moradia precária, conformando periferias e hiperperiferias: *favelas*, *chacaritas* ou *villas*!

Do bairro planejado para abrigar trabalhadores pobres que atuaram na construção da usina de Itaipu, como a Vila C, a maior ocupação urbana da tríplice fronteira – o Bupas -, as favelas que beiram o Rio Paraná do lado brasileiro e as chacaritas que beiram o mesmo rio do lado paraguaio, impõe a este território um duplo processo de fragmentação: a fragmentação vertical da qual já falamos e a fragmentação horizontal entre os grupos estabelecidos aqui neste território: brasileiros, argentinos, árabes e chineses, que operam os fluxos de mercadorias e serviços, moradores de bairros homogêneos (por nacionalidade, religião ou renda) ou condomínios fechados de alta renda; e os grupos em processo de marginalização, quase sempre pobres de origem rural, negros ou guaranis, residentes nas áreas mais precárias da cidade.

Neste trabalho, não há espaço suficiente para debater a fundo o processo de militarização ao qual temos ficados submetidos desde a escala global à escala da vida cotidiana. Todavia, por militarização estamos entendendo o processo de mediação das relações socioespaciais entre os diferentes habitantes da tríplice fronteira e os negócios estatais e privados que aqui ganham concretude, mediações que tangenciam mais ou menos o mercado privado de segurança, a midiaticização, sobretudo, televisiva da insegurança, a atuação das polícias, das forças armadas, das polícias privadas e dos sistemas de vigilância.

Para tornar frações da tríplice fronteira em lugar da globalização dos negócios, sem deixar de resolver suas contradições socioeconômicas, sem deixar de estender a todos os habitantes a sofisticação da inserção na globalização, sem deixar de resolver as contradições entre nacionalidades, classes, grupos étnicos raciais; os grupos estabelecidos aqui, as corporações, as organizações empresariais e criminosas, bem como os governos, nas suas

diferentes escalas, fizeram a opção, mais ou menos programada, mais ou menos organizada, de blindar os territórios conectados à globalização, dos territórios da vida cotidiana dos grupos subalternos da tríplice fronteira.

Com o uso do discurso difuso da segurança: segurança da fronteira, segurança dos turistas, segurança dos locais de turismo, segurança dos locais de compra, segurança dos consumidores, segurança dos grupos de alto poder econômico e político; governos, empresas e organizações optaram por garantir os negócios pela força explícita das armas ou pela força simbólica dos sistemas de vigilância.

A sociabilidade entre ricos e pobres, nas suas segmentações de identidade e nacionalidade, etnicidade e racialidade, se realiza de forma mecânica, garantida pelas armas e pela vigilância. As práticas espaciais de ricos e pobres não escapam à mediação da militarização, operada pelas forças armadas dos três países: Brasil, Paraguai e Argentina, pelas polícias locais, pelas empresas de segurança e vigilância, garantindo assim as condições de fragmentação, nas quais uma pequena parcela de pessoas, empresas e organizações, tem as condições para se integrar aos fluxos globais que se materializam aqui de forma menos restritiva, e nas quais uma grande parcela experimentam as perversidades das condições de vida territorial e urbana, vivenciando processos de subalternização e marginalização.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, André Luís. *Ensaio: Geopolítica, Cidade e Violência*. Brasil: AGBOOK, 2016.
- BENKO, Georges G. Benko et al. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 1996.
- CARNEIRO FILHO, Camilo Pereira. *Processos de transfronteirização na Bacia do Prata: a tríplice fronteira Brasil–Argentina–Paraguai*. 2013.
- CHONCHOL, Jacques. *Sistemas agrários en América Latina; de la etapa prehispánica ala modernización conservadora*. 1994.
- ELIAS, Norbert. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Zahar, 2000.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Editora Record, 2006.
- HAESBAERT, Rogério. *Território e multiterritorialidade: um debate*. GEOgraphia, ano IX, n. 17, p. 19-45, 2007.
- _____. *Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas*. *Antares*: Letras e Humanidades, n. 3, p. 02-24, 2010.
- SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, v. 174, p. 25, 2000.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

THRIFT, Nigel. Visando o âmago da região. GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 215-247, 1996.

CENTRALIDADES E HÁBITOS DE CONSTRUIR E REPRESENTAR O URBANO: os circuitos superiores e inferiores da economia urbana na Tríplice Fronteira

por Gilmar Almeida da Silva

Introdução

Esta pesquisa inicialmente tratou de pesquisar sobre a produção de imagens que contribuíssem para a construção de centralidades na tríplice fronteira e como estas estavam distribuídas territorialmente, através de levantamentos de campo. Posteriormente, tratou-se de analisar como cada uma destas imagens se inseria dentro da teoria dos circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos de Milton Santos (1975)²⁹. Com mais um desdobramento, percebeu-se a notável produção de representações no campo da construção civil e execução de grandes empreendimentos, especificamente na cidade de Foz do Iguaçu.

Segundo de Souza (*mimeo.*), atualmente a abundância de ferramentas digitais para os projetos de arquitetura acaba produzindo uma padronização das imagens, uma vez que tais *softwares* impõem certas lógicas de representação para quem os utiliza. Seus resultados mostram imagens realistas dotadas de uma ambientação e entorno extremamente higienizados – por vezes, este encontra-se desprovido de seres humanos (Figura 1). Com a intenção de seduzir quem as observa, este formato acaba tendo maior repercussão midiática.

Não é mera coincidência que este seja um hábito de construir - hegemônico: trata-se do tipo de representação mais adotado pelos escritórios de arquitetura na tentativa de vender e divulgar seus produtos para um público leigo neste assunto. Também não deve ser coincidência que este seja o tipo de representação encontrada nas imagens sobre Foz do Iguaçu veiculadas, sobretudo, pelo mercado imobiliário.

Objetivos

Visamos a análise das mobilidades e imobilidades na tríplice fronteira, pautadas pelo New Mobilities Paradigm³⁰.

²⁹ De acordo com Montenegro (2012), na segunda metade do século XX, houve uma preocupação teórica com o contexto de subdesenvolvimento dos países do terceiro mundo. As teorias sobre a produção econômica-industrial das décadas de 1950 e 1960, contudo, mostravam baixo teor elucidativo, não conseguindo explicar, por exemplo, o desemprego crescente nos países subdesenvolvidos. Já na década de 1970, Milton Santos propôs nova teoria, a respeito da relação interdependente entre dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, um superior e outro inferior. Enquanto o circuito superior seria constituído pelos bancos, indústria moderna, serviços atacadistas e de transportes, comércio e indústria de exportação e serviços modernos; o circuito inferior se caracterizaria por formas de produção de capital não-intensivo, comércio de pequena dimensão, geralmente voltado para a população mais pobre. (MONTENEGRO, 2012).

³⁰ Segundo Sheller e Urry (2006), o paradigma das novas mobilidades esclarece que, atualmente nem mesmo o espaço se caracteriza por um espaço fixo e estático, devido a uma

Assim como temos a elaboração de cartografias que representam os circuitos superiores e inferiores da economia urbana, onde: a) os inúmeros panfletos em formato físico que majoritariamente são distribuídos nos hotéis iguaçuenses correspondem a restaurantes locais, simbolizam um circuito inferior;

b) interesses imobiliários partindo tanto por parte do Estado, quanto por parte da iniciativa privada – redes hoteleiras, por exemplo, oriundas de outras regiões do Brasil – configuram um suposto circuito superior do território transnacional.

Propõe-se que este cotejamento de imagens se apresente como um método de se discutir contemporaneamente a teoria dos dois circuitos da economia urbana, proposta por Milton Santos na década de 1970.

Metodologia

De acordo com Lynch (1960), centralidades se definem como um conjunto de pontos nodais somados a um grupo de marcos visuais que facilitam sua leitura, criando certa legibilidade, que se tornam centrais para pessoas que por ali passam. Faz-se necessária uma relação destes pontos com a reprodução em massa das imagens que representam estas nodalidades, que por sua vez podem ser lidas como turísticas. Tais objetos se configuram como produto da “era da reprodutibilidade técnica” (Benjamin, [1936] 1985)³¹, visibilizando espaços, transformando paisagens em símbolos dentro de uma sociedade capitalista e de consumo.

Parte-se de uma comparação entre panfletos recolhidos em levantamento de campo junto a agências de turismo e hotéis na área central de Foz do Iguaçu e imagens reunidas a partir de levantamentos *online*, especificamente no site <http://skyscrapercity.com/showthread.php?t=1466090/>, um fórum de discussão, existente desde 2011, em que consta uma extensa lista de obras em andamento em Foz do Iguaçu, com suas respectivas imagens. Foram mapeados inúmeros “novos” empreendimentos, sendo estes divididos nas categorias: edifícios comerciais, hotéis, equipamentos/prédios públicos, obras residenciais e outros (Figuras 2, 3 e 4). Em sua grande maioria, estes objetos imobiliários são representados por *renderings* (figura 1). Com a ressalva de que alguns já finalizados, ou em estágio avançado de construção, possuem fotos das edificações. Em outros casos, minoritariamente, possuem fotos aéreas com um desenho da implantação dos respectivos imóveis.

“facilidade” de acesso à tecnologia e maior acesso a imagens, possibilitando as *imaginative travels*. (SHELLER;URRY, 2006).

³¹ Para Walter Benjamin (1936), a reprodutibilidade técnica se configura em um contexto que permite que uma obra de arte, por exemplo, seja “copiada” em série. Diferente daquilo que antes do século XIX era criado por um mestre que logo, repassava seus métodos para um suposto aprendiz que daria continuidade ao trabalho manual – isto no âmbito das artes visuais e artesanato. A fotografia é uma amostra deste conceito: a ampliação de uma imagem capturada pode revelar detalhes e valores que poderiam facilmente passar despercebidos pelo olho nu em uma situação cotidiana. Uma determinada paisagem captada por uma câmera, deixa seu local de origem e pode se transformar em um quadro na sua casa.

Lista de Figuras



Figura 1 - Seus resultados mostram imagens realistas dotadas de uma ambientação e entorno extremamente higienizados – por vezes, este encontra-se desprovido de seres humanos. Rendering do futuro centro empresarial Harmonia. Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1466>.

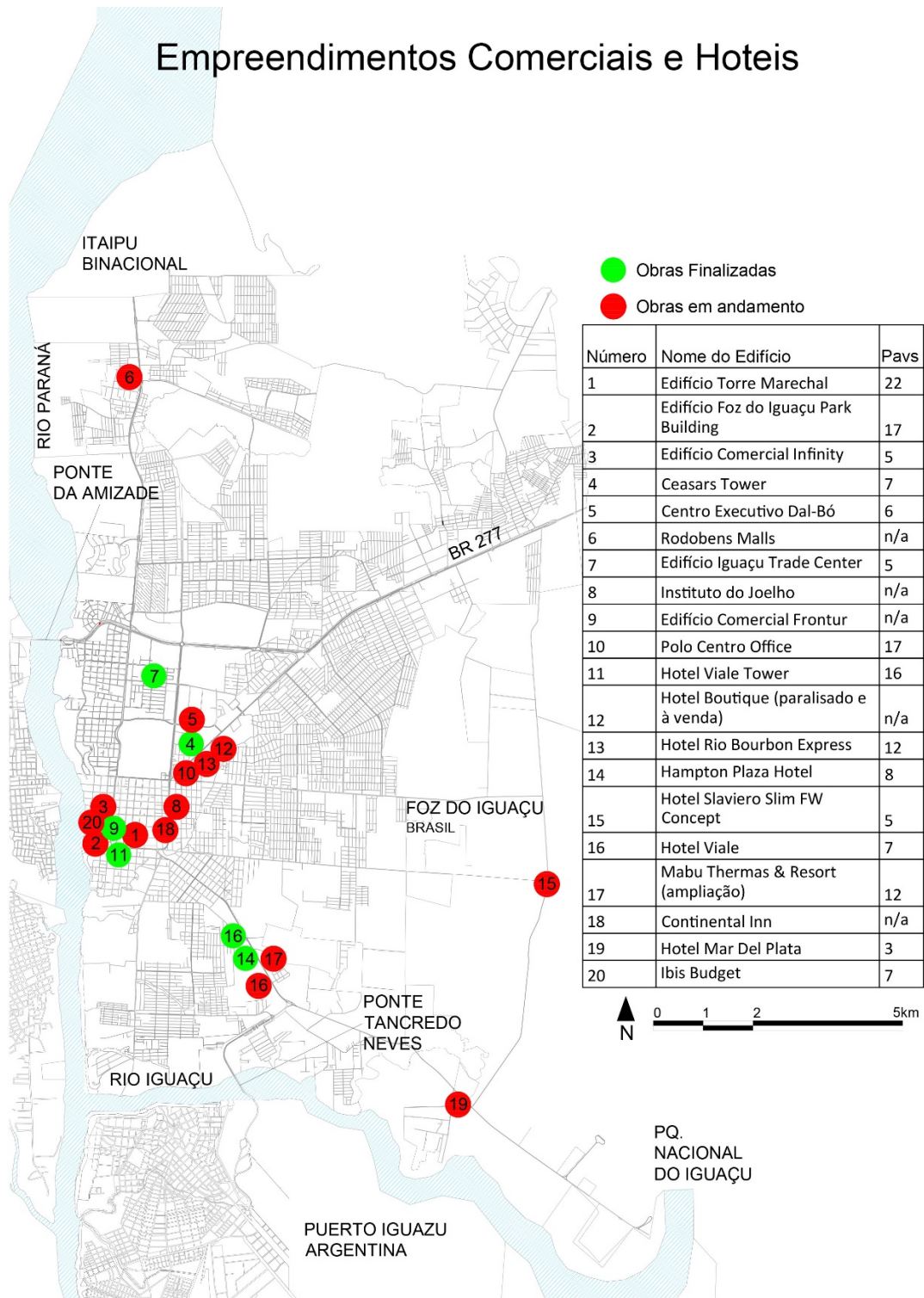


Figura 2 - Mapeamento dos edifícios comerciais e hoteleiros levantados.

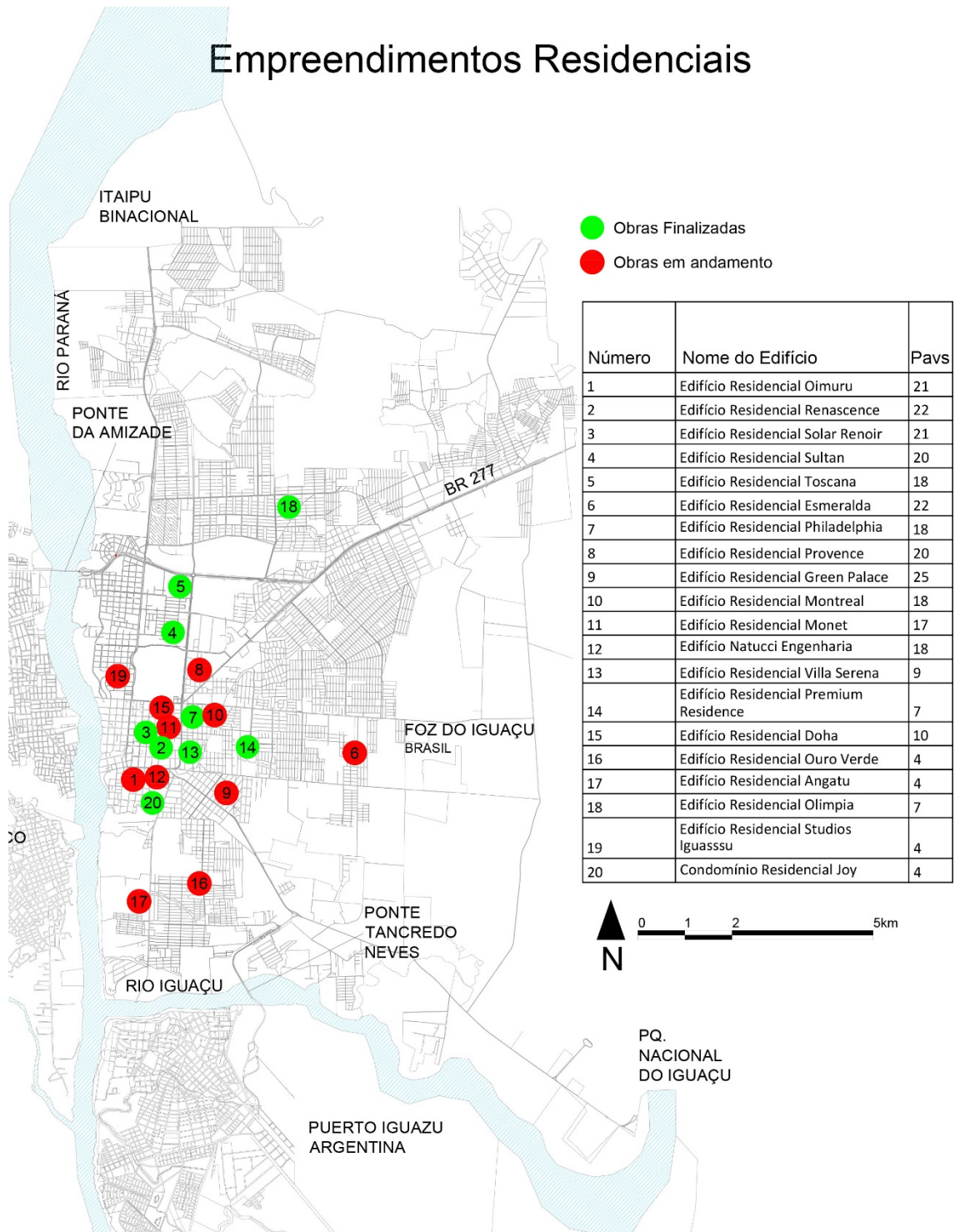


Figura 3 - Mapeamento das edificações residenciais.

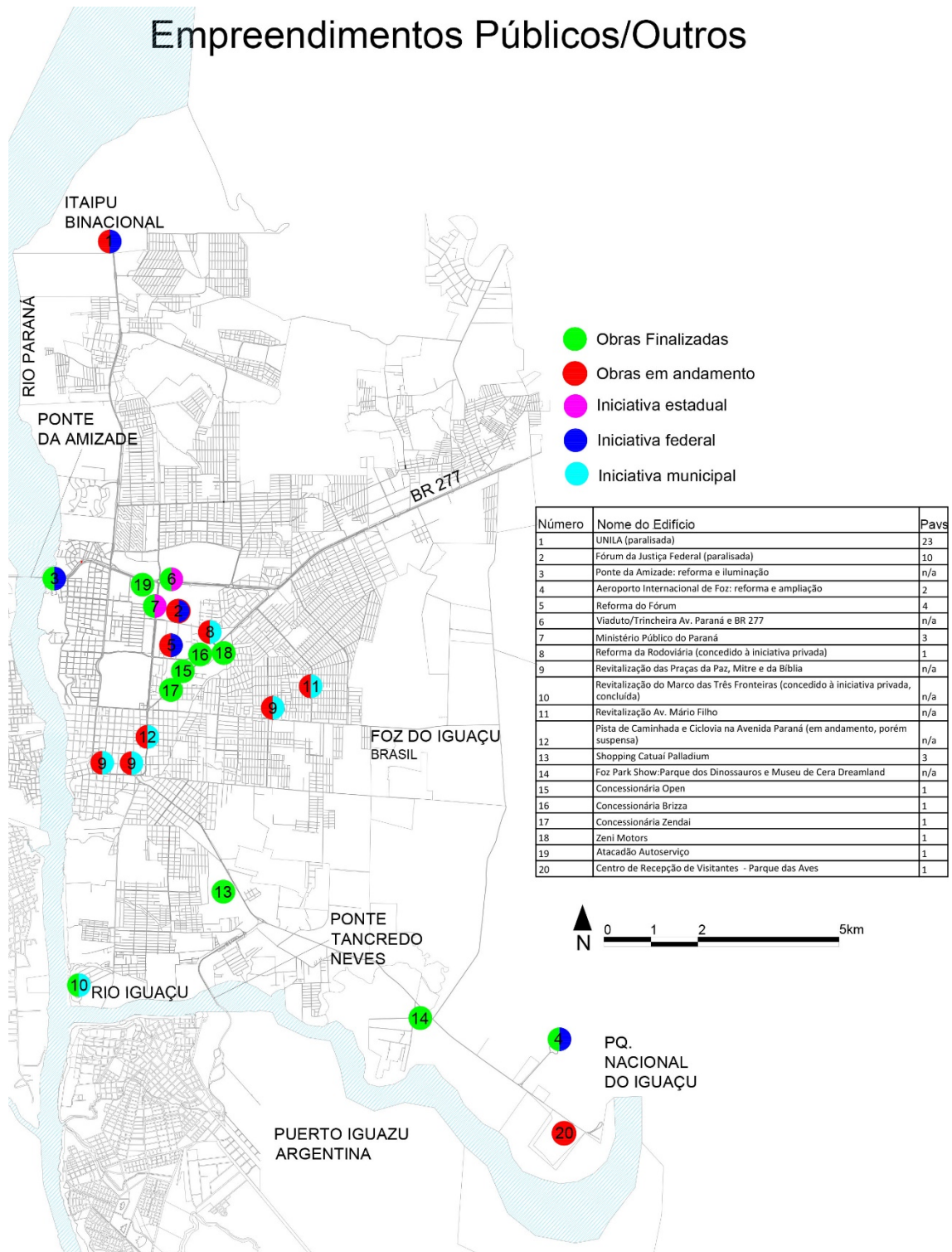


Figura 4 - Mapeamento das edificações públicas e outros.

Referências:

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: *Obras escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, (1936) 1985, p. 165-196.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

MONTENEGRO, M.R. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. In: *Revista Geográfica Venezuelana*. n.1, v.53, p. 147 - 164, 2012;

SANTOS, Milton. *O espaço dividido*. São Paulo: EdUSP, (1979) 2008;

SHELLER, M; URRY, J. The new mobilities paradigm. In: *Environment and Planning A*. Lancaster. v.38, p. 207 – 226, 2006;

SOUZA, Gabriel Girnos Elias de. [Re/a]presentação: reflexões para uma perspectiva discursiva e contra-hegemônica no ensino de representação gráfica em arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: Arquitetura, representação, mobilidades, cartografias

RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA, VIOLÊNCIA E PLANEJAMENTO URBANO NO PROCESSO DA REGULAÇÃO FUNDIÁRIA NO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

Autores: Juliana Cardoso Marques (UFMG) e João Paulo Galvão dos Santos (FASA Sete Lagoas)

Introdução:

O interesse na participação no MALOCA, vem na crença da necessidade de uma discussão interdisciplinar sobre a metrópole contemporânea que se proponha a enfrentar a intersecção entre a produção do espaço e a própria violência- não como somente dado criminalístico, mas a violência constituinte do próprio ato de se planejar, e o que significa o método científico moderno, a presença e intermediação do estado, o financiamento público e privado, e demais ações estruturadas de forma hierárquica e que colocam numa posição dialética os atos de usar e produzir, ocupar e pertencer.

Objetivos:

Neste trabalho propomos a análise do planejamento urbano como instrumento estatal que atua ora como dispositivo de interlocução entre o estado e movimentos sociais, ora como parte da violência do estado que permite a manutenção de privilégios e concentração de poder. Imaginamos duas etapas do trabalho: Primeiramente a apresentação de uma série de questionamentos feitos e ainda em processo de pesquisa, contando com discussões preliminares e que acreditamos estruturam o núcleo duro de nosso pensamento. Perguntas como:

1. Existe um espaço que propicie a violência?
2. Há locais cujo desenho desencadeia repulsa, medo, temor, respeito, segregação?
3. As relações sociais são modificadas com modificações no espaço?
4. E, finalmente, como desenhar uma metodologia que nos propicie tal imaginação?

A segunda parte conta com algumas respostas já levantadas nos trabalhos dos autores. O desenvolvimento atual de nossa hipótese se dá na análise, primeiramente, da construção do discurso do planejamento urbano no processo de urbanização e metropolização nos séculos XIX e XX, a partir do estudo da teoria urbana e relação com os processos políticos burgueses do final do século XVIII e de uma análise crítica do ideal do planejamento urbano como agente na mitigação dos processos de exclusão socioespacial.

Metodologia:

Buscamos imaginar se uma mudança na forma de se conceber a política, à partir das revoluções burguesas e em especial da revolução política francesa- não poderia proceder também em mudanças na forma de se produzir o espaço. Hannah Arendt, em "O que é a política" define política como o que trata da convivência entre diferentes. Se para a ciência o Homem, ou a Humanidade, é um corpo uno e livre de subjetividade e individualidade, a política é o local teórico onde se considera a relação entre corpos diversificados e dotados de necessidades particulares. Arendt afirma que "a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa e em contrapartida diferenças relativas". Se o político organiza a

relação entre corpos diferentes, o espaço em que se dá o embate é essencialmente político. Porém para além da constatação de que o território possui um valor intrinsecamente político, a atuação dos responsáveis pela criação desse espaço comumente oblitera esse raciocínio, partindo da lógica da ciência e buscando conceber para um indivíduo único. Nesse sentido, o espaço da cidade, palco máximo no qual a existência das individualidades promove a existência de diferenças e subjetividades ou as reprime, sendo autoritário? Ao se retirar de sua essência o político retira-se, portanto, a possibilidade do dissenso. Como porém seria possível entender na produção da arquitetura um pensamento sobre o convívio da diversidade?

Para tanto trazemos um recorte no atual processo de regularização fundiária de Belo Horizonte, central nos objetivos da política urbana do município. Questionamos nesse caso os limites e possibilidades dos processos de planejamento e regularização para o enfrentamento das relações históricas de poder. A análise é centrada na construção da questão urbana, argumentando-se como foi e é construída não somente pela falta de direitos urbanísticos e de planejamento urbano, mas também por relações de poder díspares que excluem e marginalizam territorialmente e politicamente grupos sociais, o que aparta do jogo político e delimita o espaço físico e social de camadas populacionais.

Considerações finais:

Neste trabalho são questionadas as limitações da construção de uma ordem jurídico-urbanística como máxima solução de enfrentamento do “status quo” e são efetuadas observações sobre as dificuldades de fazer valer os direitos urbanísticos nas práticas de implementação da política urbana e na invocação e persecução dos direitos sociais. A modernidade trabalha com a premissa de que a ciência e a técnica são imparciais e neutras, pois dentro do modelo científico os experimentos e práticas são comprovados com metodologias rígidas. Alguns desses questionamentos estão nas hipóteses levantadas por Henri Lefebvre no livro Espaço e Política, em especial a respeito da instrumentalização da produção espacial:

Enquanto mediação, tal espaço instrumental permite impor uma certa coesão (pela violência), quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparência racional e objetiva). Aqui, os termos “coesão” e “coerência” significam regulação buscada, pretendida, projetada, o que não quer dizer obtida.

O que o autor nos coloca é que o espaço, como produto e produzido, pode ser o mediador entre a questão do que existe de saber no ideológico e o que há de ideologia no saber. Esse lócus privilegiado do espaço nos permitiria, portanto, produzir a pesquisa aqui proposta. Esperamos portanto que a participação no encontro nos ajude trazer a luz essas disputas de poder, visibilidades, subjetividades e individualidade, particularidades de saberes e modos de vida obliteradas pelo discurso positivador da ciência.

Referências:

ARENDRT, Hannah, *O que é Política*, 3ª edição, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 2002

HABER, Alejandro, *Nometodología Payanesa: Notas de metodología indisciplina*, disponível no endereço eletrônico <http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RCA/article/viewFile/15564/16031>

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e Política*. Tradução de Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 192 p.

LEFEBVRE, Henri (2012). *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre.

SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2010). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*, Coimbra: Almedina: CES.

QUIJANO, Aníbal (2010). *Colonialidade do poder e classificação social*. In Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina: CES.

UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, EM CÓRDOBA, ARGENTINA: O TALLER TOTAL

Sylvia Adriana Dobry-Pronsato; Nora Zoila Lamfri.³²

Introdução

Neste artigo se aborda o *Taller Total*³³ da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, considerada uma proposta de ensino pioneira que vigorou entre os anos 1970 e 1976, mas sua gestação remete aos anos 1960. O diálogo entre as pesquisas de arquitetura e urbanismo e ciência da educação realizada pelas autoras dá base a este texto (DOBRY-PRONSATO, 2008 e LAMFRI, 2007).

O *TT* foi um cambio curricular sem antecedentes no seu tipo, proposta político-educativa estreitamente articulada a projetos apoiados por diversos grupos que o incentivaram e definiram. No campo disciplinar, por outro lado, se insere no debate sobre Ensino de Arquitetura e Urbanismo que permeou as décadas de 1960 -70 e que re valorizava o pensamento da Bauhaus.

Discute-se esta experiência como parte do debate sobre ensino de Arquitetura e Urbanismo que permeou as décadas de 1960 e 1970 e que re-valorizava o pensamento da Bauhaus, desenvolvido a partir de três premissas fundamentais:

A arquitetura é uma profissão de caráter prioritariamente social.

Seu ensino deve partir da análise da sociedade e suas necessidades.

Sua gestão deve ser democrática e participativa.

Em suas origens e desenvolvimento, o contexto político-social exerceu forte impacto, na gestação, na implementação, e nas suas possibilidades de redesenho, consolidação e no fechamento.

O Contexto

Antes do golpe militar de 1966, professores da FAU-UNC interessavam-se por temas relacionados aos usuários e suas necessidades, incorporando, na sala de aula, discussões apresentadas pelo cinema e pela arte. Muitos docentes expressavam a necessidade de um novo Plano de Estudos, o que se inseria na discussão latino-americana e mundial sobre o ensino de arquitetura. Isso era parte de um ideário que, desde fins dos anos 1950, na Argentina acreditava na educação como fator de mobilidade, capaz de gerar desenvolvimento (Brennan; Gordillo, 1994), e em decorrência, houve importante aumento do número de matrículas nas universidades.

³² Sylvia A. Dobry: FIAM FAAM, Centro Universitário, Programa de Pós-Graduação em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano. Fue docente en el Taller Total, FAU-UNC, Córdoba, Argentina sydobry@gmail.com; Nora Z. Lamfri: Profesora em Planeamiento de la Educación; Política Educacional y Legislación Escolar de la Educación -UNC. Córdoba, Argentina. nlamfri@hotmail.com

³³ A palavra *Taller* significa em português ateliê, porém preferimos conservar a designação *Taller Total* por ser conhecida em toda América Latina com esse nome.

No plano político nacional, a década esteve marcada pela proscricção do peronismo e o golpe militar de 1966 que combinou um discurso modernizante no nível econômico com a aplicação das teorias da segurança nacional. As medidas adotadas incluíram a suspensão das atividades dos partidos políticos e das instituições parlamentares.

Congelaram-se salários, modificaram-se condições de trabalho em portos e ferrovias e iniciou-se o fechamento dos engenhos açucareiros, enfraqueceu-se o Estado de bem-estar que ainda se conservava. Essas medidas provocaram protestos sindicais, reprimidos violentamente,

Interrompeu-se violentamente a democracia, proibindo as atividades políticas, perseguindo ideologicamente e produzindo demissões e suspensões nos órgãos públicos, entre eles, a Universidade. As faculdades tiveram seus quadros docentes desestruturados, em especial as de Córdoba, sofrendo maior punição: Arquitetura, Filosofia e o Instituto de Matemática e Física.(Elkin,B., 2000: 34).

Entretanto, o governo militar, promoveu grandes obras de infraestrutura: conjuntos habitacionais, escolas, hospitais, etc. Era a fase do desenvolvimentismo, que América Latina estava vivendo.(Martinez.Silvia A., 2000: 84)

Realizaram-se concursos para projeto e construção de conjuntos habitacionais, cujos clientes eram, entre outros, os sindicatos e, o Ministério de bem-estar Social.

No cinquentenário da Reforma Universitária, em 1968, uma conjunção de fatores, entre eles a oposição estudantil à condução política do país e das universidades, o descontentamento de grandes setores da classe média, a aliança operário-estudantil, a radicalização de diversos setores, como por exemplo, o movimento da Igreja de Terceiro Mundo e os acontecimentos do Maio Francês de 1968, contribuíram para o fortalecimento da agitação estudantil.

Estes fatos constituíram referências para o *Taller Total*, somando-se o *Cordobazo* em 1969, nos quais se incluía resistência aos poderes estabelecidos e novas propostas culturais³⁴.

Nesses anos a Universidade sofreu intervenção, suspensão das atividades acadêmicas por longos espaços de tempo, demandas estudantis violentamente reprimidas e, na FAU-UNC, momentos de acefalia.

Em fins da década de 1960, de forma contraditória já que se estava ainda em ditadura, universidades públicas destacavam-se como centros de reflexão e crítica, concentrando grande número de estudantes. A busca de alternativas pedagógicas foi significativa, num clima de agitação social e expectativas políticas de mudanças estruturais. Implementaram-se diversos projetos de ensino com o propósito de remover situações cristalizadas na tradição universitária argentina³⁵; em várias universidades públicas argentinas se empreendeu um fértil caminho pedagógico, se criando inovações teórico-práticas (Martinez, Silvia A., 2000: 01),

³⁴ Todas as fontes consultadas coincidem nesta afirmação. O Cordobazo – precedido por protestos sindicais e estudantis – foi uma insurreição popular na qual se materializou a unidade operário-estudantil e à qual se somaram outros setores sociais, expressando o descontento e a crise social que estava se incubando.

³⁵Entre as universidades publicas, destacam se as de Córdoba, Rosário, La Plata e Tucumán.

questionando a caducidade do modelo vigente, destacava-se a importância de inserir-se na realidade social e entendê-la. Entre essas, inclui-se o *Taller Total*.

O golpe de 1966, deteve o desenvolvimento e consolidação das instituições universitárias, instalando autoritarismo e opressão, tentando suprimir toda atividade política no seu interior. O marco dessa política foi a “Noite dos Bastões Longos”, na Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires, iniciando-se um período repressivo nas universidades do país. Interrompeu-se uma fecunda polêmica cultural, da que participavam docentes, estudantes e graduados, que integrava objetivos e intenções superando diferenças políticas. (GAITE, 1986).

A discussão sobre a formação do arquiteto

Os anos 1960 foram férteis em debates sobre arquitetura e seu ensino em América Latina e o mundo. Isso se verifica pela realização, entre outros, do X Congresso Panamericano de Arquitectos, em Buenos Aires, em 1960, da II Conferencia de Escuelas y Facultades Latinoamericanas de Arquitectura, no México, em 1961, o VIII Congresso Mundial da UIA, em Paris, em 1967. O VII Congresso da União Internacional de Arquitectos-UIA, mereceu publicação da editora FAU-UNC em 1970, que revela sua forte referência nas ideias desenvolvidas no *Taller Total*.

O Taller Total –considerações gerais

A gênese de uma transformação da magnitude proposta pelo *Taller Total* foi possível pela existência de um ambiente político-intelectual efervescente, de produção intelectual e participação universitária nos anos 1960, que os acontecimentos políticos de 1966 vividos na Universidade e a ditadura³⁶ não conseguiram silenciar. O *Taller Total* consistiu na incorporação de estudantes e professores da faculdade na construção de uma proposta interdisciplinar e com um currículo inovador.

É possível dividir a história da FAU-UNC nas seguintes fases: (FEDERICO, depoimento a ELKIN, 2000, p.129):

- Anterior a 1966, época progressista de excelência acadêmica.
- De 1966 a 1970, sob o golpe militar de Onganía, começa-se a construir o *TT*.
- De 1970 até 1974, ano da morte de Perón e do *Navarrazo* (golpe da direita peronista), em Córdoba, etapa do *TT* por excelência.
- O golpe militar de 1976 encerra a experiência de forma violenta.

A intervenção em 1966 provocou um impasse nos debates sobre o ensino de arquitetura e urbanismo. Na crise iniciada com o golpe militar desse ano, muitos dos docentes que renunciaram, demitidos ou suspensos pertenciam às cátedras de Composição Arquitetônica. A coluna vertebral da FAU-UNC foi quebrada, o que era doloroso e frustrante para os estudantes, os jovens professores que permaneceram e os que voltaram depois de terminado o prazo das suspensões.

³⁶ Durante a ditadura militar instaurado em 1966 se sucederam no poder, os generais Juan Carlos Onganía, presidente *de facto* entre junho desse ano, (após a deposição do presidente eleito Arturo Umberto Illia), à junho de 1970, seguido por Roberto Levington até março de 1971, deposto pelo general Alejandro Agustin Lanusse que permaneceu no poder até maio de 1973.

A partir de 1967 na estrutura acadêmica, acentuava-se a fragmentação nas cátedras, e existiram alguns ensaios de direção central (FONTAN; NOVILLO CORVALAN, 1971, p.02). O Conselho Acadêmico em 1969 divide o ano letivo: no primeiro semestre se ministrariam As disciplinas teóricas e no segundo as de ateliê ; Urbanismo e Composição Arquitetônica separam-se das outras disciplinas, o que revivia a antiga dissociação e provocou resistências(FONTAN; NOVILLO CORVALAN, 1971, p.03). Não se aplicou por que “*cristalizava um critério verticalista e rígido do ensino, assim como uma forte limitação nos campos de conhecimento e [...] na sua ação*”; o Conselho Acadêmico requereu alternativas aos docentes para resolver a crise, e em resposta à solicitação formaram-se dois grupos.(NIZZO, em entrevista à ELKIN, 2000, p.179-186).

Período Inicial

Na reunião considerada o ato fundante do TT, em agosto de 1970, se apresentaram duas propostas curriculares. Uma delas consistia em um Ateliê Vertical. A outra proposta, a do TT, foi aprovada quase por unanimidade. Para elaborá-la, requereu-se o apoio de profissionais de Ciências da Educação que se haviam destacado anteriormente numa experiência em 1966, na gestão do arq. Bernardino Taranto. A ideia surgiu de um grupo de jovens docentes da FAU-UNC e estudantes que, embora não estivessem desvinculados do movimento estudantil, não o representavam, e compartilhavam pontos de vista sobre a formação do arquiteto. (EQUIPE DE PEDAGOGIA FAU-UNC, 1971, p. 7)

Após essa reunião, renunciaram o diretor e Conselho Acadêmico. Em setembro de 1970, o reitor designou o arquiteto Fontán como diretor-interventor da FAU-UNC³⁷, que aceita o cargo com a condição de que se pusesse oficialmente em marcha o TT. O clima no início era difícil, tanto pelas discussões acirradas quanto pelo fato de que as contratações de professores eram símbolo do caos geral vivido, já que quase todos os docentes eram temporários e só 5% contratados por concurso público, entre eles cinco ou seis titulares. Adotaram-se resoluções que permitiram a transformação do Plano de Estudos que estudantes e docentes exigiam.

O Taller Básico, inicialmente Taller de Elementos de Arquitetura é criado visando a concentração dos subsídios básicos para o aprendizado de arquitetura e urbanismo, foi uma unidade pedagógica independente do TT, mas acompanhando suas linhas gerais. Por questões internas e externas, o ano letivo 1970 prolongou-se até agosto de 1971. Determinaram-se nove hs. didáticas diárias para recuperar dias letivos perdidos devido ao contexto político, incluindo mobilizações de protesto estudantil reprimidas com violência³⁸.

Em 1970, havia 1986 alunos e 50 professores, que aumentaram para aproximadamente 4.000 alunos e mais de 300 docentes, durante o TT. Aproximadamente 1.525 alunos, dos níveis II ao IV, organizaram-se em 12 Equipes de Trabalho: 128 estudantes de diferentes níveis em cada

³⁷ Em decorrência da intervenção nas Universidades pela ditadura militar de Onganía e a perda da autonomia universitária, os diretores, antes eleitos, passaram a ser nomeados pelas autoridades governamentais.

³⁸ As autoridades suspenderam as atividades em várias faculdades e Institutos Superiores.

um; ao *Taller Básico* assistiam aproximadamente 400 alunos, aos quais se somaram, em 1971, os ingressantes³⁹.

Fundamentação teórica do TT

Em 1971 se publica o primeiro texto ordenador do *Taller Total*, conhecido como Livro Mostarda, cuja base, segundo seus autores, Fontán e Novillo Corvalán, foi o documento elaborado em 1970 por docentes e alunos, com o assessoramento de uma equipe de especialistas em Ciências da Educação, entre elas, Maria Saleme de Burnichón, pedagoga de reconhecida experiência.

Questionava-se, nessa publicação, que a Universidade, muitas vezes, desvinculava-se da realidade. No caso das FAUs, criticava-se uma formação do arquiteto adequada a um modelo europeu ou norte americano, porém não capacitado para responder aos aspectos complexos da realidade social.

Afirma-se a convicção da necessidade da redefinição crítica do papel do arquiteto, a concepção e a arquitetura que o determina e seu ensino “aqui e agora”, impulsionando docentes e alunos a assumirem-se como atores de um processo que possa levar a compreender a arquitetura como prática social, gerada na sociedade, interpretada interdisciplinarmente, assumida e resolvida pelo arquiteto e na qual o usuário é seu destinatário, continuador e realizador em comunidade do produto: o hábitat humano.

Pergunta-se: **que arquiteto quer se formar?** Querer formar implica vontade de ação, mas, devemos pensá-la em função das necessidades de nossa sociedade, o que implica no seu conhecimento profundo no momento atual. (Fontan,; Novillo Corvalán, 1971, p.07-08, grifo nosso).

Para cumprir os objetivos para a redefinição da arquitetura e urbanismo enquanto prática social era necessário re-conceituar o ensino. Para isso, um dos itens do Livro Mostarda refere-se à fundamentação pedagógica e afirma que o *Taller Total* demanda uma atitude ativa, tanto de estudantes quanto de professores, possibilitando canais de comunicação amplos entre eles para a participação efetiva na análise dos objetivos nos quais a instituição estava inserida.

Em síntese, o *Taller Total* significava:

- a. Uma perspectiva diferente na maneira de propor e resolver os problemas;
- b. mudança de atitude no que se refere às relações interpessoais com vistas ao trabalho grupal;
- c. possibilidade de crítica constante de acordo com a natureza de sua metodologia;
- d. participação do aluno na fixação de objetivos e hipóteses de trabalho.

O golpe militar de 1976 encerra a experiência do *Taller Total* de forma violenta.

Forma Organizativa: 1º Etapa, 1970

³⁹DIREÇÃO DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA – UNC (1976). Síntese Estatística Universitária 1968-1975

A forma organizativa permitiu máxima versatilidade, e no começo, a proposta dividiu-se em três áreas relacionadas: **Área de Projeto:** coluna vertebral, congregando Composição Arquitetônica, Elementos de Arquitetura e Sistemas de Representação. **Área Cultural:** à História da Arquitetura, se adicionavam Economia, Política, Psicologia e Ciências Sociais. **Área Tecnológica:** reunia Construções, Tecnologia dos Materiais, Instalações, Organização de Obras, Acústica e Iluminação e Matemática.

Professores e alunos, constituíam Equipes de Trabalho - ET, divididos em Comissões de Trabalho, funcionando nos ateliês, integradas por estudantes do 2º ao 6º nível da graduação, incluíam -se contatos no mesmo nível também. Os diversos níveis trabalhavam sobre o mesmo problema, diferenciando-se pelos graus de maturidade conceitual e prática com base na definição dos objetivos, podendo ser re-estudados no processo. Esse deveria ser conduzido e avaliado apoiado numa planificação aberta, para permitir ação pedagógica flexível.(Fontan; Novillo Corvalán, 1971, p.09-10).

O ano letivo de 1970 foi complexo e com dificuldades, muitas vezes permeado de intermináveis discussões, porém rico para permitir, por meio da avaliação, registrada no *Livro Mostarda*, sua organização e reorganização. Foi marcante a presença da Equipe de Pedagogia e Psicologia que contribuiu num cambio qualitativo da proposta curricular, passando-se de um ateliê vertical sob liderança da área de projeto **a um ateliê no qual o projeto derivava da ação interdisciplinar de todas as áreas, assumindo-se assim o papel original do TT.**

Após um início dúbio, organizou-se a programação com a Área de Projeto como eixo e estabeleceram-se tarefas, fixando objetivos por nível e conteúdos para as três áreas⁴⁰.

A escassez de professores e a dificuldade de integração, sobretudo dos docentes das áreas culturais e tecnológicas aos trabalhos das equipes nos ateliês, com exceções importantes, influenciou o processo de ensino aprendizagem, o que demandou esforço dos estudantes para a busca de soluções.

As avaliações realizadas nas ET, indicaram a necessidade de superar a atomização produzida no início da nova proposta curricular. Isso gerou uma programação mais clara relativa a **objetivos, organização de conteúdos, configuração das áreas de conhecimento, metodologias de trabalho e pautas de avaliação.** A **única resposta possível** à necessidade de **conhecer a realidade** complexa e multifacetária e **atuar sobre ela, foi o trabalho interdisciplinar.** Por isso eliminaram-se as cátedras como expressão do parcelamento do saber, substituindo-as pelas **áreas de conhecimento**, que poderiam organizar os conteúdos com base em critérios científicos.(FONTAN; NOVILLO CORVALÁN, 1971, p.12 -13).

1971/ 1972: Evolução Dos Planos De Estudo

O curso de 1971 estruturou-se com base na avaliação descrita e se criou uma Comissão de Docentes para elaborar o Plano de Estudo a ser aplicado a partir de 1972. Nesse ano adotou-se uma medida de “emergência” (vigente ainda hoje): a realização de três turnos (manhã, tarde e noite) de quatro horas cada um, diminuindo-se a carga horária, .(FONTAN; NOVILLO

⁴⁰ No entanto manteve-se o caráter geral, o que não permitia prever momentos e conteúdos específicos, muitas vezes ministrados do ponto de vista das docentes alocados no ateliê, atendendo a casos isolados e nem sempre nos momentos adequados

CORVALÁN, 1971, p.22 -23e 97), em conseqüência do reduzido orçamento destinado às universidades. Não por acaso as mobilizações estudantis e docentes exigiam **mais verbas para as universidades.**⁴¹

Em 1972, teve um cambio na estrutura do *TT* que significou um **salto qualitativo na idéia do processo projetual**: se dividiu a estrutura acadêmica em duas áreas intimamente inter-relacionadas, que atendiam diversas **modalidades** do processo de aprendizagem:

Síntese e Instrumentação

Todas as subáreas e docentes pertenciam às duas áreas: tentava-se superar assim, a velha divisão e disputa entre disciplinas teóricas e práticas: **todas passavam a ser teórico- práticas, construindo a interdisciplinaridade.**

As subáreas de **Projeto, Cultura e Tecnologia** integravam tanto a área de Instrumentação quanto a de Síntese.

A **Área de Instrumentação** provia conhecimentos básicos de cada campo de conhecimento para cumprir objetivos por nível e ciclo.

A **Área de Síntese** permitia aplicação, desenvolvimento, verificação, aprofundamento e reformulação dos conhecimentos básicos ministrados na Área de Instrumentação, por meio do **desenvolvimento do processo projetual**, que realizava- se nos inter-níveis e níveis, de acordo com a programação geral. A Área de Síntese, desenvolvida nos ateliês, **significava a inter-relação das subáreas para o tratamento da temática arquitetura-urbanismo como objeto multifacetário.** Cada subárea, mantinha sua especificidade, apontando para a articulação de conhecimentos em torno de uma temática comum. Os ateliês eram o espaço físico onde a **síntese se concretizava na ação projetual**, da que participavam todas as disciplinas e não só a disciplina projeto . Esta é uma diferencia substancial: **a ação projetual** e já não só a disciplina projeto **é vista como coluna vertebral** da faculdade. **Todas as disciplinas passam a participar do ato de projetar, o que demanda a construção da interdisciplinaridade.**

A ideia germinal do *TT* é o trabalho coletivo , se concebeu o trabalho interdisciplinar, a produção do conhecimento, além de cada disciplina (extremamente inovador para os anos 1960-70. Isto ainda devia concretizar-se em um documento (o plano de estudos) que fosse "compreensível" para docentes , muitos dos quais tinham tradição de trabalho isolado, em cátedras e deveriam mudar suas práticas de ensino.

O Plano de Estudos inseria *"o curso de Arquitetura e Urbanismo na estrutura funcional do Taller Total, compondo-o por meio da interação dinâmica de três subsistemas articulados: ciclos, áreas e subáreas"* . (FONTAN; NOVILLO CORVALÁN, 1971, p.44). Propunham-se três ciclos obrigatórios para a graduação e um para a pós-graduação. Cada ciclo tinha em vista o processo completo, com diversos graus de aprofundamento.

Ciclos e Subáreas-Objetivos

⁴¹ A carga horária anterior a 1970 era 5.686 hs. relógio; diminuiu com a distribuição em turnos à 5.220 hs. relógio aproximadamente,

Ciclo Básico (nível 1): fornecer elementos para a compreensão e resolução inicial do processo arquitetônico e urbanístico, desenvolvendo habilidades expressivas que permitissem comunicar a idéia projetual.

Ciclo Médio (Níveis II, III e IV): motivar a compreensão do processo projetual e seu problema tecnológico, partindo do levantamento crítica da realidade.

Ciclo **Superior** (Níveis V e VI): prever a finalização do processo formativo com instrumentações relacionadas à prática profissional, visando encurtar a distância estudante –arquiteto¹.

Cada **subárea** discutia objetivos por ciclo e nível; conteúdos diferenciados por campos de conhecimento para cada nível, que seriam incluídos no Plano de Estudo, e os temas que permitissem desenvolvem-lo. Deviam assumir a pesquisa a partir de assuntos surgidos do ateliê e das próprias subáreas; preparar material didático; dar apoio aos docentes para as atividades no ateliê.

Incorporaram-se novos campos de conhecimento: Antropologia, Economia e Sociologia, na subárea de Ciências Sociais e teve maior ênfase interdisciplinar. Desta fazia parte o campo de conhecimento História Crítica do Habitat – que substituíra Integração Cultural e História da Arquitetura I, II e III – e da que faziam parte, entre outros, Elsa Tânia Larrauri, que se exilou em 1976 no México, foi docente da FAU de Xochimilco, contribuindo com a criação de uma experiência similar à do *TT*. Também pertencia a esse campo de conhecimento Marina Waisman, de reconhecido saber, que representava na disputa de poder estabelecida no *TT*, os setores que eram contra esse novo currículo. Renunciou à FAU-UNC em 1973 assumindo a direção da revista *Summa*. No entanto, apoiou aos docentes e alunos do *Taller Total* perseguidos pela organização paramilitar 3A e pela repressão. Nos momentos políticos nos quais o terror se fazia presente, deixou de lado as diferenças político-acadêmicas em defesa das liberdades democráticas.

A **síntese comparativa** apresentada a seguir mostra a evolução do Plano de Estudos de 1971 a 1972, produto do debate democrático de docentes e alunos.

ANO LETIVO DE 1971, Segundo portaria nº 6/71.	ANO LETIVO DE 1972, Segundo portaria nº7/71.
Área de Instrumentação	Área de Instrumentação
Área de Síntese	Área de Síntese
Subáreas (6) e seus campos de conhecimento	Subáreas (3) e seus campos de conhecimento
Morfologia: expressão; representação; percepção e capacitação; morfologia e organização espacial	Projeto: Morfologia Metodologia Equipamento Prática de obras
Metodologia: Técnicas de investigação; Métodos de design ou projeto	

Equipamento: Antropométrica; Ergonomia.	
Práticas de obras: Legislação; Organização de obras	
Ciências Sociais: História crítica do habitat; Elementos de sociologia; Elementos de economia política; Antropologia cultural; Urbanismo.	Ciências Sociais: história crítica do habitat; Elementos de sociologia; Elementos de economia política; Antropologia cultural; Urbanismo.
Tecnologia: Construções; Instalações; Estruturas	Tecnologia: Construções; Instalações; Estruturas; Condicionamento Físico do Meio.

A quantidade de docentes contratados por concurso de antecedentes e oposição, era insuficiente para atender 12 ateliês, sendo destacável o esforço de produção e publicação – pela Imprensa da FAU-UNC – para atender o requerimento de conteúdos específicos nos temas desenvolvidos.

O *TT* não esteve isento de contradições, existiu clareza na necessidade de avaliação e redirecionamento de seu curso, porém, não se deram as condições para concretizar os ajustes indispensáveis. Contra a consolidação da experiência conspirou o escasso tempo que durou e o contexto político. Dessa faculdade, houve 47 estudantes e egressos assassinados e desaparecidos pelo terrorismo de Estado entre 1975 a 1983 (NOVILLO, 2008) .

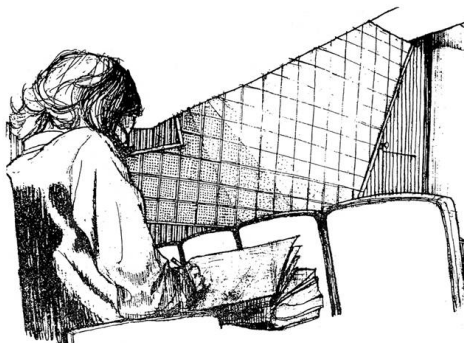


Fig. Auditório da FAU UNC, desenho de “Murina” Kreiker, 1963,desaparecida durante a ditadura iniciada em 1976, em Argentina.

Considerações Finais

Segundo, Miguel Alves Pereira,(2005,e depoimento a Sylvia Dobry, 2007),

essas idéias vieram para Brasil e conseguiu se colocar em pauta algumas experiências, entre elas, a da FAU-UnB, que tentou desenvolver a idéia do *TT* depois da reabertura de 1969. Outras experiências com paradigmas similares se desenvolveram na mesma época, no Brasil, entre elas, a FAU São Jose dos Campos.

No processo do *TT*, o contexto, longe de se tratar de um reflexo mecânico não apareceu só como referência, mas também como dialética permanente na construção dos processos de arquitetura e urbanismo e seu ensino, sendo ao mesmo tempo produto e processo das relações de força existentes nos diferentes momentos em que se desenvolveram.

Bibliografia

Brennan, J. e GORDILLO, M. “Protesta obrera, rebelión popular e insurrección urbana en la Argentina: El Cordobazo”. *Estudios* nº 4, jul/dic.1994; C.E.A; U.N.C.Córdoba.

ELKIN, Benjamín. *Taller total, una experiencia educativa democrática en la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba (Argentina): ed. Ferreyra, 2000.

DELICH, F. *Crisis y Protesto Social*. Córdoba: FAU-UNC, 1969.

DOBRY-PRONSATO, Sylvia A. *Para quem e com quem: ensino de arquitetura e urbanismo*. São Paulo: FAU-USP, doutorado, 2008.

EQUIPE DE PEDAGOGIA E PSICOLOGIA DO TALLER TOTAL. *La experiencia Del Taller Total*, 1971, disponível em http://tlps.com.ar/blog/wp-content/archivos/1971_Los%20Libros%20n23_universidad%20y%20lucha%20de%20clases.pdf acesso, 25/11/2011.

FONTAN, Juan Carlos; NOVILLO CORVALAN, Marcelo. *La facultad de Arquitectura e Urbanismo*. Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 1971. (conhecido como Livro Mostarda)

GAITE, A. Reflexões acerca de la enseñanza de la Arquitectura, *Revista Summa Universitária*, nº 1, Buenos Aires, 1986.

LAMFRI, Nora Z. *Urdimimbres. El Taller Total: Um estúdio de caso* Córdoba, (Argentina). Centro de Estudios Avanzados. U.N.C. (Dissertação de mestrado), 2007

MARTINEZ, Silvia Alicia. *Memória de Profesores: Experiências pedagógicas universitárias na Argentina (1968-1976)*. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2000.

NOVILLO, Rodolfo. (org.) *Arquitectos que no fueron*. Estudiantes y egresados de la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de Córdoba asesinados y desaparecidos por el terrorismo de Estado, 1975-1983. Córdoba: Imprenta de la Municipalidad de Córdoba- Comisión de Homenaje, FAUDI –UNC, 2008.

PEREIRA, Miguel Alves. *Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional*. São Paulo, Pini, 2005.

ENSEÑANZA DEL PAISAJISMO EN BRASIL

Género y filiación universitaria en la producción científica en la revista “Paisagem e Ambiente”

Mariela Alexandra Peña Aymara

Mucho antes que las cuestiones ambientales fueran obligatorias en los grandes currículos universitarios, la enseñanza del Paisajismo en las escuelas de Arquitectura y Urbanismo en el territorio brasileño se encontraban en discusión. Esto dio origen a una tradición brasileña presente también en otros lugares de América Latina, donde el proyecto de Paisajismo es aquel que utiliza la vegetación para proporcionar sombra en lugar de proyectar simplemente edificios. De esta manera el Paisajismo paulatinamente pasó a ser comprendido como propiciando un debate contemporáneo muy pautado por los servicios ambientales, proporcionando la inclusión de especies arbóreas y más adelante fue consolidándose como un instrumento de gestión ambiental.

El Paisajismo también aproximó a arquitectos y urbanistas al concepto de paisaje, el cual era mucho más discutido en otras áreas como la Geografía, cuya formulación teórica conjuga cuestiones geobiofísicas, padrones estéticos y el manejo del territorio como ejercicio del poder, pues el paisaje es un amalgama natural y cultural, siendo un producto necesariamente político. Claramente las discusiones referentes al paisaje no son indiferentes a las instituciones que conforman cada sociedad, pues son dispositivos de producción de verdades y una vez que el espacio es una categoría política, y su producción es práctica de poder, de escala de la casa y del lote, la ciudad es el paisaje.

En ese sentido, el paisaje puede ser considerado como una gramática que es estructurado por la producción simbólica dominante, con su organización, manutención y transformación basada en presupuestos ideológicos.

También es vehículo del eurocentrismo y de la ideología excluyente a la modernidad, auxiliando en la institución de “Paisajes dominantes” (COSGROVE., 1998). Se sabe que las escuelas más tradicionales de enseñanza de Arquitectura y Urbanismo muchas veces naturalizan a la formación de un profesional en el campo del mercado, sin necesariamente cuestionar a las demandas que el mismo exige del arquitecto y urbanista o poco debatido es esta responsabilidad social que este profesional debería tener con los múltiples espacios donde recae su intervención.

Es así que las desigualdades manifestadas en términos de clase social, género y raza, no sólo son raras en los grandes currículos de los cursos, como el mercado, la docencia y la investigación en Arquitectura y Urbanismo que también son productores de desigualdades. En Brasil, es perceptible la presencia de más graduandas en relación a graduandos en las clases de arquitectura y urbanismo. Este escenario no se refleja en los ambientes profesionales: el número de docentes hombres muchas veces es superior al de las mujeres en las universidades y la producción teórica contemporánea y pretérita se ve que ésta centralizada en los escritorios de arquitectos hombres, con raras excepciones. Pocas son consagradas como teóricas de peso en el área, particularmente en el área de Paisajismo.

El objetivo de este trabajo es relacionar la temática del Paisajismo con la enseñanza de la disciplina de Proyecto de Paisajismo a los debates sobre género y espacio donde este es un vehículo y no un escenario, gracias al cual algunas personas pueden ejercer poder social sobre las otras (FERNANDES, 2010). Por tanto, también se podrá establecer diálogos entre la investigación y la enseñanza del Paisajismo.

Para realizar esta investigación, se analizó a la Revista “Paisagem e Ambiente”, especializada en Paisajismo, de la Universidad de Sao Paulo, la cual es una de las revistas más importantes dentro del territorio brasileño debido a su antigüedad y a la calidad de publicaciones por lo que es reconocida y valorada.

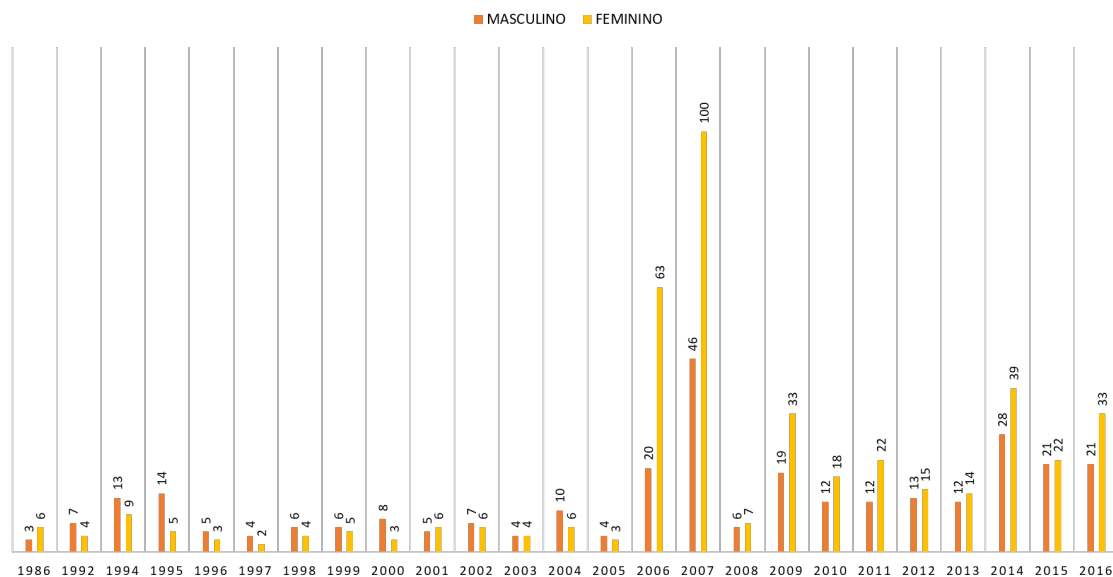
Desde 1986 cuando se realiza la primera edición en dicha revista, se puede percibir que la cantidad de hombres publicando es mayor a la cantidad de mujeres. Esto ocurre sólo hasta el año 2005, pasando este tiempo podemos apreciar todo lo contrario, pues después de este tiempo la cantidad de mujeres publicando lidera y por diferencias extensas.

Las principales áreas de actuación femenina son la de la enseñanza e investigación y la de espacios libres. Mientras que en el caso masculino son los temas de espacios urbanos, planeamiento del Paisaje y espacios urbanos. Otro dato interesante es que la mayor cantidad de arquitectos y paisajistas son provenientes de la Universidad de Sao Paulo la cual es una de las más antiguas de este país y la primera en tener la escuela de Paisajismo en Brasil.

Todos estos datos fueron levantados mediante gráficos analizados realizados desde la primera edición de esta revista desde el año 1986 hasta el 2016.

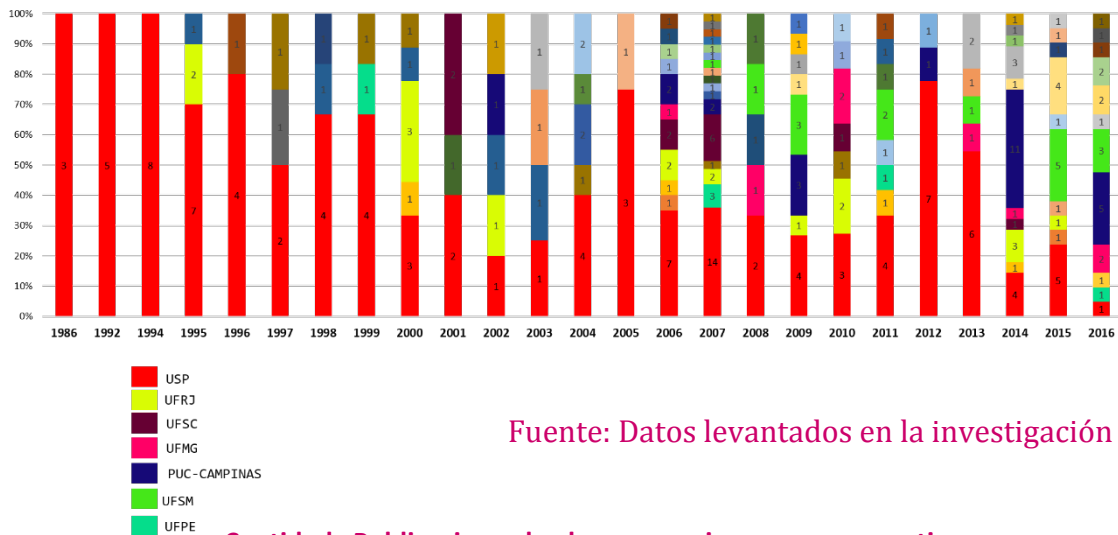
Resultados obtenidos:

Cantidad de Mujeres y hombres publicando



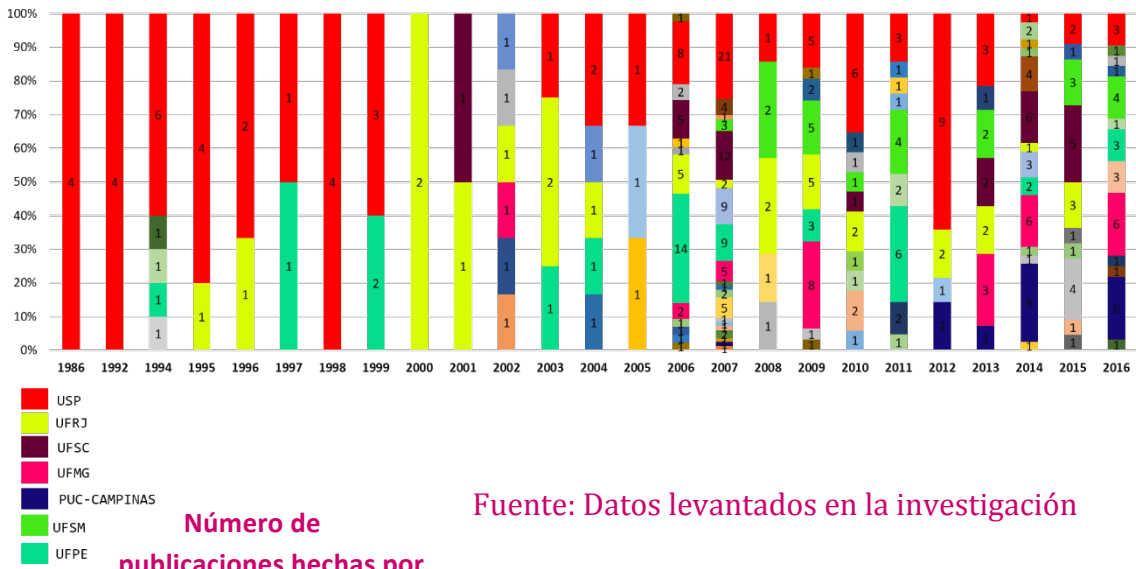
Fuente: Datos levantados en la investigación

Cantidad de Publicaciones hechas por hombres y sus respectivas instituciones (1986 – 2016)



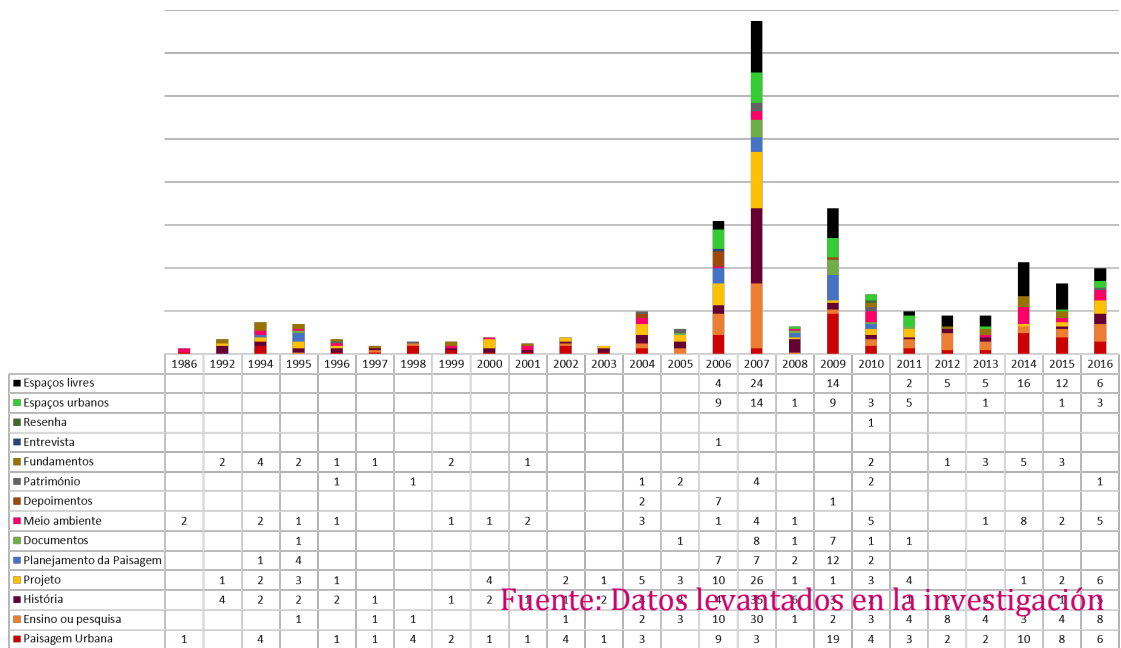
Fuente: Datos levantados en la investigación

Cantidad Publicaciones hechas por mujeres y sus respectivas instituciones (1986 – 2016)



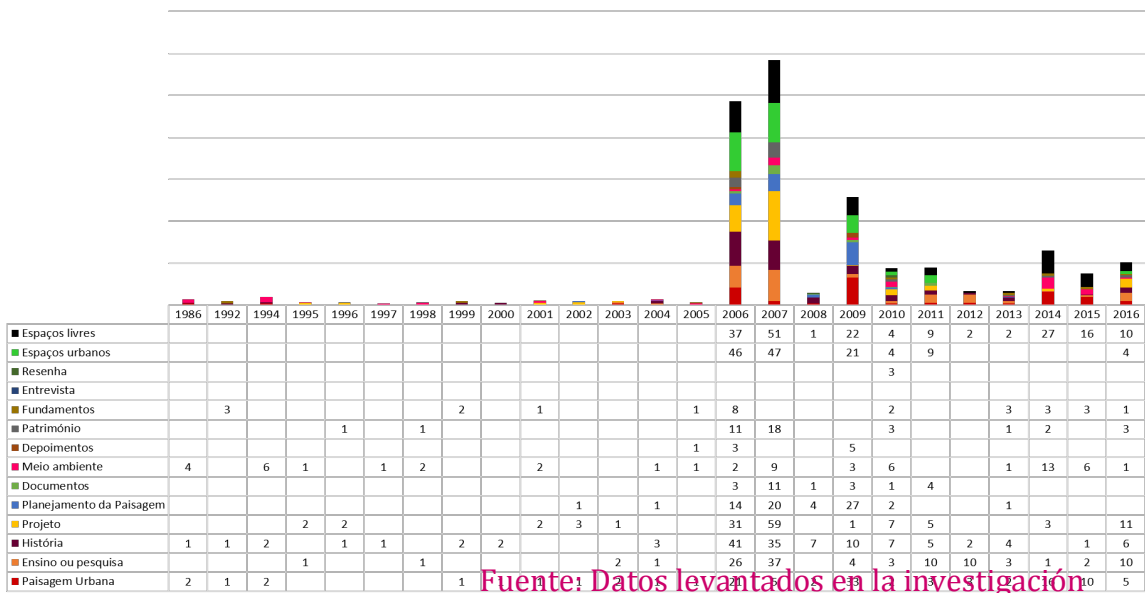
Fuente: Datos levantados en la investigación

Número de publicaciones hechas por hombres en la Revista Paisagem Ambiente (1986 – 2016)



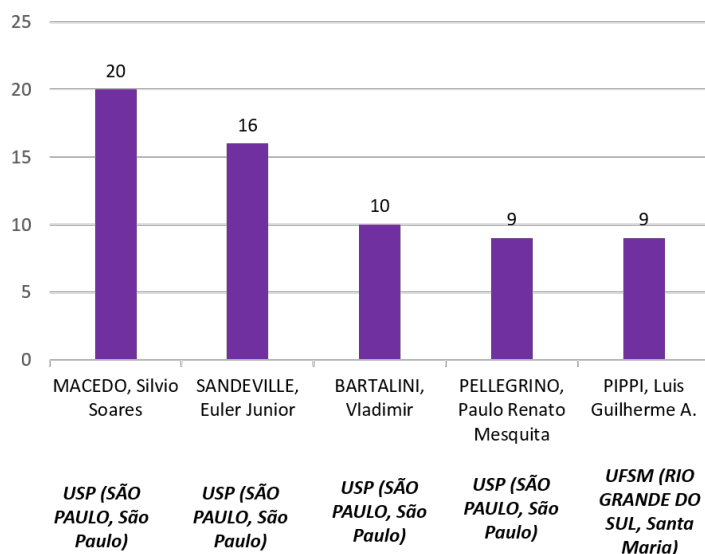
Fuente: Datos levantados en la investigación

Número de publicaciones hechas por mujeres en la Revista Paisagem Ambiente (1986 – 2016)



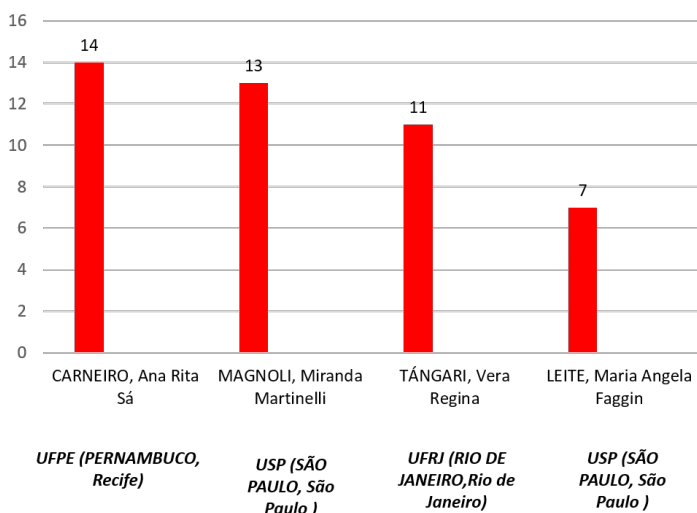
Fuente: Datos levantados en la investigación

Hombres más productivos en la Revista Paisagem Ambiente (1986 – 2016)



Fuente: Datos levantados en la investigación

Mujeres más productivas en la Revista Paisagem Ambiente (1986 – 2016)



Fuente: Datos levantados en la investigación

REFERENCIAS:

- FERNADES, Irene Pérez. Espaço Identidad y Género. Sevilla: ArciBel Editores, 2010
- CEVEDIO, M. "Arquitectura y Género. Barcelona: Icaria Editorial, 2010.pp. 47-68.
- CORTÉS, J.M. Cidades masculinas, ou a negação dos gêneros. In: Políticas do Espaço. São Paulo: Senac, 2008. pp. 122-157.
- LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: Estudos Feministas, v. 22, n. 3, 2015.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p 227-278.
- SEGATO, Rita. Gênero e Colonialidade. In: E-cadernos CES, 18, 2012.

ARQUITECTURA, DISEÑO Y REPRESENTACIONES ESPACIALES

Una comparación entre mapas y otros dibujos

Oswaldo Freitez Carrillo

La arquitectura y el urbanismo ubican al acto de proyectar, diseñar y dibujar como ejes fundamentales en relación con el conocimiento que produce. Sin embargo, teóricos, profesionales y docentes poco vienen discutiendo los modos de hacer y representar el espacio dentro del campo, ya sean mapas, cartas, plantas, cortes y fachadas. A diferencia en la geografía, la cartografía ha sido ampliamente discutida siendo entendida como un instrumento de representación del espacio, un medio de comunicación ideológico siempre limitador de lo real y cargado de concepciones por lo que las elecciones técnicas nunca son neutras, ciertamente influenciando el modo como el espacio es concebido y representado (Cf. Name y Nacif, 2013).

A diferencia de la discusión existente alrededor de la cartografía hay un escaso cuestionamiento de las representaciones espaciales en la arquitectura y urbanismo, donde el dibujo reproduce los mecanismos de la colonialidad del saber/poder por medio de sus diferentes grafías, plantas, cortes, fachadas y perspectivas – que junto a los mapas son los más habituales elementos de representación del espacio proyectado y leído. Son herramientas que permiten al arquitecto y urbanista tener una comprensión del espacio haciendo elecciones que rara vez es consciente de las relaciones de poder implícitas en ellas.

Estos instrumentos de representación no solo sirven como medio de comunicación entre los expertos, sino que son poderosas maneras en que los arquitectos se comunican y dicen leer la sociedad. Estas imágenes son medios de seducción, lenguaje y estética consagrados, los cuales son usados a la hora de exponer proyectos y explicar espacios futuros. Así se valen de formas pregnantes que asociamos con la modernidad/ colonial que las permea mostrando en sí una forma posicionada en tiempo y lugar, condicionada a preceptos de raza, género y clase que sin embargo es leída como neutra.

El lenguaje que se usa al dibujar el espacio poco ha cambiado desde el Renacimiento. Además de eso, se tecnifica con la industrialización europea, las exposiciones universales y con la Escuela de la Bauhaus y la Escuela Superior de Proyección, Ulm en Alemania a principios del siglo XX. Estas representaciones entienden y reproducen, según Arturo Escobar (2016), el espacio a partir de una serie de creencias que se constituye como una poderosa herencia colonial moderna. Por ende, el diseño interfiere directamente en las formas en que vivimos y tiene por lógica un espacio que es comprendido y proyectado como cartesiano, racionalista, material, inerte, exterior, estático – y es en lo cual la noción de “individuo”, es decir, el hombre, caucásico, masculino heterosexual, se desarrolla en pro de un sistema de creciente infinito y autorregulable, tal como es concebida la economía capitalista.

A partir de allí y tomando como base las teorías decoloniales y la observación empírica dentro del curso de arquitectura y urbanismo de Unila, pretendo dar una revisión a las posibilidades del diseño y las prácticas proyectivas de arquitectura. Las cuales tienen origen en otros lugares, cuestionando su contenido eurocéntrico y preguntándonos otras formas de dibujar y proyectar para dar respuesta de forma crítica y participativa en los desafíos sociales, ecológicos, económicos y de significados desde nuestro contexto latinoamericano, particularmente en la región Transfronteriza donde se presenta la conurbación entre tres ciudades Foz do Iguazu, en Brasil; Puerto Iguazú, Argentina; Y Ciudad del Este, en Paraguay; y donde se ubica la Unila y su curso de arquitectura y urbanismo.

Objetivos

1. Contribuir al entendimiento de la función social y política del arquitecto, en el que se incluyen desarrollar formas más democráticas de enseñanza y formas más plurales e inteligibles, por grupos más amplios, de representación del espacio.
2. Contribuir para el entendimiento de las formas, procesos y herramientas de representación espacial, diseño y proyecto en arquitectura y urbanismo como herramientas en la construcción de espacios más plurales.
3. Contribuir a pensar el diseño como una herramienta para la construcción de espacios más plurales dando una respuesta crítica a los desafíos sociales, económicos, políticos y ecológicos de nuestra región.
4. Contribuir para disminuir el contenido eurocéntrico y/o acrítico en la enseñanza de arquitectura y urbanismo en Brasil.

Metodología

Es a partir de un análisis de la producción teórica en geografía sobre las cartografías que nos hacen percibir que hay profunda lucha simbólica en torno a la relación a los mapas, al mismo tiempo, foucaultiana y decolonial, enmarcado en la elaboración y legitimación del saber y el poder. Por un lado, por ser objetos-símbolos de la geografía académica (Godlewska, 1997, Massey, 2008, Girardi, 2009), las cartografías ya estarían insertadas en campo de disputas para establecer qué es o cuáles son los mapas válidos y quién tiene la legitimación de elaborarlos mediante de un lenguaje consagrado y establecido dentro del área.

La geografía entonces viene estudiando el mapa como herramienta ideológica que, por su verosimilitud, en aplicativos como Google Maps y las vistas satelitales se confunden con la realidad, por expertos y no los expertos en el área. Sin embargo, acá el mapa es comprendido como imagen, representación y texto, un medio de trasmisión de informaciones, repleto de signos, no todos ellos objetivos y funcionales y que no hace sentido si no conseguimos leer la sociedad con él (Girardi, 2000)

Comprendo que tales afirmaciones sobre las cartografías y los mapas pueden ser aplicados a otros dibujos usados en la arquitectura y urbanismo, así estas representaciones no son meras imágenes neutras, sino que por medio de ellos se reproduce un mundo ampliamente seductor que escoge elementos y proyecta un mundo “... en donde cada objeto, herramienta, servicio o incluso, narrativa en los que está involucrado, crea formas particulares de ser, saber y hacer” (Escobar, 2016)

Cada gráfica del espacio, mapa, carta, planta, corte, está asociada a culturas y lugares determinados, mostrando una forma de concebir el espacio, y sus formas de habitarlo. Está claro que todas estas representaciones están siendo permeadas por recortes de clase, género y raza. Sin embargo, el problema es que estas están tan establecidas como las únicas posibles o "las más correctas" que terminan colaborando en un sistema de invisibilización de otros medios de representación y concepción espacial, así como de personas, vivencias y sensaciones en el mundo fuera de la lógica moderna/colonial. Por ello, se hace necesario repensar el dibujo y las formas de representar el espacio para revelar las maneras que son naturalizadas y pensar en las posibilidades que tiene el dibujo y el diseño para dar respuesta a sociedades más plurales.

Referencias:

DUSSEL, E. Europa, Modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidad del saber. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 55-70.

ESCOBAR, A. Autonomía y diseño : La realización de lo comunal / Arturo Escobar.-- Popayán : Universidad del Cauca. Sello Editorial, 2016.

FOUCAULT, M. As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M.. Sobre a geografia. In: Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 153-165.

FOUCAULT, M. A arqueologia do saber. São Paulo: Forense Universitária, 2005.

GIRARDI, G.. Aventuras da leitura de mitos em mapas. Geograficidade, v. 3, p. 22-30, 2013.

GIRARDI, G. Mapas desejanter: uma agenda para a cartografia geográfica. Pro-Posições, vol. 20, nº 3, set. /dez. 2009, p. 147-157.

GIRARDI, G.. Leitura de mitos em mapas: um caminho para repensar as relações entre Geografia e Cartografia. Geografares (Vitória), Vitória, v. 1, p. 41-50, 2000.

HARLEY, J. B. Mapas, saber e poder. Confins, vol. 5, 2009. Disponível na INTERNET via <http://confins.revues.org/index5724.html>. Arquivo consultado em 20 de agosto de 2010.

MIGNOLO, W. D. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005. Pp.71-103.

MOASSAB, A. Por um ensino insurgente fincado no seu tempo/espço: o projeto pedagógico do CAU UNILA, a América Latina e o século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE ENSINO DE ARQUITETURA E URBANISMO, 32, 2013, Goiânia. Anais... Goiânia: ABEA, 2013a.

NAME. L NACIF. C. Notas sobre mapas, mapeamentos e o planejamento urbano participativo no Brasil na perspectiva de uma cartografia crítica. 2013

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo en América Latina. In: LANDER, E. (Org.). La colonialidad del saber. Buenos Aires: CLACSO, (2000) 2005.

“Hábitos de morar y de construir en el contexto latino-americano”

Céline Veríssimo⁴² y Miriam Chugar⁴³

Los desafíos propuestos en el Primero Encuentro Internacional de MALOCA, del eje temático “Hábitos de morar y de construir en el contexto latinoamericano”, presenta una colección de textos con enfoque en estudios relativo a las formas de asentamientos urbanos, arquitectura y técnicas constructivas de los pueblos afrolatinos y pueblos indígenas de América Latina, temas poco estudiados dentro las universidades, constatado por la escasa presencia en la bibliografía académica. Significativamente ese conjunto de publicaciones se presentan en el momento, en plena “Década Internacional de Afrodescendientes 2015-2024” declarada por la ONU.

El encuentro y las publicaciones promovidos por las organizadores/as de MALOCA presentan una importante contribución de conocimiento, resultados de investigaciones realizadas por ilustres investigadores/as de diversas instituciones del Brasil: UFC, UFBA, UFMG, UFOP, UFSJ, UTFPR, UNIFESP, así, como investigadores/as de Argentina, Bolivia y Cabo Verde, que revelan un creciente interés en enfoques del sur para el sur, sobre el hábitat humano – convencionalmente llamado de arquitectura y urbanismo- adquirido en las instituciones, en el mundo académico, en la práctica profesional y en los movimientos sociales.

Reunimos aquí, un sorprendente número de trabajos producidas por jóvenes investigadores/as, estudiantes de pregrado y postgrado, en áreas interdisciplinarias en el derecho al territorio, a la ciudad, a la vivienda y a la alimentación, enfocadas para un hábitat humano ambientalmente equilibrado y socialmente más justo. Pero para ello, es importante profundizar y problematizar diálogos sobre las dimensiones políticas, sociales y ambientales transformadoras de nuestro hábitat.

Además de estudios referentes al grupo de trabajo **Hábitos de Morar y de Construir en el Contexto Latino-Americano**, línea de investigación de MALOCA y enfoque central de discusión, los asuntos tratados por los autores y autoras han abarcado diversos temas. El texto “Modernidad, espacio rural, arquitectura y sus relaciones de género” trata de la arquitectura en el espacio rural, la cuestión de género en el espacio domestico y sus relaciones de poder presentes en el cotidiano, sugiriendo una relación dialéctica entre ser humano y naturaleza, a través de la producción de su hábitat. El propósito es contribuir en el debate arquitectónico y paisajístico, la producción de una arquitectura menos excluyente y más sensible para los usuarios, específicamente para sus usuarias, identificando y amenizando las innumerables relaciones desiguales de poder en el espacio construido y espacio exterior doméstico, con énfasis en la cuestión de género.

Por su parte, el trabajo “Arquitectura colonial de Ouro Preto: preciosa por ser negra”, discute sobre la opresión y marginalización de la población negra y sus saberes a lo largo de los siglos,

⁴² Profesora Adjunta en Arquitectura y Urbanismo, UNILA y Vice-líder de MALOCA. celine.verissimo@unila.edu.br

⁴³ Profesora e Investigadora de la Carrera de Arquitectura de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, Santa Cruz, Bolivia. imchz.ufrj@gmail.com

como un proceso de resistencia contra el silenciamiento y invisibilización histórica. La investigación objetiva sugerir una resignificación de la arquitectura dicha ‘Colonial’ brasileña en Oro Preto, buscando caminos para profundizar el debate sobre la importancia de registrar la historia ancestral de matriz africana en esta región y visibilizar la identidad oprimida de los afrodescendientes y su importante patrimonio. El autor y autora sugieren que por la importancia del tema abordado se extienda a las instituciones locales como la universidad y el Instituto de Patrimonio Histórico y Artístico Nacional (IPHAN).

Igualmente sobre las cuestiones étnico-raciales, la presentación “La Arquitectura en trance: La obra incompleta afro-brasileña”, apuntó cuestiones a partir de un trabajo de campo realizado en el *terreiro de candomblé*, Ilê Asé Oju Ogún Fúnmilaiyó, de Foz do Iguazú, Paraná, Brasil, donde fue verificado que el espacio construido es marcado por sucesivas reformas y construcciones en función a la noción del cuerpo y de homenajes a los *orixás*. A partir de esas referencias el autor define los *terreiros* como espacios en trance, de la misma forma que los cuerpos de los seres humanos en proceso de iniciación en el *candomblé*, con sus deidades, los *orixás*.

El artículo “Asesoría Técnica en la Triple Frontera y la Actuación Universitaria” presenta experiencias realizadas con movimientos sociales y grupos socioeconómicamente vulnerables, a través del curso de Arquitectura y Urbanismo de la UNILA. Un ejemplo desarrollado en el ámbito de la investigación, extensión y la práctica profesional, que tiene por objetivo ejercer el papel social del arquitecto/a y de la universidad para la defensa de los derechos a la ciudad, a la vivienda y al territorio, al mismo tiempo, dando oportunidad a los académicos, monitoreados por profesores con experiencia en el campo del activismo político y la enseñanza aplicada. A través de los laboratorios de extensión del CAU, la universidad se aproxima a agentes sociales en la región para la ejecución de demandas, buscando no solo necesidades emergentes, como también el fortalecimiento de la autonomía y el empoderamiento de grupos sociales vulnerables.

Como manifiesto de un proceso de resistencia histórica, los artículos “Arquitectura Amerindia: *Selk’man* una civilización al fin del mundo y su forma de habitar”; “Hábitos de vivir y construir de los pueblos indígenas Chiquitanos, Santa Cruz, Bolivia”; y “La casa indígena de los Uru Chipayas” presentan un análisis pormenorizado sobre padrones de continuidad de prácticas en los asentamientos, arquitecturas y técnicas constructivas de pueblos indígenas de América del Sur, después de sucesivos procesos de colonización y el gradual riesgo de desaparecimiento de dichos saberes, con la sustitución por materiales y técnicas modernas. Por tratarse de temas poco discutidos y visibilizados en el medio académico, el propósito es generar reflexiones para promover a la preservación del paisaje, la arquitectura y las técnicas constructivas de dichos pueblos, como patrimonio cultural y arquitectónico cuyo conocimiento tiene que ser valorado hoy y para las generaciones futuras.

Finalmente, en “La urbanización periférica como productora de nuevos lugares pedagógicos”, se abordan reflexiones que revelan una relación más consistente y próxima entre las praxis del urbanismo con su objeto real de intervención, la ciudad del capitalismo periférico, orientada por una modernización dependiente y una tarea cada vez más necesaria y urgente. La forma de presentación de la temática, a través de herramientas digitales “video-juegos”, llama la atención como un aporte pedagógico de relevancia en la enseñanza de la arquitectura y

urbanismo, así como con las organizaciones populares y la sociedad civil en proyectos de extensión universitaria.

El resultado de los diversos estudios que enfocan los “Hábitos de morar y de construir en el contexto latinoamericano”, retratados en tiempos y culturas diferentes, pero con denominadores comunes, consolidan la integración de las investigaciones de países hermanos. El Grupo de Investigación Multidisciplinar en Urbanismos y Arquitectura del Sur - MALOCA tiene el orgullo y el desafío de ser el promotor en esa integración por medio de los trabajos desarrollados por sus profesores/as, investigadores/as y estudiantes, cuyos textos están presentes en este documento, colocando en discusión temas preponderantes sobre arquitectura, urbanismo y paisaje, y la importancia en resolver la brecha entre sociedad y naturaleza, en sus vertientes campo-ciudad, relaciones étnico-raciales, de género y de clase.

Estamos convencidas que la pasión e intereses aquí reunidos, marcarán una nueva etapa en MALOCA, y tendrá repercusión en el debate sobre las periferias y los invisibilizados en los márgenes de nuestra sociedad. Futuras ediciones de este encuentro vendrán ciertamente a contribuir y visibilizar aún más dichas temáticas, con visiones, lecturas y reflexiones que nos presentan cada página de esta publicación, a nuestro ver, vitales para el fortalecimiento de conocimientos y prácticas multidisciplinares en territorio, arquitectura y diseño, practicando una mejor integración latinoamericana, en la celebración de su riqueza y diversidad, y la lucha por más igualdad, justicia y bien-estar.

MODERNIDADE, ESPAÇO RURAL, ARQUITETURA E SUAS RELAÇÕES DE GÊNERO

por Maicon Rodrigo Rugeri⁴⁴

Desde a colonização da América, a manutenção de estruturas de poder, dominação e de violência, próprias da colonialidade, produziram diferentes arquiteturas: de um lado as casas dos ganhadores⁴⁵ e do outro, as casas das/os perdedoras/es⁴⁶ (HOBBSAWN, 2010); no espaço rural, de um lado as casas dos senhores de engenhos, do outro os barracos do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Esse processo colonial que resulta nas arquiteturas das casas de fazendas, das senzalas e das casas quilombolas, se impôs no território onde haviam as casas indígenas. Ao falar de território rural vale elucidar que a colonialidade do saber (MIGNOLO, 2007) produz uma narrativa histórica baseada nas noções civilizatórias da modernidade ocidental, que concebe os espaços naturais e rurais como “espaços vazios” e “atrasados”, e que justifica ações de desenvolvimento em direção ao “progresso”, mesmo que destruam e exterminem culturas, comunidades e recursos.

A arquitetura sendo uma área do conhecimento e ao mesmo tempo naturalizada como produto mercadológico, está transpassada por relações colonizadas de pensar e conceber espaços, reproduzindo opressões de gênero, raça e classe. Além disso, os espaços rurais são subalternizados e periféricos dentro dos estudos arquitetônicos, os quais privilegiam os centros urbanos como *locus* da produção de conhecimento. Isso resulta na exclusão sistemática dos espaços e das arquiteturas rurais das discussões e debates arquitetônicos e paisagísticos. Tais contextos apenas ganham alguma visibilidade quando são de alguma excentricidade romântica, como as casas de campo abastadas ou casarões coloniais.

O discurso acerca da/o campesina/o reforça o padrão civilizatório da modernidade ocidental. A/o civilizada/o é correspondente ao habitante urbano, o modelo produtivo ideal europeu, e a/o não-civilizada/o ao habitante não-urbano, como a/o habitante rural, representada/o por pessoas maltrapilhas, sujas, feias, preguiçosas, que “falam mal” o português e que vivem em condições precárias. Arelada a essa carga simbólica está a arquitetura, que passa pela mesma construção de inferioridade.

A partir disso, neste estudo procuro identificar e mostrar algumas das tipologias arquitetônicas predominantes no território rural do oeste do Paraná e sua paisagem, baseando-me nas habitações das/os trabalhadoras/es do campo. Analisarei criticamente as transformações no

⁴⁴ Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA; maiconrugi@gmail.com. Este trabalho resulta da pesquisa de TCC em andamento, sob título “Casa Branca, Terra Roxa: Modernidade, Espaço Rural, Arquitetura e suas Relações de Gênero”, sob orientação da professora Andréia Moassab.

⁴⁵ Eric Hobsbawn, em seu livro *A era do capital: 1848-1875*, utiliza o termo ganhadores para ser referir aos países da Europa central e Estados Unidos (países com poderio econômico, tecnológico e militar) e o termo perdedores para os países que são vítimas de suas dominações, como os países da América Latina, África e Ásia.

⁴⁶ Parte de uma estratégia política de visibilidade de gênero é flexionar o gênero nas palavras, escrevendo primeiramente o feminino e depois masculino, quando a regra formal usa apenas o gênero masculino para se referir ambos gêneros. É necessário esclarecer que quando a palavra se referir ao poder hegemônico será mantido exclusivamente o gênero masculino.

tempo, no espaço, na arquitetura, na paisagem e nas subjetividades das/os indivíduos/os. Indispensável a essa análise arquitetônica e paisagística é a relação dessas arquiteturas com os papéis sociais de gênero da mulher, que estão diretamente ligados à existência, produção e manutenção desses espaços (DAVIS, 2013). Como estudo de caso, utilizo a casa da Dona Maria – um pseudônimo, comum a várias mulheres – localizada no município de Serranópolis do Iguçu, no oeste paranaense⁴⁷.

Portanto, esse trabalho tem como objetivo contribuir para o debate arquitetônico e paisagístico, visando a produção de arquiteturas mais incluídas e menos opressoras, especialmente no que tange a diminuir o trabalho das mulheres para a manutenção da casa e do cotidiano da família. Trata-se de identificar e amenizar as inúmeras relações desiguais de poder, no espaço construído e habitado; fomentar um debate sobre a arquitetura e a paisagem em contextos rurais; fomentar discussões de gênero na arquitetura; aprender com os conhecimentos populares, as vivências e experiências espaciais; e a valorização do espaço exterior doméstico (VERÍSSIMO, 2013) nos estudos arquitetônicos.

E para isso, o recorte metodológico tem por base a interseccionalidade gênero/raça/classe/território, a partir das teorias feministas e dos estudos decoloniais. Outra dimensão metodológica fundamental concerne ao levantamento da organização espacial da Casa da Dona Maria. Para tal lançaremos mão da etnoarquitetura (PORTOCARRERO, 2010; MOASSAB e BASTOS, 2014), uma interface de diálogo entre arquitetura e antropologia, de modo que nesta dimensão metodológica é inerente ao levantamento arquitetônico, a componente etnográfica. Em outras palavras, a etnoarquitetura tem demonstrado que o levantamento arquitetônico, em conformidade com as técnicas do desenho arquitetônico, auxiliadas por fotografias e croquis são insuficientes para traduzir toda a complexidade da produção de sentidos do espaço construído e habitado. Embora pouco explorada, há pelo menos duas décadas alguns trabalhos sobre arquitetura indígena no Brasil têm sido desenvolvidos nesta linha, bem como os trabalhos das arquitetas Andréia Moassab (MOASSAB, 2013), Patrícia Anahory (MOASSAB e ANAHORY, s/d) e Celine Veríssimo (2013).

Igualmente relevante é o pensamento visual-imagético, a representação dos dados e das análises desses lugares é também apresentação e reflexão, não sendo uma tarefa a *posteriori*. O desenho arquitetônico também produz e é produto da racionalidade do pensamento ocidental (ESCOBAR, 2016), que exclui as relações afetivas, sócio-espaciais, emocionais das representações arquitetônicas, colocando como plano principal o traço da/o arquiteta/o, a apreciação e o fetiche consumista pelas formas, geometrias e materiais. Esse desenho, assim como a modernidade ocidental, determina apenas uma forma de leitura espacial — lidas por quem domina os códigos daquele saber — deixando de fora todas as vivências, relações e experiências das/os usuárias/os com os espaços. Por isso, neste trabalho é importante desenhar alternativas à representação convencional, visibilizando as relações afetivas e socioculturais dos corpos com o lugar, traçando um caminho para práticas emancipatórias na arquitetura e no paisagismo.

⁴⁷ O município de Serranópolis do Iguçu possui 4.568 habitantes (IBGE, 2010) e tem por base econômica a produção de grãos como soja e milho, e a pecuária. A maior parcela da sua população é rural.

As divisões político-administrativas não são um preciso recorte para este trabalho, já que as relações afetivas do cotidiano não são abrangidas nas delimitações políticas de uma linha no mapa. As arquiteturas e os paisagismos aqui analisados não pertencem precisamente a um município em específico – de Serranópolis do Iguaçu -, pois eles aparecem/desaparecem com as diferentes dinâmicas de consolidação dos territórios.

A Marcha para o Oeste

O modelo de ocupação da zona rural do oeste do Paraná, o uso da terra e suas arquiteturas, resultam, em grande medida, do programa de migração do governo Getúlio Vargas, chamado “Marcha para o Oeste”. Incentivados pelas políticas governamentais, nas décadas 40 e 50, migrantes do sul do país compraram e se apropriaram da região, originalmente ocupadas por *guaranis, xetás e kaigangues* (PRIORI et al., 2012). Essa política de ocupação do território foi direcionada para o branqueamento racial no interior do país e para controle territorial a partir do Estado.

Os migrantes do sul do país, descendentes da imigração europeia, um outro processo colonial de dominação do território, trazem consigo — junto aos machados e panelas — uma base cultural tradicional, fortemente amparada pelo patriarcado, cristianismo, superioridade racial, meritocracia e acumulação capital, ou seja, estruturas coloniais. São delas que emergem as famílias rurais predominantes no oeste paranaense. Essas famílias vivem e reproduzem essas relações de poder nos corpos e nos espaços, sobretudo nos espaços domésticos. A casa é a materialização de todos esses processos históricos de manutenção da sociedade capitalista, cristã, androcêntrica e burguesa. A casa é abrigo e signo de poder.

Recém-chegadas/os nas terras de mata atlântica, em meados dos anos 50, as/os migrantes começaram a derrubada da mata remanescente dos processos anteriores de ocupação do território. Aos movimentos de braços e machados se construíram as primeiras casas nas beiras dos rios e sangas, pela necessidade da água. Essas casas eram feitas com madeira da própria derrubada da mata e pelas/os próprias/os moradores, e eram relativamente pequenas, de um ou dois cômodos além da cozinha. As portas, janelas, mobília e até utensílios domésticos também eram feitos com a madeira da região. Eram processos vernáculos e populares de construção, com recursos e mão de obra local. Hoje, essas construções são conhecidas popularmente pela expressão “paiol”.

Terra roxa, casa branca

Nas décadas de 60 e 70, depois de uma estabilização econômica e familiar das/os migrantes no território, suas casas passa por alterações nas paredes e nos programa de necessidades. Começam a ser utilizados materiais industriais – o tijolo, o vidro, o azulejo – como materiais construtivos, complementando o uso da madeira ainda abundante; os cômodos da habitação aumentam e variam conforme a necessidade de cada família, e o espaço exterior doméstico começa a se consolidar enquanto jardins e hortas. Nessa nova morada aparece também um maior cuidado nos detalhes e na impregnação de sentidos, memórias e identidades nas construções, sendo vistos nas composições de cores, ornamentos diversos e escolha dos materiais. Popularmente são chamadas de “casa velha” pelas/os moradoras/es.

A partir dos anos 2000, foram construídas casas que não condizem com o contexto rural e as necessidades cotidianas de suas/eus moradoras/es, parecendo-se mais com as casas da classe

média urbana de centros próximos. Essas casas feitas majoritariamente com materiais industrializados, foram construídas por grandes proprietários de terras. Nos anos seguintes, este modelo urbano passou a ser adotado pelas/pelos agricultores de poucas terras, como símbolo de sucesso. Essas casas se diferenciam muito das construções rurais mais antigas.

Antes, na chamada “casa velha”, as edificações possuíam características mais expressivas das/os habitantes: inúmeras combinações de cores, azulejos com desenhos, ornamentos decorativos, elementos do conhecimento popular e espaços funcionais. Essas expressões visuais foram se perdendo com o passar do tempo e sendo substituídas pela racionalidade, pela praticidade prometida pela indústria e pelos gostos das classes dominantes, síntese do progresso da modernidade ocidental e herança do movimento moderno na arquitetura. O modernismo na arquitetura, tendo suas bases na industrialização e na concepção de um futuro ideal orientado ao “progresso” ocidental, se declarou contrário às memórias e tradições arquitetônicas passadas, propondo uma arquitetura racionalizada, geométrica, limpa de ornamentações e rebuscamentos, utilizando principalmente a cor branca para denotar essa “pureza” estética. Esse tipo de produção arquitetônica anula os saberes populares das/os próprios moradores/es, assim como a própria memória dos lugares e suas formas de vivências espaciais. Essas casas são popularmente designadas “casas novas”.

A casa sugere significados dentro de uma conjuntura social, cultural, política e econômica. A “casa nova” é um signo indicativo de várias formas de poder. A forma da construção, os materiais construtivos e os móveis, indicam o poder aquisitivo, e reproduzem, muitas vezes, gostos hegemônicos servindo para a hierarquização de classe. A casa, neste sentido, pode atuar como mediadora dos desejos de ascensão social da/o própria/o indivíduo/o. Em outras palavras, a casa acaba sendo um dispositivo que materializa as expressões íntimas de poder, desejo de conquista e valores morais, e descontextualiza-se do *locus*, agindo apenas no plano da aparência e do *status* social. É como se houvesse uma estrutura de poder invisível usada como instrumento de dominação, que age nas/os sujeitas/os e em seus atos, tendendo a estabelecer uma ordem de sentido imediato do mundo. O poder simbólico presente no capital econômico é utilizado como legitimação de grupos ou sujeitos dentro da sociedade (BOURDIEU, 2007). Esse poder é transversal em vários campos sociais, inclusive na arquitetura, produzindo sentidos e significados sociais.

Em adição, Moassab, em diálogo com Foucault e Deleuze, demonstra que as estruturas de poder na sociedade de controle, com suas estratégias de *marketing*, publicidade e criação de desejos, impõem condições absolutamente desiguais na produção de sentidos, se instituindo como um dos mais potentes e complexos mecanismos de perpetuação das relações de poder (2012: 153). Ou seja: “o desejo de ser igual parte de dentro para fora sob a forma de pseudoliberalidade, na sociedade controle” (ibidem: 110) direcionando a vontade das/os indivíduos/os, no caso, impondo para as camadas mais pobres da população rural do oeste do Paraná, os gostos e escolhas construtivas da elite local, pouco adequadas ou adaptadas para as dinâmicas de trabalho e cotidiano na “terra roxa”.

Atualmente, essa “casa nova” conforma espaços simbólicos que trazem consigo uma vontade de ascensão social ou de um vir-a-ser dominante. Tanto a tipologia da “casa nova”, quanto os materiais utilizados representam e apresentam relações desiguais de classes:

1. colonizada pelo modelo civilizatório da modernidade ocidental, a casa local prestigiada – a casa nova – é aquela que possui amostras de poder econômico em suas paredes, os melhores materiais da indústria: o vidro, o cimento, e os revestimentos; o maior número de águas dos telhados e de volumes: telhados de várias águas em diferentes níveis são “chiques”; o branqueamento das cores: o branco, o bege, o gelo são “moda”; e a configuração espacial de ostentação simbólica: sala de jantar pouco usada, garagem e edículas para o churrasco. Desaparecem, contudo, espaços que respondam às necessidades rurais, como as varandas para sociabilidade e sombreamento da casa ou as áreas de serviço exteriores para limpeza das/os trabalhadoras/es da roça e lavagem dos alimentos colhidos, antes de entrarem em casa.

2. no paisagismo, a presença de gramados e árvores ornamentais que são “bonitas”, a palmeira e o pinheiro não-nativos, comendo com pedras brancas compradas; ao mesmo tempo em que se observa o gradual desaparecimento do quintal, por conta do piso de cimento, azulejo ou pedrinhas: sob o argumento da praticidade da limpeza e para destacar visualmente a edificação - a casa deve ser vista de longe: um monumento.

Modernidade, espaço rural, arquitetura e suas relações de gênero

As escolhas arquitetônicas da “casa nova” (materiais construtivos, revestimentos, cores, formas), quase sempre decididas pelo marido — o pai/chefe de família — em função de mostrar ascensão social, resultam em espaços domésticos que confinam a esposa — a “dona do lar” — a desempenhar diariamente trabalhos domésticos pesados de limpeza e manutenção do espaço. Devido aos materiais inapropriados para o ambiente terroso e agrícola da zona rural, nas épocas de colheita o pó assola toda a casa, no cotidiano, o barro e a terra constantes fazem do limpar e manter uma árdua tarefa, de responsabilidade exclusiva da mulher.

Esse trabalho exaustivo e solitário, não é valorizado pelas/os demais familiares — marido e pelas/os filhas/os (apesar de que algumas meninas já são introduzidas desde cedo, a desempenharem tais funções e a “ajudarem,” a mãe — o que não acontece com a maioria dos meninos) - que pouco ajudam a manter o espaço limpo e organizado. É, portanto, um trabalho invisibilizado, não pago e não reconhecido.

As relações de gênero presentes na divisão social do espaço (público/masculino e doméstico/feminino) impactam a arquitetura, ao mesmo tempo que a arquitetura contribui para opressão das mulheres e seu confinamento no lar. Na sociedade patriarcal, a identidade de gênero feminino é subordinada ao masculino: o homem, é o que produz e provém – trabalho pago -, e a mulher é a que reproduz e mantém – trabalho não pago. Assim sendo, o homem é o sujeito que trabalha dentro do sistema econômico e a mulher é a que trabalha em função do homem e da família, em casa. Este trabalho que não é remunerado é também invisibilizado. Ocorre que as mulheres desempenham trabalhos exaustivos dentro do espaço doméstico, sendo, contudo, menosprezadas por este trabalho não ter geração de renda, então visto como menos importante na sociedade capitalista (DAVIS, 2013). Todavia, sem o trabalho de reprodução e manutenção, não existiria o trabalho de produção e provisão. O gênero não é apenas uma categoria biológica ou natural, mas sim uma categoria social: as performances de gênero, são construções sociais normativas definidas por um modelo heteronormativo, onde

a/o indivíduo constantemente está sob essas regras sociais binárias e excludentes (BUTLER, 2013).

Já o espaço doméstico não se refere apenas ao espaço físico, mas sim a uma complexidade de relações sociais, onde se desenvolve e se reproduz, diariamente, as estruturas coloniais de poder e o patriarcado. É sobretudo no espaço doméstico que se dá a divisão desigual dos papéis de gênero. O espaço doméstico interior se torna responsabilidade feminina: são as mulheres que desempenham cotidianamente o trabalho de manutenção deste espaço.

A noção burguesa da mulher como dona de casa e serva do homem, é recente, com cerca de um século, pois em períodos pré-industriais, por exemplo, as mulheres tinham uma importância produtiva e econômica dentro das suas famílias, sendo responsáveis por toda a produção alimentícia, de instrumentos cotidianos (como velas e sabão) e vestimentas, gerindo uma economia doméstica, que pouco tempo deixava para os afazeres domésticos de limpeza e organização (DAVIS, 2013). A industrialização, intensificou a desigualdade de gênero no espaço doméstico, e transformou as mulheres de agentes produtivas e valorizadas na economia familiar, para apenas agentes reprodutivas das tarefas domésticas invisibilizadas. Sobrecarregadas de afazeres pouco duradouros e que necessitam um refazer constante, pouco tempo e energia sobra para as mulheres se dedicarem a outras coisas produtivas – valorizadas pelo capitalismo, sendo então esse espaço doméstico de confinamento e de invisibilidade, cuja falta de valorização leva muitas vezes até a processos depressivos profundos.

Paisagem subjetiva: escala dos afetos

Dentre todos os trabalhos desempenhados por essas mulheres no campo (limpeza da casa, da roupa, da louça, provisão e alimentação para a família e para os animais, cuidados para as/os filhas/os e marido), os que passam a ser vistos, percebidos e valorizados de uma forma significativa são os trabalhos realizados no espaço exterior doméstico, como nos jardins, nos quintais e nas hortas. Por uma questão visual estética que é marcante na paisagem, no caso dos jardins, ou pela qualidade das hortaliças e verduras produzidas, no caso das hortas, esse trabalho é visto e apreciado pelos familiares, parentes e pelas/os vizinhas/os, sobretudo por outras mulheres. Dessa forma, o trabalho no espaço doméstico exterior (jardins/hortas/quintais) possui características distintas, sendo um espaço mais proeminente, onde o trabalho nele se torna mais dinâmico, notado e mais valorizado do que no espaço interno, funcionando como mecanismo de aumento da autoestima e empoderamento das mulheres.

Enquanto o homem cuida das plantas destinadas a comercialização em larga escala, como as monoculturas de soja e milho, que possuem uma lógica de produção industrial, com uso de equipamentos agrícolas e maquinários tecnológicos, sementes transgênicas e aplicação de agrotóxicos, a mulher é responsável pelas plantas que alimentam a família. De modo geral, existem espaços de plantio gerenciados por essas mulheres, como as hortas, os pomares e as pequenas roças, onde são cultivados diferentes tipos de verduras, legumes, hortaliças e frutas, cada qual em suas épocas e ciclos naturais. Essa produção é destinada ao consumo familiar, dos animais e os excedentes para trocas entre as/os vizinhas/os, parentes e a comunidade local.

Esse paisagismo, além de prover alimentação de qualidade e independência econômica dos supermercados, também é importante para produção de sentidos subjetivos e afetivos a partir da relação social e cultural com o plantio e cultivo dessas plantas. As plantas fazem parte do cotidiano destas/es trabalhadoras/es rurais, que tem suas concepções de tempo, espaço e trabalho, geralmente definidos a partir dos ciclos naturais de plantio, crescimento e colheita. Ademais, como já dito anteriormente, para as mulheres que, pela divisão social de papéis de gênero, acabam sendo responsáveis por esses lugares de cultivo das hortas e dos jardins, as plantas adquirem um sentido além do funcional ou contemplativo, mas estruturante das identidades e autoestima destes corpos femininos.

Assim, esse paisagismo que pertence à prática cotidiana dessas/es moradoras/es, a suas vivências e a suas identidades culturais e subjetivas, configura lógicas de concepção dos espaços arquitetônicos diferentes daquelas hegemônicas e racionalizadas pela modernidade europeia, em que a paisagem e o paisagismo são colocados enquanto espaços estáveis, contemplativos, estéticos, harmônicos e exóticos, que por sua vez são espaços de dominação, excludentes, higienistas e socialmente opressores.

A produção dessa paisagem rural pela Dona Maria e as demais mulheres da região, as escolhas das espécies a serem cultivadas e a organização desses lugares, são permeadas por relações de subjetividades e afetividades. Esse paisagismo faz parte dos almoços de domingo em família ou com as visitas, constitui parte das receitas que são feitas para agrado dos familiares ou para momentos especiais, fortalece os laços entre as pessoas através das plantas regaladas ou das redes de trocas, e expressam sentimentos e emoções como elogios, satisfação, orgulho e afetos. Assim sendo, esse trabalho no espaço exterior doméstico, ao contrário do trabalho no interior doméstico, é visível e valorizado, e contribui para o empoderamento feminino.

Por fim, percebido isto, não há como ignorar as relações de poder, econômicas, simbólicas e de gênero na arquitetura. Não há como deixar de tratar dos espaços rurais, tão pobremente estudados, num país ou num continente que possui grandes extensões de terras com população rural: 15% das/os brasileiras/os vivem no campo (IBGE, 2010). Ainda que a população urbana seja dominante, a arquitetura não pode ignorar os 30 milhões de pessoas que habitam o espaço rural e os quase 4 mil municípios com menos de 20 mil habitantes no país (IBGE, 2010). Não há como pensar somente na forma, volume e materiais da arquitetura, quando ela abriga relações de poder, controle e violência. Também, a teoria feminista merece ser incorporada nos estudos em arquitetura para que a área se torne uma ação no mundo que colabore mais para a emancipação e não para a opressão das mulheres. Precisamos, arquitetos e arquitetas, sermos conscientes e responsáveis pelo nosso desenho.

Referências:

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). *História da vida privada no Brasil*: República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 215.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura na era digital-financeira*: desenho, canteiro e renda da forma. São Paulo: Editora 34, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

- BUTLER, Judith. *El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2013.
- CARVALHO, Raquel Alves de. *Identidade e cultura dos povos do campo no Brasil: entre preconceitos e resistências, qual o papel da educação?*. Curitiba: Appris, 2016.
- CENSO DEMOGRAFICO 2010. Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. 2013. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/165852/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- ESCOBAR, Arturo. *Autonomía y Diseño: La realización de lo comunal*. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2016.
- FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac e Naify, 2006.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. *La era del capital: 1848-1875*. Buenos Aires: Critica, 2010.
- MIGNOLO, Walter D.. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.
- MOASSAB, Andréia e ANAHORY, Patrícia. *Panorama da Arquitectura Habitacional em Cabo Verde*. Praia: no prelo.
- MOASSAB, Andréia e BASTOS, Tiago. *Cartografia do Devir no Quilombo Apepu*. Foz do Iguaçu: PROEX/UNILA. Projeto de Extensão, 2014.
- MOASSAB, Andréia. *Brasil Periferia(s): a comunicação insurgente do hip-hop*. São Paulo: educa/fapesp, 2012.
- MOASSAB, Andréia. Housing Architecture in Cape Verde. In: TRUSSIANI, Elio. *Urban Planning, Architecture and Heritage in Cape Verde*. Roma: Orienta, 2013.
- MOASSAB, Andréia. *Território e identidade em Cabo Verde: debate sobre a (frágil) construção identitária em contextos recém independentes no mundo globalizado*. 2013. Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/cidade/territorio-e-identidade-em-cabo-verde-debate-sobre-a-fragil-construcao-identitaria-em-context>>. Acesso em: 16 nov. 2016.
- NAME, Leonardo e MOASSAB, Andréia. Por um ensino de paisagismo crítico e emancipatório na América Latina: um debate sobre tipos e paisagens dominantes e subalternos. In: Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, 12, 2014. Anais... Vitória: ENEPEA, 2014.
- PORTOCARRERO, José Afonso. *Tecnologia Indígena em Mato Grosso: Habitação*. Cuiabá: Entrelinha, 2010.
- PRIORI, Angelo et al. A história do Oeste do Paraná. Maringá: Eduem, 2012. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-07.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

VERÍSSIMO, Céline. *A importância do Espaço Doméstico Exterior para um modelo de ecodesenvolvimento de cidades médias. O caso do Dondo, Moçambique.* Revista Crítica de Ciências Sociais, [s.i.], n. 100, p.177-212, maio 2013. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/5277>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

ARQUITETURA TRADICIONAL DE OURO PRETO:

preciosa por ser negra.

por Rodrigo/Nogueira e Flora/Passos⁴⁸

Introdução

Até o ano de 2005 constava na bandeira do município de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, o dizer em latim *Proetiosum tamen nigrum*, que significa “precioso ainda que negro”, fazendo referência ao aspecto do ouro coberto por óxido de ferro encontrado na região ainda no final do século XVII. Tais dizeres, que perduraram na bandeira desde 1930, foram removidos como resultado da luta de atores do movimento negro da região, que também denunciavam a opressão e a marginalização da população negra e de seus saberes na atualidade.



Figura 01: Vista parcial do conjunto arquitetônico e urbanístico de Ouro Preto.

Fonte: Acervo autores.

O documento denominado Manifesto Ou[T]ro Preto⁴⁹, por exemplo, escrito pelo artista e ativista Douglas Aparecido (2017), aponta para uma “escravidão ideológica” e para o fato da

⁴⁸Rodrigo da Cunha Nogueira, arquiteto e urbanista professor do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal de Ouro Preto (DEARQ/UFOP).

E-mail: rodrigocunhanogueira@gmail.com

Flora d'El Rei Lopes Passos, arquiteta e urbanista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN-Mariana/MG e doutoranda em Arquitetura e Urbanismo no NPGAU/UFMG.

E-mail: floralopespassos@gmail.com

⁴⁹ O manifesto está divulgado no blog <http://terreirodegriots.blogspot.com.br>, rede que conecta projetos independentes realizados em parceria com artistas e ativistas sociais do Brasil, América Latina, África e Europa, nos campos da música, arte educação, capoeira, comunicação, tradições ancestrais dos mestres dos saberes populares e a saúde popular.

inteligência africana não constar nas narrativas construídas pelos colonizadores e nos livros oficiais de história, ainda que os africanos sejam os detentores do conhecimento primordial que foi apropriado e figura, hoje, a base de toda tecnologia de mineração utilizada. Essa visão corrobora com os estudos e práticas do coletivo ouropretano *Mina Du Veloso*⁵⁰ e com pesquisas do historiador Eduardo Paiva (2012), que descreve a vinda dos africanos da região de Mina, no sudoeste do continente africano, ao Brasil:

Esses homens e mulheres africanos, embarcados na Costa da Mina com destino ao Brasil, eram tradicionais conhecedores de técnicas de mineração do ouro e do ferro, além de dominarem antigas técnicas de fundição desses metais. Eles conheciam muito mais sobre a matéria que os portugueses, antigos parceiros comerciais dos reinos negros da África, vorazes consumidores do ouro desse continente e senhores de enorme extensão territorial no Novo Mundo. Ao que parece, o poder quase mágico dos Mina para acharem ouro e a sorte na mineração associada a uma concubina Mina eram, na verdade, aspectos alegóricos de um conhecimento técnico apurado, construído durante centenas de anos, desde muito antes de qualquer contato com os reinos europeus da era moderna (PAIVA, 2012: 187).

Retomando a expressão “Ou[T]ro Preto”, vale reforçar que as exclusões de culturas na construção do conhecimento é resultante de um processo de dominação:

[...] a dominação (guerra, violência) que é exercida sobre o **Outro** é, na realidade, emancipação, "utilidade", "bem" do bárbaro que se civiliza, que se desenvolve ou "moderniza". Nisto consiste o “mito da Modernidade”, em vitimar o inocente (o Outro) declarando-o causa culpável de sua própria Vitimação e atribuindo-se ao sujeito moderno plena inocência com respeito ao ato sacrificial (DUSSEL, 1993: 75-76, grifo nosso)

E é inegável que as relações de poder estão fortemente vinculadas à construção do território. Segundo o geógrafo Rogério Haesbaert (2007), o território é concebido pela imbricação de múltiplas relações de poder, do poder material das relações econômico-políticas, ao poder simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. Os grupos sociais atribuem uma identidade cultural ao território “*como forma de ‘controle simbólico’ sobre o espaço onde vivem (sendo, também, portanto, uma forma de apropriação)*” (HAESBAERT, 2007: 41).

Assim, a arquitetura, enquanto produção espacial, também reflete esta relação de poder, especialmente, quando analisamos os escritos sobre um determinado período do fazer arquitetônico, que representam o olhar de um grupo social específico e de um contexto político, econômico e cultural.

Os estudos de Bruno de Mello (2012) sobre o negro na arquitetura brasileira apontam para a invisibilidade do saber técnico dos povos africanos escravizados, sendo as referências muitas

⁵⁰ Centro cultural popular localizado no Bairro de São Cristóvão em Ouro Preto, mais conhecido como Veloso. Os estudos e práticas da Mina Du Veloso fazem parte do movimento negro na região e são divulgados oralmente, como na tradição africana. Pode ser acessado em <https://www.facebook.com/profile.php?id=100004912484702>.

vezes restritas à influência dos negros no funcionamento das casas e nas relações socioculturais. Para demonstrar isso, o autor acima traz escritos do arquiteto Lúcio Costa (de 1962) sobre a arquitetura tradicional brasileira:

A máquina brasileira de morar, ao tempo da colônia e do império, dependia dessa mistura de coisas, de bicho e de gente, que era o escravo. Se os casarões remanescentes do tempo antigo parecem inabitáveis devido ao desconforto, é porque o negro está ausente. Era ele que fazia a casa funcionar: havia negro para tudo – desde negrinhos sempre à mão para recados, até negra velha, babá. O negro era esgoto; era água corrente no quarto, quente e fria; era interruptor de luz e botão de campainha; o negro tapava goteira e subia vidraça pesada; era lavador automático, abanava que nem ventilador. Mesmo depois de abolida a escravidão, os vínculos de dependência e os hábitos cômodos da vida patriarcal de tão vil fundamento, perduraram, e, durante a primeira fase republicana, o custo baixo da mão de obra doméstica ainda permitiu à burguesia manter, mesmo sem escravos oficiais, o trem fácil da vida do período anterior. (COSTA apud MELLO, 2012)

Importante destacar que não apenas Lúcio Costa, mas outros arquitetos e artistas modernistas, tiveram papel fundamental para a criação do SPHAN (atual IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e para o tombamento do conjunto arquitetônico de Ouro Preto e de outras cidades mineiras à época. Sendo assim, trata-se de um valor atribuído por um grupo e em contexto específico.

Mello (2012) também analisa trechos de “Casa Grande e Senzala”, de 1980, do autor Gilberto Freire, sobre a formação da família brasileira:

Na ternura, na mímica excessiva, no catolicismo em que se deliciam nossos sentidos, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo que é expressão sincera de vida, trazemos quase todos a marca da influência negra. Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boa. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. Do muleque que foi o nosso primeiro companheiro de brinquedo. (FREIRE apud MELLO, 2012)

Importante ressaltar que não apenas o saber técnico é invisibilizado, como demonstra as descrições sobre a produção espacial do período setecentista acima citadas, mas os saberes de modo mais amplo, como denunciado pela pesquisadora e arquiteta Estela Ramos (2010) quando observa que, historicamente, a população negra não ocupa posições de prestígio na sociedade, econômica e politicamente.

Sob essa perspectiva, o presente artigo aponta para a importância de desvelar os saberes, ou como denominado por Paulo Freire os “pré-saberes” (FREIRE, 2011), da população negra. E ressignificar a arquitetura tradicional, dita “Colonial” Brasileira, em Ouro Preto, materializada no território em estruturas da mineração e nos sistemas construtivos tradicionais de

habitações, templos religiosos, muros, chafarizes, pontes, dentre tantos outros elementos que compõem o conjunto urbano.

Ainda em estágio inicial de pesquisa, pretende-se neste artigo um levantamento inicial, buscando traçar relações e comparações entre a morfologia, técnica e elementos construtivos das estruturas da mineração do século XVIII - como o desmonte manual ou hidráulico dos depósitos de vertentes e do substrato mais friável (SOBREIRA, 2014) - e os diferentes elementos construtivos que configuram a paisagem urbana de Ouro Preto. Para então apontar possíveis desdobramentos no sentido de dar visibilidade aos saberes da população negra, principalmente, a partir das vozes dos atores locais.

A tecnologia da mineração e suas apropriações

Segundo Sobreira (2014), a tecnologia da mineração em Ouro Preto não iniciou pelo método denominado desmonte hidráulico, mas este foi um dos principais e o que mais deixou marcas na serra de Ouro Preto.

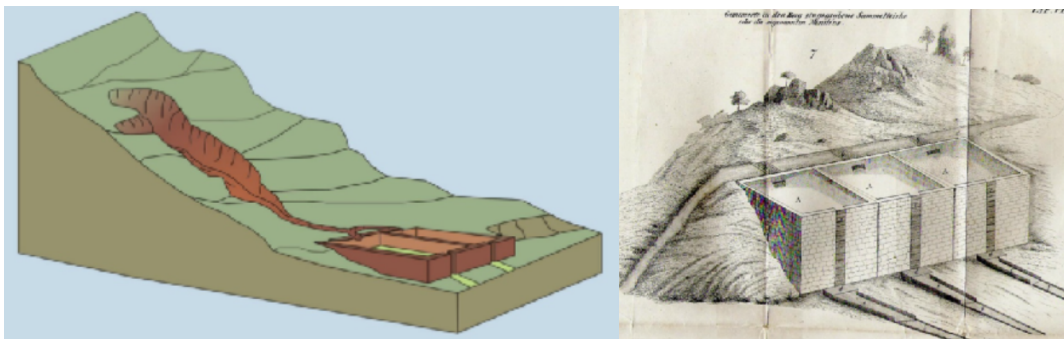
A mineração iniciou-se pelos depósitos aluvionares, onde eram empregadas técnicas relativamente simples. Com o passar do tempo, a conjugação de experiências de brasileiros, portugueses e africanos tornou a exploração mais elaborada (Ferrand 1894). Nos serviços em leitos de rios eram implantados sistemas de desvio dos cursos d'água por barragens e também eram explorados depósitos nas margens dos rios, chamados de taboleiros.

Porém, as atividades que mais deixaram na região concentraram-se nos veios auríferos nos maciços rochosos e, de maneira mais notável, nos depósitos que ocorriam nos flancos das montanhas (grupiaras) e nas rochas mais alteradas e friáveis do substrato rochoso (Lima & Miranda 1996). Nos veios auríferos era necessária a abertura de minas para exploração subterrânea, enquanto nas vertentes empregava-se o desmonte manual ou hidráulico, gerando uma lama que era acumulada em reservatórios (mundéus) para depois ser trabalhada. (SOBREIRA, 2014, p. 56)

Na técnica chamada desmonte hidráulico a principal ferramenta era a água. O processo consiste em transpor água até as partes mais altas de determinada vertente, gerando uma "lama" que era armazenada em reservatórios denominados *mundéus*. Uma vez os mundéus cheios, o material armazenado era liberado aos poucos por cima de couro de boi no sentido inverso dos pêlos, assim, as partículas mais densas, como o ouro, ficavam presas ao couro e facilmente identificáveis (SOBREIRA, 2014).



Figura 2: Os veios dos desvios dos cursos d'água na Serra de Ouro Preto-MG.
Fonte: Eduardo Evangelista.



Figuras 3 e 4: Estruturas da mineração em Ouro Preto - Mundéus.
Fonte: Friedrich Ranger 2012 e Eschwege 1833.



Figura 5: Estruturas da mineração em Ouro Preto - Mundéus.

Fonte: Eduardo Evangelista.

Atualmente, os mundéus localizados no bairro São Cristóvão, também conhecido como Veloso, que sofreu um rápido e desordenado processo de urbanização nas últimas décadas do século passado, servem de muro ou bases para as casas ali existentes.

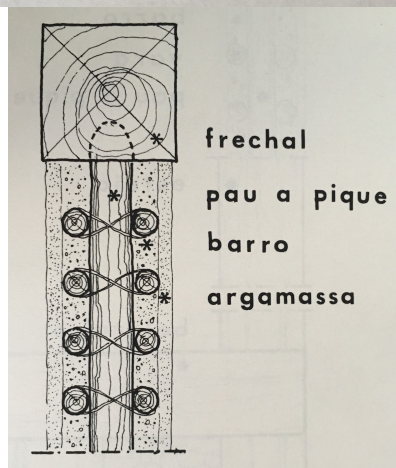
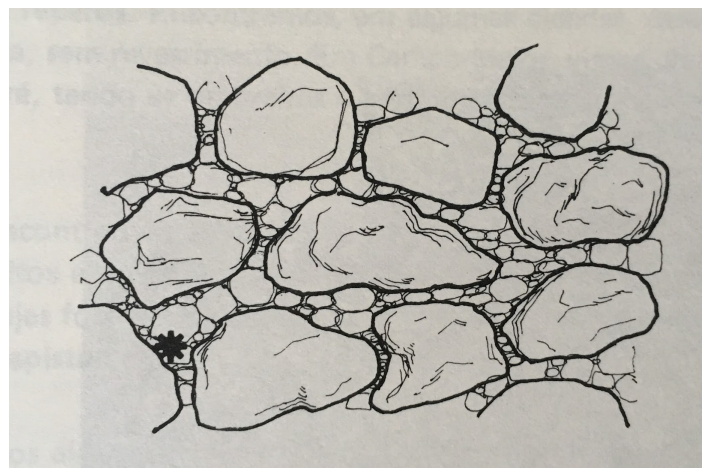
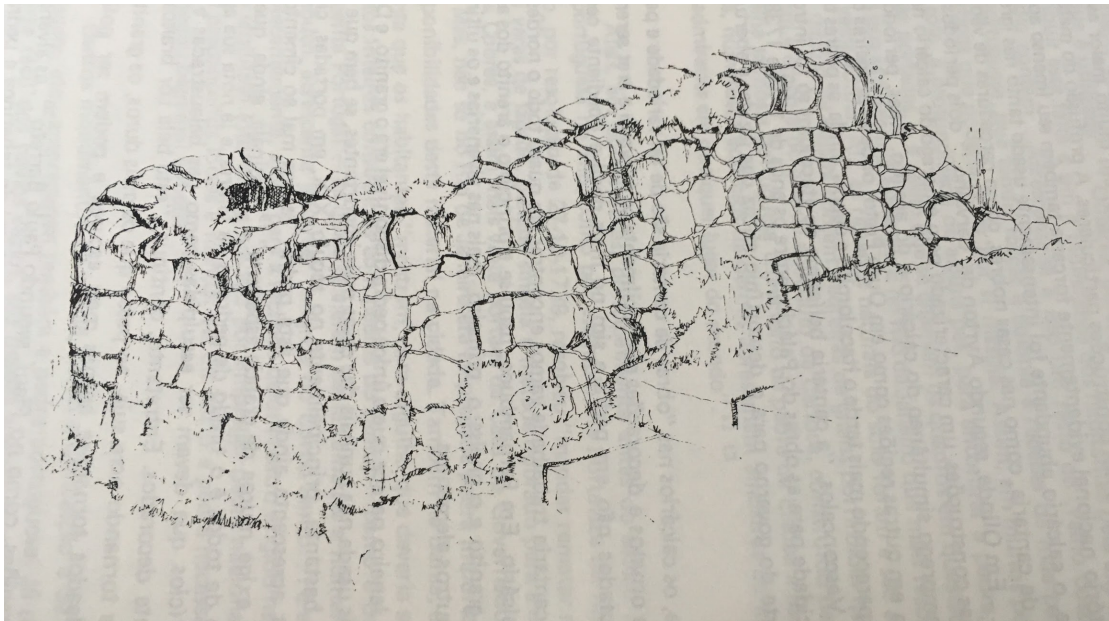


Figuras 6, 7 e 8: Estruturas da mineração no bairro do São Cristóvão em Ouro Preto - Mundéus.

Fonte: Eduardo Evangelista.

Arquitetura tradicional em Ouro Preto

As técnicas construtivas urbanas e arquitetônicas tradicionais encontradas em Ouro Preto foram realizadas com os materiais encontrados *in loco* no período setecentista, como a pedra, a madeira e a terra. Dentre estas técnicas destacam-se o *pau-a-pique* (ou taipa de sebe), *canjicado* e *muros de pedras secas* (VASCONCELLOS, 1979).



Figuras 9, 10 e 11: Sistemas construtivos em pedra - muro de pedra seca (1), Canjicado (2); e em madeira e terra - pau-a-pique (3).

Fonte: Sylvio de Vasconcelos 1979.

O pau-a-pique, a taipa e o adobe consistem em técnicas tradicionais para vedação (paredes) nas edificações que utilizam estrutura autônoma de madeira. As técnicas em pedra, detalhadas acima, foram empregadas nas estruturas urbanas, principalmente, em duas situações: primeiro, em muros de contenção para execução do sistema viário, possibilitando uma forma de ocupação mais estável em topografia muito acidentada, como o caso de Ouro Preto; e, segundo, no embasamento das edificações, com as funções de estabilizar o solo e planificar a base para receber a solução de construção de pau-a-pique, taipa ou adobe. Importante observar, assim, que estes muros e embasamentos em pedra foram construídos com função estrutural e são os principais remanescentes na paisagem urbana, devido, entre outros fatores, à própria resistência do material.

Os muros de contenção e os embasamentos em pedra possuem como importantes características a capacidade de resistir grandes cargas, não necessitam de argamassa para sua estabilização, o que permite a passagem das águas. Desta forma, se adaptando perfeitamente a uma topografia acidentada e ao clima bastante chuvoso, como também pode ser observado nos mundéus, que represam os rejeitos sólidos.



Figuras 12 e 13: Muro em pedra do adro da Igreja de São Francisco de Assis e embasamento de casa, Ouro Preto/MG.

Fonte: Acervo autores.



Figura 14: Muro em pedra no adro da Capela de Santana, Ouro Preto/MG.

Fonte: autoria própria.

Desdobramentos possíveis

Este trabalho levanta possíveis caminhos para aprofundar o debate sobre a importância de registrar uma “outra” história sobre o saber técnico da arquitetura ouropretana. Um debate que deve avançar não apenas entre os cidadãos e ativistas do movimento negro local, mas no interior de instituições que atuam a nível local, como é o caso do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que possui escritório técnico local.

Como defendido por Boaventura de Souza Santos (2010), defendemos também uma “ecologia de saberes”, ou seja, um pensamento pós-abissal que:

[...] tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico (SANTOS, 2010: 25).

De forma mais ampla, acreditamos na importância da resignificação dos saberes do Sul (África, América Latina e etc.) – saberes que historicamente foram inferiorizados, estigmatizados, desvalorizados e negados –, buscando um ensinamento mais apropriado, verdadeiro e justo no campo da Arquitetura e Urbanismo.

[...] Temos de ter os olhos do Outro, de outro ego, de um ego de quem devemos re-construir o processo de sua formação (como a “outra face” da Modernidade) e, por isso, devemos agora partir do Oceano Pacífico. [...] Adotemos agora “metodicamente” a pele do índio, do africano escravo, do mestiço humilhado, do camponês empobrecido, do operário explorado, dos milhões de marginalizados amontoados pelas cidades latino-americanas contemporâneas. Façamos nossos os “olhos” do povo oprimido, desde “os de baixo” [...] mas antes era ainda o Outro como subjetividade “distinta” (não meramente “diferente” como para os pós-modernos). Reconstruamos então as “figuras” de seu processo (DUSSEL, 1993: 90)

Referências:

- APARECIDO, Douglas. *Manifesto Ou[T]ro Preto*. Disponível em: <http://terreirodegriots.blogspot.com.br/2017/01/manifesto-outro-preto.html>. Acesso em: 07 de julho de 2017.
- DUSSEL, Enrique. *1492 O encobrimento do outro* (a origem do “mito da modernidade”). Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis-RJ: Vozes, 1993.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2011.143p.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial. In: HAESBAERT, R.; ARAÚJO, F. *Identidade e Territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- MELLO, Bruno César Eufrásio. *E o negro na arquitetura brasileira?*. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/13.145/4372> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

PAIVA, Eduardo França. Bateias, carumbés, tabuleiros: mineração africana e mestiçagem no Novo Mundo. In: PAIVA, Eduardo França & ANASTASIA, Carla Maria Junho. (orgs.) *O trabalho mestiço; maneiras de pensar e formas de viver – séculos XVI a XIX*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/PPGH-UFMG, 2002, p. 187-207

RAMOS, Maria Estela Rocha. *Contextos da construção da territorialidade negra em áreas urbanas*. Revista África e Africanidades - Ano 3 - n. 9, maio, 2010. Disponível em: <www.africaeaficanidades.com.br> ISSN 1983-2354

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. Cap.1.

SOBREIRA, Frederico. Mineração do ouro no período colonial: alterações paisagísticas antrópicas na serra de Ouro Preto, Minas Gerais. *Quaternary and Environmental Geosciences*. Curitiba: Repositório digital UFPR, V.5, N.1, 2014.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos*. Revisão e notas: Suzy de Mello. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.

ASSESSORIA TÉCNICA NA TRÍPLICE FRONTEIRA E A ATUAÇÃO UNIVERSITÁRIA⁵¹

*Tiago Souza Bastos e Gabriel Rodrigues da Cunha*⁵²

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho apresentar experiências que estão sendo gestadas dentro do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Integração Latino Americana (UNILA) no campo da Assessoria Técnica (AT) destinada a movimentos sociais e/ou grupos socioeconomicamente vulneráveis. O curso de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da UNILA almeja em seu perfil de egresso, em consonância com a proposta da universidade, profissionais com capacitação em enfrentar problemáticas sociais latino americanas. Dentro desse espectro de preocupações a competência da assessoria técnica como instrumento para a emancipação e empoderamento se faz fulcral. Iremos discutir as diferentes frentes que estão sendo empreendidas nos campos de pesquisa, extensão e estágio, com uma articulação com a sala de aula, que tem por intenção exercer o papel social da universidade de defesa dos direitos à cidade e ao território. O público alvo destas ações são grupos socioeconomicamente vulneráveis da classe trabalhadora e/ou territórios afro-latinos vítimas de racismo estrutural. As ações aqui descritas possuem ainda um importante componente no âmbito pedagógico: dão oportunidade aos acadêmicos de estabelecerem contato com a prática técnico/política da assessoria técnica com a orientação de professores com experiência no campo.

As Ações na área de assessoria aqui discutidas estão organizadas em duas linhas: a primeira em Assessoria de Projeto e a segunda em Assessoria para Construção.

No Projeto Pedagógico do CAU UNILA constam dois laboratórios cuja temática da assessoria técnica encontra mais respaldo, com enfoques distintos: O Laboratório Modelo em Arquitetura e Urbanismo (LMAU)

“será o espaço de prestação de serviços técnicos à comunidade, sob a coordenação de professores do curso e com a participação de alunos que terão a oportunidade de experimentar uma prática profissional voltada para o atendimento de demandas públicas, coletivas ou comunitárias.”(UNILA, 2014: p.17).

Por sua vez, o Laboratório de Práticas Formativas e Participativas em Arquitetura e Urbanismo (LAPRAU) volta-se à execução de práticas pedagógico-formativas voltadas à capacitação do

51 Este trabalho foi apresentado no GT Hábitos de morar e de construir no contexto latino-americano.

52 Universidade Federal da Integração Latino-Americana - Unila - tiago.bastos@unila.edu.br e gabriel.cunha@unila.edu.br.

público externo em questões relacionadas à área. Os dois laboratórios são calcados em práticas extensionistas, relacionando-se e desenvolvendo-se a partir do território e das demandas da comunidade externa. As frentes de ação no âmbito da assessoria técnica no CAU UNILA objetivam encetar e estruturar os dois laboratórios, ao mesmo tempo em que são envolvidos e fomentados pelos mesmos, uma vez que os laboratórios estão no PPC aprovado e se apresentam como espaços institucionais prementes e necessários.

Ao iniciarmos o trabalho de assessoria técnica na universidade optamos pelo caminho da extensão. Duas ações de extensão foram cadastradas como a pavimentação do caminho de inserção dos serviços: a primeira, de 2013, denominada *“Cartografias do Devir no Quilombo Apepu: arquiteturas afro-latinas trabalhou com o Quilombo de Apepu”*, no município de São Miguel do Iguçu, Sudoeste do Paraná e a segunda, de 2016, denominada *“Assessoria Técnica em Arquitetura e Engenharia para Habitação popular”*. No caso da primeira, a aproximação com o quilombo se deu através de demandas de seis casas novas, já consubstanciada dentro dos parâmetros da política pública do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) e a construção de um equipamento comunitário. A atuação de assessoria técnica se deu através do acompanhamento do grupo frente a entidades relacionadas a políticas públicas que se estabeleceram no local, assim como atividades pedagógicas de discussão dos espaços que estavam sendo propostos em linguagem mais acessível. Com o golpe de estado no governo federal do Brasil e a instauração do governo Temer os recursos do PNHR destinados ao quilombo sofreram um corte, reflexo do quadro que se repetia nacionalmente, e a assessoria tomou um rumo diferente: discute-se com a comunidade possíveis soluções dentro do cenário de recursos escassos. Definiu-se que seriam realizadas casas com tecnologias alternativas, tendo como horizonte a bioconstrução assessoradas pela equipe universitária, no entanto isso se daria em um processo um tanto quanto lento devido às investigações técnicas que o núcleo universitário ainda necessitaria realizar. Nesse ínterim o quilombo conseguiu negociar com a prefeitura municipal de São Miguel do Iguçu, município no qual seu território é pertencente, para a construção de casas mínimas em tecnologia tradicional. A assessoria passou, portanto, ao papel de novamente acompanhar e auxiliar no acesso à política pública. A segunda ação de extensão será debatida no tópico seguinte.

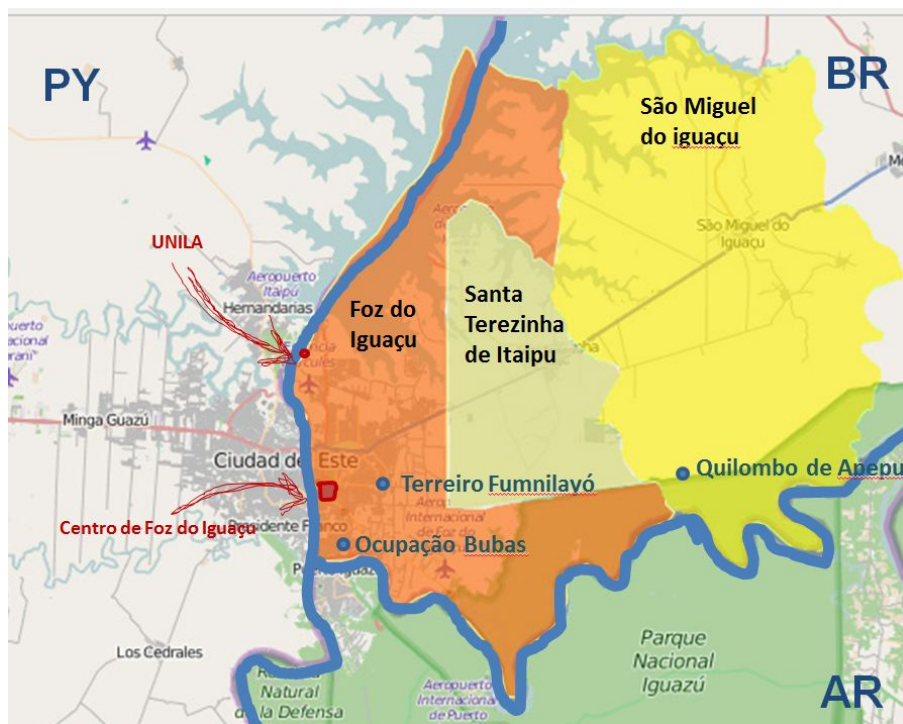


Figura 1: Mapa das ações de extensão discutidas neste trabalho

1. Assessoria Técnica de Projetos - Terreiro

A trajetória de atuação em assessoria técnica seguiu-se com mais uma demanda vinda de um grupo no qual o debate étnico racial apresenta-se como essencial, o terreiro *Ilê Asê Oju Ogun Fumnilayó*. O terreiro em questão se configura como um polo regional de cultura de resistência negra, e importante ponto de cultura cadastrado em políticas públicas. Palco histórico de manifestações relacionadas à cultura afrodescendente e a promoção de debates acerca do combate à intolerância religiosa, de raça e de orientação sexual. A babalorixá do terreiro, Mãe Marina, é uma tradicional figura política da resistência dos povos e classes oprimidas de Foz do Iguaçu. Dentro desse contexto o povo de santo do Ilê em questão tem sido alvo de diversas perseguições policiais em cultos envolvendo atividades externas, assim como tem lidado cotidianamente com diversas formas de discriminação e racismo.

Recentemente o terreiro foi alvo de uma denúncia anônima no corpo de bombeiros que os pôs em uma situação limite: Deveriam aprovar no Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná (CBPR) um Projeto de Combate contra Incêndio e Pânico ou enfrentariam uma interdição (estas exigências do Corpo de Bombeiros compõem um conjunto de trâmites para a efetiva regulamentação dos terreiros junto ao Estado e têm se tornado uma constante pelo menos desde a aprovação da Constituição de 1988). Historicamente os terreiros permaneceram na clandestinidade como forma de driblar a perseguição policial, sendo que as moradias construídas nos lotes dos terreiros funcionaram e ainda funcionam como o palco das manifestações religiosas. Isto é, o uso de edificações residenciais (geralmente dos familiares das mães e pais de santo) é o mecanismo que por muito tempo garantiu segurança à

existência dos terreiros. Recentemente, as municipalidades resolveram pressionar pela regularização destes espaços, o que para muitos terreiros é entendido como uma prática persecutória, na qual a difícil burocracia e a dinâmica de constante mudanças na edificação própria dos terreiros criaria entraves à continuidade dos mesmos. Apesar disso, algumas comunidades de terreiros avaliam que as vantagens na regularização valem a pena, por possibilitar a criação de uma entidade jurídica com CNPJ, com a vantagem de obter isenção de IPTU para templos religiosos, garantida pela Constituição, ou mesmo o acesso a verbas do Ministério da Cultura para a promoção de eventos e das atividades religiosas.

O terreiro *Ilê Asé Oju Ogun Fumnilayó* já possuía o interesse na regularização e na criação de um CNPJ para obter maior amplitude em suas ações como pólo regional de cultura de resistência negra e diante da notificação dos bombeiros resolveram buscar apoio especializado para realizar o projeto. Como ocasional em grupos e movimentos sociais de baixa renda, não havia recursos para a contratação dos profissionais requeridos. Além disso, havia muito receio por parte dos interessados em contratar profissionais que não tivessem uma relação de confiança com a comunidade do Terreiro e a sensibilidade com as suas demandas espaciais, isto é, as adequações necessárias para atendimento das exigências da legislação do corpo de bombeiros deveriam dialogar com a dinâmica de uso e organização de todo o território constituído no terreiro. Não deveriam, portanto, ferir a dinâmica espacial própria das práticas religiosas em questão. As consultas das lideranças do terreiro com alguns profissionais da construção civil revelaram uma dificuldade de compreensão desta demanda, um distanciamento da realidade cotidiana do terreiro, o que motivou que a nossa equipe de docentes do curso tenha sido contatada para assumir a demanda. A participação de alguns professores do CAU Unila, além dos autores, em projetos com temáticas afro-latinas acabou atraindo a atenção da comunidade do terreiro para encontrar uma assessoria mais afim a suas expressões culturais.



Figura 2: Levantamento Arquitetônico do Terreiro

Devido à alta complexidade técnica que um projeto de combate a incêndio e pânico possui a AT teve algumas especificidades. Estruturou-se assim a primeira atuação do LAMAU, embora esse não contasse e não conte com espaço físico. A demanda exigia reformulações, uma vez

que o tempo lento da academia deveria se adaptar à realidade que se apresentava. Firmou-se um contrato de prestação de estágio obrigatório não remunerado dentro do LAMAU, possibilitando assim que este funcionasse mais como escritório técnico, respondendo demandas comunitárias ao mesmo tempo em que insere os estudantes em demandas reais de assessoria técnica da região. Duas equipes de estagiários já passaram pelo LAMAU e o projeto de combate a incêndio e pânico foi concluído, aguardando análise do CBPR. Ao fim do contrato dos estagiários realizamos o monitoramento e avaliação dos trabalhos e temos colhido respostas muito positivas dos acadêmicos que passaram pelo laboratório. Em linhas gerais os resultados dessas avaliações do laboratório e da atuação do LAMAU pelos estudantes tem destacado o espaço como uma possibilidade muito interessante de atuar no campo de assessoria técnica amparado por profissionais da área (docentes), e que esta atuação tem ampliando o interesse do alunado nessa possibilidade de atuação profissional.

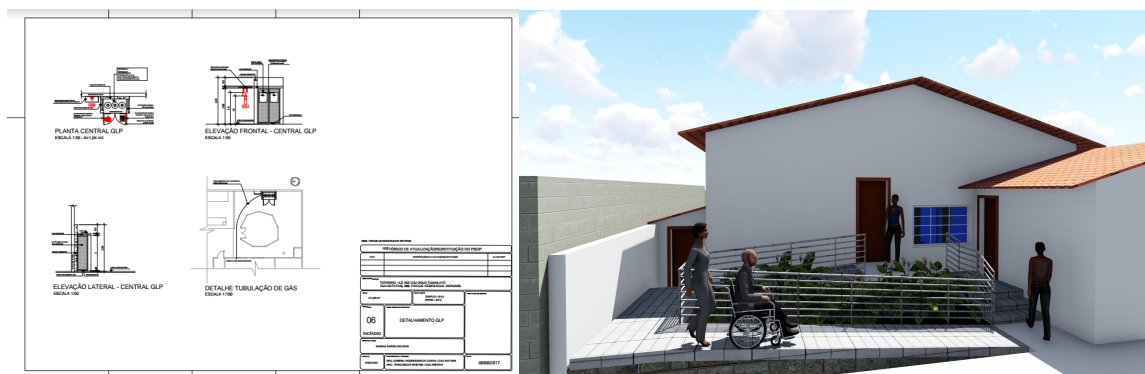


Figura 3: Projeto de Central de gás de cozinha(GLP) e rampa acessível na entrada.

Diálogos do LAMAU têm sido feitos com diversos agentes sociais da região, mirando futuras parcerias e execução de demandas visando o empoderamento de grupos contra hegemônicos em situações de opressão sistêmica. Exemplos são as atividades iniciadas recentemente na ocupação urbana Bubas, maior ocupação de terras urbanas do Paraná, em que as lideranças comunitárias estão estudando com o laboratório a assessoria para equipamentos comunitários, discutidas na seção seguinte.

Todas essas frentes de atuação esbarram em um obstáculo, muitas vezes, pouco transponível: recursos. Diante de um contexto de escassez de recursos públicos para políticas voltadas à autonomia, autogestão ou organização comunitária, muitas vezes os grupos recorrem ao auto financiamento de suas ações. Esse contexto de escassez recrudescer-se no governo Temer,

uma vez que recentemente noticiou-se por parte do governo federal que não haveria previsão de recursos para habitação de interesse social voltado à faixa de zero a três salários mínimos no orçamento de 2018 (ROLNIK, 2017). Embora o governo tenha retrocedido neste último mês em relação à proposta, há a compreensão de que recursos para HIS não serão prioritários na atual gestão.

Políticas públicas voltadas à autogestão habitacional urbana, como o caso do MCMV-E, não foram os únicos alvos de cortes. O programa Nacional de Habitação Rural, PNHR, também recebeu severos cortes, destacando-se em nosso contexto regional o corte às populações quilombolas, o que gerou um contexto de extrema carência de recursos para as demandas supracitadas. Frente a esse cenário faz-se urgente resgatar algumas noções de autonomia. Autonomia aqui é compreendido segundo o conceito de LOPES DE SOUZA (2006). Segundo o autor não existem indivíduos autônomos (livres) e sim sociedades autônomas, que permitem o verdadeiro desenvolvimento do indivíduo e sua plena participação nos processos decisórios. Autonomia é, portanto, um conceito coletivo.

2. Assessoria Técnica de Construção – Bioconstrução na ocupação Bubas

A assessoria de construção partiu do pressuposto de que os grupos assessorados não demandam apenas projetos arquitetônicos e afins, mas também a construção de edificações, sobretudo de moradias populares geralmente autoconstruídas. Ao contrário da atividade projetual cujo caráter é mais elitizado, reduto de especialistas de nível superior (arquitetos e engenheiros, principalmente) a atividade de construção faz parte da vivência e do cotidiano das populações de baixa renda, seja como experiência prática profissional adquirida pela venda da força de trabalho em empresas de construção, seja na prática informal da autoconstrução.

Em Foz do Iguaçu encontra-se a ocupação urbana Bubas, maior ocupação de terras urbanas do Paraná, desde 2013. No início de 2017 a ocupação conseguiu uma importante vitória: a decisão, em primeira instância, contrária ao pedido de reintegração de posse, impetrado pelo proprietário do terreno ocupado. A partir desta decisão, os autores estabeleceram uma nova frente de trabalho com as lideranças para atender às futuras demandas de assessoria técnica em construção, iniciando o primeiro curso-piloto no mês de agosto de 2017.

O princípio que tem guiado as intervenções das atividades de assessoria de construção neste curso-piloto foi a necessidade de suplantando a mera profissionalização e capacitação de atores (sem dúvida indispensável), almejando a socialização e construção dos saberes práticos da construção no canteiro de obras, com algum nível de autonomia em relação às técnicas e sistemas construtivos convencionais. A mera capacitação/treinamento dos atores perderia a potencialidade de promover o fortalecimento da autonomia nos grupos assessorados e contribuir com a organização coletiva em torno da construção. Ainda que de forma parcial e limitada, a autonomia que se busca em nossa experiência de assessoria não está voltada

apenas para redução de custos com materiais e mão-de-obra, mas principalmente para a construção de autonomia técnica/tecnológica. Isto é, pretendemos mostrar à(s) comunidade(s) atendida(s), durante os momentos formativos de aquisição/socialização/construção de saberes teórico-práticos, a urgência de repensar os sistemas construtivos empregados atualmente como construções sociotécnicas não-neutras, formatadas para fins de lucro e de interesses empresariais da construção civil, principalmente.

Para Andrew Feenberg (1999) as tarefas essenciais atualmente no tocante à tecnologia são a revisão cognitiva da tecnologia e a promoção da democratização tecnológica. O poder decisório sobre a produção tecnológica hoje se encontra concentrado em grandes corporações e está programada para atender interesses empresariais, seguindo uma racionalidade própria a serviço do capital. Por tal motivo, a tecnologia deve ser debatida sob uma perspectiva crítica, pois segundo Feenberg, a tecnologia é “ambivalente”. Dito de outra forma, os artefatos e sistemas podem ser projetados tanto para sustentar e reproduzir a ordem social existente como para subvertê-la e encaminhá-la em outra direção (FEENBERG, 1999: 76).

Mais especificamente com relação às tecnologias construtivas convencionais, cabe resgatar a reflexão de Sérgio Ferro (FERRO, 1979) sobre as relações de produção no campo da construção civil e de (SANTOS, 2008) sobre a história da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia no Brasil, algo sem paralelo em outros países. Ambos autores revelam, cada um a sua maneira, que por trás da conveniência do uso deste material nas circunstâncias brasileiras, entendida amplamente como processo natural, esconde-se o fato de que esta hegemonia foi fruto de inúmeros fatores que vão desde os currículos dos cursos de arquitetura e engenharia civil, da organização profissional, até as normas técnicas e uma intensa campanha publicitária, ao longo de décadas, que contribuíram para aumentar a defasagem entre prática construtiva e conhecimento técnico, desqualificando os trabalhadores da construção. É necessário, portanto, pensar na reprogramação tecnológica da construção civil. Em nossas atividades de assessoria pretendemos mostrar aos moradores participantes que a autonomia técnica/tecnológica deve necessariamente rever e repensar a naturalidade dos sistemas construtivos convencionais e a forma manufatureira de construção, e o papel que têm desempenhado na desqualificação dos trabalhadores da construção e no desenho da cadeia produtiva da construção civil.

Desta forma, começamos a somar em nosso repertório de soluções técnicas comumente denominadas de “bioconstrução”, entendidas como sinônimo de construção com materiais naturais, sobretudo as técnicas e tecnologias de construção em terra crua, capazes de estimular um circuito alternativo de organização e divisão do trabalho. Tendo como suporte investigações tecnológicas que ocorrem paralelamente à resposta às demandas populares emergentes⁵³ o curso em desenvolvimento no Bubas já aborda tais técnicas, realizando

⁵³ Como resultados parciais destas investigações destacamos: a caracterização do solo da região pelo método empírico de NEVES (2005), muito útil para o entendimento de princípios da

fundações em solo cimento (finalizado) e paredes em taipa de pilão (a iniciar), conforme figura 4 e 5:



Figura 4: Etapas de produção da fundação em solo cimento



Figura 5: Forma Taipa de pilão e execução de teste na Unila

Para todas as possibilidades que essa investigação tecnológica desvela, existe demanda entre os grupos assessorados para o uso das técnicas. O interesse dos grupos tem se revelado, sobretudo, devido à independência financeira que a construção em terra crua possibilita, envolvendo a não ligação a agentes da construção civil, à rede industrial de materiais, à dependência de recursos externos para a realização das obras demandadas. Acresce-se a isso o fato de que a ocupação é, necessariamente, uma condição provisória de moradia para a qual as técnicas alternativas se tornam mais adequadas, uma vez que o morador não necessariamente permanecerá morando ali naquele local (seja por uma eventual reintegração de posse, seja pelas possíveis mudanças causadas pelo planejamento urbano definitivo do bairro após a vitória na justiça).

construção com terra crua; a realização de protótipos de técnicas de terra mais adequadas ao solo da região; a formatação de cursos voltados à bioconstrução – estes últimos ligados essencialmente ao LAPRAU após seu maior desenvolvimento.

Com o quadro apresentado esperamos contribuir para: O fortalecimento da temática da assessoria técnica no ensino local e no vínculo com os agentes sociais da tríplice fronteira. A maior afirmação da autonomia e empoderamento dos assessorados com um diálogo de saberes.

Referências:

FEENBERG, A. **Questioning Technology**. Nova York, Routledge, 1999.

FERRO, Sérgio. **Arquitetura e Trabalho Livre**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

NEVES, Célia et al. Seleção de solos e métodos de controle na construção com terra—práticas de campo. **PROTERRA/CYTED, IV SIACOT/III ATP**, 2005.

ROLNIK, Raquel. **Governo propõe zero reais para moradia popular em 2018**. Set. 2017.

Disponível em: <<https://raquelrolnik.wordpress.com/2017/09/18/governo-propoe-zero-reais-para-moradia-popular-em-2018/>>. Acesso em: 20 out. 2017

SANTOS, Roberto Eustáquio dos. **A Armação do concreto no Brasil. História da difusão da tecnologia do concreto armado e da construção de sua hegemonia**. Belo Horizonte: Tese doutorado UFMG, 2008.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Bertrand Brasil, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO AMERICANA. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. Foz do Iguaçu, 2014.

HÁBITOS DE VIVIR Y CONSTRUIR DEL PUEBLO INDÍGENA CHIQUITANO DEL DEPARTAMENTO DE SANTA CRUZ, BOLIVIA⁵⁴

Roger A. Hoyos Ramallo⁵⁵ y Miriam Chugar Zubieta⁵⁶

1. Introducción

El verdadero nombre de los indígenas chiquitanos era *tovasicoci*, sin embargo los guaraní-hablantes de la región les denominaban de “*tapuy-miri*”, “*miri*” significa “chiquito” en guaraní, de esa forma los primeros habitantes cruceños⁵⁷ adoptaron ese término para llamarlos a este grupo minoritario de indígenas. El término “chiquitano” es la forma actual del nombre “chiquito”, el que era utilizado durante la Colonia.

Los indígenas chiquitanos habitaban territorios localizados en el centro del departamento de Santa Cruz, donde fue fundada la primera ciudad de Santa Cruz de la Sierra, es decir que los “*tapuy-miri*” no estaban asentados en la actual provincia Chiquitos, vivían cerca a estas tierras. (COMBÉS, apud CASANOVA, 2010).

Los chiquitos eran enemigos de los primeros habitantes cruceños, al extremo que sostuvieron con éxito una cruenta batalla en contra de su fundador, haciéndose temibles, ante los españoles como para otros grupos de indígenas. Existe poca información sobre su cultura, porque no fueron reducidos por los primeros conquistadores. Probablemente fueron seminómadas, se sabe que desarrollaban actividades de caza y la producción agrícola para su subsistencia.

Al igual que los demás indígenas de la región, los chiquitos estuvieron expuestos a las cacerías de esclavos por los cruceños y de los cazadores de esclavos brasileños. Esa situación impulsó al pedido de auxilio a los padres jesuitas que fueron llegando a partir de 1675. Los jesuitas fueron fundando varios pueblos, para evangelizar. “El fundar cada pueblo significaba la unión de varias comunidades, cada una de las cuales contaba con sus propias autoridades, idioma y religión”. (RUÍZ, 1998).

La primera misión jesuítica fundada en la Chiquitanía fue San Javier, en 1660, posteriormente fueron fundadas: San Rafael (1695), San José (1697), San Juan de Bautista (1699), Concepción de la Virgen María (1709), San Miguel (1721), San Ignacio (1748), Santiago (1754), Santa Ana (1755) y Santo Corazón de Jesús en 1760, marcando el inicio de casi un siglo de evangelización.

Las misiones jesuíticas lograron que los chiquitanos adoptasen nuevas formas de trabajo a partir de la implementación de oficios artesanales, la agricultura y la ganadería. La unificación lingüística en las reducciones y la construcción de una cultura chiquitana casi homogénea aún

⁵⁴ GT: Hábitos de morar y de construir en el contexto Latino-americano.

⁵⁵ Integrante de la Sociedad de Investigación Científica Estudiantil de Arquitectura - SICEA, de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, regional Santa Cruz. rogerhoyos1803@gmail.com

⁵⁶ Profa., orientadora y coordinadora de la SICEA de la Universidad Católica Boliviana “San Pablo”, regional Santa Cruz. imchz.ufrrj@gmail.com

⁵⁷ Gentilicio del habitante nacido en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra.

permanece, imponiendo como lengua única uno de los dialectos chiquitos, conocido como *bésiro*.

Cuando fueron expulsados los jesuitas, gran parte de la sociedad chiquitana ya estaba consolidada, sin embargo, muchos pobladores huyeron del pueblo buscando su origen y su propia historia. La política misional de la etapa post-jesuítica se limitó a conservar los diez pueblos que ya estaban formados. En 1768 la población llegaba a 19.981 habitantes aproximadamente. En 1830 la población disminuyó a 15.316 habitantes, el descenso de la población probablemente se debe a las epidemias y el hambre de los últimos años del gobierno, además de los continuos enfrentamientos por la independencia.

En la década de los 30 del s. XX, se originó un avasallamiento de los territorios chiquitanos por empresarios y pobladores cruceños, desplazando a la población chiquitana y dejándolos en condiciones de trabajadores o pongos⁵⁸. En 1952 con la promulgación de la Ley de la Reforma Agraria, la cual otorgaba porciones de tierras a indígenas y campesino para su subsistencia, bajo el lema “la tierra es de quien la trabaja”, dicho beneficio no llegó a los pueblos indígenas del oriente boliviano. Recién en 1980, con la constitución de la CIDOB⁵⁹, se inició un proceso de reivindicación de los derechos de los pueblos indígenas del oriente boliviano.

Actualmente el pueblo chiquitano está representado por la Organización Indígena Chiquitana (OICH), conformado con doce asociaciones de cabildos y organizaciones afiliadas. Sus autoridades son los caciques y su organización política es el cabildo, instancia de origen colonial, este sistema aún se mantiene en algunas comunidades. Los caciques responden a la autoridad del alcalde político, pero también cumplen la función comunal en la administración de la justicia.

La economía del pueblo chiquitanos siempre fue de subsistencia, a través de pequeños cultivos, la caza y la pesca para el autoconsumo. Su forma de cultivo es mediante el *chaqueo*, el mismo que consiste en el corte de arbustos y su posterior quema, luego siembran maíz, maní, arroz, yuca, frejol, plátano, camote, caña de azúcar, café y algunas hortalizas. La ganadería en pequeña escala, también recolectan miel y productos vegetales silvestres.

En la actualidad aprovechan los bosques por sus recursos de madera, palmeras, plantas medicinales, plantas utilizadas como tinte de sus tejidos, madera de construcción para sus viviendas, combustible, flores, hojas para mate y té, etc. Esta explotación de los recursos naturales se ve regulada por la relación que tienen con la naturaleza y el respeto hacia ella. De acuerdo a sus creencias, seres sobrenaturales como el *jichi*⁶⁰ son los responsables de proteger la flora, la fauna y el aprovisionamiento de agua.

Los roles de trabajo tanto de las mujeres como de los hombres están bien delimitados, los hombres trabajan en el chaco y las mujeres se dedican a la artesanía⁶¹ y labores domésticas, en ocasiones, acompañan a su pareja al chaco para ayudar a, sembrar, cosechar o hacer

⁵⁸ Indígena que sirve en una finca a cambio del permiso del propietario para sembrar una porción de tierra.

⁵⁹ Central de Pueblos y Comunidades Indígenas del Oriente Boliviano (Chiquitanos, Ayoreos, Guarayos, Guaranís).

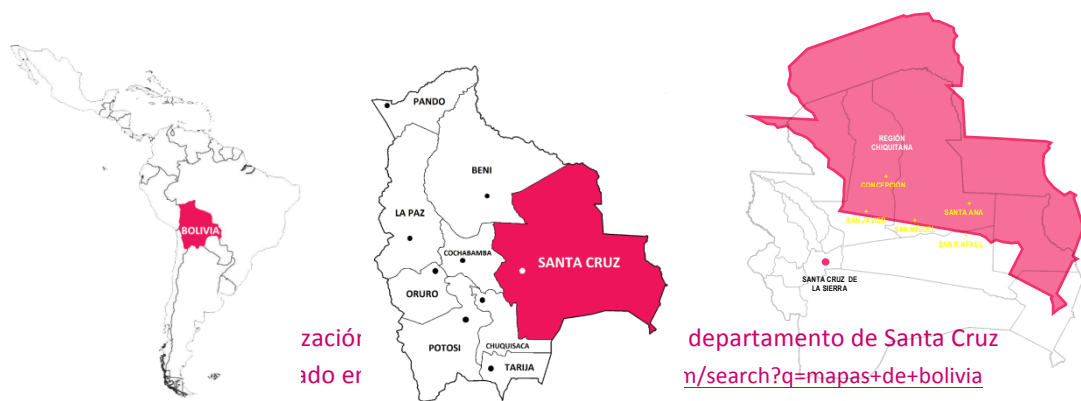
⁶⁰ Ser mitológico de los pueblos indígenas de tierras bajas de Bolivia.

⁶¹ En tejidos.

limpieza, ellas recogen la leña para el fuego de la cocina y el agua para el uso de la familia. Antiguamente los caciques podían tener más de una esposa, actualmente aún se puede ver familias extensas.

2. Localización geográfica

El pueblo chiquitano se encuentran asentados en las llanuras cubiertas de pastos, suelos rocosos (granito, cuarzo) y bosques, a 600 msnm, en el territorio de la Gran Chiquitanía, del departamento de Santa Cruz, Bolivia. Limita al Norte con el departamento del Beni, al Sur con la provincia Cordillera y la República del Paraguay, al Este con la República del Brasil y al Oeste con las provincias Guarayos y los valles meso-térmicos. Presenta un clima templado a cálido, con vientos predominantes del Norte. Según el Instituto Nacional de Estadística (INE, 2012), cuenta con 145.653 habitantes. (PDHVS-GDB, 2014: 10).



3. Objetivos

El presente artículo tiene como objetivo analizar las formas de vivir y construir del pueblo indígena chiquitano, del departamento de Santa Cruz, Bolivia, con el propósito de conocer la tipología de vivienda y sus técnicas constructivas ancestrales, como parte del patrimonio histórico de la región.

4. Metodología

La metodología se fundamenta en el método de observación y análisis del recorte en estudio. El trabajo fue desarrollado en dos fases: de observación directa, realizada a partir del levantamiento de campo de dos estudios de caso, las Comunidades de San Antonio de Lomerio y Qituquiña; y observación indirecta realizada a través de la investigación bibliográfica para identificar los aspectos históricos. Fueron realizadas visitas de observación, levantamiento físico y registro fotográfico, además de verificar los aspectos relativos a la apropiación de los espacios. Posteriormente, fue realizado la sistematización y el análisis del contenido de las informaciones obtenidas.

5. Evolución histórica

5.1 Periodo Pre-misional

El memorial del Procurador General Padre Burgés, enviado al Rey el año 1702, indicaba lo siguiente:

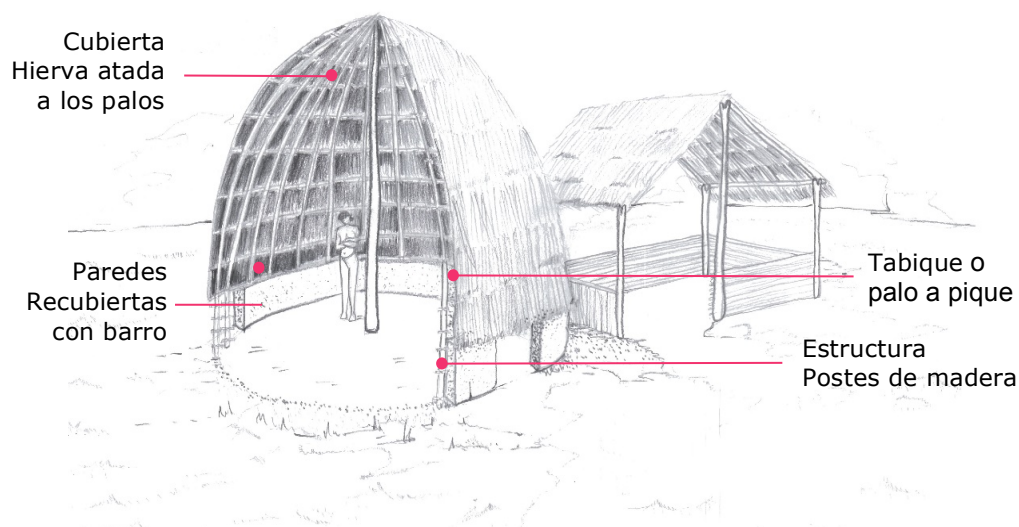
Sus cabañas son de paja, hecha a manera de hornos: su puerta es tan pequeña, y baja, que no se puede entrar por ella sino arrastrándose sobre el suelo; y por eso los españoles los han llamado Chiquitos. Dicen, que sus puertas se hacen tan bajas, para liberarse de los mosquitos, que los incomodan mucho en el tiempo de las lluvias. (QUEREJAZU, 1995: 514).

Mientras que el Padre Fernández, en su historia de Chiquitos de 1726, decía:

Viven pocos juntos, como República sin cabeza, en que cada uno es señor de sí mismo, y por cualquier ligero disgusto, se aparta unos de otros. Las casas no son más que unas cabañas de paja dentro de los bosques, una junta a otra, sin algún orden, o distinción (...). (QUEREJAZU, 1995: 516).

El Padre Eder (1727-1772), al respecto de la vivienda explicaba que su tipología de vivienda se basaba en una planta circular de 4 a 5 varas de diámetro, aproximadamente 4 m; con cubierta en forma de cúpula del mismo largo que su ancho, al lado se ubicaba una cocina de planta cuadrada de menor altura; con una estructura de postes de madera enterrados, con tabiques y vigas; con cubierta de hierba atada a palos, al igual que su puerta, mientras que sus paredes recubiertas en barro, llegaban a una vara de altura o 0,835m.

En la casa vivían familias constituidas con hasta doce personas. Cuando los jóvenes llegaban a la edad de catorce a quince años, no podían vivir más en la choza de sus padres, eran trasladados a casas más grandes de la misma tipología, construidos con maderas más gruesas para sostenerlas.



Sus creencias se basaban en los “jichis”, los cuales vigilaban para que el hombre no destruya su propio medio ambiente. Sus festividades, eran realizadas con música y bailes. Su repertorio musical respondía a severos ritos que honraban a personajes divinos y también humanos. (QUEREJAZU, 1995: 666).

5.2 Periodo Misional

Según Fabiola Rodríguez, H. (s/año), con referencia de la llegada de los españoles a la región, “inicialmente los Jesuitas fueron ganando la confianza de los indios por medio de presentes, como comida, vestido, etc. Una vez ganada la confianza comienza el proceso de evangelización”. Para los misioneros significaba un gran desafío construir una ciudad misional en medio de la nada, “construyeron inicialmente su vivienda y la iglesia con barro, madera y paja, materiales tradicionales con los que los indios construían sus habitáculos”. (RODRÍGUEZ, s/año: 4).

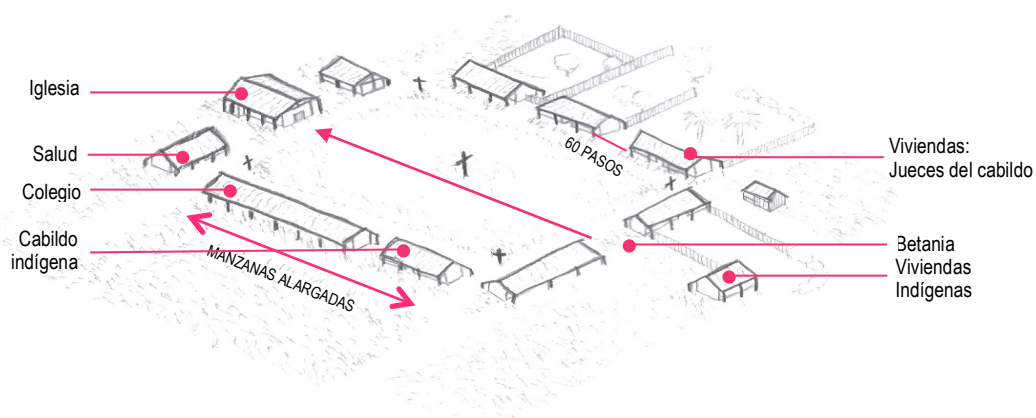
Durante el siglo XVI, con la llegada de los evangelizadores se originan Los primeros contactos con la etnia chiquitana. Cada misión estaba conformada por los jesuitas, diferentes pueblos indígenas, denominados también “parcialidades”, caciques y autoridades.

5.2.1 Trazado Urbano

El trazado urbano estaba conformada en manzanas alargadas que ocupaban tres frentes de la plaza, estratificados según su aproximación a la plaza, primero estaban los jueces del cabildo y después los demás indígenas. Especialmente, las viviendas estaban separadas entre sí por unos 60 pasos para evitar peligros de incendio, y los edificios considerados por los jesuitas importantes como la iglesia, salud y educación, estaban sectorizados, además de la plaza, que cumplía la función de centro cívico religioso. (RODRÍGUEZ, s/año: 9). El pueblo se situaba alrededor de la plaza central, en torno a la cual estaban localizados entre otros edificios importantes las casas de indios, el templo y el cabildo indígena⁶².

El conjunto religioso, estaba conformado por una pequeña capilla denominada “Betania”, que se conecta con la plaza, encontrándose con la cruz central en la misma dirección del patio principal de la Iglesia. (QUEREJAZU, 1995: 517). Se trataba de una capilla abierta, dispuestas para velar a los difuntos. Para Hans Roth (s/fecha), estas constituyen “el punto extremo del eje regulador que termina pasando por el centro de la plaza”, utilizadas como punto iniciativo de la procesión del Domingo de Ramos. (Roth, s/fecha).

Cada familia ocupaba una habitación, las viviendas estaban en fileras agrupadas de 7 a 12 unidades. Se pueden contar ocho líneas paralelas de casas, con espacios comunes en ambos lados de las viviendas, sin cercados. Según Querejazu (1995), esas casas representan las “manzanas alargadas, dispuestas en calles longitudinales” (QUEREJAZU, 1995: 514).



⁶² Agrupaba a los diferentes servidores del pueblo como su corregidor, cacique, alférez, fiscal, entre otros.

FIGURA 03: Trazado Urbano Misional

FUENTE: Diseño del autor

La cultura chiquitana está estrechamente ligada con la estructura urbana de la misión a partir de dos ejes que dividen el área urbana: uno longitudinal y otro transversal. Entre ambos delimitan un espacio sagrado o religioso, y otro donde generalmente se concentraba la población. En el centro se encontraba la plaza con una capilla, como acceso principal al pueblo (CASANOVA apud APCOB, 2006).



FIGURA 04: Plaza con cruz central en San José Obrero

FUENTE: Foto del autor, 2017

5.2.2 Arquitectura Religiosa

Las iglesias eran construidas con estructura de madera, y muros de piedra de simple cerramiento, con columnas destacadas por sus expresivos tratamientos, de tipo salomónico y la presencia masiva de la pintura mural. En otros templos se utilizaron materiales propios del lugar, como la cal, ladrillo y piedra, consecuentemente se fueron modificando las concepciones espaciales y las posibilidades expresivas de la arquitectura jesuítica de la región.

5.2.3 Tipología de vivienda

La vivienda original era configurada en fileras de casas con galería, muy usual en los pueblos indígenas de la región paraguaya y del oriente boliviano. La vivienda misional chiquitana presenta dos tipologías: vivienda con doble corredor y vivienda con punilla.

6. Estudios de Casos:

El estudio de casos fue realizado en las comunidades de San José Obrero, localizado en el Municipio de San Antonio de Lomerío y Quitupiña, localizado en el Municipio de San José de Chiquitos. (Vide Fig. 4).

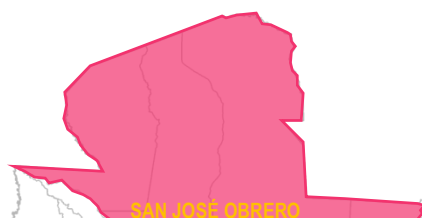


FIGURA 05: Localización de las comunidades en la región Chiquitana
FUENTE: Elaborado en base a <https://www.google.com/search?q=mapas+de+bolivia>.

6.1 Comunidad San José Obrero

En la Comunidad de San José Obrero fueron asentados etnias nativas *Monkox Chiquitano*. Es una de las pocas comunidades chiquitanas que aún mantiene la tipología de vivienda con punilla. Presenta planta rectangular de 6 x 4 m, y 4,5 a 5,5 m. de alto, con una puerta lateral bajo el alero, cerramientos de aproximadamente 1 vara de alto, es decir 0,835m que bordean la punilla o atrio. En la actualidad la cocina y letrina se encuentran separadas de la vivienda, por seguridad. Antiguamente se preparaba la comida dentro de la vivienda, y el humo del fuego combatía las moscas, mosquitas, vinchucas y reptiles. (QUEREJAZU, 1995).

Esta tipología de vivienda, mantiene relación con la punilla o atrio de la iglesia misional. Existen viviendas de una punilla en uno de los lados, o viviendas con dos punillas en ambos lados de la habitación, de acuerdo con en algunos autores algunas viviendas presentaban la punilla en la parte central de la vivienda, dando acceso a dos cuartos, uno a cada lado. La punilla, es un espacio utilizado como, cocina, comedor, o área de estar.

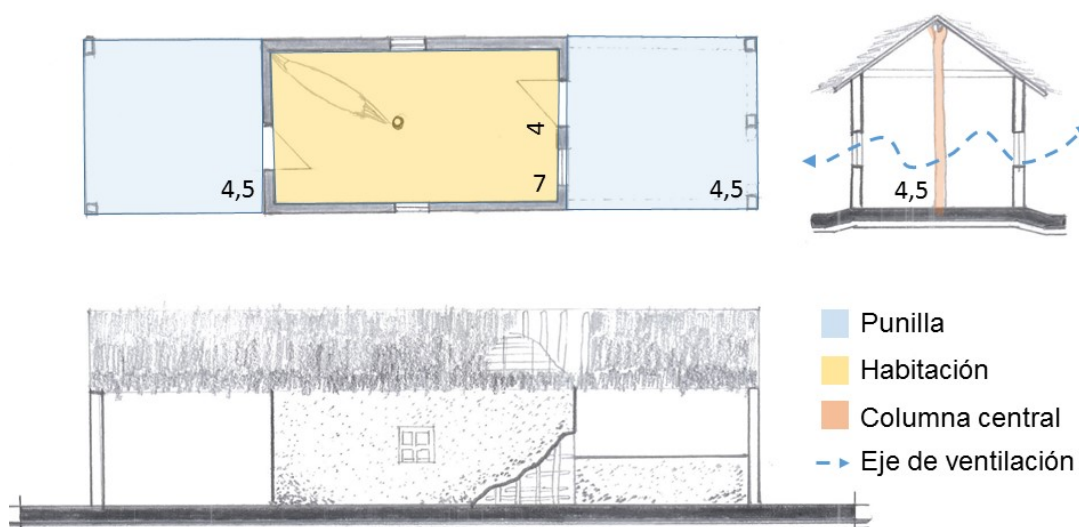


FIGURA 06: Tipología de vivienda con punilla
FUENTE: Diseño del autor



La habitación no tenía muebles, era utilizado para realizar diferentes actividades durante el día, como sentarse y trabajar; los utensilios, la ropa y las herramientas eran colgados en el techo. En la columna central y una esquina de las paredes, colgaban la hamaca para dormir por la noche. (QUEREJAZU, 1995, 517).

6.2 Comunidad de Quitoquiña

En la comunidad de Quitoquiña las viviendas estaban constituidas en hileras de cinco o diez habitaciones, una para cada familia. Esta tipología era sencilla, de forma rectangular, de siete u ocho varas de alto, aproximadamente 6,25 m, con doble corredor y cubierta a dos aguas, con caídas a cada lado de las punillas.

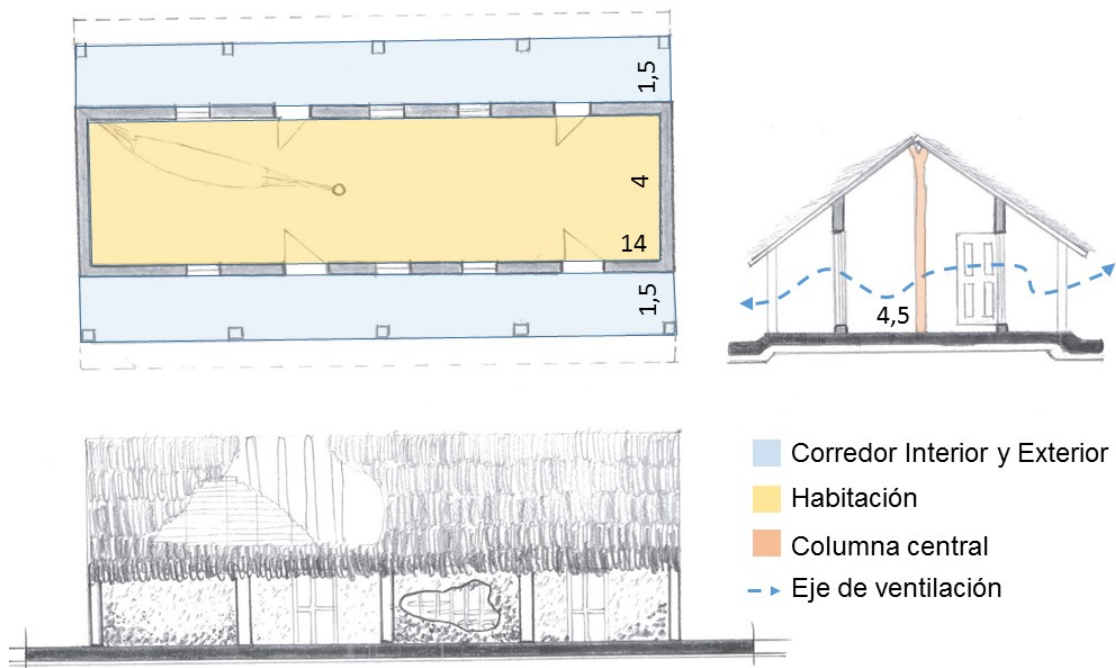


FIGURA 08: Tipología de vivienda con doble corredor
FUENTE: Diseño del autor

Esta tipología permite que las habitaciones tengan doble orientación y ventilación, proporcionando protección a las adversas condiciones climáticas, se caracteriza por la presencia de horcones de madera en los corredores de ambos lados, además cuenta con un banco junto a la pared transversal ofreciendo el aspecto de amplitud espacial.



FIGURA 09: Vivienda con doble punilla
FUENTE: Foto del autor, 2017

6.3 Materiales y Sistemas Constructivos

La vivienda era construida con materiales extraídos del propio hábitat, con cerramientos de tabique, denominado comúnmente como “palo a pique”, que consistían en puntales y parantes de madera *cuchi* enterrados en los cuatro ángulos, y dos en el centro de la pared frontal y posterior, en la cual se realiza el encañado de *guapá*, posteriormente son rellenados con barro. La cubierta era construida con vigas y tijeras también de madera *cuchi*, asentadas con un entramado de *guapá* y atados con *güembé*. La cubierta de la vivienda con punilla tiene un entretecho armado con malla de gallinero, paja y estuco, la cual es revestida con palma u hojas de *motacú*.

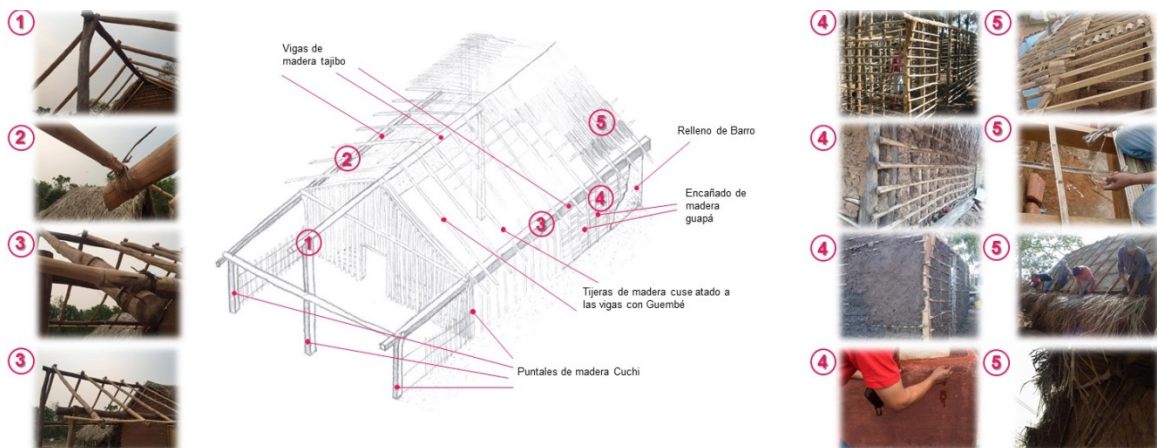


FIGURA 10: Materiales y técnicas constructivas
FUENTE: Diseño y fotos del autor, 2017

Los muros son enlucidos con barro, luego revocados con mezcla de *cutusepe* y bosta de ganado denominado *umbaca*, ambos son utilizados como aglutinantes, posteriormente son

revocados con cal. Las aberturas de puertas y ventanas eran construidas de los mismos puntales remarcados y atados a las cañas o guapa con guembé. Estos materiales utilizados exigen ser reemplazados en un periodo de 10 a 50 años. Las puertas y ventanas son de carpintería de madera, fabricados de forma artesanal. Las puertas son dos a cuatro hojas, y las ventanas llevan balaustres.



7. Conclusiones y consideraciones finales

Pocas comunidades indígenas aún mantienen la tipología original de la vivienda, a pesar del tiempo transcurrido. Sin embargo, en la actualidad, muchas de estas viviendas se encuentran en estado de deterioro, por tanto, se recomienda una intervención inmediata de las viviendas que se encuentran en estado físico precario, de acuerdo al requerimiento de cada unidad habitacional, ya sea en los aspectos estructurales como cambio de techo y mejoramiento de paredes, incluyendo revoque interior y exterior, y colocado de pisos, con el propósito de mantener la identidad del lugar y preservar para las futuras generaciones, antes de que se pierda el patrimonio auténtico de los pueblos indígenas chiquitanos, inclusive porque la región fue declarada patrimonio de la humanidad por la UNESCO.

Referencias Bibliográficas:

ALGARAÑAZ, Gisbert. *PROPUESTA: VIVIENDA TIPO COLONIAL: URBANA Y RURAL Provincia de Ñuflo de Chávez*. Bolivia, 2010.

CASANOVA, N.; GARCÍA, I.; GUTIÉRREZ, J. C. y AEGUAZU, D. *NUNCA NOS FUIMOS: Diagnostico sobre la situación socioeconómica de la población ayorea, chiquitana, gurani, guaraya, yuracaré y mojeña en la ciudad de Santa Cruz de la Sierra*. Santa Cruz: APCOB, 2014.

EDUCA. *Los Chiquitanos*. Disponible em: <<http://www.educa.com.bo/etnias/los-chiquitanos>>.

COIMBRA, Gonzalo. *Desarrollo humano sostenible en las misiones jesuíticas de Chiquitos, Bolivia: el caso del municipio de Concepción*. CEPAD, s/año.

GOBIERNO AUTÓNOMO DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ. *PLAN DEPARTAMENTAL DEL HÁBITAT Y VIVIENDA SOCIAL*. Santa Cruz, 2014.

GOBIERNO AUTÓNOMO DEPARTAMENTAL DE SANTA CRUZ. *MUNICIPIO SAN ANTONIO DE LOMERIO. Pueblo Reducto de las Misiones Jesuíticas y Joya Escondida de Chiquitos*. Quinta Sección Municipal de la provincia Ñuflo de Chavez. Disponible em: <http://www.santacruz.gob.bo/sczturistica/nuflodechavez_municipios_lomerio_datos/30000301>.

RODRÍGUEZ, Fabiola. *Misiones Jesuitas de Chiquitos. La utopía del reino de Dios en la tierra*. Tesis (Maestría en Teoría y Práctica del Proyecto Arquitectónico). s/año.

RUÍZ, Juan Carlos. *La Utopía Misional es Nuestra: Colegio de Arquitectos de Santa Cruz*. Santa Cruz de la Sierra: EL PAÍS, 1998.

QUEJERAZU, Pedro. *Las Misiones Jesuíticas de Chiquitos*. La Paz: Fundación BHN, 1995.

LA CASA INDÍGENA DE LOS URU CHIPAYAS

CONOCIMIENTO ANCESTRAL, ORGANIZACIÓN SOCIO-ESPACIAL Y ARQUITECTURA ANDINA

*Victor Hugo Quispe Poma*⁶³

Orientadora: Dra. Celine Verissimo

INTRODUCCIÓN:

Para conocer lo que es Bolivia andino y así centrarnos más a lo que es la cultura Uru Chipaya, entraremos al altiplano andino donde las comunidades indígenas están esparcidas, formalmente tienen una vida diferente a los que uno conoce, aunque lo más resaltante de todo eso es su forma de construcción de sus propias casas que se integra a través de conocimientos ancestrales con la naturaleza, una cultura milenaria con sus características únicas como se podría mencionar: idioma, sus costumbres, vestimentas, su arquitectura, y sus creencias.

Su nombre ancestral era Qna Soñi que en su propio idioma Uru significa **hombres del agua**, por la profunda relación que tienen con el río Lauca (ritual, agricultura y organización social). Sus vecinos Aymaras, los denominaban “Chipatas” por sus casitas Wayllicha (casa construida con tepes pero con techo de paja) que estaban chipados con Qaru (cordel o sogá hecho de paja brava). Entonces los aimaras los llamaban Chipatas dándole un significado como atados, trenzados, posteriormente se castellanizó con el nombre Uru Chipaya.

OBJETIVO:

Esta investigación es desarrollada para hacer conocer la Casa Indígena Uru Chipaya, traer el conocimiento de las tipologías constructivas, sus utilidades, su ubicación y la organización espacial de la comunidad Chipaya, que se debe valorar y respetar. Es una forma de difundir el conocimiento de esa cultura milenaria que poco a poco va desapareciendo y uno de los muchos problemas que se perciben es la migración campo-ciudad como resultado tenemos la desintegración social, pérdida de identidad y de valores culturales.

METODOLOGÍA:

Primero desarrollaremos de una forma más comprensible lo que es la identidad indígena, posteriormente nos centraremos en la cultura de los Uru Chipayas denominados los hombres del agua, indicaremos de cómo se organizaban socialmente, también sobre sus creencias

⁶³ Estudiante de la Universidad Federal de Integración Latino-Americana (UNILA), huquispo.7000@gmail.com

ancestrales que siguen llevando consigo hasta la actualidad, pero que poco a poco se va perdiendo a causa de la migraciones del pueblo a la ciudad. Trataremos de como los indígenas desarrollaron su propio habitad, con los materiales del local, utilizando sus propias técnicas constructivas, las formas como se construían, y la organización espacial muy acuerdo a las necesidades y que esta cultura se transmitía de generación en generación al pasar de los años. Se dice que las tecnologías constructivas indígenas son las que más conectadas están con la naturaleza porque conviven con ellas.

1 Situación Geográfica:

Los uru chipayas habitan en Santa Ana de Chipaya que es la tercera sección de la provincia Sabaya (antiguamente se llamaba provincia Atahualpa), en el departamento de Oruro ubicado al suroeste de Bolivia y que la misma está en el centro de América del sur.

El terreno Situado en medio de las dos cordilleras de los andes: occidental y oriental, el terreno es una planicie altiplánica que está rodeada por cerros y volcanes que se encuentra ríos, vientos y los suelos salinos que está a unos 3000 metros sobre el nivel del mar, con un clima frio donde la temperatura varia de 30 °C a -5° C.

Limita al norte con la provincia litoral; al sur con el salar de Coipasa; al este con la provincia Caranga y Ladislao Cabrera; y por el oeste con la provincia sabaya (Muñoz-Lázaro, 2014).

2 Origen de los Uru Chipayas:

Según informaciones retiradas del libro proporcionado por el ministerio de educación de Bolivia los Uru Chipayas son herederos de la cultura denominada los “URUS”. Se considera que su antigüedad tiene un margen aproximado de entre 1.500 a 2.000 años antes de Cristo (Ministerio de educación, 2010).

Según Mito contada por sus abuelos, los Uru Chipaya son descendientes de los Urus y que el mismo es descendiente de los Chullpas que son las antiguas casas, que habrían existido antes del diluvio universal. Entonces los Urus difundieron que antes todo era oscuro y que sus ancestros realizaban sus actividades con la luz de la luna antes que haya aparecido iluminación solar. (Muñoz-Lázaro, 2014), (Jordán, 2011), (Bejarano, 2008)

3 Identidad:

Los Uru Chipayas se caracteriza: por su organización social, que están organizado en ayllus que son grupos encabezados por su Jilakata que es la autoridad al cual se considera también como el padre que vela por todo el grupo social; su arquitectura, que representa su cultura desde sus ancestros, aplicando sus técnicas del trenzado de las pajas para la cobertura y retirando bloques de tierras para sus paredes; su lengua originario que es el Chipaya y por el manejo del agua que aún siguen conservando.

3.1 Organización Social:

Según las investigaciones realizadas los uru chipaya están organizados por Ayllus Manasaya, Aransaya, Wistrullani y Union Barras. Cada Ayllu (grupo social) se va organizando encabezado por sus Jilakatas que son autoridades originarias.

Son los Jilakatas que definen las fechas en que se realizan el manejo del agua, ya sea para la canalización, construcción de diques, para la distribución del agua, lameo, empozando de aguas para recuperar el terreno salinoso para el rebrote de los pastos, para la agricultura. (MUÑOZ-LÁZARO, 2014, pág.8).

Para la construcción de las casas, aplicaban la ley indígena, que es el Ayni, significa “que se deben ayudar mutuamente. Las veces se reúnen en grupos porque el trabajo individual para la construcción de una casa es muy difícil, entonces trabajaban de manera conjunta construyendo su casa y cuando otra persona del grupo que quiera construir, también debe ayudarle”.

Los Urus Chipayas respetan a sus autoridades porque ellos mismos lo nombran para mantener las relaciones entre los que habitan en la comunidad, la repartición de semillas y territorios es de forma ordenada, disciplinada y equitativa. Primero se prepara el terreno con un año de anticipación realizando el lavado para desalinizar el terreno que se realizan en junio. Para tiempos de siembra la repartición de lotes para la siembra es por familia, este beneficio es anualmente, esta actividad comienza en el mes de septiembre.

3.2 Economía:

Desde su origen como herencia de los Urus, su economía se basaba en la pesca, caza y la recolección de huevos del ave Pariwana que es una especie de flamenco andino que simplemente era para la subsistencia familiar. Posteriormente hasta hoy en la actualidad se dedican a la producción Agrícola y a la ganadería:

- En agricultura producían los cereales cañahua, quinua y uno de los tubérculos que es la papa que son primordiales para su alimentación. La quinua parece ser el único producto que sale al comercio.
- En la ganadería crían ovejas, llamas y cerdos. Dónde sacan productos como el queso, la lana, y la carne.
- Artesanía, como la venta de textiles y canastos de paja.
- Extracción de la sal común del salar de Coipasa.

4 Pueblos rivales, la colonización y la evolución del territorio Chipaya

Según Gutierrez, en el siglo XVI existían dos asentamientos en territorio orureño (Oruro), donde los primeros habitantes fueron los Urus posteriormente se presentaron los Collas, donde terminaron siendo desalojados, y vencidos tuvieron que escapar de su dominio, es por eso que los urus se dividieron en tres: Uru Iruhito, Uru Murato y Uru Chipaya. De la Zerda define que a mediados del siglo XVII, se encontraban 300 habitantes Urus que se encontraban alrededor lago Coipasa donde solo vivían de la caza y la pesca.

En el siglo XX se vino el dominio aimara con el que estaba sucediendo que los urus se mezclen y perdieran su identidad. Así que entonces sucede una lucha de liberación del dominio aimara

asentándose actualmente en el salar de coipasa y gran parte de los ríos Laca Jahuirá, Lauca, Barras y Todos Santos. (BEJARANO, 2008).

En el periodo de colonización, entre los años 1573 a 1575 el virrey Francisco Toledo realizó una expedición que llegó a Bolivia y Perú (antiguamente se le llamaba alto Perú y bajo Perú).

Se trataba de una profunda reorganización de la estructura colonial, con un sistema extractivista que consistía en la obligatoriedad del pago de un Tributo de los pueblos indígenas, basado en la Tasa o Censo clasificatorio del número de habitantes y la clase de productos que podían y debían tributar a la colonia. El tributo indígena podía ser en especie: textiles, coca, productos agrícolas y ganaderos, o monedas de plata sellada, según las diferentes circunstancias y posibilidades de los indios. (JORDÁN, 2011, pág. 122).

5 Casa Indígena Uru chipaya:

Para empezar la obra se realiza una Challa, que es una ceremonia donde se le hecha alcohol y se entierra coca para alimentar a la Pachamama o madre tierra y también pidiendo permiso para la construcción de sus casas, a los Mallkus que en su propio idioma son espíritus que los ampara y protege para que la obra se realice sin accidentes y otros inconvenientes temporales. Cuando finalizan la obra se repite el ritual esta vez agradeciendo a la madre tierra y a los mallkus.

Existen tres tipologías de casas: la primera es rural donde se encuentran las casas Putukus, la otra es urbana donde están las casas wayllichas, donde las dos mencionadas son construcciones pre coloniales y la última tipología que se construye desde la colonización española post colonial.

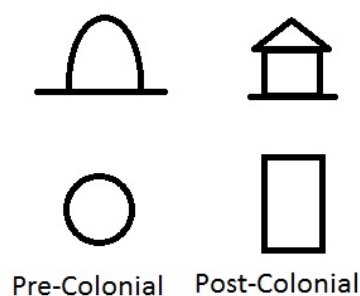


Figura 1: Planta y elevación de las casas pre y post colonial Fuente: Autoría Propia

5.1 Tipología Rural – Putuku:

Es de forma cónica, que se asemeja a una colmena de abeja es considerada la más antigua, que se construían desde su origen desde los años 2000 a.C. (Jordán, 2011), que aún se siguen construyendo en la actualidad, se puede observar en lugares de pastoreo construida toda la casa con puro tepe retirados del suelo, que son bloques de tierra y paja gramínea. Cuenta con solo una pequeña puerta hecha de Cactus, orientada al este y no cuenta con ventanas. Los habitantes Chipayas usando los materiales que tenían en el local tomaron la forma de la circular elevándolo como una colmena de abeja para evitar la destrucción de sus viviendas por

los fuertes vientos. El espesor de su pared es de 40 cm, contando con una pequeña puerta para evitar que entre el frío del invierno y porque permite que dentro el ambiente este con una temperatura agradable.

5.2 Tipología Urbana – Wayllicha:

Se construye de igual forma circular y cónico, pero lo que le hace diferente al anterior es la cobertura, construido sobre arcos de t'ola, es paja trenzado y asegurado con cuerdas de paja mismo. Su puerta es orientada al Este y tiene una pequeña ventana, tamaño que un tepe su función es como chimenea.

La ubicación de la puerta al Este se debe a la protección de la casa de los fuertes vientos del oeste, y el revoque de arcilla la que permite la impermeabilización no dejando entrar el frío por las uniones. (Gonzales-Canales-Sausa-Tejada, 2014)

5.3 Tipología Urbano-Postcolonial:

Según JORDÁN, Esta tercera tipología es incorporada en los últimos años, son de planta rectangular con techo de dos aguas de paja o de calamina.

Como menciona (Bejarano, 2008), que la tipología española tuvo que adaptarse a la originario, aún se conservan el uso de la tecnología constructiva y el conocimiento nativo, se puede percibir en las paredes de Tepes (adobes retiradas del suelo) y el techo de paja.

Cada vez son más las casas con planta rectangular en el sector urbano, y la tipología constructiva Wayllicha se va para el sector rural al lado de las casas Putukus, exactamente en las Estancias para estar más cerca del cultivo agrícola y el cuidado de los animales que se crían.

6 Organización Espacial:

Los uru chipayas se caracterizan por su forma de organización urbana y territorial en un terreno de gran planicie donde no había árboles. Entonces antiguamente el centro urbano no estaba organizado a base de calles, sino más bien se unían con una pared baja curva entre 4 a 5 casas wayllichas, conformando así una malla abierta para recibir a nuevos componentes. Existen dos representaciones del espacio Chipaya, uno es morfológico y el otro es más esquemático:

-El primero, según su teoría de De la Zerda la organización espacial de los uru chipayas era de forma concéntrica.

En el medio está ubicado el centro urbano donde se realizan las actividades de comercio, educación, salud y donde están las casas wayllichas. En la segunda área destinada al pastoreo de su ganado. Posteriormente se encuentran las estancias, el mismo está compuesto por las casas putukus, y los corrales. Y en el último espacio se realizaba la agricultura, cerca al río Lauca para el sistema de riego. (Bejarano, 2008), (Jordán, 2011).

-El segundo se centra más en la organización en el centro urbano, donde Meatrux afirma que las casas se agrupan alrededor de los dos ayllus: Tuanta y Tajata, divididos por un eje principal de norte a sur, cada uno cuenta con su iglesia aparte de la principal que está justo en el eje de división.

El centro urbano va cambiando su aspecto como un pueblo conquistado en el esquema de Meatrux, respecto a la implementación de la Iglesia construida en el siglo XVIII, tiene una localización estratégica, en el centro de la aldea.

7 Conclusión:

Se puede rescatar que la importancia del Rio Lauca al cual los uru chipayas lo denominaban como dios del agua (uno de los mallkus o dioses en las cuales se basaba su creencia), permitiendo la producción agrícola, la caza y la pesca, porque es su primordial fuente económico y de subsistencia. Sin embargo lo que resalta de los Uru Chipayas es la técnica que usaron para construir sus Casas que fue a través de Tepes, tomando en cuenta que este material es retirado del terreno después que haya pasado: primero, el proceso de la preparación del terreno, que fue a través de la desalinización; Segundo, el cultivo agrícola; y tercero la ganadera. La tierra después de haber pasado todo ese proceso es adecuado para la construcción de las casas vernaculares.

Las tipologías constructivas de las casas, cada uno con una finalidad: Urbana (Wayllicha) y Rural (Putuku), construidas en forma de una cúpula con los materiales del local, con una técnica que identifica a la cultura de los Uru Chipayas, al igual que en su organización espacial de forma concéntrica donde se distribuyen espacios para cada actividad.

Es claro que la conservación de sus conocimientos, tradiciones, y culturas aún persiste a pesar de la invasión de los aimaras, quechuas y posteriormente en tiempos de la colonia.

8 Bibliografía

BERNABÉ, Adalid. *Revalorización de sabidurías Uru Chipaya: experiencias de apoyo*. Editor, Bilbao-Mariscal, Cochabamba, 2010.

MUÑOZ, Evangelio & LÁZARO, Germán. *El pueblo Uru Chipaya: un pueblo milenario en la historia y en el presente*, Editora: Inge Sichra, Cochabamba, 2014.

BEJARANO, Julio. *Espaço Andino: Uma lógica ancestral de conformação urbana*, Brasilia, 2008
[http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1323/1/DISSERTACAO_2008_JulioAlejandroBejaranoVillarroel.pdf], acceso en 10/04/2016.

LOPEZ, Luis E. *Educación de jóvenes y adultos indígenas en Bolivia*, Cochabamba, 2000.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN. *Uru Chipaya, registro de saberes, conocimientos, cosmovisiones relacionados con la madre tierra*, Bolivia, 2010.

[<http://upiip.minedu.gob.bo/paginas/documentos/saberes/uruchipaya.pdf>], acceso en 10/04/2016

DI COSIMIO, Patricia. *El municipio y territorio Uru Chipaya*, 2015.

[<http://chipaya.org/wp-content/uploads/2015/11/chipaya-p519.pdf>], acceso en 08/04/2016.

EL PUEBLO URU CHIPAYA DEL DEPARTAMENTO DE ORURO, BOLIVIA Compleja concepción del territorio en los Andes Centrales⁶⁴

Alvaro Balderrama Guzmán⁶⁵

Introducción

El pueblo Uru Chipaya forma parte de la nación Uru, uno de los grupos étnicos más antiguos de América del Sur, que mantiene viva su lengua y ha conservado sus costumbres, prácticas y tradiciones desde el período prehispánico hasta nuestros días.

Para ello tuvo que resistir el impacto de cambios políticos, culturales y religiosos de larga duración: desde el siglo X cuando grupos de habla aymara ocuparon la meseta intercordillerana andina conocida como “Altiplano”, pasando por la ocupación incaica del Collasuyo en el siglo XV con el consiguiente uso del quéchua como “lengua general” en la región y, siguiendo con la conquista española sobre los Andes a partir del siglo XVI, largo proceso de imposición de la religión católica, la cultura occidental y la lengua castellana en todos los territorios conquistados.

Durante la primera parte del siglo XIX se vivió el proceso de independencia y la consiguiente creación de la República. Con el nuevo orden no cesaron las presiones sobre los pueblos originarios en general, por el contrario, estos tuvieron que coexistir bajo nuevas políticas de tributación y tenencia de la tierra. Más tarde en el siglo XX los Uru Chipaya recibirían una verdadera embestida cultural a través de los medios de comunicación y el comercio internacional, con mayores efectos en la actualidad debido a la globalización y otros mecanismos de transculturación.⁶⁶

Este artículo busca mostrar al lector la particular visión y manejo que tienen los Uru Chipaya de su propio territorio: el análisis urbano muestra que por una parte, están organizados bajo la lógica del “ayllu”⁶⁷, con el cual desarrollan tareas de labranza, pesca, pastoreo y caza de aves, cuyos productos intercambian con miembros de otros ayllus bajo el sistema de “trueque”, práctica tradicional de raíces prehispánicas sin intervención de moneda. Por otra parte y de manera simultánea, habitan un poblado que se fundó en el período colonial, trazado “a regla y cordel” de acuerdo a las leyes de la corona española, pero bajo el principio de dualidad o “bi partición” propio de la cosmovisión andina.

Es así que el pueblo de Santa Ana de Chipaya se divide en dos parcialidades separadas por un eje neutral simbolizado por la plaza, iglesia y cementerio.

⁶⁴ GT: Hábitos de morar y de construir en el contexto Latino-americano.

⁶⁵ Arquitecto y Licenciado en Historia. Director de la Carrera de Arquitectura de la Universidad Católica Boliviana San Pablo, Santa Cruz, Bolivia. abalderrama@ucbscz.edu.bo

⁶⁶ Término manejado en Antropología para describir el fenómeno que ocurre cuando un grupo social recibe y adopta las formas culturales que provienen de otro grupo.

⁶⁷ Grupo social andino al que se atribuye un antepasado común por vía paterna.

En este ámbito urbano realizan actividades propias de la realidad occidental: los niños asisten a la escuela mientras los padres realizan labores artesanales o comerciales, dentro de un circuito económico propio del sistema capitalista.

Las diferentes concepciones del territorio tienen correlato con diferentes tipologías de Arquitectura: en Santa Ana las viviendas son construidas con materiales industriales, mientras en los ayllus se habitan viviendas de planta circular, construidas con adobes y fibras vegetales a manera de estructura y cerramiento, además de la paja como material de cubierta.

Metodología

La metodología empleada fue de observación mediante la visita a los ayllus que componen la región Uru Chipaya, así como a la población de Santa Ana de Chipaya. Posteriormente se hizo la revisión bibliográfica para desarrollar el trabajo y hacer las consideraciones finales.

Génesis del pueblo Uru Chipaya:

Se considera a los Uru como el grupo étnico más antiguo de los Andes centrales, cuyo hábitat está íntimamente relacionado con lagos, ríos o cursos de agua, lo que les asegura la sobrevivencia y les da el sobrenombre de “cultura de agua”, “hombres del agua” y similares calificativos propios de la historiografía colonial y republicana.

De acuerdo a testimonios arqueológicos, a fines del “periodo formativo” entre los años 2.500 a.C. y 1.500 a.C, tanto en el sitio Chiripa como en Wankarani se hacían tejidos con lana de camélidos y objetos de cerámica, claros signos de sedentarismo, además de las primeras obras de Arquitectura.

La cultura Wankarani dejó restos materiales en una amplia zona del Altiplano entre los 17° y 19° de latitud sur, consistentes en túmulos o montículos artificiales de tierra compactada, con abundantes fragmentos de cerámica, enterramientos, artefactos de piedra y hueso y lo más importante: cimientos de viviendas de planta circular construidas en adobe, sin restos de construcciones religiosas o ceremoniales, factor que los diferencia de sus probables opresores los tiwanakota, quienes sí dejaron abundantes testimonios de ritualidad en esta y otras zonas del Altiplano.



FIGURA 01: Viviendas Uru Chipaya de planta circular en el Ayllu Tuanta

FUENTE: Fotos del autor

El estudio de los vestigios estableció que las principales actividades de Wankarani habrían sido la agricultura de tubérculos como la papa y gramíneas asociadas a la quinua, además de la caza. También se demostró que tuvieron amplia movilización ya que “se produjeron intercambios con lugares distantes situados al norte, al este y posiblemente al sur” (BARNADAS 2002 t.II: 1175).

Debido a que los Wankarani ocuparon grandes áreas del mismo Altiplano en forma discontinua al igual que los Uru, con patrones comunes de ocupación del espacio y en el caso de los Uru Chipaya con las mismas técnicas de construcción de viviendas de planta circular, algunos autores relacionan a los Wankarani con los Uru:

“El lugar donde los Uru se desarrollaron plenamente fue el actual departamento de Oruro y, probablemente fueron quienes desarrollaron la cultura conocida como Wankarani. Por su impresionante apego a un sistema de vida tradicional, han sido tachados por sus sucesivos conquistadores como hombres de una cultura menor, y los términos con que se refieren a ellos son siempre despectivos”. (MEDINACELI 2006: 192).

Al relacionarlos con la cultura Wankarani, se atribuye una antigüedad de más de 3.000 años lo que los sitúa en el horizonte pre-tiwanakota.

Según el historiador Ramiro Condarco⁶⁸, los Uru fueron los primeros en dividir longitudinalmente esta parte del territorio andino en dos extensas franjas, una occidental terrestre y una oriental fluvio-lacustre que se extiende entre los lagos Titicaca y Poopó.

Por su parte, Joseph Barnadas hace alusión a la amplia documentación que desde el periodo colonial presentó a los Uru como los habitantes más primitivos, pero que “han logrado crear una cultura propia, admirablemente adaptada a su medio ambiente, explorando al máximo sus escasos recursos”. (BARNADAS 2002 T.II: 1085).

A lo largo del periodo prehispánico, los Uru y los Uru Chipaya sufrieron el asedio de los señoríos de habla aymara que surgieron tras el ocaso de Tiwanaku y que rodean su territorio: Collas, Lupacas, Pacajes, Soras, Carangas y Quillacas.

Estos pueblos habrían disputado sistemáticamente el territorio, obligando a los Uru a refugiarse en los totorales⁶⁹ del Titicaca y Poopó, lagos unidos por el río Desaguadero, mientras que los Uru Chipaya fueron confinados a una extensa planicie al norte del lago Coipasa y dividida por el río Lauca, a una altitud de 3.692 msnm con clima frío cuya temperatura media de 9°C desciende hasta -5°C en el mes más frío. El centro poblado más importante se ubica a los 19°01' latitud sur y 68°10' longitud oeste.

Esta pampa salitrosa constituye el hábitat del pueblo Uru Chipaya, actual provincia Sabaya (antes Atahuallpa) del departamento de Oruro; se trata de la unidad fisiográfica situada en medio de las cordilleras Occidental y Oriental, que conforma una enorme cuenca originada por

⁶⁸ Miembro de la Academia Boliviana de la Historia y Premio de Cultura 2004, publicó el Atlas Histórico de Bolivia en 1985.

⁶⁹ Bancos formados por la planta herbácea perenne acuática de la familia de las ciperáceas (Schoenoplectus californicus).

la fracturación en bloques a causa del movimiento de placas tectónicas durante la era Cenozoica.

El paisaje está dominado por pampas arenosas, surcadas constantemente por vientos que conforman extensas dunas donde solo crece la paja brava. La salinidad del suelo va aumentando a medida que se acerca al lago Poopó y al Salar de Coipasa. Es una de las zonas más áridas del país con precipitaciones de menos de 100 mm por año y por temporadas sin ninguna lluvia (MONTES DE OCA 1989:65).

Estas condiciones climáticas extremas de bajas temperaturas y escasa humedad, dificultan aún más la vida de los Uru Chipaya, quienes se dedicaron por siglos a labores de agricultura, desarrollando un sistema de agunas y canales que captan las aguas del río Lauca para desalinizar la tierra y destinarla al cultivo de papa y quinua.

Pero estas labores no se realizan en solitario, los Uru Chipaya como los demás pueblos andinos, ocupan el territorio de acuerdo al sistema de "ayllu", institución de reparto de tierras por unidades familiares, con determinada extensión de superficie de producción agrícola, generalmente trabajada por el sistema de ayuda mutua entre miembros de los demás ayllus; los Uru Chipaya se caracterizan además por tener viviendas de planta circular construidas en adobe.



FIGURA 02: Iglesia de Chipaya y mujer del Ayllu Taxata
FUENTE: Fotos del autor

Los Uru además son expertos en el manejo del agua, son pescadores, navegantes y maestros en el uso de la totora, "con la que construyen no solamente balsas sino también islas artificiales y aún su vestimenta" (MEDINACELI 2006:192).

En general los Uru creen ser un resto de los más antiguos habitantes de la tierra, estando sus ritos muy relacionados con la pesca; los Uru Chipaya construyen pequeños montículos donde viven los espíritus protectores, para quienes hacen ofrendas propias del mundo andino, en estos túmulos y de forma anual, los miembros de ambas parcialidades colocan ofrendas, para asegurar la protección de los guardianes de su pueblo.

Con esas técnicas de producción, su particular modo de habitar y sus creencias, tanto los Uru como los Uru Chipaya ejercieron el dominio de su territorio, resistiendo el asedio de los aymara hablantes, sea mediante la fuerza o a través de imposiciones culturales como el uso del Aymara como idioma predominante en toda la región.

Al respecto Therese Bouysse cita al lingüista Torero quien aseveraba que, el "Puquina" fue la "lengua general que los Uru habrían adoptado en la época de Tiwanaku" (BOUYASSE CASSAGNE

1991:63). De esta manera ambos grupos lograron mantener viva su lengua hasta nuestros días: el Puquina es hablado todavía por los Uru, mientras que el Uru Chipaya es hablado en la zona del salar de Copiasa y el río Lauca.

En cuanto al periodo incaico, los cronistas recogieron la historia de la invasión que éstos protagonizaron sobre el Collao, una de las cuatro regiones que componían el territorio de Tahuantinsuyo. En cumplimiento de los principios de bi partición del mundo andino, el Collasuyo junto con el Contisuyo formaban parte de la mitad llamada Urinsaya, mientras que el Antisuyo y el Chinchaysuyo formaban la otra mitad llamada Aransaya.

A su vez, el Collasuyo estaba dividido en dos parcialidades con referencia al eje central ocupado por los Uru y compuesto por los lagos Titicaca y Poopó conectados por el río Desaguadero: Urcosuyo al occidente y Umasuyo al oriente.

Dentro de este escenario, a partir de 1438 el inca Pachacuti dirigió las escaramuzas para someter al líder Colla, haciéndolo prisionero y tomando posesión de Hatun Colla para con este evento, tener control del territorio del Collao en el cual se encontraban los Uru y los Uru Chipaya.

El régimen inca tomó posesión del territorio e hizo patente su dominio al imponer su presencia en los lugares ancestrales de peregrinación de los Uru, ubicados en el lago Titicaca y sus islas. Allí es donde según demuestra Therese Bouysse, los santuarios incaicos “se superponen a los santuarios de los Uru y los Puquina” (BOUYSSSE CASSAGNE 1991:80)

Pero el dominio incaico no solo fue territorial e ideológico, sino que también hizo amplia difusión del idioma Quechua. En este ámbito no pudo desplazar al Aymara hablado por los señoríos de tierras altas, ni al Puquina hablado por los Uru, más bien estos idiomas fueron aprovechados por los conquistadores incaicos, quienes los aceptaron como lenguas generales utilizadas por los curacas o caciques locales, debido a su gran difusión entre los habitantes de la región.

Los Uru Chipaya en el periodo colonial

Se considera que en 1535 terminó el periodo prehispánico para habitantes del Altiplano central, con la llegada de los primeros conquistadores españoles que cruzaron el río Desaguadero. Con esta acción la corona española inició la conquista de esta región, aplicando durante siglos rígidas políticas de evangelización, extirpación de idolatrías e imposición del castellano como lengua única, entre otras medidas que buscaban convertir a los pueblos originarios al catolicismo e incorporarlos a una economía regida por el Estado colonial.

Las medidas adoptadas por la corona marcaron profundas huellas y transformaciones en los pueblos originarios de la América hispana en general, siendo una de ellas la Ley de “Reducciones de indios”, sistema administrativo que obligaba a los indígenas, en este caso a los Uru y a los Uru Chipaya, a construir y habitar nuevas poblaciones organizadas según el modelo castellano.

De acuerdo a lo establecido en las llamadas “Leyes de Indias” se trazaban las calles en forma perpendicular situando en el centro la Plaza de Armas, donde se encontraban las autoridades locales y religiosas; en segundo orden se repartían solares para los vecinos notables según la jerarquía social.

Con la llegada del nuevo orden colonial, los Uru Chipaya no pudieron escapar a la política de “ordenamiento y control” impuesta por la corona, por lo que de acuerdo a ley dieron forma al pueblo de Santa Ana de Chipaya, nombre que combinó la religión católica con la tradición local. Los pobladores asumieron las nuevas leyes con dos salvedades:

Por una parte mantuvieron el ayllu con sus viviendas tradicionales de planta circular y, por otra parte trazaron el pueblo bajo el principio de bi partición espacial, en la cual dos partes se complementan a través de un eje imaginario (taipy) que divide lo alto de lo bajo, lo claro de lo oscuro, lo superior de lo inferior, etc; en un ámbito que parte de lo imaginario pero que se materializa en las fiestas, en los rituales, e incluso en la forma urbana, el mantenimiento del orden y otros elementos que componen la vida del pueblo.

Es así que Santa Ana de Chipaya se conformó en dos mitades: Tuanta y Taxata. En medio de ellas existe una zona neutral conformada por el templo y el cementerio, cada mitad que tiene su propia capilla, se considera independiente y antagónica en relación a la otra, sin más vínculos que la celebración de las fiestas comunes. (BARNADAS T.II 2012:1085).

Otra forma de conocer el pasado de este pueblo es la de revisar el censo colonial o “visita”, mecanismo utilizado para sistematizar el cobro del tributo indígena, para lo cual se recogía información de todas las comunidades o “pueblos reducidos” con fines contables.

De acuerdo a esto, la “Tasa de la visita general de Francisco de Toledo” realizada entre 1570 y 1575 hace una relación de los “Indios Huros (Uru)”:

“Los indios de la provincia de Paria que la propiedad está en la Corona Real y en los tributos de ella tienen situación las personas que abajo irán declaradas por ejecutoria Real Consejo de Indias hallóse por la visita general de estos reinos que había en la dicha provincia el año de 1573: 3801 indios indios tributarios los 420 soras y 823 casayas soras y 2558 huros (3801 indios).” (VISITA GENERAL DE FRANCISCO DE TOLEDO publicada en 1975: 15).

El mismo documento menciona a los “Huros (Uru) de Challacollo y detalla las cantidades que aportan en plata y en hechuras de ropa.



FIGURA 03: Viviendas en Challacollo
FUENTE: Foto del autor

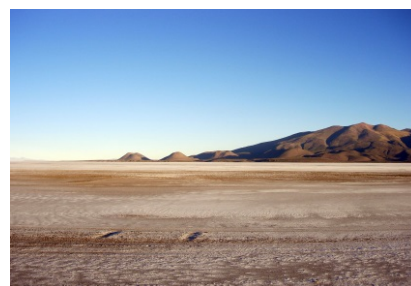


FIGURA 04: Salar de Coipasa
FUENTE: Foto del autor

Los resultados de las visitas tenían entre otros fines la aplicación de otra institución colonial, también creada por el virrey español Francisco de Toledo: la “mita” o trabajo de régimen obligatorio, la cual fue adaptada a partir de una práctica de servicio personal propia del incario.

El principal destino de los indios que cumplían con la mita era Potosí, donde eran obligados a trabajar en la extracción minera del cerro del mismo nombre. La mina requería al menos 4.500 mineros cada año para operar, por lo que Toledo estableció tres turnos diarios para hacer una extracción intensiva.

Para reunir a toda esta fuerza de trabajadores se reclutó a hombres de 16 provincias que tenían clima frío y condiciones geográficas similares a Potosí, entre los cuales estaban los grupos étnicos del Altiplano.

A través de documentos de las crónicas se puede inferir que el pueblo Uru formaba parte de los contingentes de mano de obra que eran obligados a servir en la mita, ya que entre las provincias obligadas estaban Chicuito, Carangas y Paria, en las cuales habitaban Uru y Uru Chipayas. Según explica Teresa Gisbert, “Muchos viajaban con su familia lo que significaba una movilización anual de casi 50.000 indígenas” (GISBERT 1990: 13).

Esta autora cita al cronista Ocaña describiendo el año 1601 las viviendas de las diferentes parroquias de Potosí habitadas por tributarios en calidad de trabajadores temporales provenientes del Altiplano: “Son las casas de los indios como pocilgas..., unas piedras puestas por la mayor parte en redondo con un poco de barro y por la parte de arriba con paja, y tan bajas que apenas se puede estar de pie”. En opinión de Teresa Gisbert “las casas eran muy parecidas a las que se pueden ver hoy en Chipaya, Cañaviri y otros pueblos” (GISBERT 1990: 14).

Como se puede ver los Uru Chipaya estuvieron en medio de procesos de explotación de recursos naturales bajo condiciones de explotación extrema, manteniendo intacta su identidad.

El idioma de los Uru no perdió fuerza durante el periodo colonial, al contrario durante el mandato del virrey Toledo, se consideraron como lenguas generales o de uso general para el virreinato del Perú el Quechua, el Aymara, el Puquina y el Mochica.

Periodo republicano y situación actual

Los Uru y los Uru Chipaya mostraron resistencia a los cambios culturales y se incorporaron al nuevo régimen de República en el siglo XIX, período en que diferentes medidas políticas afectaron a la propiedad comunal y el sistema de haciendas, tales como la ley de exvinculación de 1874 y la resistencia indígena, la formación de sindicatos agrarios y otras acciones que en medio de continua explotación al indígena, llevaron a la revolución de 1952 y posterior Reforma Agraria.

Posteriormente el régimen de la tierra se vio afectado con nuevas leyes: en 1996 Ley INRA y en los últimos años la Ley 3545 de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria.

Otro factor determinante en la formación de valores culturales y conservación de la identidad pasa por las políticas de educación, que afecta a todos los grupos sociales del país y entre ellos a los Uru Chipaya.

Una revisión de las diferentes políticas aplicadas en educación es indicador de las múltiples corrientes que llegaron al área rural y entre ellas a la comunidad Uru Chipaya: Ley de Libre Enseñanza, Estatuto de Educación indígena, Escuelas indígenas rurales, Código de Educación, y otros que a pesar de reconocer la diversidad étnica, cultural y geográfica, buscan “lograr la castellanización y alfabetización de las grandes mayorías”.

Nuevos cambios llegaron con la Ley de Reforma educativa de 1994, además de la Ley de educación Avelino Siñani Elizardo Pérez, en actual vigencia.

Los Uru se encuentran hoy distribuidos en forma discontinua entre tres países, ocupando diferentes departamentos, provincias y municipios:

- Uru Chipaya: ubicados en el departamento Oruro, Bolivia.
- Uru Murato: en las comunidades Villañeque, Llapallapani y Puñaca Tinta Maria del Lago Poopó, Bolivia.
- Uru Iruhito: se encuentran en el departamento La Paz, Bolivia.
- Uru Chulluni: en el departamento de Puno, Perú.

Además existen grupos de población Uru en el norte de Chile, producto de la migración por motivos laborales hacia Arica e Iquique; ellos se siguen identificando como parte de la nación Uru.

La Constitución Política del Estado boliviano reconoce en su Artículo 2, la existencia pre colonial de treinta y ocho naciones (entre ellas la nación Uru) y pueblos indígena originario campesinos y su dominio ancestral sobre sus territorios, además “garantiza su libre determinación en el marco de la unidad del Estado, que consiste en su derecho a la autonomía, al autogobierno, a su cultura, al reconocimiento de sus instituciones y a la consolidación de sus entidades territoriales” (CPE BOLIVIA, 2009).

A la vez en su Artículo 3 reconoce a los pueblos indígena originario campesinos, compuestos por treinta y cuatro colectividades humanas (entre ellos los Uru), quienes “comparten identidad cultural, idioma, tradición histórica, instituciones, territorialidad rural y cosmovisión, cuya existencia es anterior a la invasión colonial española” (CPE BOLIVIA, 2009).

Finalmente este mosaico de “bolivianos y bolivianas”, naciones y pueblos indígena originario campesinos, comunidades interculturales y afro bolivianas, constituyen en conjunto la Nación Boliviana, regida por las leyes del “Estado Plurinacional de Bolivia” (CPE BOLIVIA, 2009).

El Estado reconoció al Municipio Indígena Originario Uru Chipaya mediante Ley en 1983. Esto demuestra que solo en las últimas tres décadas recibe recursos del Tesoro General de la Nación, después de varios siglos de ser marginados y olvidados en las esferas del Estado.

Un estudio del Antropólogo brasileño Darcy Ribeiro ayuda a comprender aún más el largo devenir del pueblo Uru, al distinguir cuatro grandes configuraciones histórico culturales de los pueblos no europeos del mundo moderno, que son los “pueblos nuevos”, los “pueblos trasplantados”, los “pueblos emergentes” y los “pueblos testimonio”.

Entre estos últimos se puede incluir a los Uru, a pesar que el autor no cita nombres de los diferentes pueblos testimonio, los describe de esta manera:

“Sobrevivientes de las altas civilizaciones autónomas que sufrieron el impacto de la expansión europea, son el producto de la acción traumatizante de aquella expansión, y de los esfuerzos posteriores de la autoconstrucción étnica como sociedades nacionales modernas”. (RIBEIRO 1975:13).

En opinión de este mismo autor, a pesar que estos pueblos formaron diferentes países a través de las guerras de independencia, nunca volvieron a ser lo mismo que antes debido a que habrían sufrido profundas trasfiguraciones, tanto por la unión de dos tradiciones culturales como por su esfuerzo de adaptarse a las nuevas condiciones políticas, sociales y culturales del mundo occidental, como integrantes subalternos de un sistema económico de ámbito mundial que vivió los cambios de la revolución mercantil y la revolución industrial.

Consideraciones finales

Hablar de los Uru Chipaya es hablar de un pueblo que ha sufrido todo tipo de presiones étnico-culturales a lo largo de su historia, con apego a prácticas ancestrales de sobrevivencia y procura de alimentos, como el manejo del agua y la desalinización de la tierra para el cultivo de quinua, papa y otros productos del Altiplano; así logran extraer beneficios a sus áridas tierras, al río y al salar. Los Uru Chipaya se dedican además a la crianza de camélidos, al comercio y a las artesanías.

Los cambios estructurales vividos los últimos cincuenta años en el país, estuvieron acompañados por el impacto de avances tecnológicos, la expansión de los medios de comunicación, las carreteras de alcance internacional, la expansión del comercio y otros elementos que en muchas zonas debilitaron e incluso dieron fin con lenguas originarias y tradiciones culturales.

Sin embargo para los Uru Chipaya estos cambios solo sirvieron para reforzar su identidad en una lucha continua por mantener sus orígenes y tradiciones, tanto intangibles como plasmadas en lo físico, como se ve en el Urbanismo y la Arquitectura.

El territorio Uru ha sido afectado a lo largo de su historia y se considera como una de las naciones “más cercenadas” con la aparición de los Estados en América del Sur y en particular por el Estado boliviano (Muñoz 2014).

Según el último censo la nación Uru tiene una población de 2.383 habitantes, cuya sobrevivencia se torna más sombría al depender de las aguas del río Lauca, que debido a fenómenos de orden global muestra caudales cada vez menores.

Referencias bibliográficas

BARNADAS, Josep M. *Diccionario Histórico de Bolivia*. Sucre, Bolivia: Grupo de Estudios Históricos, 2012. 2 Tomos 2.300p.

BOUYASSE CASAGNE, Therese. “El Lago Titicaca y la historia de los grupos étnicos, apuntes en la larga duración”. En: HISTORIA Y CULTURA No. 20. Sociedad Boliviana de Historia. Don Bosco. La Paz, 1991.

- CHIAPPE, Cynthia: “Personajes prehispánicos”. En: HISTORIA DE BOLIVIA – PERIODO PREHISPÁNICO. La Paz, Bolivia: Fundación Cultural del Banco Central, 2006. 358 p.
- CONDARCO MORALES, Ramiro. *ATLAS HISTORICO DE BOLIVIA*. Imprenta San Jose, La PAZ, 1985. 63 p.
- COOK, Noble David y otros. *Tasa General de la Visita de Francisco de Toledo*. Universidad Nacional de San Marcos. Lima, 1975. 340 p.
- GISBERT, TERESA. *Potosí, catalogación de su patrimonio urbano y arquitectónico*. Instituto Nacional de Patrimonio Artístico y Artes Visuales. Instituto Boliviano de Cultura. La Paz. 249 p.
- MEDINACELI, Ximena. *Turco Marka, hombres, dioses y paisaje en la historia de un pueblo orureño*. La Paz. Instituto de Estudios Bolivianos, 2013. 285 p.
- MEDINACELI, Ximena. “Pueblos originarios de ayer y hoy”. En: HISTORIA DE BOLIVIA – PERIODO PREHISPÁNICO. La Paz, Bolivia: Fundación Cultural del Banco Central, 2006. 358 p.
- MESA, José y Teresa GISBERT. *Arquitectura Andina Historia y Análisis*. La Paz. Colección Arzans y Vela, 1985. 375 p.
- MONTES DE OCA, Ismael. *Geografía y Recursos Naturales de Bolivia*. La Paz. Academia Nacional de Ciencias de Bolivia, 1989. 574 p.
- MUÑOZ CARDOZO, Evangelio y LAZARO MOLLO, Germán. *El pueblo Uru Chipaya, un pueblo milenario en la historia y el presente. Cochabamba*. FUNPROEIB Andes, 2014. 70p.
- RIBEIRO, Darcy. “Introducción” En: AMERICA LATINA EN SU ARQUITECTURA. Siglo XXI Editores. Bogotá, 1985. 316p.

ARQUITECTURA AMERINDIA

Selk´man Una civilización al fin del mundo y su forma de habitar.

Por Nicole Estefania Garay Cárcamo, Universidad Federal de la Integración
Latinoamericana, Nicole.garay.c@gmail.com

Resume

Los Selk´man es un pueblo amerindio ubicado en el norte centro de la isla de Grande de tierra del fuego, actualmente extintos. Eran un pueblo nómade, cazadores y pescadores. De una gran riqueza espiritual y donde el papel de la mujer dentro de las decisiones es fundamental, pues es quien toma las decisiones.

OBJETIVO GENERAL

Con el siguiente trabajo se analizarán tipos de vivienda de los selk´man pero teniendo en consideración la forma de vida considerando que los selk´man era una cultura semi-nomade, donde pernoctaba, como eran sus habitaciones, circulación dentro del territorio, organización políticas familiar e social.

Los Selk`nam o Onas eran habitantes de Isla Tierra del Fuego, esta se encuentra ubicada en el extremo sur del continente americano, hoy actualmente territorio Chileno y Argentino. Ella se dividida en Párik , la región de praderas ventosas al norte del Rio Grande y Hérsk , la zona biscosa , montañosa y lacustre al sur del rio. Con un clima inhóspito veranos cortos y frescos veranos, e largos, húmedos y fríos inviernos ellos se adaptaron a estas condiciones (DESCONOCIDO, s.f).

Los Shelk`nam eran cazadores y recolectores, su organización social y económica era sumamente sencilla, pero a su vez crearon un complejo sistema de creencias y ritos religiosos a pesar de las difíciles condiciones en las que pernoctaban (CHAPMAN,2002). En búsqueda de recursos los Selk´man se movían en grupo familiares y circunstancialmente se reunían con otros grupos. Sus campamentos eran temporales pudiendo permanecer en ellos algunos días hasta semanas. (DESCONOCIDO, s.f)

El grupo más numerosos casi no se apartaba de alrededor del lago Fagnano, región boscosa y montañosa, situada al norte de la cordillera que bordea el canal Beagle, si bien han influido para ellos las exigencias de la vida material y las enemistades surgidas entre tribus. (GALLARDO,2002).

La población de los Selk´man era probablemente entre 3.500 y 4.000, hasta 1880 cuando comenzaron a llegar los blancos que comenzaron la ocupación de su territorio. (CHAPMAN, 2002) La isla grande de Tierra del Fuego estaba divididas en Haruwen (tierras), en donde vivían grupos ligados por parentesco. Existen 4 tipos de instituciones sociales. Los selk`man dividían el cielo (sho`on) el norte, sur y oeste (el este no se representaba ya que era territorio del grupo Haush) cada persona era conocida por la tierra donde vivía o nacía y por el sho`on que lo identificaba. Se pertenecí al cielo del padre y dos personas del mismo cielo no deben casarse, aunque fueran parientes. La parentela era bilateral y abarcaban a todos los parientes

consanguíneos hasta la tercera y cuarta generación ascendente. Existían linajes parientes que habitaba un mismo Haruwen. Los aska correspondían al núcleo familia y los parientes cercanos. (DESCONOCIDO,s.f)

Su religión habría sido monoteísta, pues habrían reconocido un espíritu divino e Temaukel: ser supremo espíritu primigenio, anterior a la creación y a los hombres, omnipresente, incorpóreo. La religión habría sido terrenal, pues los hombres no se preocupaban del más allá, el culto nunca fue público, sino siempre personal, privado y sumamente reducido. Dentro de los ritos encontramos el Hain. Que se refiere a los mitos referidos a una pretérita supremacía femenina, un matriarcado donde la mujer habría dominado a los hombres, donde el hombre realizaba actividades de subsistencia mientras ellas permanecían ociosas. (DESCONOCIDO, s.f)

Por un lado, tenemos el Temáukel la divinidad supra terrenal, y por otro los demás grupos de espíritus. Los antepasados fueron en sus momentos seres humanos, los Yosi son espíritu del bosque sin facultades especiales. Las creencias supersticiosas se hallan fijadas a animales o a fenómenos naturales, los hechiceros actúan en un ámbito cerrado en sí mismo, las así llamados “espíritus” de los festejos del Klóketen son creados exclusivamente para el mundo conceptual de las mujeres. (DESCONOCIDO, s.f) Los Selk`man tenía una riqueza espiritual en cuanto a religión y moralidad, mitología y supersticiones, hechiceritos y conceptos del más allá. Creían como por ejemplo que todos los animales y plantas eran reencarnación de los antepasados. Del “saber religioso, moral y mitológico se legó de generación en generación por la vía de la transmisión oral” (GUSINDE,2008)

La vivienda era provisoria y estas se transportaba a nuevos lugares de asentamiento, quienes estaban encargada de esta actividad eran las mujeres junto con todos los enseres del hogar, junto con los hijos. El papel del hombre es guiar la marcha y se mantenía alerta para cazar alimentos. (DESCONOCIDO.s,f)

Dentro de la cultura selk`man podemos entonces diferenciar dos tipos de viviendas **los paravientos** y los **kauwi** o **kawi** estos últimos eran utilizado en ceremonias de iniciación que se construían cerca de los bosques, su construcción tomaba más tiempo que los paravientos. Los paravientos quedaban en esta zona, eran reutilizados y reparados si fuera el caso. (CHAPMAN, 2002)

Los kauwi o kawi , su estructura consistía en un cobertor del armazón era de 6 a 16 cueros cosidos entre sí. Las armaban sobre una depresión o hueco de terreno, quizás excavando entre 25 a 40 cm de profundidad con un diámetro de uno a tres metros. Bajo las pieles donde dormía ponían pasto y ramas aislantes. Las viviendas eran unifamiliares o plurifamiliares. En verano se construían de forma semicircular y en inviernos más cerradas, si en el campamento existían varias familias las distancias entre ellas eran de 25 a 40 metros entre ellas. (DESCONOCIDO, s.f)

Eran utilizados en ritos de iniciación, donde se montaba un tipo de espectáculos donde el hombre demostraba a las mujeres su cólera y le recordaban el hambre. Los hombres salían de casería, esto duraba días y días volvían solo para dejar sus alimentos, el

hombre dentro del kauwi que era el líder, aullaba y daba gritos y golpes en el suelo, era un espectáculo para las mujeres en ese lugar presente.

Para el caso de lluvia ligera construían una especie de toldos (paravientos) donde todos los Selk'man se cobijaban, si este le faltara, buscaba un árbol caído o se agrupaban alrededor de una hoguera poniéndose la capa sobre la cabeza. Generalmente las mujeres eran las primera en llegar al lugar donde se formara el campamento, sitio fijado por los hombre. (GALLARDO,1910)

Cuando existe la idea de permanecer algunos días en el punto escogido para acampar, se limpia el terreno, se fijan los palos que sujetan el paraviento. El ona o selk'man ha imitado el primer paso dado por el resto de la humanidad en lo referente a construcción de viviendas, y así es como lo vemos hacerse una choza que lo proteja del frío, la lluvia, el viento, el sol y la nieve. Para armar la choza no se tiene en cuenta la posición del sol, pero si el lado donde sopla el viento a fin de colocar en dirección opuesta a la abertura que sirve de entrada, que por lo general con el frente al este. La construcción de las casas era una operación sencilla y estaba acargo de las mujeres, a veces se apoyaban de un árbol caído, una peña u otro objeto que pueda servir para apoyar el paraviento. De no ser así se ayudan de los diez o doce palos cuyo largo vario alrededor de 1,40 metros, puntiagudos en un extremo y en forma de Y en la otra, estos eran clavados en un Angulo de inclinación de 45 grados, son ligados por el extremo superior y sobre ellos se cuelgan unos seis cueros de guanaco, sin lana y unidos por medio de una costura hecha con nervios del mismo animal. (GALLARDO,1910)

Hacia el fin de una civilización, en unos de los relatos entre Champan y Garivaldi se comenta que la colonización comenzó hacia 1880 por los blanco en búsqueda de oro, en 1886 Julios Popper encabezo una expedición en búsqueda de oro, mataba indos por matar. (CHAPMAN, 2002) Chapman relata que los selk'man no mataba a los guanacos solo por matar ellos se alimentaban de ellos, estos animales se volvían cada vez más difícil de cazar debido a la gran cantidad de movimiento por lo que cuando roban era por necesidad, los guanacos se comenzaron alejar de la gente, así que para no morir de hambre buscaban los animales de los Menéndez (José Menéndez era un hombre de negocio en la zona de Magallanes entre su actividades estaba la crianza de oveja). Federico relata que Menéndez realizaron una limpieza del territorio para colocar más ovejas porque ese era el negocio, pagaban una libra por cabeza de indio, a las mujeres les cortaban los senos, por las mujeres e pagaba un poco más se cree que una libra y media. (CHAPMAN, 2002)

Bibliografía

CHAPMAN, Anne (2002) *Fin de un mundo*, Taller Experimental Cuerpos Pintados Ltda. Santiago.

GALLARDO, Carlos (1910) *los Onas*, Cabaut y Cia. Buenos aires Lucha entre onas, hacia 1910 . Disponible en Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile <http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-70858.html> . Accedido en 16/06/2016.

GUSINDE, Martin (2008) *Los Indios de Tierra del Fuego, Serindigena, Santiago*.

Indios Onas .Disponible en Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile
<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-74654.html> . Accedido en 16/06/2016.
Familia Ona, hacia 1910 . Disponible en Memoria Chilena, Biblioteca Nacional de Chile
<http://www.memoriachilena.cl/602/w3-article-70861.html> . Accedido en 16/06/2016.
MUSEO CHILENO DE ARTE PRECOLOMBINO (s.f) "Selk'nam" Disponível em:
<http://www.precolombino.cl/culturasamericanas/pueblos-originarios-de-chile/selk%C2%B4nam/nggallery/page/2> (15 de junio de 2016)

URBANIZAÇÃO PERIFÉRICA COMO PRODUTORA DE NOVOS LUGARES TEÓRICOS E PEDAGÓGICOS: a experiência do PERIFAU-LADU.

Por Cláudio Rezende Ribeiro, Rosângela Lunardelli Cavallazzi, Lígia Daniela Alves Ferreira, Giulia de Assis Ribeiro Panno, Paula Linhares de Souza, Lucas Rezende Fontes⁷⁰

Introdução

Ao longo do século XX parte significativa do mundo experimentou, de maneira contraditória, diversa e brutal, um salto de urbanização que ocorreu paralelamente ao aumento da produção industrial (LEFEBVRE, 2004), nunca antes igualado em qualquer período histórico anterior, seja por sua abrangência geográfica, seja por sua velocidade de disseminação. Os impactos desta urbanização são percebidos em diversas facetas das relações sociais, inclusive, na forma de produzir ciência que se compartimenta cada vez mais em diferentes campos de estudo, dentre eles o do urbanismo que, à sua maneira, constrói um saber e prática específicos a respeito da produção, transformação e conformação do espaço urbano.

Produzir teoria a partir do urbanismo é um desafio que parte das ciências sociais aplicadas têm assumido nas últimas décadas. Esta produção historicamente se constitui a partir de uma premissa metodológica em que o próprio urbanismo existe em relação com demais saberes desde sua fundação. No entanto, como técnica de intervenção social, a prática dos urbanistas estimulará, cada vez mais, uma parcelaridade que acarretará em uma *perversão das ciências* (SANTOS, 2012) que afasta o conhecimento produzido de uma função social, diminuindo a autonomia do próprio fazer científico.

O Brasil foi o país que teve umas das mais intensas urbanizações do século XX. Sobretudo, uma urbanização que possui características específicas que a destacam da urbanização clássica dos países centrais (SANTOS, 2002). Este processo, ao mesmo tempo, possui uma aproximação com a urbanização contemporânea em processo na maioria dos países do mundo que, em conjunto, conformam a sociedade periférica do capitalismo.

⁷⁰ PROURB-FAU-UFRJ: claudioribeiro@yahoo.com.br
PROURB-FAU-UFRJ: rosangela.cavallazzi@gmail.com
FAU-UFRJ: ligia.daniela.ferreira@gmail.com
FAU-UFRJ: garpanno@gmail.com
FAU-UFRJ: paula.souza@ufrj.abea.arq.br
FAU-UFRJ: lrzfontes@gmail.com

Compreender as especificidades desta urbanização, produzindo elementos teóricos capazes de gerar novas questões que revelem uma relação mais consistente, crítica e próxima entre a práxis do urbanismo e seu objeto real de intervenção, isto é, a cidade do capitalismo periférico orientada por uma modernização dependente, sendo esta uma tarefa cada vez mais necessária e urgente. O material existente a respeito desta urbanização, apesar de possuidor de reconhecida qualidade e rigor, ainda é insuficiente diante da complexidade e da dinâmica transformadora do próprio objeto em tela: quais são as teorias produzidas na periferia e semiperiferia do capitalismo que podem estabelecer um diálogo, não mediado diretamente pelo centro, e que seriam capazes de alimentar este campo profissional com novas questões urbanas que produzissem novos problemas ou novas soluções para a urbanização que está ainda mais rapidamente avançando pelo mundo?

Para contribuir com esta produção, é necessário que a academia assuma a tarefa complexa de produção e disseminação de teorias, além da formação de sujeitos sociais que dialoguem, em sua formação enquanto pesquisadoras e pesquisadores, com este campo e sob uma perspectiva crítica contra-hegemônica.

Objetivos

Este breve artigo traz a experiência recente de trabalho de pesquisa e da metodologia desenvolvidas pelo Coletivo de estudos sobre Urbanismo e Periferia (PERIFAU)⁷¹, que integra o Laboratório de Direito e Urbanismo do PROURB/FAU (LADU)⁷². Tomando como tarefa uma aproximação da crítica realizada nos parágrafos de introdução deste texto, o PERIFAU tem procurado pensar e praticar formas de ensino, pesquisa e aprendizagem relacionadas ao conhecimento, divulgação e síntese de teorias sociais que ofereçam abertura de trabalho capaz de estimular pensamentos autônomos a respeito da urbanização e do urbanismo brasileiros.

De maneira experimental, sua pesquisa desenvolve, desde 2012, estudos sobre especificidades urbanísticas da produção de espaço nas cidades periféricas a partir de premissas teóricas de textos e autores clássicos que, muitas vezes, são pouco debatidos no campo específico da Arquitetura e do Urbanismo. O primeiro contato se deu a partir da obra do diálogo construído com a obra do geógrafo Milton Santos de modo a estabelecer chaves de sentido que promovam um diálogo entre as diferentes formas de pensar e intervir no espaço, focando em uma perspectiva de aproximação do urbanismo com as demais ciências sociais aplicadas que dialogam com a produção espacial.

⁷¹ Visitar: <https://perifau.wordpress.com/>

⁷² Visitar: <https://direitoeurbanismo.wordpress.com/>

O resultado desta investigação teórica alimenta a produção de material de divulgação do conhecimento acumulado durante a pesquisa. Para isto, visando uma articulação aprofundada com o ensino–e avaliando a necessária aproximação dos estudantes de graduação de arquitetura e urbanismo com teorias de outras áreas da ciências sociais, o coletivo se volta à linguagem audiovisual tendo como desafio tanto a tradução deste acúmulo teórico como a descoberta de uma nova forma de sedimentação deste conteúdo, que permite realizar ligações teóricas imprevistas que, caso utilizassem apenas a linguagem escrita, não ficariam tão evidentes.

Esta opção pelo audiovisual parte do entendimento de que, durante o ensino de graduação de arquitetura e urbanismo, existe uma necessária, e sedutora, aprendizagem de linguagem de representação do espaço que parte de princípios relacionados com a tradução de uma síntese de problematização concreta a partir de recursos de desenho como maneira preponderante de representação, crítica e apreensão da realidade. Esta aprendizagem não pode ser descartada, mas tampouco pode servir de afastamento com outras formas de linguagem, como a produção escrita. conjugar o interesse entre estas duas linguagens é um desafio que tem sido travado a partir da produção das sínteses de “tradução audiovisual” construídas pelo Coletivo.

Este enfrentamento teórico metodológico tem produzido, dentro do próprio grupo de pesquisa, uma forma peculiar de interpretação, debate e aprendizagem de conceitos que é aprofundada a partir do processo de construção das peças audiovisuais.

Metodologia

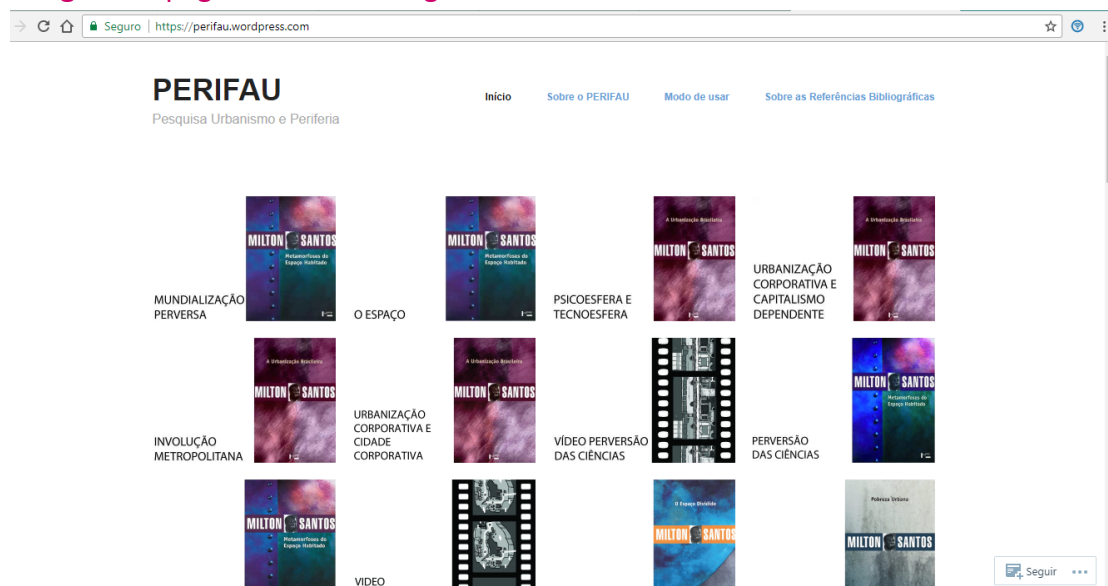
A pesquisa original do grupo, direcionada a encontrar “lugares teóricos de renovação pedagógica”, iniciou a produção de uma revisão bibliográfica cuja sistematização resultou em plataforma digital que disponibiliza uma sistematização de conceitos de parte da obra de Milton Santos.—Sobretudo, utiliza—o meio audiovisual como ferramenta de divulgação de possíveis traduções de seus conceitos, apresentadas, como já foi referido, em animações digitais que dialogam com o urbanismo e que, ao mesmo tempo, tornaram-se uma importante ferramenta metodológica de movimentação do pensamento.

Este processo de trabalho renovou, também, a problemática de investigação do coletivo de pesquisa que tem sido aprofundada desde 2015 e que consiste no estabelecimento de diálogos teóricos, trazendo autores clássicos do pensamento social brasileiro. Da perspectiva de análise baseada no diálogo teórico periférico, principalmente no que se refere aos autores Milton Santos e Florestan Fernandes, trouxe-se a ênfase atual da pesquisa: o estudo da produção do espaço periférico no

âmbito da modernização promovida pelo capitalismo dependente. Para tal, duas frentes de trabalho tornaram-se preponderantes: a primeira que se debruça sobre a leitura e sistematização dos conceitos e a segunda que cuida da tradução e expressão, assumindo neste processo o papel enquanto guia desta leitura.

O caminho metodológico, que historicamente foi construído, parte da sistematização de conceitos extraídos da leitura crítica e coletiva de obras do geógrafo Milton Santos. Esta sistematização consistiu em etapa estruturante do trabalho realizado, que possibilita não apenas a consulta, mas a geração de relatórios cruzados de informações referentes às obras. Tal processo teve como resultado a montagem de um quadro de costura teórica (ANEXO 1), onde, já na fase de expressão, pretende-se correlacionar as chaves de ideia que os diferentes autores selecionados procuraram estabelecer nos processos da urbanização do território periférico, cada qual com a ênfase e perspectiva específica de seu campo de estudo, a fim de promover tanto a costura quanto a sobreposição correlacional e cumulativa destas perspectivas teóricas. Esta etapa foi concebida para que os resultados da pesquisa não fossem apenas uma exaustiva listagem de obras de referência, mas sim um produto dinâmico capaz de ajudar a estabelecer leituras cruzadas por critérios definidos que possibilitem novos olhares sobre obras clássicas. Estes conceitos sistematizados são organizados em plataforma eletrônica digital⁷³, de livre acesso, em formato de blog, que serve como ferramenta de alimentação de outras pesquisas, seja por parte de alunos de graduação e pós-graduação, seja por qualquer indivíduo que se interesse pela teoria acerca da cidade periférica, seu processo de formação e pela obra teórica de Milton Santos. Abaixo segue a página inicial do *blog*, onde estão dispostos os trabalhos já realizados:

Imagem 1 - página inicial do blog.



⁷³ Blog do Perifau: <https://perifau.wordpress.com/>

Disponível em: <<https://perifau.wordpress.com/>>. Acesso em: 02/11/2017.

Paralelamente e correlacionado ao processo de sistematização de conceitos e de alimentação da plataforma digital, desenvolve-se a proposta de tradução dos conceitos em material audiovisual.

Esta tradução pretende resolver diversas questões de forma simultânea. Em primeiro lugar, a necessária ruptura com a produção parcelar de saberes, uma tarefa relacionada ao reconhecimento de que a produção teórica a respeito do urbanismo consiste, em boa parte, no diálogo técnico a respeito das maneiras de intervenção no tecido urbano que, muitas vezes, acaba por se isolar de disciplinas oriundas de campos não diretamente relacionados à arquitetura e urbanismo.

Esta ruptura é evidenciada, de forma hegemônica, no campo de ensino e aprendizagem de arquitetura e urbanismo que, cada vez mais, estabelece um diálogo endógeno orientado, de maneira mais ou menos intencional, pelas demandas oriundas do campo profissional referenciado pelo mercado. Neste viés, Milton Santos identifica a reprodução “de um saber instrumentalizado, em que a metodologia substitui o método” (SANTOS, 2012, p.22) como um fenômeno por ele denominado como *perversão das ciências*.

Em segundo lugar, a opção pelo audiovisual parte de uma experimentação que considera que a produção de saberes oriundos das ciências sociais aplicadas que tem na linguagem escrita seu suporte tradicional podem ser representados em outras linguagens. O audiovisual surge como uma possibilidade de aprofundamento da compreensão do conteúdo estudado e da sua forma de representação, criando um desafio próximo ao modo constituinte da profissão de arquitetura e urbanismo (síntese gráfica de uma apreensão da concretude), transferido para a pesquisa e ensino/aprendizagem do mesmo campo: como sintetizar graficamente conteúdo e conceitos das ciências sociais em diálogo com o campo da produção do espaço?

Esta experimentação consegue, a partir de seu processo de produção, atingir pelo menos três objetivos muito importantes para o amadurecimento do coletivo de pesquisa, transformando seus próprios objetos e objetivos de maneira muito dinâmica:

1 - produzir um entendimento mais aprofundado dos conceitos e conteúdos estudados, amadurecendo a formação das e dos pesquisadoras e pesquisadores envolvidos no processo. A realização dos pequenos vídeos exige, das e dos participantes, uma profunda compreensão do sentido dos conceitos estudados, o que é causa e consequência do processo de construção da história a ser contada pelo breve produto audiovisual;

2 - ampliar a possibilidade de diálogo entre este conteúdo das ciências sociais com um público que está em franco processo de aprendizagem relacionado com a área da representação gráfica. A divulgação de conteúdo dentro do campo da arquitetura e urbanismo requer uma compreensão de que a parcelarização da aprendizagem ocorre, também, pelo entendimento de que a produção científica, de qualquer campo, terá melhor suporte apenas na linguagem escrita. Desconfiar deste senso comum também faz parte da necessária aproximação dos saberes produzidos no campo da arquitetura e urbanismo, que, escondendo-se no isolamento da linguagem, não dialogam com demais áreas dos saberes;

3 -Um terceiro objetivo alcançado é a renovação de conteúdos para a pesquisa. A produção audiovisual é realizada pelo próprio grupo de pesquisa como vídeo de animação e disponibilizada ao público através de canal próprio do *youtube* e no *blog* do coletivo. Seja através do aprofundamento dos conteúdos acadêmicos debatidos e compreendidos através da construção dos produtos audiovisuais, seja pela própria demanda de aprendizagem de novas técnicas de produção e linguagens de representação, a metodologia de estudo científico através da produção de vídeos de animação tem sido capaz de manter uma necessária fertilidade de idéias dentro do coletivo;

A respeito deste último item, é importante ressaltar que os conceitos escolhidos para serem trabalhados de maneira mais destacada a partir da produção do conteúdo audiovisual guarda uma relação permanente com a possibilidade de relacionamento a fenômenos urbanos contemporâneos. É a partir da capacidade de tradução de fenômenos contemporâneos que cada conceito estudado apresenta ao coletivo a necessidade de realização da tradução audiovisual. A *verticalidade* de Milton Santos, por exemplo, foi escolhida por ser um conceito muito importante para ajudar na compreensão de fenômenos urbanos que ocorriam em 2012 e 2013, na cidade do Rio de Janeiro (mas não apenas nela), relacionados a uma coordenação vertical de decisão oriunda da política de urbanismo dos “megaeventos” internacionais. Da mesma maneira, neste mesmo contexto, durante a realização dos jogos da Copa do Mundo, os *dois circuitos* foram bastante férteis para compreender o cotidiano da realização dos jogos, que criavam espaços da cidade onde determinadas práticas tradicionais relacionadas ao futebol não podiam acontecer, refletindo uma programação de capital intensivo sobre tradições cotidianas informais. Por fim, o terceiro vídeo, sobre as *perversões das ciências*, partiu de um entendimento sobre as dificuldades de reprodução de um saber autônomo nas universidades públicas brasileiras, que já vivenciavam um profundo momento de cortes orçamentários, sobretudo, desde 2014.

Este breve relato desta trajetória serve para demonstrar as contradições, encontros e desencontros do trabalho de produção de conhecimento. Foi a partir de um necessário entendimento sobre a história das dificuldades de produção de saberes autônomos

(não apenas no campo do urbanismo, mas sempre partido dele) que o coletivo visitou a obra de Florestan Fernandes que acabou por se tornar um interlocutor importante para as próximas etapas de trabalho.

Urbanismo e capitalismo dependente, primeiras aproximações

O PERIFAU tem realizado um diálogo entre autores que contribuíram para o entendimento da história das transformações sociais brasileiras para além do senso comum do dualismo com–autores que se detiveram especificamente na formação sócio-espacial das cidades brasileiras. Inicialmente, o diálogo proposto incorpora: Milton Santos, Florestan Fernandes, Nestor Goulart Reis Filho e Maurício de Abreu. Partindo da divisão cronológica estabelecida por Florestan Fernandes ao situar os padrões de dominação externa na América Latina, o coletivo tem produzido material capaz de auxiliar a produção de delimitadores teóricos que pretendem construir problemáticas específicas para o urbanismo realizado nas cidades da periferia do capitalismo, possibilitando levantar questões a partir de um contexto diretamente relacionado com a formação urbanística mais próxima das cidades brasileiras e latino-americanas.

Desta maneira, tem sido amadurecida a compreensão do papel do urbanismo na consolidação do espaço do capitalismo e da modernização dependentes, produzindo material científico capaz de estimular novas questões a respeito da atuação profissional do urbanista. A partir de sua inserção social no campo do direito à cidade, com recorte classista, a análise busca contrapor a forma tradicional de compreensão dos problemas urbanos que é costumeiramente realizada a partir de arcabouço teórico que não dialoga, necessariamente, com questões peculiares da formação histórica da própria cidade que receberá a intervenção projetada.

A hegemonia de teorias oriundas de formações sociais diferentes da brasileira, ou que não contemplam algumas especificidades da periferia do capitalismo é comum em diversos campos do saber; isto tem sido estudado de forma crescente pela sociologia da ciência, pela geografia, história, etc, na área cada vez mais consolidada dos estudos decoloniais. Compreender esta relação no campo do urbanismo deve ter um significado específico, pois o resultado da colonialidade do saber também atua de forma direta na intervenção concreta da vida urbana, reforçando, na própria cidade, o poder da colonialidade; dito de outra forma, o urbanismo, aparentemente, tem se tornado cada vez mais uma técnica de soluções para problemas distópicos, e, com isso, cada vez mais gerador de injustiça social, reforçando sua própria colonialidade. Retomar a produção de questões relativas à cidade de modo a aproximar a técnica de intervenção urbana da própria urbe requer da academia, inicialmente, um movimento duplo: primeiro, reconhecer a necessidade desta retomada, e, em segundo lugar, que é onde se encontra esta pesquisa, contribuir na produção de material teórico capaz de realizar esta aproximação.

Neste último ano de trabalho, o grupo de pesquisa se dedicou, como previsto, a leitura e aprofundamento na teoria de Milton Santos, além da inserção de outros autores que dialogam e contribuem para o entendimento do objeto de estudo, a urbanização periférica. Neste processo de ampliação do repertório de autores estudados, encontrou-se destaque na obra de Florestan Fernandes, onde a ênfase na teoria da dependência mostrou-se norteadora na compreensão da dinâmica do território da periferia do capitalismo.

Nas leituras realizadas de Milton Santos, mais especificamente, da obra “Urbanização brasileira” de 1993, compreende-se que o autor apresenta uma síntese da urbanização brasileira à luz de processos sociais, econômicos e territoriais como instrumentos de análise. Na obra, o geógrafo expõe como as transformações sociais e espaciais do Brasil estão intrinsecamente ligadas ao modelo econômico vigente e a produção de um espaço necessário aos grandes capitais. Para isto, o espaço precisa ser informatizado e marcado pelo meio técnico-científico, produzindo assim um novo resultado espacial que, apesar de diferente dos países hegemônicos, pertence à mesma lógica. Em acréscimo a isto, o autor também elenca como a transformação do modelo econômico dominante altera a dinâmica e conformação do território periférico, revelando suas especificidades, e produzindo atualmente o que o autor chama de cidade corporativa, resultado da fase de dominação externa do capitalismo corporativo ou monopolista, como proposto por Florestan Fernandes (1973). Segundo Santos:

Tal conjunto, [da modernização e suas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais...] formado pelas novas condições materiais e pelas novas relações sociais cria as condições de operação de grandes empresas, nacionais e estrangeiras, que agem na esfera da produção, da circulação e do consumo e cujo papel direto ou por intermédio do poder público, no processo de urbanização e na reformulação das estruturas urbanas, sobretudo das grandes cidades, permite falar de urbanização corporativa e cidades corporativas (SANTOS, 1993).

É notório o extenso diálogo teórico entre Milton Santos e Florestan Fernandes, deste modo, se considerou indispensável o aprofundamento da pesquisa na obra do sociólogo, iniciado pela obra “Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina” de 1973. Nela, o autor discorre sobre o tipo de dominação externa que os países da América Latina estão atualmente submetidos:

(...) o imperialismo total, que possui como traço específico (...) o fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde (...) a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura” (FERNANDES, 1973).

Como visto, Fernandes ao apontar a face interna da dominação hegemônica volta seu olhar à repercussão desta no rumo da modernização da infra e superestrutura, processo que Santos associa, como visto anteriormente, à dinamização do território para a acomodação do fluxo de grandes capitais interpretado por ele a partir da consolidação técnica do território. Deste modo, a lógica do capitalismo hegemônico mostra-se dialética ao capitalismo periférico, uma vez que a atuação de um se dá em coordenação à lógica do outro, perpassando todos os níveis da ordem social, tendo como expressão e objeto de análise para ambos os autores o processo de modernização dependente da periferia do capitalismo. Como visto, o território periférico tem sido marcado pelo ideal de modernização hegemônico, tendo seu processo de urbanização sido reflexo desta transplantação de tecnologias e instituições sociais.

Tendo em vista a pertinência desta condição no reflexo da urbanização no contexto da manutenção da dependência, torna-se fundamental aprofundar o diálogo entre estes autores clássicos, mas também ampliando as fontes, na direção de construção de sínteses interdisciplinares que alimentem a compreensão do urbanismo como técnica produtora de modernização dependente. A realização da autonomia de saberes, que deve ser considerada inclusive na busca por esta autonomia, deve incluir, no campo do urbanismo, a abertura para novos problemas urbanos relacionados ao caráter periférico e heterônomo de conformação destes territórios. A trajetória que o Coletivo PERIFAU⁷⁴ apresentou brevemente neste artigo não deve ser encarada como algo definitivo e tampouco definidor de um campo crítico único, muito pelo contrário, espera-se que seja encarado como um convite ao diálogo por novas interpretações no caminho da autonomia que se tornam, cada vez mais, necessárias diante da crise da urbanização contemporânea.

⁷⁴ O coletivo está, neste momento, finalizando seu quarto vídeo cujo tema é “Urbanização corporativa e modernização dependente”, que sintetizará parte do diálogo possível entre Milton Santos e Florestan Fernandes à luz dos processos recentes de urbanização da metrópole carioca.

Referências:

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. São Paulo: Global, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 178p.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2002

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2012.

Palavras-chave: Urbanismo, Capitalismo dependente, Pedagogia, Metodologia.

Sugestão de GT: 1_ensino de arquitetura e urbanismo na América Latina

Anexos

Anexo 1- Quadro de costura teórica

SÉCULOS →	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI		
FASES →	1ª fase			2ª fase		3ª fase	4ª fase	5ª fase (?)	
AUTORES ↓									
Florestan Fernandes em "Desenvolvimento do capitalismo dependente e das classes sociais na América Latina"	Para Florestan, a 1ª fase do desenvolvimento do capitalismo dependente é a correspondente ao sistema básico de colonização e de dominação externa (legal e política). Dali entram seus dinâmicos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno. Salva-se na disposição de interesses em comum entre a Coroa e os colonizadores que dominavam os colonizados (nativos, africanos e mestiços). Uma combinação de estamentos e castas produziu uma autêntica sociedade colonial.			A 2ª fase se constitui a partir da crise do antigo sistema colonial, no final do século 18, inserindo novos atores hegemônicos (países como a Inglaterra, a França e a Holanda são centrais nesse processo) no controle dos negócios de exportação e importação das ex-colônias, e aprofundando outras relações. "A Inglaterra, por exemplo, iniciou uma política comercial, característica do mercantilismo que propiciou rápido impulso à emergência dos mercados capitalistas modernos nos centros urbanos das ex-colônias". Nesse período, reside o início da formação de uma burguesia nacional, que irá enriquecer tanto no campo (produtores rurais), como na cidade (com o crescimento do comércio). A vida nas cidades passa a ter uma maior centralidade.		O início desta fase, que coincide e pode ter relação profunda com o surgimento do Urbanismo (como forma de produção industrial das cidades), se dá entre 1840 e 1850. Florestan a coloca como "produto da reorganização da economia mundial, provocada pela revolução industrial. O mercado nacional em crescimento foi vital para o desenvolvimento do capitalismo industrial. "A dominação externa torna-se imperialista, e o capitalismo independente tornou-se realidade histórica na América Latina". Pergunta: como o urbanismo interferiu/nervu nesse processo? "A Inglaterra converteu todos possíveis mercados econômicos, sociais e culturais em portos fechados (...) a especulação imobiliária em áreas rurais em urbanas (...)". Esta fase é cheia de transformações e entra em crise no final do século 20.			
Milton Santos em "A urbanização brasileira"						"O Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago, formado por subespaços que evoluíram segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por suas relações com o mundo exterior" (p. 27). Nesta descrição podemos identificar a presença da verticalidade, essencial para o desenvolvimento de uma economia central. "Esse quadro é relativamente quebrado a partir da segunda metade do século XIX, quando, a partir da produção de café, o Estado de São Paulo se torna o polo dinâmico de vasta área que abrange os Estados mais ao sul e vai incluir, ainda que de modo incompleto, o Rio de Janeiro e Minas Gerais. Ainda aqui, a exploração pode ser baseada nas mudanças ocorridas tanto nos sistemas de engenharia (materialidade) quanto no sistema social. De um lado, a implantação de estradas de ferro, a maioria dos portos, a criação de meios de comunicação atribuem uma nova fluidez potencial à essa parte do território brasileiro. De outro lado, é aí (também onde se instalam, sob os influências do comércio internacional), formas capitalistas de produção, trabalho, intercâmbio, consumo, que vão tornar efetiva aquela fluidez. Trata-se, porém, de uma integração limitada, do espaço e do mercado, de que apenas participa uma parcela do território nacional." (p. 28 e 29) Produto da globalização?	Após os anos de 1940-1950, os nexos econômico ganha enorme relevo, e impõem-se os dinâmicos urbanos na totalidade do território (...). Nos últimos decênios do século XIX e nos primeiros do século XX, a evolução demográfica das capitais cresce, em muitos casos, aguçta a oscilações (...)		
Nestor Goulart									

